



Trabalhadores urbanos trabalhadores rurais

história e perspectivas

José Sergio Leite Lopes
Beatriz Heredia
organização



 CAPES



EDITORA UFRJ





UFRJ
faz 100
ANOS
1920 | 2020

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura Tatiana Roque



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Michel Misse

Diretora adjunta Fernanda Ribeiro

Conselho editorial Michel Misse (presidente)
Alexandre Pinto Cardoso
Francisco Carlos Teixeira da Silva
João Sicsú
Marco Americo Lucchesi
Roberto Kant de Lima

Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais

história e perspectivas

organização

José Sergio Leite Lopes

Beatriz Heredia



EDITORA UFRJ

© 2019 José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T758 Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas/
organização, José Sergio Leite Lopes, Beatriz Heredia. – Rio de Janeiro:
Editora UFRJ, 2019.
366 p. ; 16 x 23 cm.
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7108-484-1
1. Antropologia. 2. Trabalhadores– Participação política– Brasil. 3.
Trabalhadores – Brasil – Aspectos sociais. I. Lopes, José Sergio Leite. II.
Heredia, Beatriz Maria Alásia de.

CDD: 331.544

Equipe do CBAE

Catharine Perez
Danilo Garrido
Luciana Lombardo
Miriam Starosky
Solange Jorge

Estagiários do CBAE

Isabella Oliveira
Lucas Rocha

Assistentes de edição

Antonio Carriço
Miriam Starosky

Coordenação editorial

Thiago de Moraes Lins

Preparação de originais

Cecília Moreira

Projeto gráfico, capa e diagramação

Marisa Araujo

Imagem da capa

Ilustração a partir de fotos do
Acervo Menov/CBAE, doação da
Fase de Pernambuco

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ
Av. Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160
Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio:



Fundação Universitária
José Bonifácio

FÓRUM DE
CIÊNCIA E
CULTURA
UFRJ



PROGRAMA DE
MEMÓRIA DOS
MOVIMENTOS
SOCIAIS
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Sumário

Apresentação	7
<i>José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia</i>	
O movimento social abolicionista	11
<i>Angela Alonso, 11</i>	
Debate	
<i>Giralda Seyferth, 32</i>	
<i>Angela Alonso, 39</i>	
A Justiça do Trabalho e sua história: o caso do recente combate ao trabalho análogo a de escravo no Brasil	47
<i>Angela de Castro Gomes, 47</i>	
Debate	
<i>Elina Pessanha, 67</i>	
<i>Angela de Castro Gomes, 75</i>	
A construção da sociedade do trabalho no Brasil, seus desafios hoje	83
<i>Adalberto Cardoso</i>	
Debate, 105	
A migração Nordeste-São Paulo e a memória dos trabalhadores do ABC paulista	115
<i>Marilda Aparecida de Menezes</i>	
Para além do cativo de casas-grandes e senzalas: um coletivo de pesquisas historicamente situado	139
<i>Afrânio Garcia Jr.</i>	
Pesquisando a contrapelo: a memória dos conflitos e das formas de resistência dos trabalhadores no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)	161
<i>Leonilde Servolo de Medeiros</i>	

Camponeses, operários e luta pela terra no estado do Rio de Janeiro: incorporação urbana e o lugar do rural na Baixada Fluminense	195
<i>Aline Borghoff Maia, 195</i>	
Debate	
<i>Elizabeth Linhares, 216</i>	
<i>Marta Cioccarì, 219</i>	
Espanha: a última grande greve de mineiros	231
<i>Rubén Vega García</i>	
Movimentos contra a violência de Estado: gênero, território e afeto com a política	259
<i>Adriana Vianna e Juliana Farias</i>	
Os movimentos sociais e o Consea	277
<i>Maria Emília Pacheco, 277</i>	
Debate	
<i>John Comerford, 293</i>	
<i>Moacir Palmeira, 297</i>	
<i>Francisco Menezes, 298</i>	
<i>Maria Emilia Pacheco, 299</i>	
Desafios da agenda democrática para o Brasil rural	303
<i>Caio França</i>	
O espírito de 45, filme de Ken Loach	337
<i>José Ricardo Ramalho</i>	
“Comum” e “comunidade”: um ensaio de esclarecimento sociológico	341
<i>Christian Laval</i>	
Autores e debatedores	357

Apresentação

José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia

Este livro inaugura uma série de publicações do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com base em ciclos de palestras organizados de acordo com linhas de pesquisa estimuladas no interior da instituição. Uma dessas linhas é o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov), que procura reunir acervos de pesquisadores acadêmicos e de movimentos sociais em um banco de dados digital. As coleções iniciais desse acervo se referem aos materiais construídos a partir de uma pesquisa feita em 2013 e 2014 sobre nove movimentos sociais contemporâneos e também a pesquisas anteriores sobre movimentos de trabalhadores rurais e camponeses, assim como de operários e de moradores de favelas. Portanto, muitas das palestras organizadas em ciclos procuram trazer contribuições de pesquisadores sobre temáticas de tais movimentos, em uma perspectiva histórica e socioantropológica, como é o caso desse ciclo.

O ciclo de palestras de 2016, intitulado “Novas questões sociais, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas”, teve por unidade a preocupação com a construção de diferentes questões públicas que interessavam do ponto de vista dos trabalhadores. Tal atenção se ligava à atualidade da investida de forças políticas conservadoras no primeiro semestre daquele ano (em que se deu o ciclo de palestras), visando à restauração do domínio de frações hegemônicas das classes dominantes brasileiras, após um período de avanços sociais significativos.

Em consequência procurou-se organizar palestras sobre os processos históricos que resultaram em questões sociais recentes e de períodos anteriores. Entre as recentes temos, por exemplo, a palestra de Ângela de

Castro Gomes a respeito do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil; a de Adalberto Cardoso acerca dos desafios atuais da sociedade do trabalho no Brasil; a de Maria Emília Pacheco sobre os movimentos sociais e o Conselho de Segurança Alimentar (Consea); a de Caio França, com um balanço das políticas públicas para o Brasil rural nos últimos treze anos; e ainda a de Adriana Vianna e Juliana Farias, que trata dos novos movimentos contra a violência de Estado.

Períodos históricos anteriores (mais ou menos longínquos) foram tratadas nas palestras de Angela Alonso sobre o abolicionismo como movimento social e suas recorrências com processos críticos de confrontos que ocorrem nos anos 1960 e nos anos 2000; de Leonilde Medeiros, acerca da repressão no campo entre 1946 e 1988, apresentando seus resultados da pesquisa para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; de Marilda Menezes, sobre a memória dos trabalhadores do ABC paulista de origem nordestina; e de Afrânio Garcia Jr., sobre a importância de um projeto de pesquisa que envolva uma etnografia coletiva da mudança social no Nordeste nos anos 1970, um episódio significativo na gênese da pós-graduação em Antropologia Social no Brasil.

Além da comparação entre passado e presente foi utilizada a comparação entre países. Christian Laval apresentou movimentos e formas de viver alternativos ao neoliberalismo com base na experiência francesa dos últimos anos; José Ricardo Ramalho debateu o filme *O Espírito de 45*, de Ken Loach, depois de sua exibição – o documentário trata da construção do Estado social inglês, favorecido com o ímpeto da luta antifascista durante a guerra e a vitória, em 1945, do Partido Trabalhista; e Ruben Vega apresentou sua experiência de pesquisa sobre a memória dos mineiros, metalúrgicos e operários navais das Astúrias, na Espanha, durante o regime franquista.

Finalmente, além do cotejo histórico e geográfico, o ciclo também apostou no cruzamento das experiências de trabalhadores na cidade e tra-

balhadores no campo, geralmente tratadas por especialistas distintos, com pouca comunicação entre si e de forma estanque e não simultânea.

Optamos por dar aos capítulos da coletânea uma sequência histórica e lógica, diferente da ordem temporal das palestras, que se sucederam conforme as disponibilidades de agenda dos expositores.

De uma forma geral, os capítulos se baseiam nas palestras transcritas e revisadas pelos autores, os quais, em alguns casos, preferiram substituir a transcrição das palestras pelos textos que serviram de base às sessões. Algumas das palestras aqui publicadas são acompanhadas de intervenções de debatedores. Em outros casos, por razões editoriais – como a impossibilidade de revisão das transcrições pelos debatedores –, somente a parte expositiva inicial da palestra (ou do texto de referência que a substitui) está sendo publicada¹. O leitor verá que são dadas indicações dos links para os áudios e vídeos das diferentes sessões (com a intervenção dos debatedores e das discussões posteriores com o público) no site do CBAE (www.cbae.ufrj.br).

¹ Agradecemos a atuação como debatedores de Alexandre Fortes, na palestra de Aldaberto Cardoso; de Paulo Fontes, na de Marilda Menezes; e de Daniel Hirata na de Christian Laval.

O movimento social abolicionista²

Angela Alonso

Agradeço muito o convite, fiquei contente com a possibilidade de falar aqui, com tantos temas interessantes sendo discutidos. Também queria agradecer à Giralda por se dispor a conversar sobre o trabalho, e a todos que vieram assistir. Achei também muito interessante que a fala seja justamente nessa semana, porque ontem foi o primeiro de maio e se avizinha o 13 de maio: duas efemérides que remetem de maneira direta ou indireta à temática da abolição da escravidão. O 13 de maio, sobretudo, foi uma data comemorada durante um longo tempo como sendo uma dádiva da Princesa Isabel, vista durante bastante tempo nas interpretações como a grande responsável pelo processo de abolição. Posteriormente, houve uma crítica a essa centralidade e um deslocamento para outro extremo: da Princesa a Zumbi, o grande herói negro e líder do levante escravo. Duas narrativas extremadas sobre a abolição, visto que passamos da autoridade monárquica ao líder da rebelião escrava – uma rebelião, aliás, muito anterior ao processo abolicionista. E essas duas imagens, essas duas narrativas sobre a abolição, deixaram de fora o próprio movimento pela abolição da escravidão. Na maioria das narrativas é como se ele não tivesse existido.

O mais espantoso é que quem pôs o movimento “na sombra”, quem tirou o foco dele, estranhamente, foram os próprios abolicionistas. Joaquim Nabuco foi um dos principais responsáveis por isso. Logo no começo da república, em *Minha formação*, que escreveu após a derrota do partido monárquico, ele constrói uma narrativa na qual os personagens centrais são o imperador, o poder moderador, Isabel, herdeira do trono, e, secundariamente, João Alfredo, chefe de gabinete. Embora ele dê relevância a si

² Palestra e debate realizados no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 2 de maio de 2016.

mesmo e aos abolicionistas, existe uma hierarquia na narrativa: se Isabel e dom Pedro não tivessem abraçado a abolição, ela não teria ocorrido; a abolição seria impossível sem um ato sacrificial da Coroa.

A associação feita por Nabuco entre a abolição e a república perdurou na historiografia por um longo tempo: o império fez a abolição e, por isso, caiu. Essa narrativa tem dois problemas: o primeiro é que trata da abolição como um fenômeno monarquista, como se os monarquistas fossem abolicionistas e os republicanos fossem escravistas. O segundo é a pouca relevância atribuída à mobilização social em favor da abolição no processo político, como se ela não houvesse existido ou o processo fosse todo definido institucionalmente.

Essa narrativa fez longa escola até meados dos anos 1960, sendo repetida por vários autores importantes, como Oliveira Viana. Apenas recentemente começaram a aparecer explicações alternativas. A análise mais influente dos anos 1960 talvez tenha sido a de Emília Viotti, com uma orientação marxista, na qual ela apresenta a abolição como uma questão referente à relação entre escravidão e capitalismo: o regime capitalista que se implantaria no Brasil precisava de mão de obra livre. Ela enfoca, portanto, a dimensão estrutural do processo, e os abolicionistas, embora apareçam, têm sua importância novamente reduzida.

A partir das celebrações do centenário da abolição, em 1988, surge uma linha de inspiração thompsoniana da “história dos vencidos” que passa a virar a coisa de ponta-cabeça, de Isabel a Zumbi. Começa, dessa forma, uma outra narrativa: a do ativismo dos escravos e da sua resistência no cotidiano, no judiciário e em rebeliões locais. É uma perspectiva que dá mais importância à cultura, às formas culturais de resistência, mas que, outra vez, passa ao largo do processo político, tanto no espaço público quanto no próprio espaço institucional.

Por fim, uma terceira linhagem é a de Robert Conrad, pesquisador americano que analisa as mobilizações no espaço público e as iniciativas

do sistema político. Embora seja a interpretação que mais refute a explicação original de Nabuco e talvez seja o trabalho mais completo sobre a abolição no Brasil, Conrad focaliza a relação entre as regiões, explicando a abolição como um fenômeno do Norte, onde a economia escravista não era central, contra o Sul do país, que seria escravista. Essa tese foi retomada, em uma versão mais próxima à de Nabuco, por José Murilo de Carvalho e Jeffrey Needel, que recuperam a ideia da centralidade do poder moderador, da Coroa, mais de dom Pedro até do que de Isabel. O poder do imperador aparece outra vez como o condutor do processo.

Cada uma dessas explicações obviamente aponta para questões interessantes e relevantes, mas elas segmentaram o fenômeno. Alguns autores olham para as instituições, mas não para o processo no espaço público, outros centram as análises no espaço público, mas não debatem o que acontece no *grassroots* das rebeliões. Como se fossem três áreas diferentes de estudo. E as mobilizações propriamente, o que nós chamamos hoje de “movimentos sociais”, não foram consideradas em nenhuma das abordagens. Somente a partir dos anos 1990 começaram a aparecer teses e trabalhos de pesquisa sobre esse tema, mas todos de âmbito local, estudando mobilizações antiescravistas em São Paulo, Recife, Porto Alegre e Salvador. São vários, felizmente, mas apresentam o problema inverso: como são trabalhos tópicos, não conectam tais movimentos com a dinâmica política nacional.

Então, o que procurei fazer? Percebi uma lacuna nessa literatura, dividida entre o que aconteceu no espaço público e o que ocorreu nas instituições políticas. O meu objetivo foi trabalhar as duas pernas do fenômeno, atentando para os dois processos. Procuo apresentar uma abordagem mais integrada, para demonstrar que o abolicionismo foi um movimento social, um movimento grande e duradouro, que se estendeu por duas décadas. E, mais do que isso, que ele teve um impacto sobre o andamento do processo político.

Estou considerando que movimentos não são *atores políticos*, e sim *redes* que alinhavam grupos, eventos e indivíduos, de maneira mais ou menos frouxa. Uma rede tem certa volatilidade, tem fronteiras fluidas, e tem necessariamente heterogeneidade interna, não é homogênea. E, por isso, está permanentemente permeada por conflitos internos por liderança e pela definição de objetivos. Existe uma disputa interna, e somente quando a olhamos em relação aos seus adversários e aos seus interlocutores é que essa rede aparece propriamente como um *movimento*.

Em vez de investigar como as diferentes facções do abolicionismo se relacionavam entre si, decidi analisar a relação entre os abolicionistas e os escravistas. Usei a ideia de Charles Tilly segundo a qual, para apreender empiricamente um movimento, é preciso estar atento às coisas que ele faz, às campanhas de pressão que ele realiza, sobretudo as manifestações públicas, mas também, ao que o autor chama de “repertório de confronto”, isto é, o uso de determinadas formas de manifestação, de expressão e de ação. Tilly considera também que o movimento passa pelo seu “teste de ouro” quando sobrevive a uma reação, normalmente violenta, do outro lado; quando sofre repressão e ainda assim se reapresenta.

Nesse trabalho, diferentemente dos estudos anteriores sobre abolição, apliquei ao período uma metodologia já bastante desenvolvida, específica de estudo de movimentos sociais, mas utilizada para estudar movimentos contemporâneos. Fiz isso com base na metodologia utilizada por Charles Tilly para estudar o passado, os primeiros movimentos sociais, a qual consiste em levantar sistematicamente jornais e eventos de protesto. Levantar sistematicamente em jornais os eventos de protesto tem uma série de problemas reconhecidos, como ser parcial, ser sempre uma fonte limitada. Mas fontes sistemáticas são raras quando se trata do passado, e o jornal é uma fonte sistemática de longo tempo. Os historiadores, no Brasil, usam muito os registros policiais e os testamentos, mas entendo

que os jornais têm a vantagem de serem um documento genuinamente público no qual posições contrárias são apresentadas. É mais fácil olhar os vários lados do conflito em jornais.

O que eu fiz, então, inicialmente, foi selecionar um jornal de abrangência nacional e varrê-lo, para depois ir alargando o espectro. Para contornar o problema da disponibilidade de fontes para diferentes anos, selecionei jornais que foram contínuos no tempo e me detive, deliberadamente, em jornais vinculados aos abolicionistas, porque eles reportam os eventos – analisei a *Gazeta da Tarde*, o jornal do movimento, porque no *Jornal do Commercio*, por exemplo, a campanha abolicionista não aparece. Depois, nas províncias, fiz a mesma coisa. Em princípio eu lidaria com três províncias, as mais importantes: Ceará, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Quando eu estava prestes a apresentar a tese de livre-docência, a gestão do Renato Lessa disponibilizou vários jornais do século XIX na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Assim, resolvi fazer uma pesquisa de abrangência nacional. A campanha abolicionista, afinal, aconteceu no país inteiro, e foi uma campanha vigorosa, geograficamente muito distribuída e duradoura. Nesse sentido, é possível afirmar que não se trata simplesmente de um movimento social, mas de um movimento social nacional que não esteve restrito a uma parte ou outra do país.

Contudo, existem problemas metodológicos óbvios porque trabalho com fontes e períodos diferentes, um material heterogêneo. Por esse motivo decidi restringir o trabalho às informações “factuais”, digamos: fundação de associações e realização de eventos. Porque inclusive a definição do que é abolição muda ao longo do tempo. Trabalhando com essa perspectiva, levantei mais de dois mil eventos de protestos abolicionistas nos jornais, e isso diz respeito, sobretudo, à criação de associações abolicionistas e eventos de propaganda.

Procurei acompanhar e compreender duas dinâmicas na minha pesquisa. Uma é o modo pelo qual o movimento foi se apropriando do re-

pertório de experiências estrangeiras: como ele foi incorporando seletivamente elementos apresentados por outros movimentos abolicionistas anteriores a ele. A outra é a relação entre o movimento abolicionista e os escravistas – o contramovimento, que se mobiliza apenas a partir da existência de seu antagonista, bem como as posições que vai tomando o Estado, esse peão decisivo no jogo.

Trabalho, então, com três grandes posições no espectro político: movimento, contramovimento e Estado. Antes de apresentar esses três elementos, vou falar um pouco sobre a relação do movimento brasileiro com os movimentos estrangeiros e como ocorreu essa apropriação de experiências. Embora os historiadores sempre tenham falado do caráter internacional da escravidão – a escravidão como um sistema mundial –, apenas recentemente o abolicionismo começou a ser visto sob essa mesma ótica, inclusive fora do Brasil. Do mesmo modo que existiam experiências escravistas a serem copiadas ou inventadas também existiam muitas experiências abolicionistas no estrangeiro. O caso brasileiro é parte de uma sequência de abolições que ocorreram ao longo do século XIX, de formas variadas. E algumas dessas maneiras foram se tornando canônicas, como foi o caso da lei do ventre livre, por exemplo, que foi uma forma tentada em vários lugares.

Quando o assunto passa a ser debatido no Brasil existe uma larga experiência estrangeira conhecida por brasileiros através de viagens, livros e jornais. Os movimentos nos Estados Unidos e nas colônias espanholas de Cuba e Porto Rico, sobretudo, que ocorreram quase contemporaneamente, eram acompanhados com bastante atenção. É por essa razão que a questão entra na agenda política nos anos de 1860, porque é quando ela começa nos Estados Unidos e em Cuba a ganhar *momentum* (Estados Unidos, Cuba e Brasil são os três grandes escravismos do século XIX, e o que acontece em um deles influencia os outros imediatamente). Esse cenário internacional permitiu aos brasileiros – Estado, escravistas e abolicio-

nistas – acompanhar o que acontecia nos outros lugares, e mesmo trocar diretamente experiências.

Existe uma literatura sobre essas conexões internacionais entre ativistas do século XIX. O último livro de Benedict Anderson, sobre o anarquismo no final do século XIX, mostra as coalizões vinculando diferentes partes do planeta, com circulação de experiências e de pessoas, não só de livros. Ele chega a relacionar Europa, América e Ásia para descrever uma era de globalização precoce no século XIX. Outros autores, como José Murilo de Carvalho e Leslie Bethell, mostraram também a existência de conexões entre abolicionistas do Brasil e da Inglaterra. E graças às novas tecnologias daquele período (o telégrafo teve no século XIX um impacto equivalente ao que tem a Internet agora, mudando a maneira como as pessoas se relacionavam e o modo como elas recebiam informações), essa circulação de ideias, ativistas e estratégias acontecia em uma escala muito maior do que imaginamos.

Margaret Keck argumenta que esse conhecimento permitiu a criação de solidariedades políticas internacionais, assim como o que ela chama de “efeito bumerangue”: grupos políticos e movimentos que estão em desvantagem no seu país de origem e que não conseguem pressionar seu Estado Nacional a fazer políticas estabelecem alianças com outros movimentos internacionais, que pressionam seu próprio Estado Nacional a pressionar o Estado Nacional original. Me parece que aqui no Brasil acontece esse fenômeno: tivemos alianças produzidas pelos abolicionistas ao longo da campanha com estrangeiros, sobretudo na Espanha, na França e na Inglaterra. Isso não começa com Nabuco nos anos 1880, mas sim com um sujeito que descobri ao longo da pesquisa, que se chamava Abílio Borges. Ele começou nos anos 1860 a pressionar o governo brasileiro a pautar a questão. Essas conexões vão construindo um respaldo internacional ao movimento que, se não produz um impacto direto, produz um ambiente moral no qual o Estado brasileiro se constrange cada vez mais em ser escravista.

A outra maneira como essa relação com o ambiente externo funciona é a possibilidade de os abolicionistas brasileiros recorrerem, quando começam a campanha, a um conjunto de experiências anteriores, que se constitui assim em um repertório compartilhado. Eles aprendem com os movimentos anteriores, os outros abolicionismos, adaptando retóricas e formas de ação previamente utilizadas para o contexto brasileiro. Esse fenômeno de transferência, porém, não é um processo automático, em que simplesmente se replica o que está acontecendo fora aqui. Existe um modo de funcionar próprio, uma tradição nacional, no sentido de que há instituições, valores e formas de legitimação do Estado brasileiro que permitem que algumas ações façam mais e outras façam menos sentido quando trazidas para cá. A experiência nacional obriga a certos ajustes, escolhas e mesmo algumas mudanças mais radicais naquilo que se incorpora.

Em relação às estratégias de ação, o caso mais interessante que encontrei na pesquisa foi uma mudança na forma dos eventos abolicionistas. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde as campanhas começaram, o abolicionismo contou com a rede de Igrejas Quaker, que, além de sediar os eventos, fornecia uma base religiosa tanto para a retórica abolicionista quanto para a criação do associativismo abolicionista. Os brasileiros, por sua vez, não puderam fazer o mesmo, porque a Igreja Católica, a instituição religiosa mais importante do país, era um braço do Estado – o Estado era escravista e a Igreja também. Desse modo, a forma de manifestação teve de ser adaptada para que pudesse ser realizada fora da Igreja. No entanto, essa transição não é apenas de lugar, porque, quando vão para o teatro, um espaço laico, os abolicionistas começam a usar também os recursos de que o teatro dispunha, incorporando as formas artísticas, as artes e os artistas. Isso é feito de tal maneira que as artes funcionam como um modo de dramatizar a escravidão e sensibilizar o público.

Essa incorporação da experiência estrangeira obrigou ajustes também no âmbito da retórica. São três grandes retóricas utilizadas pelos

abolicionistas de modo geral: a retórica do direito – direito à liberdade –, a da compaixão, isto é, a misericórdia com o sofrimento do escravo; e, por fim, a que indica a incompatibilidade da escravidão com o progresso. A compaixão, que no abolicionismo anglo-americano aparece pela matriz cristã, relacionando-se o escravo com Cristo, se associou, no Brasil, à linguagem romântica do escravo como herói que precisa ser libertado, como em Castro Alves, por exemplo. No caso do direito à liberdade, o que seria um direito “natural” no abolicionismo anglo-americano, aqui passa a ser associado à independência; a abolição começa a ser apresentada pelos abolicionistas como a segunda independência que o Brasil precisava fazer. Por fim, a retórica do progresso, que era usada no sentido iluminista nas campanhas anteriores, no nosso caso ganhou um viés positivista e evolucionista, em uma chave quase comteana. Essas três retóricas, enfim, três maneiras de contestar a instituição, aparecem nos artigos, nos livros e nos discursos dos abolicionistas e visam construir a escravidão como injustiça social, indignidade moral e atraso econômico.

Assim como os abolicionistas se inspiraram em experiências estrangeiras, também o fizeram os escravistas e o Estado. Os escravistas vão construindo, ao longo do tempo, modelos de justificação da escravidão que seguem a lógica do que Hirschman chamou de “retórica da reação”. Eles sublinham a inutilidade da abolição dizendo: “Ah, a abolição já vai se fazer mesmo, é uma questão demográfica, porque acabou o tráfico de escravos, daqui a pouco acaba, é só deixar o tempo agir”. Outro argumento dizia respeito aos efeitos perversos de abolir. José de Alencar argumenta, por exemplo, contra o ventre livre, que seria um absurdo separar o filho escravo da mãe escrava, melhor deixar o menino crescer com a mãe. Finalmente, o argumento mais utilizado pelos escravistas ao longo do tempo é o que Hirschman chama de “ameaça”: a abolição traria o caos para o país, desorganizando a economia, a política e a vida social.

Uma peculiaridade nossa é que não se defende a escravidão em si – no Brasil nunca se defende o mal em si. Digamos que era uma defesa enrustida e envergonhada, que chamei de “escravismo de circunstância”, porque o argumento era algo como “não é que a gente ache a escravidão boa, longe de nós, mas nas atuais circunstâncias, o país não pode prescindir dela, precisamos esperar mais um pouquinho”. Nos Estados Unidos a retórica escravista era muito mais desabrida e aqui, entre nós, ela ganhou essa característica mais sinuosa. E, por fim, os próprios governos também vão se referindo às experiências estrangeiras. Nesse sentido, o caso mais marcante é o de Cuba: a lei do ventre livre é aprovada em Cuba em 1870, e no Brasil em 1871, enquanto a lei que foi chamada lei dos sexagenários aqui, em 1885, remonta a uma lei espanhola de 1880. Do mesmo modo, em 1886, faz-se no Brasil a lei do escravo fugitivo, que copia a lei americana até no nome, para reprimir os abolicionistas que davam fuga aos escravos e os escravos que fugiam. A experiência estrangeira, então, nessa perspectiva comparada, funcionou como um farol para os três lados do conflito: Estado, movimento e contramovimento.

Existe também a relação entre esses três elementos. Entendo que o processo abolicionista funcionou como um jogo entre essas três grandes posições e que, por isso, não é possível escrever especificamente sobre o movimento abolicionista. Embora esse fosse o foco do meu livro, é impossível entender as posições que o movimento toma e as estratégias que elege sem considerar que está respondendo às ações e às medidas tomadas por esses outros dois atores. Estou considerando aqui que não existe uma posição “de princípio” abolicionista – que eles têm uma plataforma estável, que eles têm preferências por certas formas de ação e que eles simplesmente as colocam em prática. Estou supondo que tudo que eles falavam e faziam, tudo que defendiam, dependia da correlação de forças em cada uma das conjunturas. Por isso meu foco está nas conjunturas e no modo como esses três elementos se aliavam ou se confrontavam, em duas

grandes arenas: no interior das instituições políticas e no espaço público. A definição das estratégias abolicionistas dependia, portanto, da posição do Estado e da força dos escravistas.

Foi considerando esses elementos que dividi o processo abolicionista em grandes fases. A primeira vai mais ou menos de 1868 a 1871, quando começa a mobilização no espaço público, quando o movimento surge como tal. Ele não começa por acaso, mas no momento em que há condições para esse surgimento. De uma parte, há uma cisão da elite política, que gera dissidentes – é do interior dessas elites que começam a aparecer os primeiros abolicionistas. São três os processos que despontam de forma mais ou menos concomitante. O primeiro é uma mudança no ambiente internacional, à qual me referi; o fim da Guerra Civil americana, sobretudo, gera várias declarações da elite política brasileira, inclusive do próprio imperador, que diz: “agora não dá mais, precisamos fazer alguma coisa”. Essa disposição de tomar alguma medida, no entanto, não é tão consensual na elite imperial, que desde 1850 “empurrava com a barriga” esse processo. No final de 1860 acontece essa cisão dos que entendiam que era preciso fazer algo, e logo. Ainda que estivessem se referindo apenas a medidas limitadoras do escravismo, e não à abolição propriamente. Mas mesmo isso gerou oposição em outra ala da elite imperial.

O segundo processo é a crise política que esse movimento gera a partir de 1868, sobretudo no interior do partido conservador. O partido liberal, por sua vez, protesta pedindo reformas modernizadoras, e a abolição gradual da escravidão é uma delas (é o último item da lista de reformas, mas está lá). Porém, os conservadores que estão no governo se negam a fazer qualquer reforma, e os liberais começam a usar o espaço público para apresentar campanhas reformistas em geral. Isso cria uma espécie de “efeito demonstração”, porque são políticos fazendo política fora do parlamento, com conferências e jornais propagandeando suas ideias. Essa trilha, aberta pelos liberais, nesse momento, é seguida pelos abolicionistas.

O terceiro processo é essa crise do partido conservador, porque, diante do impasse entre não fazer nada ou fazer alguma coisa, o partido se cinde em duas metades, quase como dois partidos: os “Emperrados” e os “Moderados”. E a ala moderada, aquela do Visconde de Rio Branco, consegue passar a Lei do Ventre Livre. Pouca gente sabe, aliás, que a sua vigência plena só poderia acontecer em 1892, quando as crianças libertadas chegassem à maioridade. Na verdade ela não liberta ninguém imediatamente, mas mesmo assim causa um drama no partido. Assim surgem as condições para o primeiro ciclo de mobilização: tanto um ambiente interno revolucionado politicamente, quanto um ambiente externo encaminhando a abolição. Começam a aparecer pelo país inteiro as primeiras associações abolicionistas – e são muitas, não uma ou duas –, bem como três grandes lideranças: uma mais importante no começo, Abílio Borges, outra que vai do começo ao fim, André Rebouças, e Luiz Gama, que morre no meio da campanha. São os três líderes mais importantes da campanha abolicionista. Eles foram importantes não só pelas suas ações em si, mas também porque criaram o que chamei de “estilo de ativismo”, formas de fazer a campanha abolicionista que outros depois puderam duplicar. Rebouças desenvolve o *lobby* de circulação entre o que acontece no espaço público e nas instituições políticas, funcionando como um canal durante a campanha inteira. Abílio Borges é o primeiro a utilizar aquilo que Margaret Keck chama de “método bumerangue”: ir ao exterior pedir a intervenção de autoridades estrangeiras com relação à escravidão no Brasil. E Luiz Gama inicia um ativismo judicial, esse que está tão na moda hoje, dos tribunais, impetrando processos judiciais e argumentando que a abolição é ilegal. O final dos anos 1860 dá início à campanha, então, já com três estilos de ativismo em prática, associados às manifestações no espaço público. Abílio Borges, sobretudo, inicia o que ele chama de cerimônias cívicas: como diretor de escola, ele começa a fazer cerimônias nas quais seus alunos decla-

mam poesias, seguidas por um discurso seu (entre esses alunos estão Rui Barbosa e Castro Alves) em favor da abolição.

Ao mesmo tempo que começa o processo de mobilização abolicionista, começa o contramovimento escravista, com o surgimento e consolidação de suas lideranças. Visconde de Rio Branco dá início a reformas, mas morre ao longo da campanha. Do outro lado está Paulino Soares de Souza, uma figura também pouco conhecida, mas muito importante, que talvez tenha sido o maior escravista brasileiro, um denodado defensor da escravidão, de 1868 até o dia da aprovação da abolição no senado, até a última discussão. Existe, portanto, uma resistência escravista de longo prazo, também muito organizada, simultânea à campanha da abolição. E o que faz o Estado, entre essas duas forças sociais que vão se organizando? O Estado vai jogando, ora para cá, ora para lá. No início, o Estado tem uma postura mais tolerante em relação à organização abolicionista. Nem ajuda, nem atrapalha. Isso acontece durante governos conservadores mais fracos, no começo, e nos primeiros governos do partido liberal a partir de 1878. Então os abolicionistas, em 1878, começam uma campanha agressiva, considerando que havia um ambiente político mais propício para essa mobilização, com manifestações, associações e jornais. Nesse momento, há uma nova geração chegando à vida pública, a de Nabuco e Patrocínio, e é com esses eventos que novos abolicionistas entram na campanha, agora muito mais numerosos. Tem início uma segunda fase do processo abolicionista, uma fase de nacionalização.

A escravidão volta à agenda institucional em razão da lei do ventre livre, de 1871, que dizia que quando as crianças nascidas depois da aprovação da lei completassem oito anos de idade era preciso decidir se elas ficariam sob guarda do Estado ou sob guarda dos senhores. Os abolicionistas aproveitam a conjuntura apresentada por essa situação e começam a intensificar a campanha, investindo em alianças internacionais e em eventos públicos e atraindo mais gente. É um momento não só de nacionalização,

mas também de popularização da campanha, em que eles começam a convocar pessoas que não faziam parte da elite imperial.

Embora seja possível afirmar que Joaquim Nabuco era uma espécie de novo Abílio Soares, ele ainda assim era um membro da elite imperial. José do Patrocínio, por outro lado, representa o que vai ser a maior parte dos abolicionistas daí em diante: gente de imprensa e profissionais liberais que vão entrando na campanha sem ter conexão direta com a elite imperial. Chamo atenção para esses dois personagens porque são as duas grandes lideranças dos anos 1880, que passaram a década inteira brigando entre si e se ajudando ao mesmo tempo. De um lado, Nabuco vai investir no parlamento e se consolidar ao longo da década como a liderança parlamentar do abolicionismo. Do outro lado, Patrocínio vai investir no espaço público, tornando-se a liderança nessa outra cena. Por isso assinalo que Rebouças foi o sujeito mais importante dessa história, porque ele conectou essas duas lideranças, que são tão diferentes entre si. Rebouças foi, por isso, a alma da confederação abolicionista.

A confederação abolicionista foi criada por eles em 1883 com a ideia de que seria preciso não apenas fazer campanha, mas fazer uma campanha integrada em todo o país, agregando os abolicionistas. A ideia era congrega, reunir esforços e investir em propaganda. Essa é a fase que eu chamei de “flores”, marcada por um estilo artístico e pacífico de manifestações, em que foram feitas conferências-concertos, com declamação de poemas, etc. Essas manifestações tiveram um resultado progressivo muito importante, o de adensar o apoio público ao abolicionismo nos espaços urbanos, permitindo o crescimento numérico, o adensamento e a expansão geográfica do movimento. Destaca-se, nesse sentido, a atração de uma parte da população que não participava da política – como os eventos eram nos teatros, as mulheres e mesmo as crianças começam a participar da campanha, que ganha um caráter inclusivo que nenhuma atividade política do império possuía. O sucesso dessa estratégia levou os abolicionistas à adaptação de

outra estratégia relativa ao que havia acontecido nos Estados Unidos, a campanha de libertação de territórios. Eles fazem uma campanha comprando alforrias, pedindo aos proprietários que libertem seus escravos, ou indo de casa em casa até libertar um quarteirão, de quarteirão em quarteirão até libertar uma rua e de rua em rua até libertar uma cidade. Claro que essa estratégia não tinha muito sucesso nos lugares mais difíceis, como as grandes cidades e as províncias de maior resistência escravista. Mas ela funcionou muito bem na província que eles decidem tomar como foco, a do Ceará, onde há duas características importantes: poucos escravos e, principalmente, o fato de o presidente da província, Sátiro Dias, que havia sido professor na escola de Abílio Borges, ser um abolicionista e apoiar a campanha. Ele chega a tomar uma medida no final da campanha, que ele mesmo considerava inconstitucional: decretar o Ceará livre da escravidão. Os abolicionistas usaram as vantagens das distâncias no século XIX – até o governo central, no Rio de Janeiro, mandar um batalhão militar para impedir que a medida fosse tomada, o movimento já havia feito a abolição no Ceará. Esse fato foi tomado pelos abolicionistas como um grande êxito, que eles visibilizaram de diversas maneiras, e não só no Brasil. Patrocínio vai a Paris fazer um banquete de celebração com os abolicionistas franceses, enquanto Nabuco vai a Londres fazer o mesmo com os abolicionistas ingleses.

A libertação do Ceará – não é à toa que uma foto dela está na capa do meu livro – foi muito importante porque ela obrigou o sistema político a reagir. O sistema político vinha até então tolerando a campanha como algo inócuo, mas é levado a agir nesse momento que chamei de “votos”, quando os abolicionistas criam um caso e o sistema político entra em crise. O imperador chama quatro líderes políticos para assumir a chefia do governo, e nenhum deles aceita. Manoel Souza Dantas assume o governo com um compromisso, porque ele é membro de uma sociedade abolicionista. Dantas diz ao imperador: “eu só vou se for para fazer alguma coisa”,

e vai carregando consigo uma proposta moderada de abolição da escravidão, mas de efeitos imediatos. Nesse momento o movimento se institucionaliza e faz uma aliança com o governo, pensando: “esse governo não é exatamente o que queríamos que fosse, mas nós vamos apoiá-lo porque ele está comprometido com parte das nossas bandeiras”. E o programa do gabinete, que entrou para a história com a “lei do sexagenário”, depois de perder muito do seu ímpeto. Embora a proposta incluísse a libertação dos escravos idosos, tinha outras medidas muito mais importantes que foram a razão pela qual o projeto não foi adiante. Ele propunha a abolição imediata na grande parte da escravaria que tinha registros falsos (havia escravos registrados como mais velhos do que eram), concessão de direitos para os libertos (inclusive um salário mínimo) e ainda uma pequena reforma agrária.

Não era pouca coisa, então, o que essa aliança entre o gabinete e o movimento apresentou ao parlamento em 1884. E, por isso, gerou tamanha reação escravista no parlamento e a entrada de fato em uma fase de “votos”, porque o gabinete e o movimento foram juntos às urnas buscar a confirmação para o projeto. Os abolicionistas fazem uma grande campanha nacional, lançam cinquenta candidatos coligados, todos defendendo esse mesmo programa. Nabuco, membro da elite que já tinha estado no parlamento, é o carro-chefe da campanha, mas ele é apenas a face pública de uma coalizão muito maior.

Então movimento e governo vão juntos às ruas. E perdem. Na verdade, eles não perderam propriamente nas urnas, as urnas deram ali um “Dilma e Aécio”, quase um empate. O que aconteceu foi que, como costuma acontecer, os conservadores ganharam na apuração o que eles perderam na eleição. Eles ganham formalmente o processo e esse gabinete, que era não só simpático mas aliado mesmo do movimento, é substituído pelo seu contrário, um gabinete escravista, ultraconservador, com o Barão de Cotegipe, muito decidido a reprimir os abolicionistas e a manter a escla-

vidão. Começa então a fase que eu chamei de “balas”, e é nesse momento que podemos falar da vigência plena de um escravismo, quase como um escravismo de Estado, uma reação política organizada em favor da escravidão e que reagiu nas instituições, no espaço público e mesmo clandestinamente.

Foi essa contraofensiva escravista, que começa em agosto de 1885, que resultou na lei dos sexagenários. Eles abrandaram o projeto Dantas, retiraram o que havia de reformista e tornaram a lei muito mais branda, inclusive com vigência futura (assim como a lei do ventre livre, a lei dos sexagenários não era de aplicação imediata, porque primeiro era preciso fazer um registro dos escravos).

Tem início, então, uma campanha ao contrário, dos escravistas contra os abolicionistas. O governo Cotegipe investe na tentativa de prender e reprimir, tanto por medidas legais quanto por extralegais, os abolicionistas – muitos são perseguidos e presos. Estes respondem partindo para a desobediência civil, evocando mais uma vez o repertório estrangeiro. Assim como nos Estados Unidos os abolicionistas haviam criado o chamado *Underground railroad*, um caminho de ferro subterrâneo de fugas (não era um caminho de ferro *stricto sensu*, mas sim redes de viagem em direção ao território libertado, o norte do país), os daqui começaram a ajudar os escravos que eles conseguiam roubar a fugir para o Ceará, que já estava livre. Ao mesmo tempo, eles prosseguiram com a campanha de libertação de territórios – a cidade de Santos, por exemplo, se declara livre em 1887, tornando-se também destino dos escravos roubados.

Começa, então, um período de fugas coletivas e de enfrentamento entre abolicionistas e escravistas, e entre abolicionistas e Estado. Mas o movimento se dissemina e o governo não consegue reprimir todas as iniciativas. Existe uma carta muito sintomática em que o presidente de São Paulo, Rodrigues Alves, escreve para Cotegipe e fala: “por favor, mande tropas aqui, porque não está dando. Está todo mundo fugindo”. E Cotegipe

responde: “Olha, eu adoraria reprimir. Mas, infelizmente, não tem tropas o suficiente para mandar para o país inteiro. Todo mundo está pedindo”. Dessa forma, os abolicionistas vão assoreando o sistema por baixo. Essa carta de Cotegipe é importante porque mostra que é decisiva a posição do exército. Enquanto o governo escravista está com o exército a seu favor, ele ainda tem força para reprimir. Mas em outubro de 1887, Deodoro da Fonseca, chefe do club militar, manda uma carta para Isabel dizendo: “olha, nós não vamos reprimir mais”. Isso não tinha a ver com os bons corações dos militares, mas sim com o fato de que a Coroa estava brigando com eles, militares, que se vingam dessa forma.

Como último recurso ao escravismo, assim como aconteceu nos Estados Unidos, restou o uso das milícias privadas, os próprios cidadãos defendendo suas propriedades. Um dos casos mais escabrosos aconteceu em Penha do Rio de Peixe, que agora se chama Itabira – a cidade mudou de nome por causa desse evento. O vice-delegado, o vice-prefeito, vereadores e todos “os cidadãos de bem” da cidade se unem em uma madrugada e invadem a casa de um abolicionista, acusado de esconder escravos. O abolicionista em questão, o delegado, foi linchado diante da filha pequena e da mulher, que sobreviveram porque se esconderam em um forno de assar pão. É um evento traumático, embora nenhum desses cidadãos de Rio de Peixe tenha sido condenado – são todos absolvidos. Mas esse caso, que Agostini desenhou, ganha visibilidade nacional, foi uma espécie de limite para as possibilidades de reação contra os abolicionistas, porque muita gente começa a dizer: “bom, fomos longe demais”. Isso em fevereiro de 1888. Somente depois disso começa um movimento de vários setores da elite social que vão dizendo: “agora deu, chega! Não dá mais para insistir, fomos até onde dava”. É o momento final da estratégia repressiva.

O Brasil, a essa altura, é a única nação escravista do Ocidente. Os abolicionistas conseguem do primeiro-ministro inglês uma carta de condenação à escravidão. Vários bispos começam a se manifestar, sucessivamente,

a favor da abolição – a Igreja, até então, estava ao lado do escravismo. O partido liberal lança um manifesto. E, no final de fevereiro, no último dia de fevereiro de 1888, a Coroa decide apoiar a abolição. Ainda assim, há um racha do partido conservador, parte do qual era favorável à escravidão. João Alfredo Correia de Oliveira era uma espécie desses líderes do PMDB, que vão ficando de um governo a outro. Ele está no governo que faz o ventre livre em 1871, em todos os governos escravistas na sequência e também no governo que faz a abolição. É uma dessas figuras brasileiras típicas. Ele assume, em março de 1888, o compromisso de fazer a abolição, porque já não há mais o que se fazer.

Esse é o momento em que Rebouças consegue a adesão da princesa, apenas no final do processo. Como a história acabou vocês sabem. O decreto de abolição é o menorzinho de todas as leis sobre a escravidão da história do país. É composto somente por dois parágrafos e diz apenas que a escravidão está abolida. Vem sem nenhuma das garantias para os ex-escravos que os abolicionistas pediam e sem nenhuma das outras reformas a ela associadas.

Para encerrar, eu queria voltar a alguns pontos tratados, para fixar o que tornou possível essa mobilização tão continuada por duas décadas, que pressionou o sistema político a, finalmente, fazer a abolição. Considero que três dimensões da arquitetura interna do movimento são importantes para entendermos o seu sucesso. Uma é a construção dessas redes de ativismo. A outra é a existência desses articuladores políticos, essas lideranças que faziam articulações. E, finalmente, as estratégias que eles usaram, esses estilos de ativismo que eram modulares.

As redes de ativismo, que não pude detalhar aqui, se baseavam em relações de parentesco, compadrio e amizade. Relações de pessoas que trabalhavam juntas, de estudantes da mesma escola, que iam constituindo os laços interpessoais que tornam possível a mobilização. Existiam também conexões de natureza puramente política. Filiação aos mesmos clubes e às

associações. Mas há muitas relações pessoais que estruturam o ativismo ao longo desse tempo e que explicam a sua continuidade – filhos de abolicionistas que são abolicionistas, por exemplo.

Ao mesmo tempo, havia muita diversidade interna, o que por um lado produziu uma dificuldade de coesão e por outro teve a vantagem de tornar possível a existência de diferentes nichos em que estilos de ativismo particulares puderam vingar. Diferentes grupos podiam agir de maneiras diversas, alguns no judiciário, outros nas ruas, mas agindo juntos, concatenadamente. Esses diferentes estilos de ativismo também foram importantes para a nacionalização da campanha. Porque essa maneira, por exemplo, de fazer as conferências-concerto, com uma estrutura de um showzinho seguido por um discurso político, e ao final a libertação dos escravos no palco, foi uma estrutura simples que pôde ser aplicada pelo país inteiro, ao longo do tempo. Nesse sentido, cada localidade fez a mesma coisa que, em nível nacional, se tinha feito com as estratégias estrangeiras: foi se adaptando a estratégia à realidade local (no Amazonas, por exemplo, eles colocavam os índios, com cocar, coisas que não havia em nenhuma outra parte do país). Isso cria, então, essa combinação entre uma certa padronização e uma certa maleabilidade – o que eu chamo de um “ativismo portátil”. É uma forma de ativismo que pode ser levada e aplicada em outro lugar, e que permite que a campanha funcione nacionalmente.

Outro fator importante foi a existência desses articuladores políticos, que foram cruciais como *brokers*, como chama a literatura de movimentos sociais, isto é, ativistas que são capazes de, ao transitar entre facções e arenas diferentes, fazer a vinculação entre elas. Ao longo do livro, eu chamo atenção para cinco desses articuladores principais, que foram responsáveis por conectar, pelo menos, duas arenas de mobilização. De todos eles o mais importante é Rebouças, porque ele está ao mesmo tempo em todas essas arenas, e esteve na mobilização o tempo todo, do começo ao fim. Duas razões explicam o fato de ele não ter adquirido a notoriedade de

Nabuco: uma, porque ele era um homem de bastidor, que não gostava de aparecer e não fazia discursos no palco; outra, porque era negro. Rebouças não era, então, uma boa face pública para um movimento que negociava com instituições políticas.

O que eu queria ressaltar era essa arquitetura do movimento. E chamar atenção para o fato de que ele não se reduz a uma figura, uma liderança em particular, embora Rebouças seja o mais importante aqui. O movimento é uma mobilização que envolve, pelo menos, duas mil pessoas, entre homens e mulheres (foi quando eu parei de contar!). E uma mobilização longa, que foi sucessivamente variando estratégias, retóricas e arenas conforme a conjuntura política, nessa sequência “flores, votos e balas”. Quis ressaltar, também, essa clivagem entre abolicionistas e escravistas, em vez das clivagens intra-abolicionistas. Existe uma tendência a pensar os movimentos de contestação sem considerar aquilo que eles contestam, aqueles que defendem o *status quo*. E sem olhar para os dois lados, não conseguimos entender a dinâmica do processo político.

Por fim, para concluir, considero que minha pesquisa pode ajudar a combater três grandes mitos sobre o país no século XIX. O primeiro é a ideia de que existe um atraso brasileiro em relação às ideias estrangeiras, algo que eu combato há bastante tempo, mas que reaparece. Como vocês viram, os abolicionistas estão antenadíssimos, e não só eles. Também o Estado e os escravistas estão em um diálogo constante com a conjuntura internacional. E não estão, simplesmente, copiando: eles estão fazendo leituras críticas do que está acontecendo. O outro mito é o da abolição como obra da Coroa, como dádiva da Princesa Isabel. A Coroa é mais uma força “ensanduichada”, levada no final do processo a tomar a posição que tomou. A abolição não pode ser creditada, então, a esse ator. A abolição é o resultado de um processo político de grandes proporções, desse embate, e não de um ator particular. E o terceiro mito é esse que vem desde Oliveira Viana, da apatia da sociedade brasileira, uma sociedade invertebrada e in-

solidária. Ao longo da pesquisa levantei mais de duzentas associações abolicionistas do século XIX. Não é possível que uma sociedade dessa possa ser chamada de apática. Enfim, eu queria chamar atenção para essas coisas. Infelizmente, o movimento abolicionista ainda fala conosco, de diferentes maneiras, porque a sua agenda inteira, até hoje, não foi integralmente posta em prática. E também porque, como estamos assistindo em um contexto contemporâneo, esse embate entre movimento e contramovimento continua existindo no país em torno de reformas. Muito obrigada.

Debate

Giralda Seyferth

A tarefa de comentadora é sempre difícil, ainda mais quando estamos reunidos com uma historiadora – embora eu mesma tenha formação em história, e venha trabalhando nesse mesmo século XIX há algum tempo. Mas vou partir da última coisa que você apresentou, sobre os mitos. Você mostra que a abolição não foi um ato pacífico que a ideia do poder moderador sugere, que foi precedida por um longo debate e inclusive por violência, como esse linchamento mencionado. A abolição, portanto, chegou após um longo processo político, que envolveu muita gente, e o país inteiro. Era algo muito mais intenso, em terras brasileiras, do que se supõe.

Mas eu queria comentar um pouco sobre a abolição a partir de um outro viés, uma outra abordagem que trabalho: a imigração e o racismo. A imigração estava na pauta, embora apareça disfarçada na argumentação de muitos abolicionistas – basta ver os últimos parágrafos do livro *Abolicionismo*, de Nabuco. É principalmente o discurso da modernidade que dá base à argumentação, e é possivelmente por esse discurso da modernidade que não se foi adiante depois de 1888.

Não é à toa que isso aconteceu no terreno da imigração massiva de italianos e portugueses justamente na década de 1880, sobretudo a partir da promulgação, em 1888. Tem a ver, exatamente, com essa visualização

de que a abolição está a caminho e que é preciso substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre, um discurso constante ao longo do século XIX e acompanhado aqui pelo discurso da modernidade.

E qual é o imigrante que eles querem, afinal? O imigrante europeu. Uma diáspora europeia que está motivando todo um investimento do Estado e dos cafeicultores na imigração.

Esse período foi marcado, também, pela própria formação do estado imperial. Há uma continuidade que vem da década de 1840: o pós-revolução farroupilha, a retomada do povoamento de imigrantes, pelo Estado Imperial; uma forma geopolítica de consolidação de fronteiras, inclusive, e de comunicação. E isso está sendo feito junto com a discussão da lei de terras e da lei que terminou com o tráfico.

Queria falar também do racismo, de toda a discussão que atravessa os pensadores sociais que estão lidando com a ideia de abolição. O racismo está presente; às vezes, disfarçado por eufemismos, mas está lá. Mesmo quando se trata de abolicionistas radicais. Não todos, evidentemente, mas alguns, inclusive Nabuco. O racismo viceja dentro do aparelho do Estado e da academia do século XIX, e o problema social da população negra fica em segundo plano. Não se pensa nessa questão. Em um contexto migratório era dito que sequer se podia cogitar uma eventual imigração africana para o Brasil, afirmando que isso seria uma forma indireta de estabelecer o tráfico. Mesmo quem achava a abolição necessária não queria, de fato, que se trouxesse gente da África que entrasse aqui como gente livre, Tavares Bastos, por exemplo. Eram abolicionistas, mas queriam imigração dos brancos.

No âmbito do pensamento social, portanto, e mesmo no campo político, era à escravidão que se atribuía o atraso civilizatório do Brasil. Dizia-se que introduzir gente inferior era o grande problema da escravidão. Ou seja, a questão não era tanto o escravo, mas aquele escravo que era pensado como racialmente inferior aos brancos, basicamente. O caso mais notório

de racismo na academia, Oliveira Viana, é inclusive posterior à abolição. Ele procurou mostrar que, demograficamente, o Brasil se encaminhava para uma civilização branca. Porque o perfil demográfico tinha mudado de lado e já haveria uma maioria de brancos, e não de negros, na população. Mas o que ele está dizendo também? Que, se o Brasil tivesse mantido a escravidão por mais algum tempo, o problema se resolveria por si mesmo, porque os negros iriam desaparecer e o Brasil seria branco de vez. E ele estava falando do que? Do alto grau de mortalidade, pela tuberculose principalmente, da população negra. Ele era um racista que permanece na atividade pública até sua morte, em 1950.

Esse tipo de consideração aparece com muita clareza mesmo no âmbito de alguns abolicionistas. O que eles buscavam era a inversão da pirâmide – o que talvez explique o fato de que nada foi feito para integrar a população ex-escrava à sociedade. Senti falta de alguma referência maior a Joaquim Nabuco e, particularmente, ao seu livro *Abolicionismo*. Nabuco foi um autor que oscilava, o tempo todo, entre o argumento humanitário e o racismo. Mesmo que não se trate de um discurso propriamente racial (ele se apropria mais da ideia de “não civilizado” e primitivo), o racismo está presente, partindo do princípio da inferioridade dos negros – ainda que ele tente ser “politicamente correto” e fale em nome dos “direitos humanos”. Porém, no fim, ele afirma que a abolição é necessária para o Brasil poder atrair gente civilizada da Europa, que devia trazer para os trópicos, e aí são palavras dele, “uma corrente de sangue caucásico, vivaz, enérgico e sadio”. Essa é a justificação do movimento abolicionista.

Você, Angela Alonso, está analisando a dimensão política da questão toda, que é extremamente importante e que nós não vemos tão bem delineada em outros discursos sobre a abolição. Mas essa ideia de que era preciso transformar o Brasil em uma civilização tropical branca estava presente desde os tempos iniciais da imigração, que remontam a 1818 – já no tempo de dom João VI essa questão aparece. Existia um temor perma-

nente de uma rebelião geral dos escravos que pudesse transformar o Brasil em um Haiti. Isso é um discurso que está lá atrás, no início do século XIX, pós-revolução Haitiana.

Seu enfoque recai no período seguinte à promulgação da lei do ventre livre, que foi um marco e foi bastante contestada pelos escravistas. Ao mesmo tempo, porém, o próprio governo paulista e o governo imperial estão investindo maciçamente, nesse início da década de 1870, na imigração dirigida. O crucial nesse processo da abolição no Brasil não foi, propriamente, a imigração espontânea, e sim a imigração dirigida: agentes do Estado ou agentes a serviço dos fazendeiros e a serviço da *plantation*, indo para a Europa buscar imigrantes.

A sua abordagem destaca esse momento em que o abolicionismo se acende como uma questão política, mas, certamente, o debate político já estava presente na década de 1840, quando se discutiu o fim do tráfico, junto com a lei de terras, ambos promulgados em 1850. Isso é interessante porque, demograficamente, a imigração vai crescendo paralelamente à presença de atos que anunciam, ou pré-anunciam, uma abolição futura, e em um futuro não muito distante. E aparece também, aí, o âmbito internacional, em função dessa pretensão de povoar o território com “gente civilizada”, exatamente para consolidar o Estado Imperial. Por exemplo, um dos fatos que acontecem em 1846 é a ida do visconde de Abrantes à Prússia, como ministro bem potenciado do Brasil, com o objetivo direto de convencer o governo prussiano a permitir que os agentes do governo brasileiro agissem no seu território, para aliciar imigrantes. E é interessante essa associação: o Visconde (depois marquês de Abrantes) era um grande proprietário fluminense, um escravista “de carteirinha”, mas dizia que o fim do tráfico era algo possível e que deveria acontecer para mostrar que o Brasil queria ser um país civilizado. Por outro lado, a imigração era incompatível com o tráfico, mas não era incompatível com a escravidão. Ao mesmo tempo, se olharmos para a legislação sobre imigração, eles fa-

lam o tempo todo em “importação de colônias” e coisas do gênero. Ou seja, o imigrante também era olhado como mercadoria, não tanto como gente. Portanto, o transnacionalismo, que você enfatiza, é bastante antigo. E a busca por imigrantes em países germânicos coincidia, justamente, com a consolidação da independência e do Estado, do território estadual – havia ainda uma discussão com a Argentina sobre a definição de nossas fronteiras, por exemplo, que só foi resolvida depois da república, na década de 1890, se não estou enganada, por uma arbitragem internacional. Eles queriam quase todo o oeste de Santa Catarina.

Há um encaminhamento, então, para duas direções. Uma seria pensar a incompatibilidade dos negros com a civilização e o povoamento do território com gente considerada civilizada e progressista. Não à toa se falava, ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, em “colonização estrangeira” – que, na verdade, estava voltada para a Europa. Essa questão acompanha esse processo e também está sendo discutida paralelamente à questão da abolição, e eu queria chamar atenção para isso. Uma das argumentações dos abolicionistas, inclusive, era a de que a abolição seria necessária para que se pudesse investir mais – e convencer melhor – os imigrantes europeus a virem para o Brasil – o que parece não ter surtido muito efeito, porque, dentre os que vieram, 40% retornaram. Portanto, o que fica evidente aí é a progressão demográfica da imigração à medida que vão sendo promulgados atos renunciando a abolição, mesmo com todos os impedimentos para que aquilo fosse de fato implementado.

Eu acho que a sua abordagem é importante, porque ela vai para o campo político de uma maneira mais forte do que outros autores fizeram. Não que não tenham considerado essa dimensão – até porque, antes de ser sancionada pelo poder moderador, a discussão tinha que passar pelo congresso (a princesa, por si só, não tinha o poder de assinar um decreto). De qualquer maneira, eu não vou fazer perguntas, propriamente, mas apontar as virtudes da sua análise. Uma delas é tratar o abolicionismo realmente

como movimento social. Porque nós não vemos muito o que você ressaltou na sua apresentação, essas ações que foram sendo implementadas no espaço público em todo o Brasil. E a presença forte de ativistas e associações com estratégias específicas de mobilização, que foi extremamente importante na sua análise. E, sobretudo, assinalar que não se trata de algo interno, simplesmente, o que também não aparece em outros estudos. De fato, a área internacional influenciou bastante. Não é à toa que Nabuco vai publicar o *Abolicionismo* na Inglaterra primeiro, antes de publicar o livro no Brasil. Essa ideia de transnacionalismo, uma expressão recente, mas que pode ser usada para pensar esse período também, portanto, traz à tona outro fenômeno: a pressão externa para que a escravidão acabasse, assim como aquela que houve em relação ao tráfico, principalmente de ingleses, na década de 1840, quando os escravistas brasileiros hesitavam em realmente acabar com o tráfico vindo da África (o tráfico intraprovinciano, por outro lado, nunca acabou). Você mostra com bastante precisão a circulação de ideias que vêm de fora.

Foi interessante também o foco na questão da mobilização pública em espaços pouco usuais no exterior. Você faz a comparação com a Igreja, por exemplo, que teve um papel importante fora do Brasil, enquanto aqui a campanha foi levada para o âmbito das artes e do teatro. O que aponta para a relativa ausência da Igreja Católica – ela própria escravista –, que só entra no final, quando a abolição já é inevitável, basicamente (lembrando que seu papel, como religião oficial do império, ia além do puramente religioso – ela detinha poder político e o poder civil, mais exatamente, de realizar casamentos).

Eu destacaria, ainda, a ênfase nas retóricas mobilizadoras, que passam pelo direito, pelo romantismo e, especialmente, pela ideia de progresso, que tem muito a ver com outras questões: particularmente, com a ideia de que o trabalho livre realizado pelo negro nunca teria a qualidade do trabalho de alguém que não seja negro. Essa é uma das questões que

marcam essa discussão. Outro aspecto que se assinala é a ênfase secular, aí sim uma distinção em relação ao que está acontecendo em outros lugares, inclusive nos Estados Unidos.

Foram importantes essas referências na ação dos abolicionistas, que afinal queriam, na verdade, a modernidade. A modernidade capitalista e a civilização – basta ler Nabuco! Por isso as críticas ao escravismo e seus efeitos deletérios na sociedade. Ou seja, a base não era tanto defender a “humanidade” dos negros, e sim pensar como a escravidão estava atrasando o Brasil e, por isso, devia ser eliminada – como se a produção escravista fosse inferior à produção dentro dos princípios do liberalismo econômico. Isso é recorrente, também, no discurso sobre a imigração. Por que o Brasil foi buscar imigrantes na Europa para fazer uma espécie de reforma agrária em terras públicas? A primeira coisa que se fez, como forma de atração de colonos, foi definir o que era terra devoluta na lei de terras. Somente com o decreto da república de 1913, se não me engano, permitiu-se que brasileiros fossem assentados nessas áreas de colonização estrangeira. Podiam ter mandado ex-escravos para essas áreas, mas isso não aconteceu. Continuou-se, mesmo durante a república, a enfatizar a imigração nesse sentido. Essas ideias de modernidade, portanto, principalmente uma modernidade de economia liberal, e de civilização estão lá, em alguns dos abolicionistas. Isso mostra que a escravidão era pensada muito mais pelo outro lado: por aquilo que ela teria prejudicado na formação da nação, para resumir a história.

Para terminar, eu mencionaria a falta de projetos de inserção dos ex-escravos na sociedade depois de 1888, que mostra que os abolicionistas não pensavam tanto assim nos escravos, mas muito mais no instituto da escravidão como um atraso. Uma das passagens mais interessantes, nesse sentido, diz respeito a Tavares Bastos, um abolicionista anterior ao seu período enfatizado. Quando terminou a guerra civil e foi abolida a escravidão nos Estados Unidos, cogitou-se, no Brasil, trazer aqueles escravistas

descontentes como imigrantes. E aí você se pergunta: o cara era abolicionista aqui e estava achando que o Brasil precisava mesmo era de brancos americanos que pudessem trazer uma modernidade para nossa agricultura; e, no entanto, esses caras que se cogitava trazer eram justamente escravistas!

Angela Alonso

É muito gratificante quando se consegue que as pessoas se interessem e discutam. Agradeço especialmente à Giralda, que fez um esforço maior de leitura. Vou começar falando sobre duas grandes questões: uma diz respeito à participação de setores subalternos e dos escravos durante a campanha; e, a outra, à imigração.

Quando eu comecei a pesquisa, considerei que a questão dos escravos já havia sido trabalhada, e com muita competência, por pesquisadores como Challoub e João Reis. E essa literatura é um universo em si mesmo, porque é uma literatura sobre a escravidão e a resistência dos escravos. O que não havia, ou não estava suficientemente estudado, era a conexão com o sistema político. Então, como eu venho da sociologia política, tomei a decisão de olhar apenas para aquilo que tinha relação com o sistema político – o que por si só já é enorme. Eu tinha de recortar de alguma maneira, ao longo da pesquisa, e quem decidiu isso para mim foi o Rebouças. Uma correspondência dele, especialmente, que diz algo como “olha, não adianta nada ficar fazendo uma ação aqui, outra ali, porque a escravidão está na lei. Se nós não tivermos uma lei de abolição, não adianta ficar fazendo quilombo ou rebelião”. Eu levei a sério essa ideia do Rebouças, portanto, de que era preciso acompanhar as mobilizações que tivessem conexão com o sistema político. Dessa forma, eu não fui atrás das mobilizações dos escravos, esse não foi o meu foco. Mas, ao longo da pesquisa, elas foram aparecendo à medida que os abolicionistas foram se conectando a elas.

A maioria dos abolicionistas, na maior parte do tempo, não tinha conexão, em suas atividades políticas, com os escravos. Pelo contrário, eu conto no livro como vários abolicionistas começam a campanha sendo eles mesmos proprietários de escravos – é o caso do Rebouças, do Rui Barbosa e de vários deles. Somente mais tarde eles vão perceber isso como uma contradição. Uma outra surpresa, considerando que a campanha começa na elite social do império, foi descobrir que havia negros. O Rebouças é um nome de elite, seu pai é conselheiro e ele é professor da Escola Politécnica.

Depois, progressivamente, a campanha vai crescendo. É nessa última fase, na fase das balas, como chamei, no momento em que os abolicionistas são expulsos do sistema político, que eles buscam a conexão com os escravos, com os movimentos locais, com os quilombos que já existiam (criando quilombos, inclusive, como o do Leblon). E por quê? Porque quando o sistema político fecha, eles falam: “o jeito de ir, agora, é por baixo. Nós vamos por baixo”. É uma decisão estratégica.

Também as conferências-concerto, ao introduzirem o aspecto da teatralização, são uma forma escolhida pelos abolicionistas para dar conta dessa questão. O país é analfabeto, e o teatro é uma forma de comunicação que chega a muito mais gente do que a palavra escrita de *O Abolicionismo* do Nabuco. É uma estratégia, portanto. O uso das artes tem a ver com esse objetivo de mobilizar os iletrados. Porém, ainda não são propriamente os escravos, e sim os negros livres, uma população relativamente grande no império. Ao mesmo tempo, nessas sessões no teatro, ao final, eles libertam escravos ao vivo. É um momento de grande dramaticidade em que os escravos ganham a carta de alforria. E vários escravos que são libertados na campanha se tornam, depois, abolicionistas. Eu encontrei um que é libertado em uma sessão e, alguns anos depois, está discursando em outra conferência.

Essa inclusão dos setores subalternos não foi meu objeto principal, mas ela foi acontecendo. E nessas associações que eu mapeei, havia muitos

que nós poderíamos considerar como provenientes dos setores “baixos” da sociedade imperial: associação de tipógrafos, associação de cozinheiros, etc. No final, começam a aparecer associações só de negros, que se nomeiam assim. Ao final da campanha, então, o movimento realmente vai chegando às franjas e daí ocorre certa sobreposição com organizações já existentes (irmandades negras, por exemplo). O movimento vai assim se conectando com essa mobilização, e eu considero que é justamente o fato de ter ido para baixo que possibilitou, no final, o avanço sobre a ordem escravista. Mesmo porque várias dessas fugas que eu pude registrar acontecem no meio da cidade: elas não poderiam ter acontecido se não contassem com um certo apoio tácito das pessoas que estão na rua, sobretudo de setores populares.

Isso não quer dizer que os abolicionistas fossem grandes democratas, entrando já na questão do racismo. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Diferentes grupos de abolicionistas têm diferentes convicções a esse respeito, mas há um certo elitismo, de modo geral, e uma ideia de que eles vão salvar os escravos. Os escravos, nesse sentido, são os outros, são o objeto da ação. É apenas nesse finalzinho que eles começam a ser pensados como sujeitos e atores políticos efetivos. Mas boa parte da campanha segue essa ideia do Nabuco, do mandato da raça negra, “nós estamos falando em nome deles”, e isso é verdade tanto em relação aos abolicionistas brancos da elite, como Nabuco, quanto aos abolicionistas negros. Rebouças, Patrocínio e Luís Gama, que são negros, se relacionam dessa forma também: “é a base, não são os meus iguais”. Isso indica que a estrutura social da sociedade imperial, que muitas vezes é pensada como reduzida a apenas dois estratos, por conta da escravidão, é na verdade um universo muito complexo, com negros livres por um lado, uns subindo, outros não, brancos pobres, etc.

Ainda no tema do racismo, já que você falou do Haiti, tem também um grupo que merece destaque: o dos positivistas. Porque o Haiti – o

“haitianismo”, como se chamava – é uma referência para todos, tanto para os abolicionistas quanto para os escravistas. Por um lado, os abolicionistas começam a ameaçar: “olha, se vocês não fizerem a abolição, isso aqui vai virar o Haiti”; ao mesmo tempo, os escravistas argumentam que “se começarmos a dar muito poder para eles, isso aqui vai virar o Haiti!”. É um exemplo negativo usado por todos. Mas em 1884, quando o gabinete Dantas cai, os positivistas fazem um panfletinho radical, dedicado ao líder da rebelião negra do Haiti, Toussaint-L'Ouverture, em nome da liberdade do trabalho e dos direitos dos trabalhadores – eles chamam os escravos, inclusive, de “proletários escravizados”, proletários que estão sob situação de escravidão. Existe, portanto, uma remissão a uma agência negra, cujas referências são variadas (aparece também o Frederick Douglass, um negro abolicionista americano que, de modo similar a Rebouças, se afirmava nos moldes da elite, por exemplo).

Podemos pensar na conexão entre racismo e imigração. A imigração é outro pedaço do assunto que não selecionei – dessa vez sem a ajuda do Rebouças. Porque o trabalho completo seria acompanhar, ao mesmo tempo, o que vai acontecendo com a escravidão, com as terras e com a imigração. Três debates diferentes, mas que caminham juntos. Parte dos abolicionistas, inclusive, é também membro de sociedades imigrantistas – o próprio Rebouças é um dos fundadores da Sociedade Central de Imigração. Ou seja, as questões estão encavaladas o tempo todo.

Em 1888, quando a questão da abolição volta ao parlamento, ela retorna junto com um projeto de imigração em massa de chineses, quer dizer, trazer outra população considerada inferior para substituir os negros – projeto ao qual Nabuco se contrapõe fortemente, contra a “imigração amarela”. Também no final do processo, em 1887, os escravistas cogitam trazer senegaleses. Percebe-se aí, então, toda uma postura da elite imperial de substituir uma mão de obra por outra, mantendo a hierarquia social fora de perigo. Os abolicionistas são, digamos assim, “menos racistas” do

que os outros. E embora nós possamos de fato admitir uma tonalidade racista presente em todos eles, inclusive nos abolicionistas negros, é preciso posicionar esse racismo em relação aos racismos dos outros. Porque, embora trabalhem com a ideia de uma hierarquia racial, eles querem contemplar essas pessoas com direitos. Mais uma vez, os positivistas são os únicos que levam isso realmente às últimas consequências, defendendo que não haja imigração nenhuma: “não, é preciso incorporar o proletariado escravo à sociedade nacional”, dizem eles. “Essa é a nossa gente, e o Brasil tem de ir com isso”. Mas a maioria dos abolicionistas quer trazer imigrantes, e de preferência a imigração que era chamada de “colonização”: os que viriam com famílias, da Inglaterra, da Alemanha, etc. A Argentina é sempre usada por eles como um exemplo, nesse sentido: “eles estão trazendo gente direitinho, diferente de nós”. Gente que vem com pecúlio e que vai formar pequena propriedade. Essa é uma conversa que corre *pari passu*, o tempo todo, com a discussão sobre a abolição.

Eu queria falar um pouco sobre o pós-abolição. Quando comecei esse livro, tendo acabado de escrever a biografia do Nabuco, pensei que abordar o movimento abolicionista seria o que eu tinha levantado sobre o Nabuco mais uma coisinha. E então, ao longo da pesquisa, eu descobri que estava apenas na ponta do iceberg, e fiquei seis anos fazendo esse trabalho. Meu plano inicial era chegar até o dia 15 de novembro de 1889 e falar dessa relação entre abolição e república. Mas quando eu cheguei no final, já com o gás curtinho, eu descobri que acontece tanta coisa nesse período de maio de 1888 a novembro de 1889 que daria outro livro. A minha decisão, então, foi a de fazer um finalzinho curto, só indicando alguns desdobramentos. O que eu vi nos jornais desse período? Formação de partido operário, formação de associações negras, formação de associações de trabalhadores, tentativas de formação de vários novos partidos. E algumas coisas explicam, em parte, o fato de os abolicionistas não terem ido mais adiante em seus projetos. Por um lado, eles brigaram entre si, porque ficaram os

monarquistas de um lado e os republicanos de outro, depois da abolição. Já existe, na verdade, uma cizânia entre apoiar ou não apoiar o governo de João Alfredo, porque boa parte dos abolicionistas diz: “escuta, esse cara era nosso inimigo até ontem. E agora, porque eles assumiram, e vão fazer a abolição, nós vamos apoiar?”. Nabuco e Rebouças defendem o apoio: “temos que fazer a lei, temos que apoiar. Temos, até, que ir para o sistema político”. Eles persuadem Patrocínio de que Isabel era fraca e que, quando ela assumisse, eles seriam capazes de influenciá-la a levar adiante o pacote de reforma deles. Os outros abolicionistas nunca acreditaram nisso, e com razão. Depois do 13 de maio, Cotegipe e Paulino, os líderes escravistas, entram com uma medida, um projeto de lei no congresso, para aprovar indenização aos ex-senhores de escravos, isto é, tem início um outro movimento, indenizista, que é uma continuação do escravismo. Os abolicionistas lutaram, até o final do império, contra essa reação escravista – que tentou inclusive, em alguns lugares, a reescravização de escravos –, e isso explica em grande parte o porquê de não terem feito “nada” depois da abolição. Sem mencionar que, em vários lugares, as coisas simplesmente continuaram a funcionar como funcionavam. Não há contexto político, portanto, nem apoio, para continuar a agenda de reformas. O império abandonou completamente essa agenda, e a República não fez nada depois. É um final um tanto melancólico do abolicionismo, porque eles não conseguem levar adiante as suas bandeiras, no momento subsequente.

Para concluir, a lei da abolição teve essa forma tão sintética porque não se queria decidir sobre mais nada. Já havia sido muito difícil decidir sobre o fim do regime escravista. Todo o resto da pauta não só não entra na agenda política formal como sai, depois, da agenda pública. Isso não teve incidência direta sobre as relações de trabalho: em muitos sentidos, as relações escravistas perduraram no regime de trabalho livre. Há vários relatos, durante o início da imigração, de imigrantes sendo tratados exatamente da mesma maneira que os escravos eram tratados – ficou famoso

o caso Longaretti, um imigrante italiano que se insurgiu contra esse tratamento escravista, já na virada para os anos 1920, em São Paulo.

Quando se fala de escravidão, hoje, se pensa muito no trabalho escravo *stricto sensu* que infelizmente existe em certas partes do mundo. Mas eu considero que a grande herança da escravidão, no Brasil, está nas relações de trabalho doméstico, nas relações que os patrões têm com seus empregados no interior da casa, sobretudo as mulheres com as babás, que não amamentam mais seus filhos, mas fazem todo o trabalho que faziam as amas de leite. Porque era esse o contexto no qual a dominação adquiria um aspecto mais suave, e eu entendo que essas relações perduram até hoje, de uma maneira ou de outra, no Brasil. É uma herança clara, da qual nós ainda não nos livramos e que mora dentro de casa, ainda hoje, inclusive no nosso meio social.

A Justiça do Trabalho e sua história: o caso do recente combate ao trabalho análogo a de escravo no Brasil¹

Angela de Castro Gomes

Estou muito contente de estar aqui hoje para falar sobre esse livro, *Justiça do Trabalho e sua história*, organizado por mim e pelo professor Fernando Teixeira da Silva, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e lançado em 2013, quando dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Brasil. Falarei, particularmente, sobre o capítulo que escrevi, chamado “Justiça do Trabalho e trabalho análogo a de escravo no Brasil: limites, experiências e possibilidades”.

O livro faz parte de um conjunto grande de iniciativas que tem por objetivo a preservação e da disponibilização de documentação da Justiça do Trabalho do Brasil. Ele integra, portanto, um esforço que vem, pelo menos, desde o início do século XXI. Por isso, é importante situar o livro tanto em relação ao contexto das ciências sociais e da história quanto ao da Justiça do Trabalho. No primeiro caso, gostaria de chamar atenção para o fato de que também não data de muito tempo a utilização e a valorização de processos judiciais, de uma forma geral, como um tipo de fonte – sejam processos criminais, processos cíveis e até mesmo processos trabalhistas. Essa recente utilização de processos tem a ver com algumas transformações. Por um lado, uma contribuição fundamental da área da história social do trabalho (Thompson, mais visivelmente, mas não só ele), que apresenta a questão da legislação como campo de luta, como forma de expressão e possibilidade de se ter acesso à organização e à voz de atores até então considerados inacessíveis. Ao mesmo tempo, há uma transfor-

¹ Palestra e debate realizados no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 11 de abril de 2016.

mação do Poder Judiciário como um todo, que começa a perceber que sua documentação é mais que apenas meio para o seu exercício de operador de direitos – é também uma finalidade em si mesma, no sentido de que é um registro não só da atuação daqueles operadores de direitos como também de demandas da população; e que, sobretudo em sociedades democráticas, a preservação e a disponibilização dessa documentação é um dever daquela instituição e um direito do cidadão. Esse processo de transformação que ocorre no Poder Judiciário, embora ainda incompleto, é fundamental.

Apenas recentemente os pesquisadores da área de história e ciências sociais têm conseguido um acesso maior a essa documentação. Um óbice é a própria disponibilização; o outro, a necessidade, para que se disponibilize, da preservação anterior. Essa questão afeta a justiça trabalhista em especial, porque há uma legislação que autoriza a eliminação daqueles seus autos considerados findos após cinco anos. Nós estamos falando aqui de um ramo do Poder Judiciário, uma justiça especial, no caso brasileiro, que pratica a destruição de sua documentação, em todas as instâncias. O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região praticamente não possui mais nada, nem na segunda instância. Ou seja, não há o que se disponibilizar porque não foi preservado. E essa questão da preservação, no caso da Justiça do Trabalho, é uma das mais difíceis. Uma luta que não devemos deixar de travar – embora estejamos como aquele lutador de boxe que, já nos últimos *rounds*, tenta não perder por nocaute.

Por outro lado, devido a essa conjunção de fatores, eu diria que, nos últimos quinze anos, essa situação melhorou um pouco, porque temos conseguido formar alianças importantes entre professores da área das ciências sociais e da história, parcelas importantes de profissionais na área de arquivologia e de biblioteconomia, professores da área do direito e operadores da área do direito. Para não dizer que estou falando apenas de coisas muito ruins, há esforços que foram recompensados nesse sentido. Exatamente por isso, o livro pôde ser produzido. Quando eu e Fernando

pensamos no livro, queríamos torná-lo um exemplo do que se pode fazer com processos trabalhistas e entrevistas com magistrados e procuradores do trabalho, em termos de uma história social do trabalho e uma história da Justiça do Trabalho. Era um objetivo político importante. As pesquisas reunidas no livro seriam uma forma de sensibilização da magistratura do trabalho: “olhem, magistrados do trabalho, a sua história. A sua história pode ser feita; mas ela só pode ser feita se houver documentos para isso, porque não se pode contá-la, não se pode escrevê-la, se não houver documentação”. Então, nós estamos procurando fazer a nossa parte, produzindo fontes orais e utilizando as fontes textuais que foram disponibilizadas. Ou seja, mostrando que é possível e que produz bons resultados.

Nós quisemos que esse lançamento ocorresse no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, justamente para evidenciar que isso é possível e é necessário. Mas, que só será feito com uma grande parceria. Então esse livro me é muito caro, nesse sentido, porque teve esse espírito na sua concepção e produção. Muitos colegas participaram, colegas de várias universidades e de vários lugares do Brasil. Posso dizer, satisfeita, que recebemos retornos, inclusive da área do Poder Judiciário trabalhista, alguns muito impressionados com o que conseguimos fazer. Também acho interessante assinalar, embora pareça óbvio, que processos trabalhistas podem contar a história dos próprios magistrados, o que, às vezes, não é tão evidente assim, nem para eles. Uma lição que temos de aprender é que o óbvio precisa ser dito, porque às vezes ele não o é para todo mundo. Quer dizer, os magistrados frequentemente não percebem que, mais até do que os reclamantes ou que os patrões, eles são protagonistas desses processos trabalhistas – trabalhar com esses processos é também atuar com juízes e com o que os juízes podem fazer. Mesmo que operem estritamente conforme a lei, existe sempre uma interpretação. E formas de interpretar a lei, mesmo sendo formas legalistas, dependem do juiz, do momento em que o juiz está proferindo a sua sentença e até mesmo instaurando o processo.

Eu e Fernando organizamos o livro a partir de cinco questões, na medida em que nós queríamos chamar atenção para alguns pontos nodais no caso da justiça trabalhista. Uma primeira parte lida com a questão da conciliação, que é a marca da Justiça do Trabalho – para o mal e para o bem, durante muito tempo. A segunda parte destaca o poder normativo, também central na Justiça do Trabalho – vejam que estamos trabalhando com questões cujo âmago diz respeito à conformação dessa justiça especial no Brasil. A terceira parte é sobre a questão do poder disciplinar, ou seja, sobre as relações de trabalho mesmo, nos locais de trabalho: sobre como os processos trabalhistas nos levam a ver tais relações e a posição dos trabalhadores nas suas demandas (inclusive a dimensão de gênero). Há ainda uma parte dedicada aos trabalhadores rurais e outra à questão da precarização das relações de trabalho.

O livro parte de algumas premissas. Primeira: estamos trabalhando com direitos em uma dimensão ampliada, que tem a lei como elemento absolutamente fundamental, mas que leva em consideração costumes e tradições. Mesmo porque isso também aparece nos processos trabalhistas – aliás, leis e costumes aparecem juntos. Existe uma argumentação de costume que diz: “a lei disse isso, então eu também quero isso”. Segunda: partimos de uma concepção de cidadania e de direito do trabalho que não separa o individual do coletivo. As reivindicações individuais têm uma dimensão coletiva, e as representações coletivas têm histórias individuais. Essa é uma concepção de direitos e de cidadania diferente do que em ciência política se chama de “jogo de soma zero”: um jogo em que só um jogador pode ganhar. Logo, o direito seria algo que se tem ou não. Mas não é assim. É possível alguém ter acesso a certos direitos e não outros. E, às vezes, é possível se ter acesso a um direito em um determinado momento, e se deixar de ter em outro. Os direitos não são uma coisa garantida. Essa percepção é fundamental ao se estudar uma magistratura como a do trabalho, em que o mais comum não é “um lado ganhou e o outro perdeu”.

O que acontece, e por isso é fundamental termos essas premissas, é que se pode ganhar algo dos dois lados e se perder algo dos dois lados. Ou seja, pode-se ganhar uma causa ora integralmente, ora parcialmente; em uma sentença trabalhista em que o trabalhador tenha pedido “X”, “Y” e “Z”, ele pode ganhar “X”, meio “Y” e perder “Z”. Já o empregador, na mesma causa, pode ganhar “Z” e perder “X”.

Às vezes, quando eu vou falar fora do Brasil, me perguntam, por exemplo, se a maioria das sentenças trabalhistas é a favor ou contra os trabalhadores. Respondo que o problema é o seguinte: essa pergunta carece de precisão; ela não pode ser formulada como tal. Eu não posso responder, porque não é assim que funciona. É mais complexo: é preciso considerar, quando lidamos com a conciliação, que essa é uma categoria densa e que não pode ser banalizada em sentidos do senso comum. É preciso afastar radicalmente esse tipo de percepção e pensar seriamente em categorias que complexifiquem os processos decisórios e desafiem o historiador e o cientista social a entender o que acontece nessas situações.

Também me perguntam sobre casos concretos, como o de uma trabalhadora rural que, reclamando em um processo, teria recebido muito pouco. Perguntam-me sobre essas situações que não tinham sido vantajosas para os trabalhadores. Eu procuro responder, mostrando que não é uma conclusão tão fácil. A trabalhadora não ganhou muito monetariamente. Mas ela pode ter ficado muito satisfeita, não só porque saiu com algum dinheiro (mesmo pouco) mas principalmente porque viu o patrão ser cobrado e ser obrigado a dar o dinheiro a ela a contragosto. Ou seja, há uma dimensão simbólica, não apreensível por questões de quem ganhou e quem perdeu, que também integra essas reclamações trabalhistas. Estou frisando isso para vocês verem que são orientações que vêm da própria experiência do trabalho com os processos trabalhistas. Porque não é fácil analisar esses processos. E se não dispusermos de uma percepção fina para lidar com as categorias da Justiça do Trabalho e com as categorias que

vemos nascer nos processos trabalhistas e nas entrevistas, não conseguiremos avançar muito.

Sempre que fazemos essas pesquisas, nós aprendemos muito, e eu acho isso muito bom. Nesse livro, meu capítulo foi sobre trabalho análogo à escravidão. Nele minhas principais fontes são entrevistas realizadas com a metodologia da história oral. Esse trabalho com fontes orais, quero deixar muito claro, não é individual. Produzir fontes orais é um trabalho coletivo, e eu sou absolutamente fã, como vocês podem perceber, das fontes orais, porque eu também sou fã do trabalho coletivo. Essa empreitada começou quando eu e Elina Pessanha, em 2001, resolvemos fazer duas grandes entrevistas: uma com o dr. Arnaldo Sussekind e outra com o dr. Evaristo de Moraes Filho (desta última participou também a professora Regina Morel, sua filha). Foram mais de dois anos trabalhando nelas, e produzimos cerca de 40 horas de entrevista. A seguir, de 2004 a 2007, fui a coordenadora de um projeto Pronex em que uma das linhas de trabalho era “História da magistratura do trabalho no Brasil”. Eu, Elina e Regina produzimos juntas mais de 70 horas de gravação. Nesse caso, nós nos concentramos na magistratura do trabalho, nas três instâncias – juízes, desembargadores e ministros –, mas também trabalhamos com procuradores do Ministério Público do Trabalho. Mais ou menos ao mesmo tempo, de 2005 a 2007, eu coordenei um projeto chamado “História vivida e contada do Ministério do Trabalho”, no qual eu e o professor Marcelo Timótheo produzimos 45 horas de gravações com auditores fiscais do Ministério do Trabalho. Quer dizer, são muitas horas gravadas e nós não trabalhamos com tudo isso. Ou seja, é uma fonte oral para ser trabalhada, já disponível em arquivos, prontos e organizados. Eu trouxe, inclusive, exemplos desse material.

Foi esse conjunto de entrevistas que me chamou atenção para a questão do trabalho análogo ao de escravo, que ia se configurando como um exemplo absolutamente paradigmático da radical inexistência de direitos do trabalho. Um caso limite de ausência de reconhecimento de qualquer

tipo de regulamentação. Resolvi então investir um pouco, e contei com a ajuda de Maria Aparecida Martins Souza, que mora em São Félix do Araguaia e é membro da Comissão Pastoral da Terra. Ela pôde conversar, por exemplo, com um ex-gato – um ex-aliciador, recrutador de trabalhador escravo, entre outras pessoas da região. No caso do ex-gato foi uma boa experiência, porque ele podia nos contar como trabalhou, no passado, já que afirmava claramente ter abandonado essa atividade. Há uma enorme quantidade de documentação textual em arquivos da Comissão Pastoral da Terra para se pesquisar. As pessoas da CPT não gravam entrevistas, mas elas escrevem o que o trabalhador relata; elas colocam o nome da pessoa que está falando e o que ela está dizendo, para passar essa informação para o Ministério Público do Trabalho. Portanto, há uma narrativa do trabalhador e informações sobre o que ele estava fazendo, o lugar de onde veio, o que aconteceu com ele e como fugiu.

Antes de passar para as entrevistas é importante ressaltar alguns pontos. Um deles é que, em 2003, ocorre uma alteração na redação do artigo 149 do Código Penal brasileiro, que data de 1940. Nele havia a criminalização da ação chamada “reduzir alguém à condição análoga à de escravo”. Essa é a primeira vez que a palavra “escravo” aparece em um documento legal, em um código, após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888. Essa palavra tinha sido abolida da nossa legislação: não havia mais escravidão, não havia mais escravo, e também não havia mais essa palavra, que retorna no Código Penal de 1940.

Em razão de questões relacionadas à emergência do fenômeno do trabalho escravo contemporâneo, em 2003, essa “redução de alguém à condição análoga à de escravo” ganha uma nova redação. Por ela se estabelece que estão em condição análoga à de escravo todos aqueles submetidos a trabalhos forçados ou jornadas exaustivas. Quer dizer, pessoas sujeitas a condições degradantes de trabalho e não apenas as que têm sua locomoção restringida por razão de dívida ou por razão de violência física.

O ponto fundamental é esse deslocamento, essa ressignificação da própria compreensão do que é um trabalhador reduzido a condições análogas à escravidão. Estão nessa condição não só aqueles que têm reduzida sua mobilidade, seu direito de ir e vir, ou aqueles que estão sendo evidentemente submetidos à violência física, com jagunço armado tomando conta da fazenda para ele não poder fugir, por exemplo. Estão sendo tratados como escravos todos os trabalhadores submetidos a trabalhar de forma degradante, até porque isso pode levar, inclusive, à morte.

Outro ponto que queria destacar é que o trabalho escravo contemporâneo é um fenômeno internacional. No caso brasileiro, é preciso fazer um esforço para caracterizar esse tipo de trabalho escravo como próprio do tempo presente. Assim, se formas de superexploração do trabalhador e de submetê-lo a trabalho forçado existem há muito tempo, em muitos momentos históricos, elas ganham especificidades em determinados momentos e lugares, inclusive na maneira como são percebidas por seus contemporâneos. É preciso, então, ao mesmo tempo, estabelecer que há continuidades e descontinuidades nessas formas de trabalho forçado. Sobretudo historicizá-las, para perceber essas singularidades em determinado momento do tempo: quem está atuando e quais são suas características.

A própria categoria “trabalho escravo” não deve ser naturalizada. É preciso pensar que a expressão poderia ter sido outra, e só é essa porque houve agentes que efetivamente lutaram por tal nomeação – na documentação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, a categoria que circula internacionalmente é trabalho forçado, não escravo. A categoria trabalho escravo foi uma opção, foi uma escolha de agentes históricos no Brasil. Os próprios trabalhadores resistiram durante um tempo a essa nomeação. No entanto, assim que perceberam que ela podia significar uma proteção, uma luta por direitos, eles a incorporaram. A fala de um trabalhador é pedagógica para isso: “É tão ruim [o trabalho que ele fazia] que é escravo, sim. Então eu sou trabalhador escravo sim e eu quero

os meus direitos”. Quer dizer: “eu sou e não devo ser”. A incorporação da categoria que o identifica é, imediatamente, a demanda de sua negativa. “Eu estou sendo tornado alguma coisa que eu não posso ser”. E esse também é o movimento de quem quer usar essa designação, porque a sociedade brasileira tem uma memória histórica, um imaginário social e político que condena a escravidão e que atribui um significado absolutamente ignóbil a essa prática de exploração do trabalho. Essa nomeação, simbolicamente, tem uma imensa carga negativa. Essa palavra – escravo – não é meramente cosmética. Não é qualquer nome; é um nome muito especial para designar algo igualmente específico. Uma primeira preocupação, então, foi pensar que estou lidando com um fenômeno no tempo presente, mas, ao mesmo tempo, com o que se chama de “usos políticos do passado”. Isto é, trata-se de um investimento feito em toda uma poderosa carga de sentidos políticos, sociais e simbólicos quando usamos a designação “trabalho escravo”.

Concordo inteiramente com Neide Esterci, quando ela pensa essa categoria como uma metáfora. Afinal, o que é uma metáfora? É produzir um sentido a partir de uma conjunção que não faz sentido. Quer dizer, quando eu digo: “A Elina é um doce”, a Elina não é um doce. Todo mundo sabe que a Elina é uma pessoa, não um doce. Só que é essa não concordância, nesse nível da linguagem, que produz uma concordância em outro nível, o simbólico. O que importa é que a Elina é como se fosse um doce de tão legal que é. Isso permite o entendimento perfeito e rápido de coisas difíceis de explicar, mas fáceis de sentir. E é isso que a categoria *escravo* faz: ela explica e mobiliza uma série de coisas difíceis, de maneira rápida e fácil, porque aciona uma memória muito poderosa que temos há gerações.

Outro ponto de destaque e que as entrevistas mostram é que, quando trabalhamos com a história oral como metodologia, temos acesso não apenas às informações, mas também – e esse é o maior ganho – a processos, a modos de fazer, de descobrir e de conhecer. As entrevistas mostram o processo de aprendizagem dos atores envolvidos nessa questão. Ou seja, é um

fenômeno novo, porque, quando vou trabalhar, vejo os atores dizendo que eles não tinham a menor ideia do que era isso – e não são quaisquer atores, são pessoas que estão há décadas fiscalizando condições de trabalho no Brasil e que descobrem algo que estava além do que eles tinham imaginado. Estão descobrindo e aprendendo, ao mesmo tempo, a lidar com isso e, principalmente, a reprimir esse tipo de prática. Porque são questões graves, que envolvem enfrentamentos com empresários ricos e com multinacionais. Não estamos falando de um fenômeno que envolvia, como a OIT inicialmente nomeia, povos colonizados submetidos ao domínio de estados colonizadores. São grandes empresas privadas, muito ricas, explorando trabalhadores, muito pobres e miseráveis. Como lidar com isso?

Eu procurei chamar muita atenção, no meu trabalho, para esse processo de aprendizagem por parte dos auditores fiscais do trabalho, que é acompanhado pelos procuradores do Ministério do Trabalho e também pela magistratura do trabalho. Embora o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo vá se conformando no Brasil a partir da década de 1970, sob o regime civil militar, e no momento de expansão para o Oeste de grandes empreendimentos do agronegócio, a sua descoberta, do ponto de vista político, se dá apenas nos anos 1990 (não casualmente, após a Constituição de 1988, quando tanto a magistratura do trabalho e o Ministério Público do Trabalho quanto o próprio Ministério do Trabalho adquirem outras possibilidades de ação). Há então uma preocupação em perceber e expor esse processo de aprendizagem dos atores sociais, que vão se engajando e construindo as suas formas de ação, ao mesmo tempo que concebem suas categorias. Afinal, é preciso chamar as coisas de alguma forma. E quando as coisas são novas, ou usamos palavras novas ou pegamos palavras antigas e damos novo sentido. A palavra “escravo”, nesse caso, sofreu esse processo de ressignificação.

Esse aprendizado acompanha, por um lado, um enfrentamento em termos da definição de formas efetivas de fiscalização e de repressão. Mas

ele também se faz *pari passu* a um maior assentamento tanto da percepção de direitos coletivos como das possibilidades de ação em nome desses direitos. É o que ocorre no Ministério Público do Trabalho, por exemplo, quando ações civis públicas fazem com que os auditores, procuradores e magistrados, primeiro, construam a percepção do combate ao trabalho escravo como um processo de defesa dos direitos do trabalho. O que é percebido, de imediato, é que esses trabalhadores não têm os seus direitos do trabalho reconhecidos. Porém, logo em seguida, fica claro que esses direitos trabalhistas se tornam uma “ponta de lança” para algo muito mais grave que está em jogo: a falta absoluta de direitos e o desrespeito aos direitos humanos. Às vezes há crianças e adolescentes entre esses trabalhadores. A carteira de trabalho, feita nesse processo de fiscalização, é o primeiro documento de muitos desses trabalhadores. Eles, com frequência, não têm certidão de nascimento e não têm também a de óbito, na medida em que muitos morrem ou são mortos nesses locais, e fica tudo por isso mesmo. Eles não existem: não nasceram, logo, não morreram. Ou seja, vai se construindo uma percepção de que esse tipo de crime de superexploração do trabalho incide em outra categoria de direito e, portanto, de crime contra a dignidade humana, não afiançável e imprescritível. Vale destacar ainda, nesse sentido, que esse deslocamento no entendimento do que é o crime de exploração de trabalho escravo tem implicações concretas: na marca do direito do trabalho, o cálculo entre custo e benefício é muito favorável a quem está fazendo a exploração. Vale a pena pagar alguma coisa se a empresa for pega. Ela ganha tanto, que paga e continua explorando os trabalhadores. Por outro lado, na chave do crime contra a dignidade humana, quando o Ministério Público pode acionar o que se chama de dano moral, que pode ter um valor muito alto, sobretudo em situações atestadas como são essas do trabalho escravo contemporâneo, o caso pode mudar de figura.

Quero mostrar alguns trechos de entrevistas. A primeira foi feita em 2005, com a dra. Ruth Villela, uma auditora fiscal que, na época, era res-

ponsável pela fiscalização no MTE, em que se privilegia exatamente essa questão do aprendizado.

Ângela: O gerente da fazenda estava presente?

Dra. Ruth: Não. Esse foi um dos casos em que nós não conseguimos identificar nem o gerente da propriedade, não conseguimos identificar nem o proprietário. Era uma daquelas coisas confusas, inclusive, de gleba de terra dentro de uma mesma propriedade, um latifúndio. Então esse foi nosso primeiro caso em que surgiram essas ações. Só muito tempo depois, a gente aprendeu a lidar com elas, né? Mas pra resumir a história, veja bem, na nossa primeira ação, a gente já estava ali com os gatos e subgatos detidos pela Polícia Federal; já tínhamos identificado os trabalhadores... E aí? O que a gente ia fazer? Eu não tinha a menor ideia do que a gente poderia fazer, porque não tinha ali, efetivamente, o empregador ou o responsável... Então, durante algum tempo, isso aconteceu. Nas primeiras ações, a gente teve efetivamente que improvisar. Então, mandamos os trabalhadores recolherem os pertences para levá-los para o município mais próximo, para prestar depoimento na delegacia, e a gente, aos poucos, iria ver os desdobramentos, e o que fazer para eles serem pagos.

Ângela: Esses trabalhadores tinham algum documento?

Dra. Ruth: A grande maioria dos trabalhadores envolvidos nessa situação, o primeiro documento deles, geralmente, é a carteira de trabalho que a gente emite, no decorrer das ações. A grande maioria, essa é uma frase que parece frase de efeito, mas ela é verdadeira: grande parte desses trabalhadores nasce sem certidão de nascimento, e morre sem certidão de óbito. São pessoas invisíveis. Elas passam pela vida sem nenhum registro. É uma coisa muito triste, né? Mas, infelizmente, é o que acontece. A grande maioria é totalmente analfabeta...

Ângela: E eram pessoas daquela região ou vinham de outras regiões?

Dra. Ruth: O trabalho escravo, no seu sentido mais clássico, um dos seus aspectos clássicos, é exatamente o aliciamento fora do estado da prestação de serviço. Isso é um processo... Ele não é aleatório, ele é inteligente. Você recruta um trabalhador, suponhamos, no Maranhão, que é um grande fornecedor de mão de obra. O gato recruta ali com falsas promessas. Se o trabalhador tiver algum documento, o gato já vai manter esse documento com ele próprio. Ele faz um pequeno adiantamento para família; suponhamos, deixa ali 100 reais e leva esse trabalhador pra outro ponto do território nacional. Perceba só o quanto isso é inteligente. À medida que você vai se distanciando do seu local de origem, você vai perdendo todos os seus elos de ligação como ser humano. Família, amigos, documentos, referências... Entendeu? Então, a escravidão, ela é construída no próprio trajeto entre o local de origem e o local da prestação do serviço. É um sistema muito inteligente e muito bem pensado. Bom, voltando a essa primeira ação, porque acho que ela ilustra bem as dificuldades iniciais. Saímos então cometendo uma irregularidade, do ponto de vista da legislação de trânsito: carregamos os trabalhadores na carroceria das próprias caminhonetes, por falta de alternativa. Chegamos ao município mais próximo, município de Vila Rica, fronteira entre Mato Grosso e Pará, já chegamos de noite. Fui direto para a delegacia local. A delegacia estava fechada... Pedi então que todos descessem da caminhonete e eu falei: "Olha, vamos acampar aqui na porta da delegacia". E saí com o policial federal para tentar localizar o delegado. Demoramos um pouco; não conseguimos localizar o delegado. Voltamos para a delegacia, e aí, a certa altura, chegou um rapaz de bicicleta. Ele foi entran-

do, parando, e eu falei: “Olha meu filho, nós estamos tentando localizar o delegado, você poderia nos informar onde eu poderia localizá-lo?” Aí ele virou e falou: “Eu sou o delegado”. (risos)

Eu acho interessante e queria chamar atenção para como as mulheres têm o comando dos chamados Grupos de Fiscalização Móvel. Aqui vocês vão ouvir três mulheres, a dra. Ruth Villela, a dra. Cláudia Ribeiro Brito e dra. Marinalva Barbosa. E ainda tinha a dra. Valderez, que é mencionada pela dra. Marinalva. Eu perguntei sobre isso a elas. Como era a reação dos trabalhadores, gerentes, etc., diante desse fato? Elas relataram que isso foi positivo para as ações. Nesse caso, inclusive, no dia seguinte vieram vários fazendeiros, acompanhados por uns quarenta homens, que obviamente eram seus seguranças, digamos. Mas eles não sabiam que a chefe do grupo era uma mulher. Então chegaram armados, em vários sentidos, e quando perceberam o fato, ficaram de tal forma espantados, que a dra. Ruth se aproveitou do momento, explicou com vagar: “Olha, é isso, aconteceu isso e isso; e pronto, estamos aqui”. E eles ficaram sem reação. Também para os trabalhadores, ela conta que o fato de ser mulher, ajuda. Uma das tarefas mais difíceis é orientar os trabalhadores. Dizer a eles que não podem beber, enquanto estiverem ali, por exemplo. Que não podem brigar, não pode fazer isso e aquilo. Ou seja, algo que uma mulher que é mãe faz com tranquilidade, não é? A mãe diz muito calma, mas com toda a autoridade: “Meu filho, faça isso e não faça aquilo”. Então, ela assumia francamente essa posição e dizia aos trabalhadores: “Olha, aqui não pode brigar de jeito nenhum, vai ser muito ruim se vocês fizerem isso. Não vai ser bom para vocês”.

Trago também a entrevista da dra. Marinalva Barbosa. Ela é do Rio Grande do Norte, mas os Grupos Móveis não fiscalizam no seu estado; eles sempre vão para outros estados. Eu estava conversando com ela sobre suas ações de fiscalização e, igualmente, sobre esse processo de aprendizagem tão importante. Começamos falando sobre uma das tarefas mais comuns desses trabalhadores: o corte de uma planta chamada juquirá.

Dra. Marinalva: (...) Era a juquira. Inclusive, eu só fui apresentada a essa planta danada quando meu grupo estava lá no Pará, perto de Rio Maria. Rio Maria, isso em 2003... [Nós chegamos] e os trabalhadores estavam escondidos, porque quando a gente entrou com a polícia, eles acharam que nós tínhamos ido lá pra executar todos eles. A polícia estava armada e eles tinham o hábito de achar que polícia só entra em fazenda para matar peão. Ficaram todos de cócoras no meio da juquira e a gente não achava os trabalhadores de jeito algum. Então, o informante que foi conosco começou a gritar [os nomes deles]: “fulano, cicrano, beltrano”. Aí eles começaram a ficar de pé, igual aqueles pinozinhos de boliche subindo. Então os colegas foram e entraram na juquira para ir atrás deles. A juquira rasga tudo. Os colegas ficaram filmando. Essa é a juquira. Na filmagem havia uma apresentação da juquira, para gente ver. São uns espinhos enormes, eles rasgam carne, rasgam roupa, bota, tudo...

Angela de Castro: E os trabalhadores estavam enfiados dentro delas...

Dra. Marinalva: É, porque eles estavam cortando, roçando a juquira. Sem bota, apenas de sapato mocassim... Aí a juquira vai rasgando tudo. Eles saíam de lá todos esfarrapados.

Marcelo Thimóteo: Você falou da figura do informante. Esse informante, quem é? Ele é um ex-cativo ou ele é alguém que trabalha na CPT... Enfim, quem é, geralmente esse informante?

Angela de Castro: Quem são as pessoas que denunciam e acompanham a fiscalização, muitas vezes. Pelo menos, de uma forma geral?

Dra. Marinalva: Bom, as pessoas que nos informam, geralmente vêm da CPT. Alguma autoridade toma conhecimento ou a própria fiscalização toma conhecimento e informa. A gente estava no Pará: eu e a Cláudia, e Valderez estava no Mato Grosso. Ela

estava libertando um grupo de trabalhadores e alguém fez uma denúncia de [trabalho escravo], onde a gente estava. Ele tinha fugido. Dizia que havia crianças [nesse lugar], que eram usadas pelo gato pederasta. A Valderez nos disse isso, inclusive, usadas sexualmente. Ele abusava das crianças. Então nós fomos para essa fazenda; e foi difícil achar esse local [onde os trabalhadores estavam escondidos], porque era uma fazenda muito próspera, muito moderna... A gente já ia saindo dessa fazenda. Eu estava encantada, porque tinha um ônibus escolar que levava os meninos filhos dos empregados para a escola, com regras de como as crianças deviam ser conduzidas. Eu pensei: “como pode existir isso nessa fazenda?”. Mas a Valderez, nossa colega que ligou do Mato Grosso, insistiu: “se vocês ainda estão aí, vão ver isso, porque é muito grave”. Aí nós fomos procurar melhor.

Angela de Castro: Ou seja, na mesma fazenda, há um tratamento absolutamente diferenciado para duas classes de trabalhadores.

Marinalva: É, eu acho que a fazenda, quando tem esse tipo de trabalho, funciona assim... O trabalho escravo funciona como se fosse o quarto de despejo. Aquele que você deixa sempre trancado, quando a visita chega. Você não vai nunca olhar lá dentro. O que é que você vai mostrar pra sua visita? A sua sala muito bem arrumada, o seu licor, o quarto com a sua colcha bonita que está ali... Agora, o quartinho de despejo você não vai abrir jamais para mostrar a sua visita. “Ah o que é isso?” “Não, é o quarto de despejo”.

Angela de Castro: O proprietário tem uma política que diferencia os trabalhadores fixos, que não vão fazer esses trabalhos...

Marinalva: Eles chamam de “trabalhadores de estimação”.

Angela de Castro: Trabalhadores de estimação, uma boa categoria na medida em que isso leva a gente a pensar em animais de estimação? E há os animais que são animais mesmo, ou seja...?

Marcelo Thimóteo: ... os que vão para o abate.

Por fim, eu quero mostrar a fala da dra. Claudia Ribeiro Brito, que vai contar o caso do senhor Severino, um trabalhador escravo que retorna a essa condição.

Dra. Cláudia: Quando aconteceu tudo isso, eu vi que a fiscalização ia ser muito complicada. Comecei a telefonar para o procurador da República de lá do Maranhão: era o Nicolau Dino... Comecei a telefonar para o Ministério Público do Trabalho, para o Ministério do Trabalho. Eu digo: “Gente eu estou precisando de reforço policial, eu estou com dois policiais aqui, eu estou com uma situação grave”. Eu sei, etc. Por fim, uma equipe da Polícia Federal chegou com o delegado e tudo. E os 19 trabalhadores, nós acertamos com o genro do dono da fazenda. Na verdade, é aquela velha história, que eles iam pagar, iam fazer a rescisão dos trabalhadores e tudo. Eu sei que, por fim, no dia seguinte, eles chegaram com a advogada lá e ela disse que queria pagar a rescisão parcelada. Eu expliquei: “Minha senhora, não existe uma rescisão parcelada, principalmente para o trabalhador que não mora aqui na região”.

Eu sei que, por fim, o que aconteceu? Eles não pagaram nada para esses trabalhadores. Ficaram 19 trabalhadores. Desses 19, 12 eram de outros municípios. Quer dizer, só seis eram do povoado próximo. O que nós fizemos? Os seis que eram próximos, eu peguei e mandei buscar e levar. E os 12, o que é que você fazia com eles? Então nós nos cotizamos e pagamos a passagem deles para eles irem embora da região. Porque o meu medo era que fizessem mal a algum trabalhador daqueles. E aí como seria? Ah, a fiscalização tirou os trabalhadores e mataram eles. Eu sei o que eu fiz: saiu todo mundo dali. Mas aí, a essa altura do campeonato, já tinham mandado fax pra todo mundo, falado com Deus e o mundo e a advogada chegou, e disse que não pagava e desrespeitava todo

mundo, até o delegado da Polícia Federal. Era assim, a dona do mundo. Então, não conseguimos que os trabalhadores recebessem. Todos eles saíram sem receber nada e nós fomos embora. E o corpo estava lá [na fazenda]. Aí mandamos as fotos, foi se montando... O Ministério Público montou outra operação. Nós fomos lá em setembro que foi quando foi feita a fiscalização. O Negão Maranhense tinha sido assassinado, se eu não me engano, em junho, e nós fomos em setembro. Julho, agosto, setembro, e ainda voltamos com os procuradores em novembro. Dois meses depois. Claro que nós não encontramos nenhum trabalhador na fazenda, nem roçando juquira, nem nada.

Ah, mas eu estou me esquecendo de um detalhe importantíssimo. Quando nós estávamos com esses 19 trabalhadores no posto do Ministério do Trabalho, esperando que o empregador fosse pagar, fazer as rescisões... Nós fizemos as rescisões... Quanto é a rescisão? Importa em tanto. “Ah não, muito dinheiro”. Sempre ficava nessa coisa. Mas aí chegou um trabalhador. Isso era uma sexta-feira, ele virou para mim e, muito embriagado, disse assim: “Doutora, eu tenho muita história pra lhe contar”. E eu... Sabe como é? Cheia de coisas para fazer, e o cara embriagado... Aí eu nem dava bola para ele. “Doutora eu tenho muita coisa pra lhe contar”. Ele ficava só repetindo isso. Aí eu olhei para ele uma hora e disse: “Faça o seguinte, vá para casa, durma, e amanhã de manhã o senhor vem aqui e a gente conversa”. Ele era surdo, só entendia pelo movimento labial. Tá bom. Foi embora, sumiu. Quando foi no outro dia de manhã, chegou ele todo de banho tomado... Disse, “doutora, eu tenho muito que conversar com a senhora”. E eu: “agora nós vamos conversar”. Esse homem contou tanta história, tanta história desse empregador. Ele falou, eu não tenho certeza se são dez casos, sei lá, de trabalhadores assassi-

nados, nessa fazenda. Falou com precisão. Os policiais federais ouviram, para fazer aquela oitiva que eles fazem. E ele ia contando. Falou do Negão Maranhense, falou de outro trabalhador que disse que foi arrastado pelo cavalo e não sei o que... Aquelas coisas bem bárbaras e que a gente ouve falar. E era a coisa mais difícil e ao mesmo tempo mais cômica para pegar o depoimento dele. Por quê? Porque o posto da delegacia era uma casa pequena, e os policiais não queriam que as pessoas, outros trabalhadores, advogados, não sei quem, ouvissem o que ele estava falando. Só que ele não ouvia os policiais, então eles tinham que falar alto. E, então, ele ia falando cada vez mais alto ainda. Aí os policiais faziam assim para ele [gesto com a mão para abaixar a voz] E ele ia se abaixando...

Eu sei que os policiais conseguiram ouvir o depoimento dele todo. Me lembro do nome dele. Era Severino, o nome desse trabalhador. Aí quando nós estávamos em posse desse depoimento do Severino, eu mandei fax pra tudo quanto foi canto. Ministério do Trabalho, Ministério Público, Ministério Público Federal, Secretaria de Direitos Humanos... Para tudo quanto foi lugar que eu pudesse assim, dar uma ajuda. Então, aí, por conta desse depoimento e dessa situação, desse corpo e de tudo, é que foi montada essa ação para voltar. Só que eu liguei para o Ministério Público Federal e perguntei se eles tinham alguma forma de manter o Severino em algum lugar para que ele ficasse seguro. Ele era uma testemunha chave para nós, não é? Até que nós pudéssemos voltar, e aí o procurador tinha dito: Cláudia, nós vamos montar uma ação, nós vamos voltar... Mas nessa época não havia verba para isso. Aí o que eu fiz? Liguei pra CPT, Comissão Pastoral da Terra, e falei com Frei Henri: “Tem um trabalhador assim, etc. Ele tinha dito que era de uma cidadezinha lá do Pará,

não me lembro bem agora. “Esse trabalhador, nós precisamos ter um lugar para ele ficar.” Conteí toda a história. Ele disse: “Cláudia pode mandar. Mande o Severino lá para a CPT, que a gente fica com ele. Liga para fulano de tal, fala com ele”. Acertei tudo com ele, compramos a passagem para o Severino, aquele ônibus que vai direto, não sei o que... Severino nunca chegou lá. Mas escute só, foi engraçado. O Severino estava há 17 anos, se não me engano, sem ir em casa. Altamira era o nome da cidade. E ele achava que ia chegar lá e encontrar a família dele no mesmo lugar. Ele chegou na cidade... Quando eu liguei para a CPT, o frei disse: “Cláudia esse endereço que você está me dando, o que tem lá é uma mercearia. Não tem casa, e eu já perguntei e ninguém sabe desses nomes”. Severino foi embora, a família toda também se dispersou [com certeza]. Sei que a mulher deve ter se mudado, eu não sei, eu só sei que ele não encontrou mais ninguém lá. Eu imagino isso. Não foi ele que me disse isso. Mas eu imagino que ele tenha chegado lá, foi na casa, não tinha ninguém e se mandou de novo. E eu: “Meu Deus, mataram ele. Só pode”. Isso era uma sexta-feira; anotei meu telefone, anotei o telefone de todo mundo... Disse, olha Severino, qualquer coisa, liga nesse número aqui. Um dia, eu estava, por acaso, e meu telefone toca. Um tempo já, um mês, dois meses, sei lá... “Dra. Cláudia, aqui é o Severino”... Eu digo: “não acredito homem, onde é que você está?”. E ele não me ouvia! Eu ouvia o que ele falava, respondia, mas ele não me ouvia. Aí ele falava outra coisa, e o que é que eu entendi? Ele tinha chegado lá, não encontrou ninguém e foi trabalhar na pimenta do reino. No Pará tem muita pimenta do reino, muita. Tem um plantio de pimenta do reino considerável, e ele me disse que estava trabalhando na pimenta do reino. Quer dizer, já fiquei feliz da vida de saber pelo menos que ele estava vivo.

O fim da história foi o seguinte: Severino fala com a dra. Cláudia, sem dizer onde estava, mas relata estar em apuros e pede para que ela busque ele lá. E, simplesmente, desligou, sem dizer onde era “lá”! De qualquer forma, essa passagem mostra a dimensão das relações interpessoais. Que, por mais que a atividade fosse terrível, Severino tinha na dra. Cláudia uma referência. Ele explicou a ela, inclusive, que só havia ido trabalhar, dessa vez, porque sabia que, mais dia, menos dia, ela chegaria lá e o salvaria de novo. Essa fala revela diversos aspectos. Enfim, nesses relatos de momentos iniciais, do aprendizado da fiscalização e também das invenções que são feitas nesse processo. E do mundo efetivamente humano que envolve todo esse trabalho e sua fiscalização.

Debate

Elina Pessanha

Apesar de ter sido chamada como debatedora do texto de Angela de Castro Gomes, vou assumir aqui uma função mais de comentadora, uma “doce” comentadora, como a autora sugeriu. Farei alguns breves comentários sobre o livro, que ela organizou com Fernando Teixeira, em primeiro lugar. Depois falarei sobre o capítulo que Angela escreve no livro.

Sobre o livro, o comentário principal é destacar a sua importância, já que ele cobre uma lacuna, nos estudos das ciências sociais e da história, a respeito da trajetória da Justiça do Trabalho no nosso país. Não que não houvesse alguns esforços isolados, inclusive nossos, em reconstituir uma parte dessa história. Mas esse talvez seja, efetivamente, o primeiro esforço por parte de estudiosos das ciências sociais e da história de dar conta de vários aspectos da trajetória da Justiça no Trabalho no Brasil: o livro cobre os aspectos da arbitragem, da conciliação, do exercício do poder normativo por parte dos juízes do trabalho, da Justiça do Trabalho interferindo nos conflitos do campo...

Nós não podemos nos esquecer que a Justiça do Trabalho foi criada para fazer valer a legislação do trabalho. Mesmo antes da CLT, em 1943, a

Justiça do Trabalho implantada em 1941 como uma instituição mais forte, nacional (embora ainda sem grande alcance sobre todo o território) já dava conta de uma legislação dispersa relativa às relações trabalhistas. Antes disso, desde o início da década de 1930, através de juntas de conciliação de julgamento, embriões da justiça trabalhista, já se começava a administrar esses conflitos, embora sem capacidade de sua resolução ou mesmo de julgamento, como no plano dos chamados dissídios coletivos (decorrentes dos conflitos coletivos de trabalho), nos quais apenas se tentava, de alguma forma, conciliar os interesses. Começando a funcionar efetivamente a partir de 1941, a Justiça do Trabalho vai acionar uma legislação que – não podemos esquecer – surge para cobrir os conflitos que envolviam os trabalhadores urbanos formais do setor privado. A Justiça do Trabalho não cobria absolutamente, no início, os conflitos que atingiam os trabalhadores do campo, e tampouco podia tratar de trabalhadores de instituições de caráter público, de trabalhadores informais e dos servidores domésticos. Portanto, é muito interessante que esse livro dê destaque também ao plano das intervenções da Justiça do Trabalho sobre os conflitos que aconteceram no campo – um trabalho tardio, é verdade, mas efetivo, como demonstram os textos que aparecem no livro.

A última parte do livro trata dos processos de precarização do trabalho. É nela que o trabalho de Angela se insere, mas temos também, por exemplo, o texto de Magda Biavaschi, desembargadora aposentada, ligada ao Memorial do Trabalhador do Rio Grande do Sul, que apresenta um balanço do que a Justiça do Trabalho tem realizado em relação à questão da terceirização, um problema também candente do ponto de vista das relações e dos conflitos do trabalho. O livro, portanto, com essa amplitude de temas, e em termos do espaço geográfico brasileiro, apresenta um quadro bastante expressivo de como a Justiça do Trabalho se comporta no contexto nacional, da situação diversificada das relações e dos conflitos do trabalho, e de qual é a capacidade de intervenção da Justiça do Trabalho em cada caso.

Acho que é importante destacar também como o livro se beneficia do uso de fontes históricas variadas por parte dos diversos autores. A pesquisa de Angela, por exemplo, é ricamente baseada em um esforço de recolhimento da história oral, mas, em grande parte, se apoia também na utilização dos processos judiciais. A autora recuperou um pouco como se tem dado a luta para salvar os processos, e isso nos convida a pensar como podemos juntar esforços para voltar a insistir junto às instituições responsáveis pela conservação dessa documentação – aqui no Rio de Janeiro depositada em vários arquivos que o TRT mantém em galpões enormes em São Cristóvão e outros bairros... A Justiça do Trabalho movimentava milhões e milhões de processos por ano, então se diz que está sufocada por tantos processos e tanto papel, e não é sem sentido. Mas isso não deve nos desanimar a continuar insistindo para que essa preservação seja feita, inclusive com uso de novas tecnologias. Para que se pense em soluções em que os processos preservados possam vir a cumprir seu papel de testemunho da história, a serviço inclusive da própria Justiça.

A justiça tem interesse em guardar os processos durante alguns anos, mas são interesses muito particulares, em termos da recorrência a determinadas provas que ali estão. Pelo menos *era* o interesse da justiça antes que alguns de seus setores se sensibilizassem em relação à importância desses processos como documentação da própria história da Justiça – como Angela chama a atenção –, e da história daqueles que recorrem à justiça: do que eles viveram e daquilo pelo que eles acharam justo lutar. Ou seja, da história social.

Mas, enfim, é realmente um livro interessantíssimo, com essa amplitude de alcance, a que eu me referi, em termos temáticos, geográficos e históricos e que não abre mão – a introdução da Angela e do Fernando mostra isso – de enfrentar e fornecer elementos para se pensar a complexidade da ação da Justiça do Trabalho no Brasil. Esse ramo da Justiça certamente colaborou e ocupou um espaço importantíssimo, do ponto de vista

institucional, para o Estado, no período pós-1930. Mas ela é vista, por esse conjunto de pesquisas e depoimentos, não só como um mero elemento de repressão e regulação do trabalho, mas também, sobretudo, como um elemento de mediação – evidentemente, com todas as contradições que isso implica. O livro traz à tona, assim a riqueza e as possibilidades que essa experiência da Justiça do Trabalho abre para a análise dessa história das relações do trabalho no Brasil. É um livro para ser lido e digerido com calma, para podermos entender essa instituição tão complexa.

Com relação ao belíssimo e emocionante texto da Angela, sobre um problema tão crucial, um problema tão duro que a sociedade brasileira enfrenta, que é o chamado “trabalho análogo ao escravo”, eu queria destacar, em primeiro lugar, esse esforço muito bem-sucedido de mostrar a luta simbólica que está por trás da definição desse nome. Nós, antropólogos, que simpatizamos tanto com as classificações, vamos ver nessa questão algo bastante estimulante, porque ela mostra como se deu essa luta. Pessoalmente, prefiro a categoria “trabalho escravo contemporâneo”, e acho que Angela também, pelo que senti. De toda forma, a autora revela, de forma sutil, o formalismo dos operadores do direito em tratar esse trabalho, respeitando o Código Penal de 1940, como um “trabalho análogo ao escravo”. Mas ela destaca exatamente como essa força de categorização referida ao trabalho escravo se torna, na verdade, um acontecimento político e cultural, que aciona a memória coletiva da sociedade e nos remete a uma época de ausência absoluta de direitos, pelo menos para boa parte da população brasileira. O que ela nos apresenta, portanto, é como essa categoria pouco a pouco se prova funcional para trabalhadores e também para operadores do direito na reafirmação de direitos trabalhistas e da própria Justiça do Trabalho.

Isso não é pouco para uma sociedade que, teoricamente, não é mais escravista, mas na qual a investida contra os direitos do trabalho e a Justiça do Trabalho é algo ainda corrente na história recente. Lembremos dos esfor-

ços que foram feitos, por exemplo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, para acabar com a Justiça do Trabalho e tentar impor o preceito do negociado sobre o legislado, ou seja, que o trabalhador negocie individualmente ou em grupo, com a sua empresa, em termos dos seus direitos, e a negociação se imponha sobre o legislado, aquele patamar mínimo que a CLT estabelece. Fernando Henrique consegue que isso seja aprovado na Câmara dos Deputados, no final de 2001, e o projeto vai para o Senado, mas em 2002, ano de eleições, diante da indefinição sobre a orientação política que se seguiria, ele é finalmente controlado: o Senado não vota e, em 2003, quando Lula entra, o Senado arquiva esse projeto. Assim o negociado não se sobrepôs ao legislado nesse momento, e a CLT continuou funcionando como patamar mínimo de direitos – com todos os seus problemas e contradições, mas estabelecendo exatamente esse patamar.

O outro ponto que destaco refere-se aos atores importantes para o reconhecimento da luta contra o trabalho escravo, e aqui também o livro nos provoca em vários sentidos. Eu já tenho instigado meus alunos, tenho conversado com José Ricardo Ramalho, especialmente, sobre um ponto interessantíssimo, que é a importância da igreja católica nesse processo: o papel da Pastoral da Terra nesse processo de enfrentamento da justiça ao trabalho escravo é algo que merece efetivamente ser investigado.

Segundo as informações disponíveis na Pastoral da Terra, a primeira denúncia de trabalho escravo data de 1972, feita por dom Pedro Casaldáliga. Em 1984 há uma denúncia com maior alcance, referente ao sul do Pará, uma fazenda onde havia 600 trabalhadores sob esse regime de trabalho análogo ao escravo. Essa grande denúncia tem alguma repercussão, a imprensa cobre, etc. A CPT articula para discutir essa questão em 1990, no primeiro fórum sobre o tema, em 1993 o presidente da CPT procura o Ministro Barelli, Ministro do Trabalho, para levar denúncias, e em 1992/1993 a CPT, já descontente porque a questão não avançava, parte para denúncias internacionais na ONU e na OIT.

Em 1994 há uma instrução normativa do Ministério do Trabalho no sentido da inspeção para tentar localizar situações concretas, é criado um grupo executivo exatamente para enfrentá-las, e em 1995 começa a repressão com os grupos móveis, impulsionados pelo Ministério do Trabalho. Em 1998, finalmente, depois de dois anos de luta no Congresso, é editada uma lei sobre trabalho escravo, e a CPT continua fazendo campanhas para prevenir os trabalhadores a respeito dos perigos. Em 1995, a CPT fala em 26 mil trabalhadores submetidos a esse regime, o que não é pouco.

Além da igreja, o trabalho de Angela mostra também o papel que os juizes do trabalho desempenham nesse processo e, principalmente, todo o apoio do Ministério Público do Trabalho. A CPT dá um destaque extraordinário ao papel do Ministério Público do Trabalho, pela capacidade que ele adquire durante a década de 1980 e que se consolida na Constituição de 1988, de se tornar um agente ativo de denúncia, que abre processos na Justiça do Trabalho. Antes da década de 1980, o Ministério Público desempenhava apenas um papel passivo nas audiências dos juizes e nos julgamentos. Ele estava presente, como “representante da sociedade”, enquanto detentor de um conhecimento a respeito das leis do país, partindo do pressuposto de que as leis eram expressão da vontade da sociedade, e era chamado a intervir ou pedia para intervir toda vez que considerava que o julgamento rumava para a desobediência às leis vigentes. Uma dimensão fiscalizadora da legislação, digamos, da própria justiça. A partir da década de 1980, ele adquire de fato um papel ativo, podendo identificar situações de descumprimento da legislação e abrir um processo na justiça – *ele* pode ir à justiça denunciar isso. São as chamadas ações civis públicas. Nesse processo de combate ao trabalho escravo, vão sendo incorporadas também outras medidas interessantes, como a ideia de dano moral coletivo e, mais adiante a de responsabilização da cadeia produtiva, que vai além do sujeito com uma propriedade escravizando as pessoas, em direção à cadeia produtiva em que ele se insere, isto é, passa-se a responsabilizar também aqueles que utilizam de forma indireta esse trabalho escravo.

Outro ponto importante que o trabalho da Angela traz é a importância desses grupos móveis envolvendo a Polícia Federal, o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho. Porque só quando essa empreitada passou a ser exercida dessa forma coletiva, e Angela mostra isso, é que há realmente a possibilidade de uma política pública de enfrentamento do problema, e a Justiça do Trabalho pode agir de forma mais republicana, considerando que esses cidadãos, desprovidos de direitos, têm, sim, direitos.

Ao mesmo tempo, o texto de Angela demonstra de forma sutil algumas dificuldades que a Justiça do Trabalho têm em lidar com isso. Francisco Fausto, que foi presidente do Tribunal Superior do Trabalho no início dos anos 2000, contou em entrevista à nossa pesquisa que foi provocado por Frei Henri, da CPT do sul do Pará, que o procurou e relatou situações escabrosas de trabalho escravo. Sensibilizado, ele reúne vários operadores do direito, “bota a boca no trombone” para a imprensa e chama o Ministro Nélcio Bentes, do TST, para ficar à frente exatamente desse esforço de colocar a Justiça do Trabalho de forma mais agressiva e também mais transparente na luta contra o trabalho escravo. Mas há certa resistência por parte da Justiça do Trabalho, muitas vezes, pela ausência de provas: ela precisa, efetivamente, que essas provas sejam organizadas. Muitas vezes tem-se a denúncia, mas não se consegue localizar as vítimas ou testemunhas... É preciso encontrar o seu Severino, não deixar o seu Severino escapar, e produzir de fato essas provas de que a justiça necessita. Com isso, há certa tensão, embora muitas vezes esses operadores se ajustem e realizem através dos seus grupos móveis incursões reveladoras de todas essas situações trágicas relatadas no texto de Angela.

Uma outra discussão oportuníssima para o país, e não só à época, refere-se à importância da Constituição de 1988 como tempo inaugural de direitos no país, embora tenhamos tido ainda nos anos 1990 uma certa naturalização da dominação, ou seja, uma dificuldade, por força do pe-

ríodo ditatorial, de lidar com esses direitos. Na segunda metade da década de 1990, na verdade, vivemos um retrocesso em relação aos direitos, com as mencionadas tentativas de emenda constitucional, pelo governo Fernando Henrique, atingindo a Justiça e os direitos do trabalho. O TST colaborou com o que pôde para a vitória do Plano Real e com isso houve um “arrocho” sobre os trabalhadores, uma suspensão extraordinária de seus direitos, dificultando os dissídios coletivos, barrando a própria entrada na justiça por parte dos sindicatos e federações dos trabalhadores. E é por isso que eu acho que essa discussão é uma discussão oportuníssima, para o que nós continuamos enfrentando no Brasil hoje: porque só após os anos 2000, como a autora mostra, tivemos uma inflexão dos direitos e o avanço nessa luta contra o trabalho escravo, com as ações conjuntas dos atores, os grupos móveis, etc. Em 2002 é criada a Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Análogo ao Escravo, Conaete, no Ministério Público do Trabalho, e em 2003, já no governo Lula, é criada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Análogo ao Escravo, a Conatrae. Nesse ano é alterado também o artigo 149 do Código Penal, definindo condições do trabalho, condições degradantes do trabalho escravo e aumentando as penas para quem emprega trabalhadores como escravos (já havia uma pena de prisão prevista, mas se estabelece também uma multa, que aumenta mais da metade quando da escravização de crianças ou por razões de preconceito de raça, etc.). Em 2004, há uma portaria importantíssima do Ministério do Trabalho que estabelece o cadastro dos empregadores que utilizam o trabalho escravo, cuja divulgação, no entanto, é brecada pelo Supremo Tribunal Federal – foi feita uma nova portaria no sentido de estabelecer essa transparência, mas ficou em curso. Em 2014, há a alteração do artigo 243 da Constituição de 1988, que prevê a expropriação das terras ou empresas que utilizam o trabalho escravo. É preciso registrar, por justiça, que em 1998, durante o governo Fernando Henrique, houve alterações do Código Penal por mais penas para os empregadores de

trabalho escravo, uma lei que já estava no Congresso há muito tempo e que foi aprovada durante seu governo. Mas, como se pode constatar, a maioria das medidas mais agressivas, mais enfrentadoras, digamos, da questão do trabalho escravo ocorreu efetivamente na década de 2000, e principalmente a partir de 2003, o que torna cada vez mais oportuna essa discussão.

Para terminar, outro tema muito importante e que o texto de Angela suscita, é o papel que, progressivamente, sindicatos e organizações dos trabalhadores passam a ter nesse processo. É importante pensar como e a partir de que momento as organizações dos trabalhadores se agregaram a esse esforço de pressão dos grupos móveis e também no sentido de pressionar por mudanças na legislação. É sem dúvida um desafio pensar nos desdobramentos desse processo. E quando Angela se refere à capacidade ativa dos trabalhadores, não dá para deixar de pensar no texto de Lygia Sigaud, “Clandestinos e os direitos”, que é uma ode ao reconhecimento da capacidade de escolha e ação dos trabalhadores, na medida em que, como narra Lygia, embora todos tendo conhecimento de seus direitos, um grupo de trabalhadores da cana que ela estudava opta por recorrer à Justiça do Trabalho, e outro grupo, avaliando as suas circunstâncias e a sua relação com o patrão, opta por não recorrer à justiça. É a maior prova de que esses grupos sociais têm capacidade de autonomia de ação, de fazer as suas escolhas, optar por caminhos para a resolução dos seus problemas e para a defesa de seus interesses.

Angela de Castro Gomes

Eu vou voltar à questão das categorias: por que “trabalho análogo ao de escravo”? E o que essa categoria tem a ver com outra categoria, “trabalho escravo contemporâneo” ou, simplesmente, “trabalho escravo”?

Trabalho análogo ao de escravo é a categoria do Código Penal de 1940, e que está valendo desde então, embora não com a especificação dada em 2003. Escrevi um artigo, que saiu publicado em um livro pelo grupo do

GPTEC (Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo), porque quis estudar como que esse artigo 149 foi parar no Código Penal. Afinal, é a primeira vez que a categoria “escravo” retorna às leis. Desde a abolição da escravidão, ela não havia aparecido mais, nem no Código Civil, nem em lei alguma, e retorna em 1940 como “trabalho análogo a de escravo”. O sentido dessa categoria, “análogo a de” – embora eu considere até que um trabalho de maior profundidade mereceria parceiros com essa competência jurídica específica –, remete à ideia de algo que “se faz como”, mas não pode ser feito. É uma categoria que tem como marca uma contradição – e uma contradição radical, porque a pessoa é reduzida a uma condição que não pode existir no contexto da legislação. Dizer, então, que um trabalhador é um trabalhador análogo a um escravo é dizer que ele não é um escravo, e que ele não é e não pode ser escravo. Estão querendo fazer dele algo que não é possível existir. Tanto que está criminalizado no Código Penal (não há nada mais claro, do ponto de vista de uma organização social, que um Código dizer que é crime fazer alguma coisa).

Chamo atenção para isso porque a minha ideia é exatamente trabalhar as continuidades e descontinuidades. Existe uma dimensão de continuidade muito forte. Não foi por causalidade que se escolheu a expressão “trabalho análogo a de escravo”. Uma pergunta que eu faço e que eu não posso responder, em termos de uma resposta completa, é: por que não “servidão por dívidas”? No vocabulário dos anos 1940, os trabalhadores que iam para a extração da borracha usavam, como forma de explicitar a sua condição, a ideia de servidão por dívidas, pelo sistema de barracão. Embora o projeto que introduziu essa expressão no Código Penal tenha utilizado como parâmetro justamente a servidão por dívidas da extração de borracha, na Amazônia, não foi esse o termo escolhido, e sim “trabalho análogo a de escravo”. Ora, eu sou historiadora, e percebo que isso não é por acaso: por que, nesse país, quando os trabalhadores querem dizer que o trabalho é ruim demais dizem que é um cativo? Por que dizem que estão cativos? Porque isso aciona um imaginário e uma memória histórica muito forte.

Ao mesmo tempo, é muito difícil, como os próprios operadores do direito falam, já que os empregadores também usam a expressão para se safar do crime, dizendo que não se pode acusá-los de ter escravos em um país onde não há escravidão. Com isso, evidentemente, vai passando a ideia do “análogo a”, que politicamente é fundamental. Qual foi a luta? A luta foi a seguinte: vamos manter “crime de trabalho análogo a de escravo”, mas vamos mudar a definição. É aí que está a continuidade e a descontinuidade, porque o que prevalecia antes? A imobilização e a redução por dívida. O que agora entrou, poderosamente? As condições degradantes e humilhantes de trabalho. Ou seja, há uma dimensão de continuidade, mas também uma dimensão de descontinuidade, que quer afirmar uma possibilidade de ação da sociedade e de operadores da sociedade, via organização da Igreja, da CPT, via sindicato e via MST também.

Isso é uma briga enorme, porque se discutia, tanto na área jurídica como entre os operadores de direitos, se isso poderia enfraquecer a luta, ao abrir fronteiras muito fluidas com a precarização de uma forma geral. Ao mesmo tempo, porém, havia argumentos muito fortes no sentido de que era muito fácil, para esses empresários, provar, por exemplo, que não havia homens armados em uma fazenda. Porque é preciso provar, e se torna algo mais difícil de contornar, quando se criminaliza a questão desse esforço extenuante, que leva à morte, inclusive. Um trabalhador de cana está dentro dessa definição, assim como os trabalhadores da indústria de frigorífico de corte de ave. E aí nós entramos na questão da especificidade: o que muda? Primeiro, muda, porque se identifica, cada vez mais, a existência desse tipo de trabalho, como um fenômeno histórico, social, político e econômico em grandes empresas, até multinacionais. Esse tipo de exploração do trabalho está ligado a um sistema de produção internacional: muitas dessas fazendas estão ligadas, via Internet, com a bolsa da Índia! Elas produzem soja, mas não apenas soja: madeira, carvão...

Há mudanças, portanto, na medida em que esse é um fenômeno da globalização da economia e da internacionalização, inclusive, desse tipo de

trabalho. E há coisas em comum também. O vocabulário usado no Brasil é fantástico. Há palavras como gato, liberto e cativo, por exemplo. São as mesmas palavras que vêm do século XIX, e é isso que dá força, inclusive, à categoria escravo. É feita uma apropriação, no sentido de apropriação cultural mesmo, de um vocabulário que se aplica a condições outras de produção, de internacionalização, de deslocamento das pessoas. Isso tem a ver com o nosso passado secular? Claro, mas há coisas novas, em escala global. Como a Marinalva descreveu: eu tinha acabado de sair encantada daquela fazenda em que o fazendeiro tinha um ônibus escolar para transportar as crianças, quando a Valderez me ligou e disse: “Você saiu da fazenda? Você volte lá, porque lá tem o gato pederasta, que é um horror”. Ela voltou e o gato pederasta estava lá, na fazenda que tinha ônibus escolar para as crianças. Os trabalhadores de estimação e os de abate, juntos. Isso é um sistema enorme. Esse sistema é novo? Não. Mas ele ganha uma escala que se relaciona com certo momento histórico do nosso país, com o estabelecimento do agronegócio e a colonização dessas regiões, inclusive com a fundação de cidades – o norte do Mato Grosso tem muitas cidades que nascem dessa situação, expulsando pessoas de onde teoricamente era um vazio, onde supostamente “não tinha ninguém” e, portanto, as empresas do agronegócio podiam se estabelecer.

É fundamental perceber as discontinuidades, para que esse fenômeno tenha um tipo de caracterização específica em termos das suas condições históricas. Esse é, inclusive, um esforço dos operadores do direito: construir, de alguma forma, uma possibilidade eficaz de criminalização, a partir de elementos que se demonstravam insuficientes. Eu uso a imagem do “enxugar o gelo”, porque os auditores iam, fiscalizavam, e logo a situação voltava. Então alguns chegam a desistir. Mas também funciona com “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, porque, “vamos lá, vamos continuar a fiscalizar”. Mas os trabalhadores, como sujeitos históricos, são sempre ativos: eles atuam, fazem os seus cálculos: “Como eu

vou me safar dessa?”. Eles não entram mais nessa relação sem saber o que ela é. Hoje, pelo menos, muitos deles, sobretudo depois de algum tempo, embora tenham a esperança de que “pode ser que não seja tão ruim dessa vez, pode ser até que eu consiga alguma coisa”, sabem que há a fiscalização do MTE. E eles voltam, porque não têm alternativa, porque precisam muito. E agora até o grupo móvel entra no cálculo! Eu encontrei relatos de trabalhadores que dizem: “ah, também pode aparecer grupo de fiscalização”... O Severino! “Dona Cláudia, eu estou aqui, venha me buscar, venha me apanhar, por favor, que já está ficando ruim demais”.

Os trabalhadores, embora digam que estão cativos, não dizem que são escravos. Há depoimentos muito interessantes: “Eu trabalhava lá e era muito ruim, era muito ruim mesmo. Dizem que isso é trabalho escravo, e deve ser mesmo, porque é ruim demais”. Quer dizer, ele diz que não é escravo, mas ele mostra que sabe que existe toda uma ação no sentido de criminalizar uma coisa que se chama escravidão. E ele não fala “análogo a de”, e é por isso que anda junto: o procurador diz para o gato que tem escravização de gente e pronto. Nesse sentido do vocabulário corrente, tem coisas interessantíssimas, como histórias de cordel que alertam: “não deixa o gato te tornar um rato”, e outras em que Nossa Senhora aparece para ajudar. Aliás, pode ser devaneio meu, mas essa quantidade de mulheres chefes de grupos móveis deve ajudar a essa menção a Nossa Senhora. Porque, afinal de contas, ela é uma figura importante. Nossa Senhora liberta todo mundo – Maria, mãe de Jesus, tem pena, se compadece, e eu acho que é por isso que esses trabalhadores dizem que Nossa Senhora é poderosa e que liberta...

De qualquer forma, o que eu acho importante é esse processo de grande aprendizado por parte também dos trabalhadores e em função das experiências que eles têm com as ações dos grupos móveis. O trabalhador tem medo da polícia, mas o Ministério Público do Trabalho é uma coisa nova, que ele não conhece, mas que remete à Justiça do Trabalho, que

“é até um negócio legal, que ajuda os trabalhadores...”. Os trabalhadores, então, vão às varas e dizem que são escravizados. O juiz, que não tem poder para resolver isso, arruma um jeito para que a denúncia chegue ao Ministério Público do Trabalho. O processo tem que começar, e eles dão um jeito de o processo começar.

Assim, o magistrado também vai aprendendo. Já há algum tempo, se o advogado do proprietário disser que não paga os direitos devidos, e o magistrado estiver no grupo móvel, ele pega o laptop e, com um clique, fecha a conta da empresa no Banco Central. Todas as suas contas ficam imobilizadas na hora, até se fazer a reabertura, judicialmente, ele não compra nada e não faz nada, além de ficar com o nome em uma lista suja. Então, hoje, nenhum advogado é besta de dizer que não paga a rescisão do trabalho, que é o mais barato nessa história toda. Agora, é daí em diante: “não estamos satisfeitos com isso, agora nós vamos para o dano moral coletivo, cadastro dos empregadores...”. Agora a repressão se dá na cadeia produtiva, não só naquele local delimitado. A fronteira entre precarização e o trabalho análogo ao escravo é fluida, mas há coisas que são absolutamente claras para se identificar. Uma dessas auditoras me disse que, ao chegar a uma carvoaria, havia um bebezinho dormindo dentro do forno, porque a mãe estava trabalhando (o forno estava desligado, mas ainda mantinha um certo calor). Quando ela olhou aquilo, com a Polícia Federal junto, falou para os trabalhadores: “Todo mundo aqui é escravo e não tem discussão. Tá resolvido isso aqui, não vamos discutir mais nada, acabou”. Tem coisas horríveis. Eu confesso que depois de um tempo, tive que parar, porque comecei a ficar meio doente. Como o caso de uma criação de porcos em que as famílias viviam ali: quando o policial da cidade chegou nesse lugar e olhou aquilo, na mesma hora ele denunciou que havia trabalho escravo. Quer dizer, essas coisas têm um efeito, as pessoas aprendem e há determinadas situações que são tão radicais, do ponto de vista da dignidade, que a magistratura e a procuradoria do trabalho investem fortemente, cada

vez mais, nesse deslocamento. Não é mais apenas uma questão econômica de remuneração – embora também seja, porque aquelas pessoas precisam de dinheiro, e não podemos dizer que é pouco importante para elas, que trabalharam seis meses e não ganham um tostão.

Então eu quero chamar atenção para esse processo de aprendizado: os trabalhadores aprenderam que há uma categoria de trabalho escravo – porque aí não é uma questão de falar em “análogo ao de” –, do ponto de vista político e jurídico, é alguma coisa que os protege, é alguma coisa que os investe de direitos, tanto em termos de remuneração como de dignidade. O senhor Severino, quando diz para a dra. Claudia: “venha me buscar, venha me buscar que eu estou precisado”, ele diz: “eu sou uma pessoa que sei que eu tenho o direito de não ficar aqui, que tem uma lei que me protege”.

Eu insisto que a categoria escravo, na nossa cultura, é uma categoria investida de muito poder, capaz de dizer alguma coisa para qualquer trabalhador. Ele pode ser analfabeto, não ter carteira de trabalho, registro civil, não ter nada, mas ele sabe o que é isso, tanto que diz: “é ruim demais, e se é ruim demais deve ser escravo”. Porque esse é o limite: a escravidão, o cativo e a ausência total de dignidade... A escravidão é a ausência radical de direitos, de dignidade humana, e isso é uma coisa importante para os operadores do direito, porque esse é um crime imprescritível. Isso também vem do pós-Segunda Guerra Mundial, do pós-holocausto, quando a categoria dignidade humana, de crime contra a humanidade, é investida de sentidos novos e ganha uma capacidade de comunicar, internacionalmente, inclusive, algo que é realmente degradante. Não é trabalho forçado, é condição escrava...

A emergência dessa categoria no Código Penal de 1940 tem a ver com a política trabalhista do governo estado-novista, que não queria esse tipo de coisa, efetivamente, porque considerava que era preciso ter um mercado consumidor maior e que o país precisava se modernizar. E que, se os trabalhadores rurais não tinham direitos do trabalho, eles também não

precisavam ficar nessa condição extrema. Naquele momento, isso é pensado mais em relação ao meio rural. Hoje em dia não. E é difícil, pois sabe-se que existe em fábricas, na produção de aves, por exemplo (não precisa nem ter denúncia), mas não se consegue provar. A coisa mais difícil, segundo os relatos, é que quando se chega na porta de uma fábrica, muda-se a temperatura lá dentro. Quer dizer, a pessoa trabalha a tantos graus negativos, mas quando a fiscalização chega, a temperatura já mudou. As pessoas sabem disso, os trabalhadores sabem, o dono do frigorífico sabe e o auditor sabe, mas é preciso provar. Como? Os magistrados falaram, por exemplo, que nesses frigoríficos há reclamações e mais reclamações por acidente de trabalho, invalidez, doença... Então, eles juntam aquele bloco de coisas e tentam levar adiante, dando o devido peso às questões. Eu destaco ainda o esforço desses operadores, que têm uma dimensão política importante, de não conduzir tudo para a vala comum da precarização, porque aí é mais fácil escapar e o sujeito é condenado apenas a pagar as custas trabalhistas: não pode aplicar o dano moral, não pode bloquear conta no BC...

Há quem diga que essa é uma categoria muito política, tendo em vista toda a complexidade de seus usos, como vimos aqui. Mas eu contesto: qual não é? Desafio qualquer um a encontrar uma categoria de intervenção social que não tenha uma dimensão política.

A construção da sociedade do trabalho no Brasil, seus desafios hoje¹

Adalberto Cardoso

Eu confesso que fiquei um pouco na dúvida sobre o que trazer para vocês, porque, depois da publicação do livro, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, meus interesses se ampliaram e se diversificaram. Fiz outras pesquisas, outros trabalhos, embora já tenha pensado no segundo volume do livro. Contudo, entre esse segundo volume, que não sei quando sairá, e o dia de hoje, já publiquei três outros livros que, de um modo ou de outro, tratam de temas relacionados, mas não diretamente.

Indiquei para vocês, além do texto propriamente dito, um capítulo que deve sair esse ano pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), em inglês, e nesse capítulo, de forma muito telegráfica, eu vou adiante no argumento sobre os legados da era Vargas.

Vou falar um pouco sobre isso e também sobre um tema que me ocupou ao longo dos anos: a questão da juventude e o problema da sua incorporação na vida coletiva e a relação desse processo com o modo como a sociedade capitalista se consolidou no Brasil, em seu aspecto relativamente privatizado, que estive como pano de fundo do livro de 2010 e que analiso no artigo que publiquei na *Revista Dados* do ano passado (2015), cujo título é exatamente este: “Metamorfoses da questão geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social”.

O livro de 2010 tem um argumento central que vem da ideia de que uma desigualdade como a nossa é persistente, secular. No livro, apresento dados com base na estimativa de estudos econômicos sobre o Índice de

¹ Palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 9 de maio de 2016.

Gini. De acordo com esses trabalhos, em 1872 as estimativas de alguns estudos apontavam um Gini em torno de 0.57 e 0.58 para o Brasil. Esse número se manteve assim até 1920. Esse foi o nosso primeiro censo confiável. Nos anos 1960 ele girava em torno de 0.60 e nos anos 1970 chega a 0.62, permanecendo nesse patamar de 0.62, até cair para 0.57 no ano de 2010, quando eu publicava o livro.

Desde então vem caindo nos governos do PT, desde 2000, para ser mais preciso, até chegar a 0.52 em 2013, quando volta a subir novamente. O Índice de Gini não é um índice muito bom para medir a desigualdade brasileira porque ele não é muito sensível quando a desigualdade decorre do fato de que os muito ricos detêm uma proporção muito grande da renda. As pesquisas atuais têm mostrado que 1% dos mais ricos no Brasil detêm 20% a 30% da renda nacional, por muitos anos, décadas. Assim, o Índice de Gini não é um bom indicador para esse tipo de distribuição de renda, altamente concentrada. Em contraposição, um índice alternativo, como o de Theil, chega a 0.80 no Brasil, em uma escala de 0 a 1, no final dos anos 1990, quando temos o pico da desigualdade social.

O argumento do livro é construído contra esse pano de fundo, que remete ao século XIX, ainda no período de escravidão, vindo até os anos 2000, de estabilidade democrática com a manutenção de uma estrutura altamente hierárquica e desigual.

No primeiro capítulo, mostro que a sociedade que se consolidou ao longo da escravidão no Brasil estabeleceu certa imagem do trabalho, uma ética do trabalho que era a da desvalorização do trabalho. Não era uma ética do tipo socialista do trabalho, que esteve ancorada na igualdade e na solidariedade, e, portanto, uma ética diferente da ética capitalista do trabalho tal como pensada por Weber, e que se consubstanciou nos Estados de Bem-Estar Social, principalmente na Europa.

A ética do trabalho que se consolidou aqui foi uma ética de desvalorização do trabalho e de sua associação ao trabalho pesado e manual. Uma

ética de desvalorização social e, além disso, racista. O trabalho pesado só era digno de pessoas de cor. Como havia o preconceito, o racismo em relação às pessoas de cor, segundo o qual essas pessoas só trabalhavam sob látigo, então o Brasil teria de encontrar em outro lugar a mão de obra de que necessitava para construir uma sociedade civilizada. E foi buscar essa mão de obra na Europa, principalmente na Itália. Mas isso não é tudo.

Há certa perspectiva “sãopaulocêntrica” na literatura que discute a construção do mercado capitalista de trabalho no Brasil, que vê na imigração o momento de virada da ordem capitalista, isto é, a imigração marcaria o início do processo de construção da força de trabalho como mercadoria no país. Eu mostro, a partir da historiografia sobre a escravidão produzida nos últimos vinte anos, que a transição da escravidão para o trabalho livre foi muito lenta, e começou muito cedo no Brasil, muito antes de os paulistas viverem o “problema da mão de obra” no século XIX. Se atentarmos para Pernambuco, Pará, Bahia ou o Sul do Brasil, o processo de construção do mercado de força de “trabalho livre” começou muito antes. Coloco entre aspas porque o trabalho não era propriamente “livre”, já que era executado sob outros mecanismos de subordinação, mesmo não sendo escravo, pois as formas tradicionais de dominação no campo mantinham cativa a força de trabalho.

Esse “problema da mão de obra” não existiu no Rio de Janeiro, não foi um problema em várias regiões do Brasil. Isso decorre de que tínhamos vários regimes de escravidão, os escravos não eram submetidos aos mesmos processos de subordinação em todos os lugares. Ao contrário da imagem comum que se tinha. Eu aprendi, por exemplo, assim como muita gente, ainda hoje, aprende na escola, aquela história da escrava Isaura, o grande proprietário de escravos com centenas de escravos, produzindo em grandes plantações. Isso havia no Brasil? Houve de fato, mas era a exceção. Analisando os estados mais escravocratas, no final do século XVIII e início do século XIX, a média de escravos por proprietário era de sete. Mesmo

aqueles 10%, que tinham os maiores plantéis, tinham uma média de trinta escravos.

Uma proporção pequena de proprietários de escravos detinha a maioria dos escravos do país, assim como hoje, uma pequena minoria detém a maior parte da renda e da riqueza. A desigualdade *já* estava posta nesses termos. Mas, se você tinha essa grande concentração, como hoje, por outro lado todo mundo tinha escravo. Havia escravos que tinham escravos. Era possível um escravo, por exemplo, que trabalhava nas minas de Minas Gerais conseguir recursos suficientes para escravizar outra pessoa para trabalhar para ele fazendo outras coisas. Então, ex-escravos tinham escravos. “Todo mundo” tinha uma “escravinha” em casa para arrumar as coisas.

Todo o trabalho pesado no Brasil, até pelo menos a metade do século XIX, era feito por escravos. Ninguém botava a mão na massa. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma das explicações de por que demorou tanto para ter saneamento básico na capital do Império Português, primeiro, e depois, do Império Brasileiro, é o fato de que os escravos levavam os excrementos das famílias para jogar no mar. Então, você tinha os “tigres”, que era o termo usado para nomear os escravos que andavam com as tinas de excrementos das famílias na cabeça. Eles ficavam com manchas semelhantes às de tigres, por causa do excremento humano que escorria. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, havia escravos de ganho que trabalhavam para os seus donos e que eventualmente podiam juntar um pecúlio para conseguir comprar a sua alforria e assim por diante. Então, havia muitos regimes de escravidão, e muito do que se consolidou, como percepção do trabalho manual, pesado, etc., tem a ver com essa associação desse tipo de trabalho e certo tipo de gente que, até muito recentemente, não era vista como pessoa.

E houve um processo de “coisificação” do escravo. Em uma carta um nobre brasileiro diz ao seu correspondente: “nós coisificamos essa gente por muitos séculos”. Ou seja, era algo consciente, a partir de certa elite que tinha a exata noção do que estava fazendo. Isso teve várias consequên-

cias para a sociabilidade que se constituiu em seguida, na transição para o mercado capitalista de força do trabalho. Em primeiro lugar, essa ética da desvalorização do trabalho que levou à ocupação das novas posições criadas no capitalismo ascendente, “moderno”, por imigrantes. Aos ex-escravos e seus descendentes, no mundo urbano, foi vedada a entrada na modernidade capitalista. Aos escravos e seus descendentes, depois ex-escravos, foi relegado o mundo rural. E nesse espaço eles encontraram um nicho para sobreviver.

Os ex-escravos espalharam-se pelo Brasil, mas foi um mundo de miséria. O mundo urbano, a modernidade urbana, ainda que fosse constituído também de ex-escravos e seus descendentes, foi um mundo destinado, sobretudo, aos brancos. Não à elite branca. Eu estou falando dos brancos que chegaram aqui como imigrantes, em geral em situação também de pobreza, porque eles também estavam a caminho do Brasil para “fazer a América”.

Abrindo um parêntese, é preciso lembrar que a Europa também estava em crise no final do século XIX. Analiso isso no começo do livro. O que teria sido da Europa se não houvesse o Novo Mundo para onde os depauperados, os explorados, etc., pudessem emigrar, pudessem fugir, com isso evitando que as pressões da pobreza e da exclusão eclodissem e que houvesse uma revolução social na Europa? Como teria sido se essas pressões sociais tivessem ficado por lá?

Voltando ao argumento principal do livro, mostro que entre as heranças do escravismo está a gestão da força de trabalho escrava, o modo de gestão da força de trabalho no mundo rural, que se transferiu para o mundo urbano do início do século XX. Mostro no texto, a partir de estudos secundários e análise documental, que os padrões privatistas de repressão do trabalho permaneceram.

O escravo era propriedade privada de alguém, e ao Estado não era dado imiscuir-se na gestão da força de trabalho escrava, pois isso era visto como prerrogativa exclusivamente privada. Isso se transferiu para a gestão

da força de trabalho imigrante e para a gestão do povo. Não tratei o tema, na época, a partir da literatura sobre “governamentalização” da população, mas hoje, diria que o processo de construção dos mecanismos de controle populacional trouxe da escravidão muito da sua dinâmica e, por isso, teve um elemento central de “vertebração”, que foi sempre o medo: o medo da revolta escrava, o medo da rebelião que poderia pôr fim à civilização que os brancos estavam construindo nos Trópicos.

Esse medo teve sua origem na revolução haitiana de 1804. Depois dessa revolução no Haiti, na qual os franceses foram massacrados e expulsos do país, qualquer movimento escravo era reprimido. Tivemos a revolta dos Malês, na Bahia, em 1830 e várias outras revoltas escravas que foram reprimidas de maneira sangrenta, em razão desse temor do “haitianismo”. Boa parte do processo de construção estatal no Brasil, nesse momento, se deu sob a égide desse temor da revolução escrava. A construção estatal no Brasil, e essa é outra discussão do livro, se deu não como nos padrões clássicos, principalmente europeus, na luta dos Estados uns contra os outros para definição das suas fronteiras, etc., tal como na discussão de Charles Tilly, por exemplo. No Brasil, o Estado se construiu para defender a elite contra o inimigo interno, e o inimigo interno teve primeiro o rosto fantasmagórico, inacessível e negro do escravo. Em seguida assumiu outras feições, como as ideologias “estrangeiras” trazidas pelos europeus para um país onde o povo era “pacífico”, onde o povo “não era dado a esse tipo de ideologia” e nem à luta de classe. Ora, essa ideia do povo brasileiro como pacífico é outra herança da escravidão, ao lado da ideia de que nossa escravidão foi “benigna” em comparação com a escravidão norte-americana, por exemplo, quando, na verdade, a expectativa de vida dos escravos era bem mais curta no Brasil.

De fato, em meados do século XIX, um escravo, ao nascer, tinha expectativa de vida de 19 anos. Não é que ele viveria 19 anos, mas a taxa de mortalidade entre o nascimento e os primeiros dois, três anos de vida era

tão alta que reduzia brutalmente a estatística de esperança de vida ao nascer. Isso era muito menos do que um escravo médio norte-americano, que tinha esperança de vida ao nascer de 36 anos em 1850, quando no Brasil era de 19 anos. Então, a ideia do povo brasileiro como pacífico é irmã da ideia de que a nossa escravidão foi benigna, e nenhuma das duas coisas era verdade. Nem o povo era pacífico, nem a escravidão foi benigna. Maria Sílvia de Carvalho Franco, por exemplo, mostra que a violência era constitutiva da sociabilidade dos homens livres no mundo agrário. Mesmo hoje não podemos dizer que o Brasil é um país em paz e que o nosso povo é cordial.

É importante destacar que se trata, no caso das heranças da escravidão, da transposição entre gerações de padrões de relação entre classes, os quais acabam ganhando um mecanismo de sua reprodução na própria forma assumida pelo Estado. Esse movimento é recorrente; pelo modo como a dinâmica social se transpõe para as instituições estatais, o Estado acaba sendo o principal elemento de reprodução dessa dinâmica, que é ao mesmo tempo hierárquica, iníqua e injusta – organizada de tal maneira que talvez o conceito que melhor a capture seja o de dominação.

Mostro que, no início do século XX, o Brasil foi muito hostil para as classes populares. Em parte, por causa dessa ação estatal excludente, por causa dos padrões de repressão transportados da escravidão, mas também pelo fato de que os trabalhadores que estavam chegando, vindo de outros países, demoraram muito para conseguir fazer do seu lugar de inserção, de inscrição social, um lugar de construção de identidades coletivas e de projetos políticos que permitissem superar essa ordem iníqua.

Alemães, espanhóis e italianos, que não falavam, não comungavam a mesma língua, a mesma cultura, quando chegaram aqui, viram que brasileiros negros e pobres e portugueses em disputas históricas com os espanhóis criavam um ambiente hostil para a constituição de identidades coletivas que se pudessem contrapor a uma interpretação, constituída e reproduzida pelas elites e pelo Estado, sobre o que são essas pessoas. Isto é,

que eram vistos como forasteiros que estavam aqui com ideologias alienígenas para corromper a mente dos brasileiros “bonzinhos”.

Essa visão alimentou o trabalho de repressão policial que ocorreu no Brasil, que foi muito violento no início do sindicalismo emergente, por exemplo. O livro de Boris Fausto sobre isso é exemplar. Ele narra, com documentação vasta, o processo de aniquilamento do movimento sindical, principalmente nas greves de 1917 e 1919 em São Paulo e no Rio de Janeiro, o medo do “perigo vermelho”, que veio da Revolução Russa (como antes o medo do “haitianismo” escravo).

O Rio de Janeiro, por exemplo, ficou, a partir de 1919, como que em estado de sítio, e São Paulo, depois de 1922, igualmente em estado de sítio, com um processo de repressão implacável ao sindicalismo emergente. Assim, o Estado de novo se fortaleceu como instituição a partir da repressão ao inimigo interno, agora não mais o negro e o escravo, mas o branco alienígena vindo para cá para trazer a civilização, mas junto com a ideia de civilização veio a ideia do socialismo, da revolução, etc.

Toda essa discussão no livro teve apenas um objetivo: mostrar a grande revolução que o Vargas representou nessa dinâmica social brasileira.

Eu qualifico o Estado Imperial e o da República Velha como Estado Antissocial. Estado liberal como Estado antissocial. Isso não ocorreu apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Como mostrou Polanyi, o liberalismo foi a “grande transformação” do século XIX, e dominou o mundo ocidental com algumas poucas exceções, como a Alemanha de Bismark, e só foi derrotado na crise de 1929. Mas até ali, no mundo ocidental, o Estado conhecido era o Estado Liberal mínimo, que devia servir apenas para garantir os contratos, os negócios, assegurar a paz social, incorporar os trabalhadores na dinâmica social pela educação e o mercado de trabalho. No Brasil não era diferente, com o adendo de que, aqui, o Estado Liberal foi também constituído para se defender do povo. Portanto, um Estado para defender as elites contra o resto da nação.

Eu desenvolvo isso longamente no texto, não vou ter tempo para falar sobre isso em detalhes, mas um ponto central no começo do século XX foi o fato de o Parlamento brasileiro ter funcionado ininterruptamente desde a independência do Brasil. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tiveram uma vida parlamentar tão extensa. Isso não quer dizer que era uma vida parlamentar democrática, mas havia vida parlamentar. Então, era possível acompanhar os debates parlamentares e discursos, etc. Esses documentos estão disponíveis hoje, na Internet. É inacreditável a tentativa de determinadas figuras parlamentares, ao longo da história, tentando instituir uma legislação de proteção ao trabalho, conseguindo a sindicalização em 1907, em seguida a proteção ao menor, às mulheres, “pingando” a legislação com tentativas reiteradas. Nessa legislação há tentativas reiteradas de incluir, por lei, as demandas do movimento sindical que vêm desde o final do século XIX: por redução da jornada de trabalho, por consolidação de um salário mínimo; proibição do trabalho “do menor”; proibição do trabalho de mulheres gestantes; proibição do trabalho noturno das mulheres... Um conjunto de demandas que foram incorporadas por Vargas logo nos primeiros anos do seu governo. Demandas que foram transformadas em lei, a maioria delas entre 1931 e 1934.

Até o ano de 1926, quando houve uma mudança constitucional no Brasil, essas demandas eram tratadas como inconstitucionais, porque pela Constituição de 1891 era inconstitucional legislar sobre o trabalho. Ou seja, o governo central não podia legislar sobre o trabalho. Quem podia legislar sobre isso, se fosse o caso, eram os governos estaduais, porque o Brasil era uma federação e o governo federal legislar sobre isso era pensado como interferência nas prerrogativas dos estados e nos negócios privados.

Só em 1926 uma mudança constitucional permitiu a centralização da produção da legislação de proteção ou qualquer outro tipo de legislação trabalhista. O Congresso tentou fazer isso, mas a Revolução de 1930 abortou os projetos que estavam em discussão naquele momento. Vargas incor-

porou a questão social, como pode ser visto já no seu discurso de posse. Ele reconheceu a questão social e mais tarde marcou a diferença de seu governo com o de Washington Luiz, construindo a ideia de que neste último a questão social era “caso de polícia”. Washington Luiz disse, na verdade, que “a questão social no Brasil é afeita mais à ordem pública do que à ordem social”, isto é, uma questão de Segurança Pública e não uma questão social. Vargas pinçou essa frase de Washington Luiz descontextualizando-a, porque o presidente liberal de fato disse isso, mas acrescentou que “precisamos instituir uma legislação de proteção [...]”. Ele estava dizendo que era assim no passado e que era preciso atuar sobre isso, mas ele não conseguiu atuar, quem atuou foi Vargas. E a partir do primeiro dia do seu governo. Quem não leva em conta esse passado, isto é, o processo de construção estatal no Brasil como um processo de construção de um Estado antissocial, não entende a enormidade que foi a transformação perpetrada por Vargas, simplesmente ao dizer no seu discurso de posse que a questão social seria prioritária no governo. Reconhecer a questão social e começar a emitir legislação de proteção foi uma maneira de o Estado começar a dizer para os trabalhadores: “olha, essa instituição aqui não é uma coisa construída contra vocês. Isso é uma coisa construída também para vocês”. O discurso de Vargas era esse, o Estado para os trabalhadores. Mas, com o tempo, ele vai começar a convocar os trabalhadores para ocupar espaços nessa instituição e para participar da dinâmica política e coletiva. Nesse momento, Vargas vira o Estado antissocial em um Estado que, pelo menos na retórica, tem como projeto de longo prazo para o país a promoção e a “valorização integral do homem brasileiro”. Esse era o mote do projeto varguista que foi qualificado ou propagandeado apologeticamente por Oliveira Vianna, tema que eu estudo amplamente no capítulo 4 do meu livro, que é o capítulo central. Nele, eu desenvolvo um argumento (que levo adiante no artigo em inglês que sugeri para leitura) segundo o qual Vargas teria inaugurado ou instituído um duplo mecanismo de coordenação da dinâmica social e

econômica brasileira que deu estabilidade ao processo de acumulação capitalista e estabeleceu alguma paz no mundo do trabalho, no mercado do trabalho para que a acumulação pudesse se aprofundar. Vou falar um pouco mais sobre o funcionamento desse duplo mecanismo.

Em um discurso proferido em 1931, Vargas disse que era preciso fazer a reforma agrária no Brasil para manter o trabalhador no campo, porque o projeto de valorização integral do homem brasileiro, nas palavras aproximadas de Vargas, “o projeto da revolução, de valorização integral do homem brasileiro, não terá sucesso se acontecer o que aconteceu com o fim da escravidão”. Segundo ele, após o fim da escravidão, como não houve um programa de fixação dos ex-escravos no campo, as cidades foram invadidas por eles, produzindo o pauperismo e a miséria. “Isso não pode acontecer agora. Nós estamos promovendo um projeto de valorização integral do homem brasileiro e, para esse projeto ter sucesso, nós precisamos fixar o homem no campo. Faremos uma reforma agrária”.

Não conseguiu. Com a elite agrária e o sistema altamente concentrado de propriedade latifundiária que tínhamos, ele não foi capaz de tamanho enfrentamento. Em 1941, dez anos depois, ele fez outro discurso no qual disse que precisávamos ocupar as terras da Amazônia, fixar o homem nas terras amazônicas, já que não conseguimos fazer a reforma agrária como tinha de ser feita, então havíamos de ocupar as terras que estavam vazias. E veio com a mesma história “que é a promoção integral do homem brasileiro”. Ora, o que era a promoção integral do homem brasileiro? No discurso apologético de Oliveira Vianna esse projeto já estava acontecendo. Ele dizia algo como: “O nosso trabalhador hoje tem acesso à propriedade. A maneira que nós temos de tornar os trabalhadores fiéis ao capitalismo é dar-lhes propriedade. O trabalhador hoje já tem direito, já pode comprar sua casa. O trabalhador hoje tem uma poupança na forma da sua aposentadoria. A aposentadoria do trabalhador é uma espécie de dinheiro investido na renda. É como se o trabalhador tivesse, por exemplo,

cem contos de réis aplicados e vivesse da renda desses cem contos de réis. Isso é a propriedade social do trabalhador, que é o dinheiro da aposentadoria. Hoje, o nosso trabalhador tem acesso à saúde pública, à educação, por meio do seu sindicato, ele tem acesso a bolsas de estudos...”.

Isso era, então, um projeto. O homem integral brasileiro, do ponto de vista de Francisco Campos, um dos ideólogos do varguismo, era o homem brasileiro saudável e casado. Logo, ele instituiu a lei dos dois terços de brasileiros nas fábricas, obrigando os patrões a contratar negros, porque a população brasileira era mestiça. Então, temos o homem saudável, casado e com filhos, de preferência muitos filhos. Havia prêmios para famílias que tivessem mais de oito filhos. O bolsa-família já existia lá atrás. Por quê? Porque o Brasil precisava ser povoado, era preciso ocupar as fronteiras e por isso precisávamos de muitos filhos.

Saudável, casado, muitos filhos, com um emprego formal, portanto, com seus direitos trabalhistas garantidos, com sua aposentadoria garantida, alguma assistência para os filhos no caso de desemprego e assim por diante. Esse era o projeto da valorização integral do homem brasileiro. É isso que ele dizia que seria impedido ou destruído pela migração em massa para as cidades, que ele sabia que viria por causa, justamente, do projeto de valorização. Porque o mundo urbano seria tão desigual em relação ao mundo rural, com condições de vida tão melhores nas cidades, que produziria atração irresistível nas populações rurais. Ele temia o efeito disso sobre seu projeto. Ele tinha razão.

A partir, justamente, de meados dos anos 1930 até final dos anos 1970, o mundo rural se mudou quase todo para o mundo urbano. Em 1940, 70% dos brasileiros viviam no campo. Em 1980, 70% dos brasileiros viviam nas cidades. Em quarenta anos houve uma reversão total; 60 milhões de brasileiros deixaram o campo para morar nas cidades.

Essas pessoas chegaram à cidade e não encontraram a estrutura necessária à valorização integral do homem brasileiro. Não havia emprego for-

mal para todos. As estatísticas são incontestáveis em relação a isso. Todo brasileiro que vinha para a cidade batia lá no Ministério do Trabalho ou na Delegacia Regional do Trabalho para conseguir sua carteira de trabalho. A inflação de carteiras de trabalho emitidas, em relação ao número de postos de trabalho formais criados na economia brasileira, nesse período, foi de 2,7 vezes, ou seja, foram emitidas 2,7 vezes mais carteiras de trabalho do que os postos de trabalho criados entre 1940 e 1980. Isto é, a expectativa de inclusão dos trabalhadores teve uma taxa de desconto de 60%. E isso constituiu o coração da dinâmica social brasileira desde então: a expectativa de inclusão social dos trabalhadores e sua frustração reiterada.

Esse foi o mecanismo central de consolidação da ordem capitalista no Brasil, a partir dos anos 1940. Como funcionou esse duplo mecanismo? A Constituição de 1946, democrática, promulgada em seguida à derrubada de Vargas, não destruiu a estrutura legal construída por ele. Ao contrário. Manteve os sindicatos constituídos a partir de uma inspiração fascista, um corporativismo com altíssimo controle do Estado sobre o processo de criação dos sindicatos, os mecanismos de financiamento dos sindicatos, a ação de política dos trabalhadores, a ação coletiva e a negociação coletiva. Estava tudo regulado, presente na CLT. Assim, a Constituição de 1946 manteve essa questão intacta.

A Constituição tornou livre a greve, “na forma da lei”, e um mês depois da assinatura da Constituição um decreto presidencial regulamentou a greve, tornando-a praticamente ilegal. Do mesmo modo, o ordenamento sindical, “na forma da lei”, nunca foi regulado. Logo, a lei que existia era a CLT, e ela continuou valendo como lei de ordenamento dos sindicatos. O problema era que a Constituição dizia: “é livre”, mas mantendo a ordem repressora intacta. Isso abriu a possibilidade de os trabalhadores contestarem legitimamente os elementos autoritários da lei e lutarem legitimamente pela vigência dos aspectos relativos ao direito individual do trabalho, que também estava na lei.

Voltando um pouco no tempo, quando o Brasil entrou no esforço de guerra, a primeira coisa que Vargas fez foi suspender a CLT. Acabou a guerra e os empresários continuaram contestando a legislação. Então, houve um processo demorado e longo de disputa pela validade e efetividade da legislação trabalhista instituída por Vargas. Esse elemento é um dos aspectos do duplo mecanismo de coordenação. Isto é, havia uma legislação de proteção, essa legislação estava garantida constitucionalmente, mas ela não era eficaz. Ela não tinha efetividade. Essa era a parte “de cima” do mecanismo. A parte “de baixo” foi o mecanismo que Vargas também constituiu, um instrumento de luta pela validade dessa legislação. E esse instrumento foi o sindicato. A Constituição de 1946 abriu a possibilidade para que os trabalhadores, por meio dos seus sindicatos legalmente constituídos, lutassem pela efetividade da lei. Isso implicou os trabalhadores diretamente no processo de consolidação do Estado brasileiro. Até ali, o Estado brasileiro era uma coisa para os outros, era uma coisa para os ricos, dos ricos para eles. A partir de então, os trabalhadores passaram a ser artífices do processo de consolidação estatal ali onde ele os interessava, que era o direito do trabalho e o direito social de proteção das famílias e das pessoas. Foi esse duplo mecanismo que deu estabilidade à ordem desigual, iníqua e injusta daí por diante.

Em 1952 o Congresso Brasileiro derroga o atestado de ideologia que havia sido instituído por Vargas lá atrás, para impedir a entrada dos comunistas na estrutura sindical. A partir desse momento, a estrutura sindical corporativa, constituída para controlar e para impedir a organização autônoma dos trabalhadores, começa a ser ocupada pelos comunistas e outros militantes de esquerda. Em quatro ou cinco anos, todos os grandes sindicatos passam para as mãos dos comunistas. No Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, sindicatos rurais e urbanos. É muito rápido o processo de ocupação da estrutura sindical pelos comunistas. É bom lembrar que eles tinham sido cassados antes, tinham

sido retirados das direções pelo governo Dutra, já em 1947, quando houve a proscrição do partido comunista em função do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética no âmbito da Guerra Fria. A primeira coisa que o governo Dutra fez foi banir o partido comunista e, com isso cassar os presidentes dos sindicatos ligados aos comunistas. Foram mais de 400 cassações.

Então, os comunistas vinham de um processo de organização, já no final do governo Vargas, foram depostos pela repressão do governo Dutra e, depois de 1952, voltaram muito rapidamente. Contudo, por incrível que pareça, o partido comunista, dominando os sindicatos, lutando pela vigência da legislação trabalhista, foi um dos elementos centrais da consolidação da ordem estatal burguesa no Brasil e da ordem legal de proteção do trabalho. Porque os comunistas se organizaram nos chãos de fábrica. Organizaram e fizeram parte de grandes mobilizações coletivas. O ano de 1953 foi de grandes mobilizações por todo Brasil.

Houve muitas mobilizações de âmbito regional e nacional até 1964. Os comunistas fundaram uma central sindical em 1962, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que tinha assento direto com Jango. Eles dominavam cinco de seis confederações de trabalhadores em 1964, quando veio o golpe. É similar à Central Única dos Trabalhadores (CUT) hoje. Todos os grandes sindicatos, as maiores federações e cinco confederações faziam parte do CGT, que era dominado pelos comunistas.

Essa interpretação é antípoda da que se consolidou no Brasil durante os anos 1960 e 1970 sobre o porquê, afinal de contas, de não se ter resistido de maneira importante, ou de qualquer maneira, ao golpe de 1964. Por que aquele sindicalismo que se pensava ser forte e estruturado caiu como um castelo de cartas? Essa foi a pergunta formulada, por exemplo, por Francisco Weffort. E a resposta dele, em resumo, culpa os comunistas que, ao se juntarem ao PTB, teriam se apelegado. Ele critica a leitura simplista do Partido Comunista sobre a realidade brasileira naquele momento, de

que o problema do Brasil era a combinação de feudalismo no campo e imperialismo, e que para combater os dois era preciso uma aliança com a burguesia nacional para combater o latifúndio e romper com o imperialismo norte-americano.

Segundo Weffort, essa leitura simplificadora foi incapaz de perceber a riqueza da política que estava em jogo no momento. O argumento é mais complexo, mas para resumir: a culpa é dos comunistas, porque eles não conseguiram entender o momento. Essa interpretação veio se somar a outra, consolidada a partir de um artigo muito importante de Juarez Brandão publicado em 1961, escrito em 1959 e 1960, a partir de pesquisas que ele fez em fábricas paulistas, em que ele argumenta que o trabalhador migrante não se ajustou de maneira adequada, ou como se esperava, ao mundo industrial. Ele transcreve longas entrevistas mostrando as trajetórias erráticas dos trabalhadores que ficam dois meses em uma fábrica, voltam para o campo onde ficam dois meses, vêm para a fábrica e voltam para o Nordeste. Depois vêm para São Paulo de novo, ficam um ou dois anos em outra fábrica, vão para o campo, no interior de São Paulo, ficam ali arando terra, trabalhando no campo. Essas trajetórias erráticas, para ele, eram a expressão da inadaptação dos trabalhadores migrantes ao mundo urbano industrial. Esse trabalho levou o Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em um artigo também clássico, a dizer que o trabalhador brasileiro nunca desenvolveu uma consciência “adequada” de classe, isto é, consciência revolucionária de classe, e nunca agiria segundo o seu interesse objetivo.

O sociólogo Leôncio Martins Rodrigues fez algumas pesquisas em fábricas de São Paulo para demonstrar a mesma coisa. Então, a pergunta central era: por que caiu como um castelo de cartas? Por que não houve resistência em uma sociedade profundamente desigual? Isto é, como explicar que 60 milhões de pessoas saem do campo, vêm para a cidade, vivem em situação de miséria, pauperismo e exclusão e não fazem a revolução social? A resposta dessas pessoas parte da incapacidade de construir

consciência de classe porque não estavam ajustadas ao mundo urbano industrial. Talvez a segunda ou a terceira geração o consiga, reflete Juarez. E sobretudo os trabalhadores qualificados, porque os outros rodam muito no emprego. Os trabalhadores qualificados são mais estáveis. Então, possivelmente, esses trabalhadores chegarão a desenvolver consciência de classe. Ou talvez seus filhos, talvez a terceira geração.

Assim, o problema era de consciência de classe. Como disse Fernando Henrique ou Leôncio, essa era a explicação de por que não tivemos a revolução social, por que não tivemos mobilização, pois é disso que se trata.

Como é que ninguém resistiu? Ao cair o governo Jango, que atuava pelos trabalhadores, deveríamos ter tido uma revolução social. Por que não houve? Essas explicações dão conta de parte do processo, mas uma parte muito pequena e na verdade inadequada, porque define o problema na negativa. Por que as pessoas não agiram? Ah, porque não tinham consciência de classe!

Ora, as pessoas têm consciência de alguma coisa. A questão é saber o que mobilizou os anseios, os desejos e as expectativas das pessoas, a ponto de elas olharem para esse mundo e dizer: “Bem, é isso aí. Caiu. São eles lá, esse mundo dos ricos aí que caiu, isso não é comigo”. O que levou a isso? Que tipo de consciência é essa? Porque a gente constrói explicações para o mundo, todo mundo constrói. Ninguém vive no mundo sem construir uma intelecção mínima sobre como é que o mundo funciona, quem são as outras pessoas, quem são os meus aliados, quem está comigo e quem está contra mim. No mínimo isso: quem está do meu lado e quem está contra. As pessoas fazem isso regularmente, senão não vivem. Então, não se pode definir na negativa da consciência das pessoas: eu não tenho carro, eu não sou moreno. Não é? Eu quero saber o que eu sou!

Outro ensaio muito importante publicado na mesma época, e por uma pessoa que leu o trabalho de Juarez antes de ser publicado, é do Alain Touraine sobre consciência de classe em São Paulo, o qual deveria ter sido

mais importante no debate do que foi. Ele foi recuperado muito mais tarde. Touraine sugere que o migrante é um tipo especial de pessoa. Não é todo mundo que migra. No caso do Brasil, muitas pessoas do campo migraram. Mas o migrante é uma pessoa que se move para melhorar de vida. Ele chama isso de consciência de mobilidade. O autor descreve: “os migrantes rurais vieram para a cidade no Brasil em busca de melhores condições de vida. E essa busca foi coextensiva com o projeto de construção do Brasil”. Isto é, ela foi coextensiva com o projeto de futuro do país.

Então, ao embarcar nesse projeto de ascensão social essas pessoas embarcaram na dinâmica do Brasil grande. Temos um futuro, estamos indo em tal direção. Elas colaram os seus projetos ao projeto de desenvolvimento da nação. Junto a isso houve a dificuldade de penetração de outro tipo de ideário por causa da repressão pesada aos opositores, principalmente aos comunistas e demais setores da esquerda. Isso explica, no final das contas, a aceitação pelas pessoas da sociedade desigual brasileira, trazendo-nos consequências até hoje. É para entender esse processo que eu proponho o que estou chamando de duplo mecanismo de coordenação, porque a ideia da promoção integral do homem brasileiro é uma ideia de melhoria de vida, de melhoria das condições de vida da população que vem enquadrada pela noção de direitos, direito social e trabalhista, e não por uma ideia de privilégio, pela coisa da elite rica que vem lá com a “mão de Deus”, “esse aqui eu salvo”.

Essa imagem de Deus que tira a pessoa da miséria, que encontramos em Machado de Assis, por exemplo, era a única possibilidade de ascensão social de uma menina de classe pobre no século XIX, quando alguém da elite a tirava de sua pobreza e dizia assim: “vem trabalhar na minha casa”. Ou então: “eu caso com você porque você é bonita”. Uma sociedade fechada ao ponto de você precisar da “mão divina” para te tirar do meio da lama.

O projeto de promoção integral do homem brasileiro era para todo o povo brasileiro, e o povo abraçou esse projeto. Esse anseio de proteção

social e de melhoria de vida cativou corações e mentes dos migrantes que vieram para a cidade em busca de melhoria de vida com direitos, que era o salário mínimo, que era trabalhar oito horas por dia, “não quero me matar no campo”. Foi isso que deu estabilidade a esse ordenamento, estabilidade social e política, apesar da enorme violência que temos na sociedade brasileira. Mata-se no Brasil mais do que em muitos países em guerra. A nossa polícia é uma polícia assassina, tal como era no século XIX, como era no começo do século XX e sempre foi. Os padrões de repressão ao povo brasileiro não mudaram, pelo contrário, eles ganharam novas roupagens, como durante a repressão da ditadura de 1964, quando se tornaram francamente inconstitucionais e ilegais. Hoje, então, a violência do Estado contra a população permanece muito parecida com o que sempre foi. A violência interpessoal no Brasil também é muito alta para padrões de uma sociedade urbana, industrial, civilizada, etc. Principalmente nas metrópoles. Então, a nossa sociabilidade é cortada transversalmente pela violência privada, individual e também do Estado, que tem como objeto a população.

Esse mundo desigual, injusto, legado por Vargas e que foi reproduzido geração após geração, foi um mundo em que o Estado esteve presente de maneira muito frouxa na vida das pessoas. Sidney Chalhoub, um historiador importante, ao falar a violência policial no Rio de Janeiro no início do século XX, diz que estava em curso no Brasil, como em outros lugares, o processo de disciplinamento da força de trabalho para o capital. Esse me parece um argumento forçado, porque os dados disponíveis sobre o período mostram que o Estado, na verdade, apenas reprimia os pobres. Ele não tinha nenhuma preocupação com o disciplinamento dos corpos e mentes para a disciplina capitalista. Porque no início do século XX no Brasil, não se podia dizer que tínhamos uma sociedade capitalista que necessitasse de uma força de trabalho adestrada. Tínhamos um capitalismo “merreca”, com pequenas e microempresas para todo lado, com os trabalhadores rodando o tempo inteiro entre empregos. Os trabalhadores não estavam

sendo disciplinados para o trabalho porque não havia trabalho capitalista suficiente para todos eles. Havia para alguns e muito poucos. Portanto, a ideia clássica do Estado tendo que disciplinar corpos e mentes para o trabalho não fazia sentido no Brasil. E continuou não fazendo sentido por muito tempo. Vargas tentou mudar isso. A valorização integral do homem brasileiro tinha isso em mente, a premiação do “operário padrão”, educar o trabalhador pelo Senai, criar uma ética do trabalho onde não havia. O Vargas tinha essa ideia de que não temos uma ética do trabalho no Brasil. Operário padrão é isso, uma tentativa de inculcar a ética capitalista do trabalho nas cabeças dos operários.

O Estado, na verdade, diante da população, tem o rosto da polícia, da violência policial. A escola pública universal é muito recente. Nós só universalizamos o ensino primário na década de 1990. Nós ainda não universalizamos o ensino secundário. Isso quer dizer que a maioria dos brasileiros está na escola pública, mas o mundo representado pela escola, cujo currículo é planejado pelo Ministério da Educação (MEC), por pedagogos e profissionais da educação, ou seja, que tem um projeto de país, de alguma maneira, vige por um período muito curto na vida das pessoas. A presença do Estado para a maioria dos brasileiros acaba aos 17 anos, quando acaba o ensino médio. Na verdade, para parte dos brasileiros termina aos 11 anos de idade, ao fim da educação básica. Até os anos 1980, metade dos brasileiros aos 14 anos de idade já estava fora da escola. E eles passariam os outros sessenta anos da sua vida, cinquenta anos da sua vida, sem ser banhados pela legalidade pública de qualquer tipo. A maioria dos brasileiros. Porque a outra forma de você banhar de legalidade pública as trajetórias de vida das pessoas seria, por exemplo, a incorporação universal no mercado de trabalho protegido. Dessa forma haveria a proteção estatal na forma de direitos trabalhistas, direitos sociais, aposentadoria, seguro desemprego, etc. Nem isso. O máximo de formalização do mercado de trabalho a que nós chegamos, em 1976-1977, foi de 60%. Nem durante o governo Lula, mesmo

com vinte milhões de empregos formais que foram criados em dez anos, chegamos a 60% da força de trabalho formalmente empregada.

Então, para uma vasta maioria da população, ao longo de décadas e décadas, e até hoje, o Estado, como um mecanismo público de ordenamento das trajetórias individuais na sociedade, é uma entidade distante. Digo isso em comparação, obviamente, com um modelo muito abstrato, europeu, que eu chamo de modelo fordista de transição da escola ao trabalho, segundo o qual o Estado controla até muito longe a vida das pessoas, até a saída da Universidade. E em alguns casos até depois disso, a trajetória de vida das pessoas está ordenada desde os 4 anos, que é quando começa a escola básica, a pré-escola, até os 24-25 anos, quando a pessoa se forma. Nesse modelo, há o compartilhamento, entre o Estado e as famílias, dos mecanismos de incorporação dos jovens na vida coletiva. No Brasil, isso não aconteceu. O processo é eminentemente privado para a grande maioria dos brasileiros. Mesmo a classe média.

Quando o ensino básico público começa a se massificar, ainda durante a ditadura, e perder qualidade nos anos 1980, com a diminuição brutal de investimento público em educação e deterioração real do ensino fundamental e básico, as famílias de classe média começam a migrar em peso para o ensino privado. Então, as famílias de classe média fazem uma opção pela privatização do seu processo de incorporação dos jovens. As famílias pobres perdem a dimensão pública do processo de incorporação muito cedo, porque deixam a escola também muito cedo. Metade dos brasileiros, até 2000, segundo o Censo daquele ano, saíram da escola até os 17 anos. Hoje, 68% dos brasileiros ainda estão na escola aos 17 anos e a expectativa é que isso continue.

Ao contrário, então, de um padrão mais público ou mais constituído por controles públicos das trajetórias individuais das pessoas, aqui no Brasil o processo de migração com incorporação iníqua no mundo urbano, sem emprego e sem proteção pessoal para todos, foi eminentemente pri-

vado. As pessoas tiveram, para usar uma formulação de um autor clássico, de ser ativas na construção social da realidade. As pessoas saem do campo para a cidade e têm de construir do zero suas redes de relações, sua sociabilidade, seu mercado de trabalho, os mecanismos de obtenção dos meios de vida, os mecanismos de obtenção de renda, e tudo isso, em grande parte, feito de maneira improvisada no mercado informal de trabalho. Eu não vou entrar nessa discussão, apenas chamo atenção para o fato de que não ter emprego para todos não quer dizer que as pessoas não trabalhem. As pessoas que *não têm emprego* precisam arrumar um jeito de comprar o pão de cada dia e o leite para as crianças. Então, as pessoas inventam meios de vida, constroem os seus mecanismos de obtenção dos meios de vida. Isso se dá de maneira inteiramente privada. As pessoas, no mundo informal, em geral, têm uma casa construída informalmente, em um terreno ocupado informalmente, ilegalmente às vezes; usam a luz de maneira informal, “o gato”; puxam a Net de maneira informal, o “gato-net”; às vezes têm telefone de maneira informal, compartilham informalmente telefone comunitário, e assim por diante. E os mecanismos de obtenção dos meios de vida também são informais. Esse é o mundo privatizado. É o mundo no qual, ainda que as pessoas ambicionem ser incorporadas nos mecanismos de proteção social construídos por Vargas, a grande parte delas jamais fará parte deles. E nós temos, além do mais, uma herança histórica importante.

Nas últimas duas décadas perdidas, dos anos 1980 e 1990, quando duas gerações de pessoas perderam seu emprego aos 40-45 anos, essas pessoas nunca mais voltaram ao mercado formal. São gerações perdidas. Gerações perdidas para o mundo da proteção estatal, para o mundo da proteção regular, para o mundo da aposentadoria. Estamos falando de alguns milhões de pessoas, 20% dos ocupados, 20% de 100-110 milhões de habitantes. Estamos falando de 22 milhões de pessoas que não serão mais protegidos por essa herança que veio de Vargas. Percebam, então, que o processo de longo curso de incorporação dos trabalhadores na sociedade

brasileira produziu, de maneira recorrente, mecanismos de reprodução da desigualdade.

Esses mecanismos decorrem principalmente do fato de que o Estado jamais conseguiu constituir riqueza suficiente, recursos suficientes para banhar universalmente a vida das pessoas, a trajetória das pessoas com sua teia de proteção social. Nós temos um Estado de Bem-Estar Social com todos os serviços que um Estado de Bem-Estar apresenta. Seguro-desemprego, aposentadoria universal, saúde universal gratuita para todos e educação universal gratuita para todos. Podemos enumerar todos os serviços que constituem o que a gente conhece como Estado de Bem-Estar Social, só que o nosso é pobre, muito pobre. E hoje, mesmo nesses serviços muito pobres que o nosso Estado de Bem-Estar oferece, o Estado nunca conseguiu incorporar a todos, em parte porque nunca tinha colocado, até muito recentemente, o bem-estar como prioridade das suas políticas. Nesse sentido, não é um Estado de Bem-Estar típico. A igualdade não era prioridade nas suas políticas. Isso está na base da Constituição do Estado de Bem-Estar Social, essas duas palavras: redistribuição de renda e igualdade, isto é, a redução das desigualdades. Elas entraram na agenda há quinze anos. Nunca é tarde, mas elas estão em risco de sair de novo da agenda agora.

Debate²

Vejam, o meu livro não é um livro de história. É um livro de sociologia historicamente informada, como eu gosto de chamar. É um livro de sociologia histórica, porque fiz alguma pesquisa documental, mas, mais que tudo, eu confiei no trabalho do historiador para poder trazer evidências para esse trabalho. Por que não houve a revolução social, no final das contas? Esse é um problema que eu entevi. E é um problema que preocupou

² Aqui tem início o debate e o palestrante começa a responder aos comentários de Alexandre Fortes e intervenções de membros da plateia.

várias pessoas ao longo do tempo, pelo menos de duas gerações no Brasil, e depois saiu de cena.

No argumento do Weffort, por exemplo, a violência da repressão estatal em 1964 não aparece. Ele não leva em conta o fato de que, no dia seguinte do golpe, 700 sindicatos sofreram intervenção. Trata-se de um mecanismo de poder que retirou 700 líderes, em sua maioria comunistas, mas não só comunistas, de várias tendências ideológicas, mas certamente comunistas. Então, a repressão estatal foi muito eficaz, o golpe foi um golpe. E foi um golpe militar! Os militares cortaram a linha da resistência muito rápido. Não tinha ninguém armado. A maluquice de que estávamos à beira de uma revolução brasileira era maluquice, que nem a de hoje. Muito semelhante à de hoje. Dizer que estamos hoje em um governo bolivariano, comunista ou cubano é semelhante a imaginar que estava todo mundo em armas para fazer a revolução em 1964. Não tinha ninguém em armas em 1964. Essa é uma construção maluca dos militares com certos setores da imprensa e das classes médias, porque a elite sempre se posicionou, em relação ao povo, com medo, e por isso os mecanismos de repressão. O livro do Rodrigo Motta, *Em guarda contra o “perigo vermelho”*, é isso. A elite vê fantasma em todo lugar. E isso tem consequências, vira legislação. Há uma legislação antiterrorismo hoje por causa disso. “Ah, vamos ter uma Olimpíada, pode ser que venha um terrorista de fora, tem que ter uma legislação”. Agora esse negócio pode servir para botar na cadeia todo mundo que resistir ao golpe que está em curso no Brasil.

O país é desigual internamente aos estados, é desigual internamente às cidades. Então, não é possível generalizar. Quando se fala das metrópoles, por exemplo, não se pode falar “metrópole carioca” sem mais, porque a metrópole carioca é muito desigual e, dependendo de onde se fala, de que lugar da metrópole, se está falando de coisas diferentes, e assim por diante. É um país muito desigual e então não se pode nunca falar em média. Portanto nunca é possível falar em grandes processos na média, é preciso

sempre lembrar que a média no Brasil esconde mais do que revela. Em muitos países, na Europa, a média e o desvio padrão dão conta de vários dos grandes processos econômicos e sociais. Aqui, a média não informa nada, a desigualdade é tão grande que é preciso falar do desvio padrão e não da média.

No penúltimo capítulo do livro vocês encontrarão a trajetória de um trabalhador que viveu a greve dos marítimos no Ceará. Ele era jovem durante essa greve e migrou depois da repressão para Brasília, e aí eu conto a trajetória dessa pessoa. Uma trajetória exemplar de um trabalhador migrante que vai para um lugar como Brasília.

Mas o que eu acho mais importante é que eu fiz uma escolha nesse trabalho, porque pensei: eu vou escrever um segundo volume, certo? Quando eu estava escrevendo pensei: não vai dar, não tem como, eu vou escrever um livro de mil páginas e no segundo volume desse livro vou tratar do problema da agência – porque aqui eu só enuncio que a efetivação da ordem legal trabalhista dependeu da ação coletiva dos trabalhadores. Eu só enuncio. Em uma notinha de rodapé eu digo que só o Lula, só o PT, foi capaz de construir uma identidade a partir de outro ponto de vista, mas isso é objeto para outra discussão que jogo para frente. Mas o que eu jogo para frente? Todo o processo de mobilização, de organização coletiva, o processo de construção de identidade de classe, a formação de classe que ocorre no Brasil depois de 1945 e principalmente, como eu falei aqui, depois de 1952 e 1953, quando os comunistas começam a ocupar às claras a estrutura sindical.

A minha ideia é esmiuçar isso o máximo possível e para o Brasil inteiro, sair do eixo Rio-São Paulo, a partir do diálogo com a historiografia. Eu digo sempre que o melhor que se produz no Brasil sobre o mundo do trabalho é a história social do trabalho. A sociologia do trabalho não tem produzido nada tão relevante, com o perdão dos meus colegas sociólogos do trabalho. A antropologia do trabalho tem produzido coisas relevantes

na chave da antropologia econômica, tem feito coisas muito importantes com alguma semelhança com o que fazem os historiadores.

Então, eu continuo achando que a compreensão do presente depende da recuperação desse processo de longo curso. E isso não pode ser feito senão em diálogo com a historiografia. A ideia, defendida por John French, de que a CLT não foi instituída para ser efetiva, por exemplo, é uma hipótese. A veracidade dessa hipótese é irrelevante. A CLT pode ter sido instituída para não ser efetiva, mas ela instaurou, no ambiente onde ela incidiu, um processo de disputa por sua efetivação. E esse processo de disputa foi a luta de classes no Brasil. Esse é o elemento central. A CLT, feita para inglês ver ou não, se tornou, formatou e definiu os horizontes em relação aos quais se estabeleceu a luta de classes no país. Essa foi a consciência de classe que se constituiu de fato no Brasil. Não adianta procurar “consciência objetiva de classe”, a experiência dos trabalhadores no Brasil foi mediada pela CLT. E pensando essa consciência em termos das aspirações – “o que eu quero da minha vida?” –, a resposta é: “eu quero esse emprego regulado e protegido”. Quando a sociologia do trabalho estava dizendo lá nos anos 1960 que o trabalhador não se ajustava ao emprego industrial, que queria trabalhar por conta própria, isso era porque o emprego industrial era um “moinho satânico”! Era um trabalho insalubre, dilapidador de qualificações, alta rotatividade, péssimo salário, condições materiais e tudo muito ruim. Não é que o trabalhador não se ajustou à indústria. Se ele não se ajustou, é porque era uma porcaria que estava sendo oferecida como horizonte de vida: “Não, isso eu não quero. Eu quero proteção do Estado e não essa porcaria que estão me dando aqui”. É nesse sentido que a consciência de classe é importante, pela melhoria de vida, “isso aqui eu não quero, porque isso aqui é ruim do ponto de vista do que eu espero para a minha vida”.

Depois, os trabalhadores tiveram dificultada também, sob os militares, a possibilidade de construção de identidade autonomamente, para que pudessem, a partir da ação coletiva, construir uma narrativa sobre a

trajetória coletiva diferente da narrativa que estava sendo imposta pelo governo autoritário, a exemplo do que tinha acontecido na Primeira República. Essa impossibilidade foi moldada pela repressão da ação coletiva. Nesse ambiente não é possível articular um centro alternativo de construção de identidade. E aí, a identidade coletiva de classe é dada pelo algoz, pelo inimigo, pelo outro. No Brasil, a gente só vai ter a retomada de um processo de construção de identidade, que não aquela imposta pelo outro, com o Novo Sindicalismo. Então, vou insistir, é indiferente se a CLT foi constituída de maneira autoritária. É indiferente que a elite varguista quisesse uma coisa ali para inglês ver. O que interessa são as consequências da inscrição de direitos em uma legislação cujo amparo central estava na Constituição, o que abriu a possibilidade e tornou legítima a luta por sua efetivação. Legítima e legal. O Estado reprimir a luta pela efetivação da lei se tornou uma coisa ilegítima e autoritária. Essa questão é fundamental. Está codificado, está garantido por uma agência estatal superior, o Supremo Tribunal Federal, porque está na Constituição. “Eu vou lutar por isso. Cadê os meus direitos?”

Outra coisa muito importante é que em 1940 o Brasil investiu em educação, em valores reais *per capita*, o mesmo que tinha investido em 1930. Isso quer dizer que o Estado sob Vargas continuou raquítico diante da enormidade das demandas sociais e da nossa pobreza. É preciso medir a capacidade que o Estado tem de formular e implementar políticas públicas levando em conta a sua capacidade arrecadatória. Oferecer serviços públicos que incorporassem o maior número possível de pessoas exigia mais recursos do que o Estado, muito dependente do comércio exterior, fonte principal de arrecadação, dispunha.

O Estado continuou raquítico sob os militares, mas em um patamar mais complexo, porque a taxa de crescimento populacional começou a diminuir, mesmo que lentamente. Os militares aumentaram brutalmente sua capacidade de taxar a população, principalmente o trabalho. Cresceu a capacidade arrecadatória do Estado, mas ainda assim em um patamar

muito distante dos Estados de Bem-Estar. O Brasil terminou o governo militar com menos de 20% de carga tributária em relação ao PIB, quando a França, que nem era um dos países mais industrializados, já estava em 35%. Então, mesmo aumentando muito a capacidade arrecadatória, a base da arrecadação e o volume arrecadado, os militares conseguiram muito pouco em termos comparativos internacionais. E fizeram uma opção por financiar infraestrutura, investir em grandes obras, o que resultou em um crescimento altamente concentrador de renda. Um Estado um pouco mais rico, mas com políticas não voltadas para políticas sociais.

Então, nos anos 1980, temos o Estado quebrado, crise fiscal, administrativa, moratória da dívida externa; o Estado continuou raquítico diante das necessidades da população. Na década de 1990 o neoliberalismo era uma antítese de qualquer ideia de redistribuição. Curioso que foi nessa década, a década neoliberal, que se universalizou a educação fundamental no Brasil, com oito anos de estudo. Isso só foi universalizado no final dos anos 1990.

O Estado, desse ponto de vista, sempre foi e continua sendo um organismo pactuado pelas elites econômicas brasileiras para fazer valer os seus interesses. Mas ele não é só isso. Esse que é o ponto importante: o Estado é um lugar da condensação momentânea da luta de classes. Em um determinado momento temos uma configuração que parece estática, que é o resultado da luta de classes pretérita e que vai mudar como resultado das lutas atuais. Isso porque o Estado é o ambiente de construção dos horizontes da vida coletiva, a política é o lugar da construção dos fins da ação pública, e por isso ele materializa o conflito de classes. Porque ele arbitra a distribuição dos recursos produzidos coletivamente, ele vai ser sempre o ambiente da luta de classes. Ele continua sendo isso.

Ou seja, ele não é o comitê executivo da burguesia. Na Primeira República e no Império, era a burguesia agrária que comandava o Estado. O cenário se modificou, ele é o fruto da luta de classes. Analisando o

Congresso Nacional atual, as coisas que estão aprovando, eu tenho resistência em dizer que ele representa o Brasil. Não representa.

Houve um determinado momento do nosso processo de democratização em que o Congresso era a expressão de forças sociais e políticas reais. Esse Congresso que está aí é fruto de uma perversão do mecanismo de financiamento de campanha, que permitiu que Eduardo Cunha, por exemplo, financiasse a campanha de 160 pessoas, com o dinheiro de corrupção. Basta olhar o nome das empresas que financiaram as candidaturas dos deputados. Há determinados deputados que são eleitos por correntes ideológicas, por correntes de opinião, que têm penetração na sociedade, disso não há dúvida, mas a maioria do Congresso atual foi eleita por esses esquemas que, vejam, não são ilegítimos no capitalismo, mas eles têm que ser controlados. Todos os lugares onde houve financiamento com verba privada têm um controle específico para isso. E nós estamos em uma situação melhor hoje porque o Supremo vedou o financiamento por parte de empresas. É claro que esses financiamentos vão continuar ocorrendo pelos caixas dois que sempre existiram, isso vai continuar acontecendo, mas há limites a isso agora. A expectativa que eu tenho é que a próxima legislatura não será tão enviesada para o mundo empresarial, na defesa dos interesses do capital.

A esquerda não conseguiu implementar políticas mais radicais quando no poder, assim como Vargas tinha um projeto que ele também não conseguiu implementar. Isso diz muito, mas é assunto para outro lugar; isso é sociologicamente compreensível, você está no aparelho de Estado, “eu quero ir por ali”, mas “ir por ali” exige negociar com as outras classes que compõem o mesmo ambiente que você está tentando dirigir. Fernando Henrique Cardoso também viveu isso, mesmo que com menos disputa que no caso do Lula. Ele também estava dirigindo uma instituição ou um Estado em um ambiente conflagrado, muito mais no segundo mandato do que no primeiro. No primeiro foi um rolo compressor, vem o PSDB e o

PFL e vamos embora. Mas no segundo mandato não. Lula nunca teve essa facilidade para governar. O primeiro mandato do Fernando Henrique foi um “céu de brigadeiro”. Ele fez o que quis, vendeu o que quis, ao preço que quis. Mudou as legislações que quis, exceto a legislação trabalhista. Lula nunca teve isso. Nunca teve essa condição. Mas o que Lula fez? Ele colocou novamente o Estado no horizonte de expectativas dos trabalhadores, recolocou no horizonte de expectativas da população brasileira a utopia do trabalho regulado. Estamos crescendo, estamos gerando emprego formal, “vai ter emprego formal para todos, vejam só. Já temos quase 60% das pessoas, vinte milhões de empregos criados”. Vinte milhões com carteira assinada. E isso foi um elemento no meio de toda uma reconfiguração da relação dos trabalhadores com o Estado que levou à popularidade de Lula no final. Então, eu tendo a acreditar que Lula recolocou o Estado de volta na trajetória de vida das pessoas. Colocou de novo o Estado como um elemento possível de identificação na trajetória das pessoas, das aspirações das pessoas. “Tem lugar para mim ali! Vamos de novo, o Brasil de novo, estamos indo para frente.” E tudo isso levantou a autoestima do povo, com toda essa coisa que só o Estado, só de dentro do Estado é possível fazer.

Pode-se imaginar que essa é uma visão muito “estadocêntrica”. É mesmo. Não é que não veja a agência, a luta de classes. Nada disso. É que assim como leio os historiadores, leio ciência política. E leio os antropólogos. Não existe vida fora do Estado. Não no sentido totalitário do termo, mas no seguinte sentido: em uma sociedade capitalista, o horizonte de para onde se vai é dado no sistema político, pelo sistema político. Estamos vendo isso agora. A “crise econômica” não é uma crise econômica, é uma crise política. Por causa da crise política, da incapacidade de coordenação geral da dinâmica política pelo Estado, os empresários pararam de investir. Mas pararam de investir não por conta da economia. Também há uma crise lá fora, isso é verdade. O Brasil não é uma ilha, mas pararam de investir principalmente porque o Estado perdeu a capacidade de coordenação do

desenvolvimento econômico. A crise econômica argentina, em 2001, por exemplo, foi coextensiva à destruição do Estado efetivo, e a reconstrução da economia veio depois que o Estado conseguiu se reconstruir. E foi uma certa reconstrução política. Foram fundamentais as estruturas enraizadas de poder, como o sindicalismo peronista, para recosturar a sociedade que estava esgarçada. Só depois disso a economia pôde ser reformada. Não existe economia sem Estado. Ao contrário do que pensam os neoliberais, não existe economia sem Estado. Não é só porque o Estado ordena, estrutura e regula. É porque o Estado coordena. E é por isso que o Estado é capitalista. Porque o Estado é o principal elemento de coordenação. É um mito neoliberal, ou simplesmente liberal, que o mercado encontra funcionamento de maneira espontânea, que o mercado pode se autorregular. Polanyi está entre os que mostraram que o mercado, sem o Estado, é uma selva, porque há concentração de poder econômico, monopólios, uns estão comendo os outros. Quem pode desempenhar o papel de coordenação em geral da ação econômica é o Estado. Então, é nesse sentido que sou “estadocêntrico”. Não é possível deixar de fora, em qualquer intelecção sobre a dinâmica de longo prazo da sociedade brasileira ou de qualquer outra, o processo de construção estatal, como elemento central da explicação desses processos de longo prazo. Os processos de longo prazo são e sempre serão processos de construção estatal.

A migração Nordeste-São Paulo e a memória dos trabalhadores do ABC paulista¹

Marilda Aparecida de Menezes

O êxodo rural é o registro que ficou do intenso trânsito de trabalhadores entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, que mudou a face da composição demográfica da população brasileira em vista da proeminência das cidades. Parcela considerável da literatura tratou do tema quando, oportunamente, flagrou o descompasso do crescimento econômico entre as regiões em razão do impulso de industrialização que se concentrava no Sudeste do Brasil, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo (Lopes, 1973; Singer, 1976; Martine, 1990; Baeninger, 2012). Eis o “meio do mundo”, como expresso no imaginário de homens e mulheres que deixavam seus locais de residência para enfrentar os desafios da “cidade grande”.

A magnitude dessa mudança encontra métricas variadas. O registro dos Censos oferece um painel do volume e da composição desses deslocamentos, o que permite uma avaliação de características específicas do perfil dos que migram, bem como variações no fluxo ao longo do tempo, apenas para citar alguns exemplos. Neste texto, o ângulo de observação que priorizamos não estará expresso em cifras que tomam os migrantes como força de trabalho que se desloca pelo impulso irresistível da força de estruturas socioeconômicas, mas sim nas diferentes formas de reflexividade manifestas nas ações dos que migraram.

O acúmulo de pesquisas sobre migrações nos permite assentar o seu entendimento como um *processo social* e os migrantes como agentes desse processo, que atinge os que partem e os que ficam. Os “migrantes” não são

¹ Texto fornecido pela autora, em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 6 de junho de 2016.

apenas reflexo de forças – quaisquer que sejam elas – determinadas externamente, conquanto estejam nelas inseridos. Como sujeitos, atuam sobre as relações sociais e produzem estratégias nos diversos espaços por onde circulam e aos quais pertencem.

A taxonomia nativa nos modos de autoidentificação sugere a necessidade de assumir com certa cautela o próprio conceito de “migração”. Porque ele representa um constructo analítico que circunscreve situações as mais diversas, e, não raro, no ímpeto por enquadrar o fenômeno, acabamos escondendo um conjunto de situações concretas e particulares – que definem a identidade individual e social dos migrantes – que não se deixam flagrar na chave genérica de “migrantes”, como já havia sugerido Palmeira e Almeida (1977).

Animados com a fertilidade analítica dessa perspectiva, e para abrir e encaminhar a discussão aqui proposta, trataremos de um grupo de migrantes em um contexto espacial e temporal específico. Utilizaremos como base para reflexão os migrantes de famílias camponesas (pequenos proprietários, moradores e rendeiros) do Alto Sertão Paraibano, mais especificamente da microrregião do Sertão de Cajazeiras, que migraram nas décadas de 1960 e 1970 para a região do ABC Paulista. Realizamos pesquisa com esses migrantes no período de 1980 a 1984 (Menezes, 1985). Após trinta anos, retornamos à região do ABC Paulista para novas entrevistas com migrantes paraibanos que chegaram nas décadas de 1970 e 1980 e, também, retornamos à região do Sertão de Cajazeiras, Paraíba, para entrevistar migrantes que retornaram da região do ABC Paulista.² Essa pesquisa tinha como objetivo compreender, através da memória, as experiências de trabalho, família e sociabilidades desses migrantes. Justamente o fio da navalha do argumento que perseguimos aqui para tratar o fenômeno das migrações como um processo social.

² Essas entrevistas foram realizadas no âmbito do Projeto “Memórias de Trabalhadores Migrantes nordestinos na região do ABC Paulista: 1950-1970”, desenvolvido no período de outubro de 2012 a outubro de 2016, financiado por uma Bolsa de professor Visitante Sênior (PVNS/Capes/UFABC).

O suposto é que as ações e representações sociais dos sujeitos envolvidos nesse processo não se situam apenas no contexto das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, mas resultam do modo como esses migrantes e famílias *tratam* as relações sociais em que estão envolvidos de modos diferenciados em sua própria consciência e cultura. Essa perspectiva analítica é tributária de Thompson (1965), mas também de outros que perseguiram a pista das análises que privilegiam o olhar para os “de baixo”, em que o cotidiano é matéria-prima para o estudo das formas de (re)produção social (Certeau, 1994). Em pesquisas anteriores já havíamos destacado igual compreensão (Menezes, 2002).

A explicação das desigualdades regionais é relevante para entender as migrações de significativos grupos sociais do Nordeste em direção ao Sudeste do Brasil. No entanto, o que se quer é ir além e incorporar os significados atribuídos às migrações pelos agentes envolvidos nesse processo social. Ao que acreditamos, não se trata de um jogo de escalas de observação, que privilegiaria o “micro” em detrimento do “macro”, mas da sustentação teórica de que a manifestação das estruturas nas práticas e ações dos indivíduos e grupos não prescinde da sua capacidade de *agência*. Longe disso, é ela mesma que dá o tom, consciente ou inconscientemente, das formas de (re)produção social. Os migrantes não são mero reflexo das forças econômicas, mas agentes sociais ativos, seja nos processos migratórios, seja nas relações de trabalho, ou ainda nas formas de organização da família e das práticas de sociabilidade (Fontes, 2004; Alvim, 1997).

Essa pista não é nova, ela já foi trilhada por outros estudos que utilizam como eixo de análise as condições de reprodução social do grupo familiar e, nesse quesito, entendem as migrações como uma importante estratégia para a reprodução social de famílias camponesas. É o caso, por exemplo, de Garcia Jr. (1989) e Menezes (1985 e 2002), que constatarem esse mesmo aspecto ao mostrar que as migrações da região Nordeste para o Sudeste não se caracterizam apenas pela migração definitiva ou pelo êxo-

do rural. Não são raros os casos dos que, ao migrar, se tornam operários ou empregados urbanos e, após um período, retornam às áreas rurais do Nordeste. Ainda consoante essa conclusão, Woortmann (1990) mostra que a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, analisamos os significados de migrar para as diferentes categorias do campesinato, como os pequenos proprietários, moradores e rendeiros; na segunda parte, analisamos a experiência dos trabalhadores paraibanos na região do ABC paulista, buscando compreender como eles “lidam” com as condições de trabalho na região e a maneira como essas estratégias se combinam com os propósitos atribuídos à migração. Ao final, recuperamos alguns pontos de inflexão no argumento aqui esboçado circunscrevendo o alcance teórico das possíveis conclusões.

Do chão da roça ao chão da fábrica

O nosso personagem,³ Antônio,⁴ nasceu em março de 1952 e migrou em 1973, aos 21 anos de idade, para São Caetano do Sul-SP. Depois da aposentadoria, retornou com a esposa para morar em São José de Piranhas-PB em 2012. Ele fala sobre a partida rumo a São Paulo,

Sr. Antônio, por que o senhor saiu daqui? Saiu em que ano? O que lhe motivou a deixar...?

Naquela época, a vida de 1973 era um trabalho na agricultura de meia, e essa meia – metade para o patrão, metade para a gente –,

³ Em razão dos limites do texto, achamos por bem eleger apenas alguns casos para análise, restringindo a diversidade de relatos coligidos nas pesquisas. Conquanto haja algum grau de arbítrio na escolha dos casos, eles não devem ser lidos como paradigmáticos. O recorte é para evitar que a apresentação fique esparsa e com informações incompletas sobre os casos.

⁴ Trata-se de um nome fictício para, como de hábito, preservar o sigilo do informante.

isso explica por que muita gente daqui foi embora, saindo daqui para o Aguiar (um sítio no município de São José de Piranhas). Fui embora para São Paulo. Entrei numa empresa, trabalhei oito anos antes de conhecer minha esposa. Mais vinte e três anos em outra empresa. Me aposentei. Trabalhei com transporte escolar e meu destino era vir para a Paraíba, né? Eu sonhava com o Nordeste! Eu fui daqui com muito sofrimento naquela época. Numa 4ª série daquela mais ruim que existia, né? Pouco estudo, eles também não exigia estudo naquela época. As empresas não exigia estudo, e a gente conseguia trabalhar. Era tudo... As fábricas tinha gente trabalhando como eu trabalhei lá na Adria, era tudo na mão, tudo manual!

Ele inicia sua narrativa atribuindo ao “trabalho na agricultura de meia” o motivo pelo qual “muita gente foi embora”. Não detalha sobre as condições do trabalho na agricultura e dá saltos temporais em torno de quarenta anos de vida, do primeiro emprego até a aposentadoria; além de mencionar a facilidade para conseguir emprego mesmo com pouca escolaridade. Embora o tempo anterior à migração seja representado como “sofrimento”, ele diz que sonhava com o “Nordeste”.

Para esmiuçar os significados dessa partida, voltamos a perguntar,

Então o senhor contou que trabalhou de meia, né? Como era a vida da família que morava na propriedade de outra pessoa? Conte o período de infância e de juventude aqui em São José de Piranhas

Esse período de renda, de meia, essa renda é o seguinte, ela é assim, trabalha de meia não tem direito a uma roupa, não tem direito a um calçado, não tem direito a uma festa. Os pais (meus pais) não deixava estudar. Pra eles, filho não era pra estudar, era pra trabalhar. Era o que eles decidiam, era isso. A gente tirava dez

arroba de algodão, cinco era do patrão e cinco era da gente. O dinheiro que eles emprestava a juro queria cobrar pra ele ganhar bastante e a gente ficava sem nada, chegava o final de ano não tinha dinheiro pra ir a uma festa, essa era a vida. Eu saí daqui em 1973, que nem eu já falei, meus irmãos, minha mãe, era uma vida difícil, não tinha esse negócio de estar vestindo um vestidinho bonitinho, uma calcinha bonitinha, não, não tinha isso, a gente trabalhava o ano inteiro, chegava dezembro, não tinha direito de ir à festa do Natal na cidade. Porque (...) naquela época não tinha uma roupa melhor, não tinha uma sandália velha (...) de algodão do mato, comendo feijão com arroz, feijão com cuscuz. Nunca vê um pão e a farinha e o arroz era pro final de semana, o arroz era comida de rico. Aquela época, de primeiro o cara tinha uma bodega, tinha uma rapadura, vendia só o preço que ele queria, porque só quem comprava era os morador dele. Isso aconteceu muito. Não falando mal e nem falando bem, mas era época que o povo era sujeito àquilo, era obrigado àquilo...

Parece claro que ele migra para escapar da condição de meeiro. Antônio tinha 21 anos de idade. Como jovem e solteiro, dedica a fase produtiva da vida trabalhando com disciplina, com longas e intensas jornadas de trabalho para melhorar de vida na região do ABC Paulista até conquistar a aposentadoria. É o “tempo de descanso”. Se a lembrança do tempo no sertão é marcada pela condição de sujeição – “era a época que o povo era sujeito” –, morador e meeiro, de carência alimentar e falta de renda para o consumo de certos alimentos, vestuário e festa, o tempo em São Paulo é exaltado como o da conquista dos direitos que culminam na aposentadoria e na aquisição da casa própria.

Ainda que histórias como essa evidenciem que os migrantes de áreas rurais da região Nordeste serviram e servem para promover o projeto de modernização do Brasil, esses deslocamentos também representam a

possibilidade de realização de um projeto de vida individual e familiar. Portanto, como lembra Sayad (1998), os deslocamentos não são apenas físicos, mas também sociais, políticos e culturais.

Ademais, o fenômeno das migrações entre essas áreas tem se constituído como uma prática histórica (Durhan, 1978; Menezes, 1985 e 2002). Isso implica deslocar a análise da associação entre indivíduos, famílias e grupos sociais vinculados a um território, para as múltiplas estratégias utilizadas por indivíduos e famílias em prol da melhoria das condições de trabalho e vida. Por conseguinte, a condição de mobilidade não expressa necessariamente “desenraizamento”, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais.

Migram aqueles que têm “coragem”, termo recorrentemente utilizado pelos migrantes e pelos que ficaram nas localidades rurais do sertão paraibano nas décadas de 1970 e 1980 (Menezes, 1985). Essa expressão sugere que migrar, além de escapar da sujeição e das condições de expropriação das famílias camponesas, também, significa a disposição de lutar por uma vida digna fundamentada na ética do trabalho e pela expectativa de melhorar de vida (Durhan, 1978; Maciel, 2013; Santos Jr., 2014). Mas, o que ocorre com o tempo vivido nos locais de destino? Quais são as estratégias utilizadas pelos trabalhadores migrantes para lidar com as condições e processos de trabalho no mundo industrial do ABC Paulista?

No imaginário, o emprego na indústria era o grande sonho. Outros já haviam relatado as possibilidades de um salário maior e, com a “carteira assinada”, o acesso aos benefícios sociais e previdenciários. A realidade, todavia, confrontava essa expectativa. A trajetória ocupacional era entrecortada por outras ocupações que serviam de antessala para o ingresso na indústria, que aqui se deve ler como sinônimo de indústria automobilística ou de metalurgia. Assim, a construção civil era, em geral, a primeira atividade. Por sua vez, era considerada um trabalho temporário, até que um amigo ou parente conseguisse uma colocação na indústria (Fontes,

2008). O trabalho na indústria representava para o migrante nordestino a possibilidade de adquirir uma *profissão*.

A noção de *profissão*, em sua acepção nativa, tem sempre uma conotação de profissões reconhecidas como qualificadas, como, por exemplo, a de “mecânicos”, “ferramenteiros”, “eletricistas”, “serralheiros”, entre outras. Fala-se em “ter profissão” e em “não ter profissão”. Esta última condição representa uma sorte de trabalho que não requer treinamento anterior e nem circunscreve um campo de saberes próprios e legitimados como sendo *profissão*, a exemplo de “servente de pedreiro” (Menezes, 1985) ou mesmo “cortador de cana” (Santos Jr., 2014).

A expectativa tinha como contexto a experiência de amigos e parentes (particularmente aqueles que migraram em décadas anteriores a 1970) que conseguiram adquiri-la. Em seu estudo sobre os migrantes nas fábricas automobilísticas do ABC na década de 1950, Negro (2004) também observa o desejo de entrar em uma fábrica, especialmente a automobilística.

Um novo mundo se descortinava após o ingresso numa automobilística, e, de fato, o fenômeno da incorporação do migrante à indústria revestia-se de novos significados. No exercício fiscal anterior, entre os 582 empregados daquela “fervilhante colmeia de trabalho”, era comum deparar-se com o operário de construção que acabara de encerrar o serviço da edificação dos galpões industriais (Negro, 2004, p. 411)

Por outro lado, não podemos olvidar o fato de que os trabalhadores provenientes de áreas rurais tinham a experiência do trabalho familiar, regido por outras normas e valores, ao passo que o trabalho assalariado demandava nova socialização. A própria rede de parentes e conterrâneos já atuava como guia que alertava para as novas exigências requeridas. Esse aprendizado faz parte do que sempre dizem: “o nordestino tem que aprender a conviver com o próprio ambiente em que vive”. Esse saber-comum pode ser entendido como uma espécie de “sabedoria”, um saber lidar com

as regras de organização e controle do trabalho de modo a permitir alguma ascensão profissional e, quiçá, uma melhoria de vida (Menezes, 1985).

Essa “sabedoria” se revelava em diferentes e complexas formas de compreender e agir em relação às formas de exploração e dominação no trabalho. O que nos convida a ir além do dualismo entre acomodação e resistência, já sugerido por Scott (1985 e 1990). Por vezes, elas assumem a forma de crítica às regras de controle do trabalho assalariado nas indústrias interpretando-as como “uma vida sem independência”, como *humilhação*, pois o trabalhador tem que obedecer à autoridade do chefe e/ou patrão.

A percepção subjetiva da *humilhação*⁵ apresenta certa similitude com a noção de *cativeiro* presente na relação de morador. Ambas expressam uma rejeição às formas de dominação e exploração do trabalho. No entanto, a ideia de *humilhação*⁶ também sugere que a perda de autonomia e dignidade assume um caráter mais forte quando comparado com os significados atribuídos a *cativeiro*. Não por acaso, os migrantes que foram *moradores* consideram que “o morador é também mais livre, porque trabalha a hora que quer, do jeito que quer”. O “ser mais livre” denota que, na cidade, a subordinação do trabalhador às regras de dominação e controle do trabalho são mais cerceadoras da autonomia. O uso da força de trabalho é baseado em cálculos exatos de produtividade, que a dimensiona durante uma jornada de trabalho prefixada. No campo, a jornada não é prefixada, o uso da força de trabalho é determinado pelas necessidades de reprodução da família. Por vezes o migrante idealiza no trabalho autônomo a saída para escapar da *humilhação* na cidade (Menezes, 1990).

⁵ O conceito de humilhação encontra desdobramentos outros na filosofia política: ora está associado à capacidade do indivíduo em reconhecer o seu próprio valor moral, cabendo às instituições a garantia desse fim, ora à privação impingida ao indivíduo que o impede de nutrir o autorrespeito (Honneth, 2009).

⁶ Em sua pesquisa sobre a greve de 1978 nas indústrias metalúrgicas, Abramo (1999) também chega a igual conclusão ao analisar como as condições de exploração e dominação são elaboradas e traduzidas em sentimentos como de injustiça, exclusão e humilhação.

A atitude de aparente “aceitação” das regras de controle do trabalho pode ter diferentes significados. Se, de um lado, expressa uma forma de submissão e passividade à dominação da empresa, de outro, é também uma estratégia para conquistar ascensão na carreira profissional ou permanência no emprego, ou seja, para adquirir “anos de casa” e, portanto, uma “profissão”. A valorização do trabalho na fábrica vem atrelada, no mais das vezes, a um projeto de ascensão na carreira e estabilidade. A métrica que aparece nos relatos está associada aos símbolos do consumo. A casa, o carro e o investimento nos estudos dos filhos são signos reconhecidos e legitimados como indícios de melhoria de vida. Mas há também o sentimento mais difuso de dignidade enquanto trabalhador, que talhou a vida na labuta diária, capaz de afiançar a “honradez”, a “moral” e a “palavra” – dimensões igualmente simbólicas e muito caras a essas populações.

Para trabalhar essa dimensão bem como refletir sobre as formas concretas com que os trabalhadores lidam com as regras de inserção e controle do trabalho, trazemos para análise a trajetória de outro migrante, José Ramos.

De ajudante a funileiro

Morador em São José de Piranhas/PB, José Ramos nasceu em 1 de maio de 1959. A primeira viagem a São Caetano do Sul ocorreu em 1974, quando ainda tinha 15 anos, acompanhando a mãe em uma cirurgia. Ficou na casa da tia, irmã da mãe, por três meses, e depois retornou à Paraíba. Em 1976, com 17 anos, voltou novamente, acompanhado de um tio. Inicialmente, morou com um irmão mais velho, mas conta que o arranjo não funcionou por problemas na divisão das despesas da casa. Foi então que passou a residir com a tia, casando-se com a filha dela.⁷

De 1976 a 1978 trabalhou em indústrias pequenas, aguardando uma chance para conseguir vaga em uma indústria maior, preferencialmente a

⁷ Aqui vemos a importância das redes de família e parentesco na viabilização do processo migratório em suas diversas etapas, como lembra Truzzi (2008).

automobilística. Em 1978, foi trabalhar na Bombril, onde ficou até 1998. Entrou como “ajudante” e, em pouco tempo, foi promovido a “operador de máquina”.

Eles registraram como ajudante?

Ajudante geral. Daí, quando entrei lá dentro, aí comecei... Aí a gente vai desenvolvendo, sempre o nordestino tem coragem de trabalhar: era os trampo muito pesado, mas a gente foi indo, foi indo, até que me promoveram, me deram um aumento. Eu comecei a tomar de conta de três máquinas. Aí de ajudante já passei a ser operador de máquina. Foi aí onde eu casei, porque eu casei eu estava na Bombril, só que depois que a minha filha nasceu houve uns fracasso, umas greve e eu e mais uns cara de nosso setor a gente saiu, foi mandado embora.

É interessante observar como a narrativa sobre o tempo de trabalho na fábrica é ritmada pela vida familiar. Assim, a ascensão profissional, de ajudante a operador, é o momento em que ele se casa. No nascimento da filha, a empresa estava em crise. Eventos relacionados ao espaço da casa interferem no espaço do trabalho e vice-versa.

Outro marcador importante nas trajetórias diz respeito à qualificação profissional. A literatura que trata dos migrantes na década de 1950 indicava que a grande maioria proveniente do trabalho no campo tinha pouca, ou nenhuma, especialização, e o aprendizado se dava ao longo da carreira (Sader, 1988; Fontes, 2008; Negri, 2004). Essa característica parece se manter entre os migrantes que chegaram na década de 1970 na região do ABC, não sendo, portanto, uma mera casualidade da trajetória de José Ramos. Verificamos que esse fato foi recorrente entre os 30 trabalhadores paraibanos entrevistados no início da década de 1980.

Para explicar a mobilidade ocupacional de ajudante a operador de máquina, José Ramos mobiliza a imagem do “nordestino que tem coragem de trabalhar porque veio da roça”. A entrevista foi realizada em 2014 e ele

se refere ao contexto de finais de 1970 e início de 1980, mas essa imagem do “nordestino” foi construída já na década de 1950, quando o trabalho migrante constituía uma parcela significativa da classe trabalhadora paulista. O imaginário sobre o nordestino desde a década de 1950 faz alusão àquele que tem força física e corpo disciplinado para o trabalho. Como ressalta Negro:

Ramificando essa aura de progresso com paz social – e para compor a figura do migrante-operário –, a construção de fábricas de motores a combustão visou ao saque de um aspecto bem comum na representação do “nordestino”. Após visitar a fábrica da Willys do Brasil, o jornalista Ofir Pinheiro relatou: “ali [...] o sertanejo foi encontrar de novo a sua terra e, com o rosto ainda crestado pelo sol impiedoso do Nordeste, adere à máquina, integra-se nela e dela vê orgulhoso brotar o fruto que seus braços produziram”. (Negro, 2004, p. 408)

Essa visão está presente na imagem que nosso informante constrói sobre si como um migrante sem leitura, filho de morador no Sertão Paraibano, que vem à região do ABC Paulista em busca de seu sonho de “melhorar de vida”. Em sua narrativa, o trabalhador com força física, com o corpo disciplinado para o trabalho pesado, é resultado da socialização na roça.

Como era assim o dia a dia do trabalho, a relação com o chefe?

Eu tive todas as firmas que trabalhei, eu sempre tive um ambiente bom *porque eu sou, eu vim da roça, a pessoa que enfrenta uma roça chega aqui, tem trampo pesado?* Tem, mas a pessoa trabalha, eu tive meu ambiente bom, é tanto que eu com quatro meses que eu tava na Bombril recebi uma promoção já de operador de máquina. Entrei como ajudante geral, que eu não sabia ler, então, foi assim.

Você chegou aqui sem saber ler?

Eu só sabia fazer meu nome e mal, então meu ambiente era muito bom. Era um cearense que era meu mestre, Luís o nome dele,

o cara me deu toda força, ele viu meu interesse e num instante eu tava operando as máquinas, chamava-se recuperador de material.

O “ambiente bom” está associado à relação com o chefe imediato que, sendo cearense, surge em sua narrativa como um amigo, mais que como chefe. Em outros termos, a relação que se estabelece é de personalidade e não de impessoalidade das regras, como prevê o contrato de trabalho.

A demissão em 1982, atribuída a sua participação em uma greve, representa outro ponto de inflexão na relação entre família e trabalho. No relato sobre esse evento, e ainda que tenha uma imagem positiva da fábrica, José Ramos diz que não estava satisfeito com a jornada de trabalho imposta pelo “sistema 7x1” (sete dias de trabalho e um dia de folga a cada 45 dias), que lhe obrigava a ficar apenas um final de semana em casa e, portanto, implicava menos tempo para o convívio com a família.

Mas a transição para outra empresa foi rápida e, como de costume, mediada por relações de amizade.

A gente conhecia um amigo nosso piauiense que trabalhava na Volks e ele tinha um amigo, um piauiense, que era quem admitia na Volks. Então ele dava uns cartõezinhos e ele tinha amizade com nós. Aí ele veio aqui, me entregou um cartão e me disse: “vá na Volks”. Aí eu fui. Entrei, se eu não me engano, comecei a trabalhar na Volks em 1985 e fiquei até noventa (1990).

Na Volkswagen ele também foi promovido. Começou como “ponteador” e chegou à função de “funileiro de bancada”. Nesse momento, década de 1980, as automobilísticas já exigiam a credencial escolar, contudo, a experiência ainda era um critério muito valorizado, como constata Tomizaki (2006).

A imagem do “nordestino”, exaltada como bom trabalhador, surge também como lubrificante das relações sociais no ambiente de trabalho. Ou mesmo, como sugere Fontes (2004), atua como uma espécie de contrapeso a mediar as deficiências que lhes eram atribuídas.

Eu queria saber o convívio, a amizade, como é que era?

A gente sempre tinha os grupinhos, como eu estava falando pra você, eu não estou discriminando paulista de jeito nenhum, porque eu tenho muita amizade, vivo no meio dos paulistas, mas os grupinhos dos nordestinos... Nordestino fala assim: “depois do sul de Minas para lá a gente chama nordestino”. E se agrupa muito, sabe? Um ajuda o outro. Então a gente tinha o grupinho, mas não tinha desavença com o outro, existe sempre uma desavença, um cara entrega outro, mas era o dia a dia e até hoje isso funciona. Mas produção tinha que sair do bom ou do ruim, discutindo ou não discutindo, porque tem discussão mesmo.

Entre peão mesmo?

Tem, é porque o cara se escora e você não vai trabalhar por outro. Naquela época eu trabalhava por dois. Hoje ninguém trabalha! Hoje eu faço a minha parte e se você não fizer a sua eu fico parado; se o encarregado chegar lá, eu falo: “oh! Eu fiz o meu lado, o lado dele tá aí, ele não veio fazer, eu não vou fazer”, entendeu?

No registro, depreende-se que há união, mas também “desavença”. Que emerge entre os que trabalham muito como José Ramos e os que se “escoram”, ou seja, aqueles que não cumprem com a tarefa atribuída pelo encarregado. O que evoca mais uma vez o fato de que a pretensa similitude da identidade construída enquanto “nordestino” não tem por corolário a ausência de conflitos. Ao que supomos, essa chave de leitura sugere que no processo de formação de classe operam outras clivagens além da clássica, e potencialmente conflitiva, relação entre operário e patrão. É a compreensão dessas clivagens que dá o gradiente dos vínculos que se formam em torno de elementos que os unem e que os apartam.

As redes de parentesco e amizade continuaram a pautar a trajetória de José Ramos na sua trajetória ocupacional, sobretudo após ser demitido

pela Volkswagen em 1990. Apesar de ser um trabalhador “produtivo” e “obediente”, não escapou da crise da indústria automobilística de finais da década de 1980. Esse fato o abalou emocionalmente e significou uma ameaça ao seu projeto de ascensão e estabilidade na automobilística.

Quando eu saí da Volks, eu saí naquela época que era Autolatina, a fusão entre Volks e Ford. Foi até uma surpresa para mim, porque eu tava esperando um aumento de produção de cargo. Aí o mestre me levou na sala e falou:

– Olha, eu não sei de nada, mas tem uma carta de demissão aí.

Eu até brinquei com ele, falei:

– Oh, Valdir! Dá meu aumento logo aí.

Aí tinha um cara de gravata do lado, aí falou:

– Me dá tua carteirinha,

Aí quando ele falou isso, eu disse:

– Carteirinha minha pra quê?

Ele disse:

– Não, porque você tá demitido aí.

Eu falei:

– Eu não vou dar a carteirinha.

Foi na sexta-feira. Aí saí e descii aqui, ali perto da padaria. Minha esposa tava do outro lado da rua, eu nem conheci ela, eu saí tão desorientado que eu não tava acreditando como aquilo tava acontecendo... Era uma pessoa que trabalhava, fazia hora extra, sabe? Tava sempre ali do lado da firma. Aí pronto, caiu a fixa, recebi meus direitos e tal.

A demissão sumária da Volkswagen foi um choque para José Ramos, percebida como uma traição, visto que ele se entregava de “corpo e alma” para a empresa. Todo o seu esforço para garantir anos de casa e, quem sabe, alcançar uma promoção e melhoria no salário caiu por terra.

Eu peguei o ônibus, saí quatro horas, desci na esquina, na padaria. Aí minha esposa tinha ido comprar uma fralda para a menina, eu nem vi ela, eu tava tão sem [...]

Transtornado?

Transtornado, que eu não sabia onde eu tava, eu tava gritando alto, gritando por mim. Aí fui e virei, eu falei pra ela:

– Oh! Eu fui mandado embora.

Ela falou:

– Você tá brincado?

Isso não é brincadeira não, eu fui mandado embora porque a firma da Autolatina ‘fracassou’ e quem era da Volks que tava na Ford e quem era da Ford tava na Volks muita gente rodou. Aí pronto, passou. Daí recebi minhas indenização, aí comecei a viajar pro Paraguai.

Uma vez no mercado informal, entre 1990 e 1995, trabalhou com venda de mercadorias trazidas do Paraguai e manteve um bar por dois anos e meio no bairro Sacadura Cabral, Santo André, onde vive a maioria de seus irmãos.

Em 1995 foi contratado pela Mercedes Benz, onde ainda estava trabalhando até o momento da entrevista realizada em fevereiro de 2014. Para esse novo emprego mantém-se o padrão anterior de mediação através de redes de amizade e parentesco, que nesse caso foi um primo. Narrou em detalhes como o primo mediou as informações até o momento em que comunicou que ele deveria ir fazer a ficha na Mercedes, mas havia a exigência da credencial escolar, o secundário completo. José Ramos e a esposa ficaram angustiados, pois ele não era alfabetizado. Ele narra em detalhes a fase de seleção e a estratégia que adotou para driblar essa exigência.

Fui à Mercedes, só tinha um cara dando entrevista, aí Léa me entregou a ficha e eu sentei lá atrás. Aí o cara terminou e foi, deu pra ela, ela chamou ele pra entrevistar. Eu fui lá preenchendo.

Isso tudo você sabia fazer?

Eu levei copiado, né? Rua, RG, CPF.

Sua esposa que copiou para você?

Sim, e a data de nascimento. Mas mesmo assim eu errei um monte de coisa. Aí nisso eu tava com 35 anos. Aí o senhorzinho que estava lá na frente, a psicóloga perguntou para ele assim:

– Oh Sr. Antônio, por que o senhor depois de trinta e cinco anos quer voltar a trabalhar numa montadora?

E eu lá sentado.

Aí ele falou bem assim:

– Porque eu já tou com 35 anos e eu tenho que pensar muito na minha aposentadoria.

Aí ela pegou falou assim:

– Sr. Antônio é o seguinte, essa vaga era funileiro, essa vaga no momento a gente não tem. O senhor vai para casa e na hora que surgir uma vaga, eu ligo para você.

E eu dali só filmando, né? Eu também tinha 35 anos.

Por quê? Aos 35 anos eles acham que já é velho?

Foi, era o último ano, essas vaga que abriu era até 35 anos; 36 eles não pegam. Já tava produção, uma pauleira daquela, o cara já tá passando do tempo já, aí quando ela me chamou, aí ela falou:

– De onde você é?

Eu disse:

– Sou da Paraíba.

Ela:

– Mas você tá morando aqui?

Aí eu menti, eu disse não.

Ela:

– Mas como não?

Eu disse:

– Não, porque eu sou casado com filha de paraibano, eu tenho 2 filhos, eu fui mandado embora da Bombril, da Volks e tentei emprego por aqui e não consegui, porque emprego não tava fácil e eu fui para onde meu pai trabalha na roça.

Ela:

– E seus filhos?

Eu disse:

– Deixei lá.

O que você tinha na cabeça?

Eu tinha na cabeça que eu tinha que pegar aquele emprego.

Por que você falou que tava morando na Paraíba?

Porque quando você fala que é nordestino, a visão deles é: “esse cara trabalha”. Naquela época nordestino era o contra-filé na montadora, porque põem o cara e o cara arregaça...

Eles tinham essa visão?

Tinha. Então aí ela pegou minha ficha, aí olhou, olhou, aí tava uns erro lá, ela apagou com o branquinho e tal e começou a me entrevistar e eu comecei falando que eu tenho esses meus filhos, tal. Aí veio a pergunta principal, que era a pergunta-chave:

– Você está com 35 anos, por que você resolveu voltar para a montadora?

Aí eu falei:

– Porque meus filhos estão lá no Norte e lá não tem o convênio médico, eu estando numa montadora do porte da Mercedes, eu tenho certeza que eu vou, ela vai me dar qualidade de vida melhor e eu vou poder dar para meus filhos e ajudar a Mercedes também, porque se ela cresce eu cresço também.

Aí ela falou:

– Bem assim. E se eu te der um teste para você ir fazer, será que você passa?

Eu disse:

– É só você me dar.

Aí ela pegou a folha:

– Toma, vá fazer o teste lá.

Eu fui. Já fui na produção.

Nessa longa narrativa do processo de seleção para entrar na Mercedes Benz, José Ramos mobiliza novamente a sua identidade de nordestino e mente para sensibilizar a psicóloga da empresa, dizendo que a família estava na Paraíba esperando que ele conseguisse um trabalho. Com essa narrativa, ele investe fortemente na construção de uma imagem de um “bom trabalhador”, cujo interesse é dar o melhor de si para a empresa e cuidar de sua família, argumentação que convenceu a psicóloga.

Posteriormente, cursou o primeiro grau e um curso técnico no Senai oferecido pela própria Mercedes Benz. No momento da entrevista já contava com dezenove anos de empresa, possuía casa própria em São Caetano do Sul, carro e estava encaminhando os filhos para a universidade.

Amarrando os pontos: dívida moral, obediência e ascensão social

A pretensão de analisar o conteúdo das ações dos indivíduos e, por essa via, compreender onde se sustentam os microfundamentos de suas deliberações cotidianas fez emergir processos sociais que se mostraram fundamentais na análise das trajetórias ocupacionais e de migração. O deslocamento de escala que orientou o procedimento metodológico aqui adotado não se resume a buscar processos causais eficientes, contrariando abordagens que, por outros motivos, se sustentam nos condicionantes macroestruturais. A escala aqui foi prerrogativa do objeto, porque o argumento que esboçamos é o de que as lógicas que comandam comportamentos têm valências diferentes que estão assentadas no modo como os atores interagem com a estrutura, e não apenas reagem a ela.

Quando observamos sob esse ângulo o enfrentamento do trabalhador rural com a questão do acesso à terra para trabalho, nas modalidades aqui analisadas, vimos o modo como ele insere a questão da “sujeição” e da “libertação” como *táticas* para tentar subverter os termos de uma relação que, de fato, é precária. Assim, o assalariamento e a migração assumem significados diversos a depender do que está em jogo. Longe estamos de querer com isso diluir o efeito de constrangimento do contexto, mas queremos recuperar o modo como os sujeitos atuam na margem do que lhes é possível.

Na narrativa de José Ramos há um claro sentimento de gratidão com relação às oportunidades de trabalho que ele alcançou, uma sorte de dívida moral, para a qual tenta retribuir sendo um operário “obediente” e “disciplinado”, que faz o melhor para cumprir as regras técnicas e de controle do trabalho. Ao nosso ver, não se trata meramente de “incutir gratidão no operário” (Negro, 2004) como forma de capturar a sua subjetividade; vai além, porque na outra ponta não existe um ser inerte, refém de imperativos para os quais só lhe resta baixar a cabeça. Quando observamos os seus interesses, nota-se que ele também operava nesse intrincado jogo, calibrando as formas de adesão e conflito quando oportuno.

Como vimos, há poucos relatos de crítica às formas de exploração ou controle do trabalho, mas sobram esforços para construir a imagem do “bom trabalhador”, cuja ação se caracteriza mais pela deferência do que pela insubordinação ou rebeldia.

A *estratégia* de ascender na carreira ocupacional da empresa e de garantir anos de casa está associada ao projeto de conquistar melhorias para a família, “ela (a empresa) deu toda estrutura de vida para se dar para uma família, para os filhos...”.

Essa atitude pode ser compreendida, como estamos propondo, tanto como um sentimento de dívida à boa oportunidade que a empresa lhe ofereceu, quanto uma *estratégia* – nos termos de Certeau (1994) – utilizada

para garantir a estabilidade e ascender socialmente. Longe está, portanto, de denotar uma suposta “falsa consciência”. Foi a forma possível de construção de sua dignidade como trabalhador cuja origem é caracterizada pelas carências, dificuldade de acesso à terra e falta das credenciais necessárias para o emprego na indústria.

O tecido das solidariedades coletivas é permeado por clivagens outras, não se reduzindo apenas à oposição entre os interesses de patrões e empregados. A figura diluída do “peão”, talvez a maior representação identitária do operariado brasileiro, não suplanta diferenciações internas, contingentes e que sedimenta outras alianças. Não nos parece casual o cuidado que José Ramos tem na composição da sua turma de trabalho, que não deve ter “preguiçoso”. A imagem de “bom trabalhador” dá o tom dos elementos que podem ser transacionados em cada contexto. Isso não esgota o efeito composto de muitos atores independentes, cada um buscando otimizar o curso do seu comportamento. Por essa via passam inúmeras formas de oposição ao que é considerado injusto, resistências cotidianas que operam na margem do possível. Não nos esqueçamos que o nosso informante perdeu um emprego por participar de uma greve.

Por fim, a análise de trajetórias recoloca a preocupação em evitar a eleição prévia de instâncias consideradas prioritárias para a análise da classe trabalhadora. Para o caso dos migrantes aqui em tela, não temos apenas indivíduos que se movimentam ao sabor do mercado de trabalho; vimos como a trajetória ocupacional está embebida por representações simbólicas construídas na família, nas redes de parentesco e amizade e nos modos de vida do espaço rural de onde provêm. Não há espaço para o insignificante. Como sugere Almeida:

Com isso, o que se pretende afirmar é que os espaços do trabalhador devem ser compreendidos como pluridimensionais, que tanto apresentam traços visualmente identificáveis, como a casa, a rua, o bairro, a escola, as praças públicas e o local de trabalho,

todos eles carregados de significados, quanto transcendem o plano da materialidade, podendo-se expressar também como campo das subjetividades, da elaboração e reelaboração da cultura [...] Trata-se de se compreender como as suas experiências, vivenciadas concretamente em seus diversos espaços, são trabalhadas, decodificadas, assimiladas e incorporadas nas tradições e nos sistemas de valores e como, a partir de então, se estabelecem os mecanismos de resistência ou acomodação em relação às práticas de dominação. (Almeida, 2008, p. 93, 95)

Descortina-se, assim, uma vibrante agenda de pesquisas que agora enfrenta o desafio de reinterpretar os significados atribuídos às miudezas da vida cotidiana, palco em que atuam a inveja, a solidariedade, as resistências e as formas de conflito sem os quais os processos sociais assumiriam uma espécie de teleologia própria à espera de um estudioso capaz de desvendá-la.

Referências

- ABRAMOS, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- ALMEIDA, Antônio. *Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia: Edufu, 2008.
- ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Ludgren*. Rio de Janeiro: Grafia, 1997.
- BAENINGER, Rosana. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BERLINCK, M. *Marginalidade social e relações de classes em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Cedeplar, 2009. 20p.
- BURAWOY, Michael. The functions and reproduction of migrant labour: comparative material from Southern Africa and the United States. *American Journal of Sociology*, v. 81, n. 5, 1976.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1: *Artes de fazer*.
- DURHAN, Eunice. Migrantes rurais. In: DURHAN, Eunice. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.181-202.
- DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando. T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora Unicamp, 2004. p. 363-402.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1989.
- GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial*. São Paulo. Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.
- LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e Migrações: uma abordagem histórico-estrutural*. *Novos Estudos Cebrap*, nov.-dez. 1973.
- MACIEL, Lidiane. *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- MARTINE, George. Migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: FUNDAÇÃO SEADE. *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Seade, 1990.
- MARTINS, José de Sousa. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Sousa. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MEILLASSOUX, C. *Mujeres, graneros y capitales*. México: Siglo XXI, 1977.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Reciprocidade e campesinato. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. (orgs.). *Polifonia do dom*. Recife: Editora UFPE, 2006. p. 209-233.

- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Editora UFPB, 2002.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Histórias de migrantes*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Trabalho por conta própria: sonho dos migrantes. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 3, n. 8, 1990. p. 22-26.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.
- NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, p. 403-435, 2004.
- PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner. *A invenção da migração*. Relatório de Pesquisa. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Rio de Janeiro: Finep/IPEA/IBGE/UFRJ, 1977.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS JUNIOR., Jaime. *Na trama das identidades: vida e trabalho no corte de cana em Sergipe*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University, 1985
- SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press, 1990.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- THOMPSON, Edward Palm. *The making of the English working class*. Londres: Victor Gollancz LTD., 1965.

Para além do cativo de casas-grandes e senzalas um coletivo de pesquisas historicamente situado¹

Afrânio Garcia Jr.

Como demonstraram Eric Wolf e Sidney Mintz (1957), a passagem de um sistema de relações sociais características das *plantations* de velho tipo – em que famílias de trabalhadores estão abrigadas em grandes propriedades sob a dominação personalizada de um “patrão”, formas que foram precedidas pela escravidão ou por estatutos diversos de dependência pessoal (*encomienda*, etc.) – para outro em que indivíduos ou famílias estão obrigados a gerir sua sobrevivência através da participação em mercados interconectados implica uma mudança social de grande alcance e escala. Um grupo de pesquisa composto por professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ) tentou compreender essas transformações sociais no Nordeste do Brasil a partir de finais dos anos 1960 (em 1968 foi criado o PPGAS juntamente com o “Projeto de desenvolvimento regional comparado”, ambos financiados pela Fundação Ford). Este artigo discute as condições sociais e intelectuais desse esforço de pesquisa coletivo através do exame das mudanças históricas analisadas através de pesquisas etnográficas e da explicitação da especificidade dos observadores que escreveram sobre elas.

Moacir Palmeira, enquanto finalizava sua tese de doutorado sobre o debate capitalismo ou feudalismo no meio rural brasileiro, defendida em

¹ Texto fornecido pelo autor, em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 28 de março de 2016. A primeira versão foi apresentada em New Orleans nos Estados Unidos em final de 2010, em mesa-redonda no Congresso da American Anthropological Association (AAA), organizada por Juliette Rogers e Gilles Laferté.

1971 na Universidade de Paris, começou a estudar o rápido crescimento das feiras urbanas na Zona da Mata desde os anos 1950. Ele demonstrou como essas praças de mercado favoreceram a conexão entre os grupos sociais, permitindo o desenvolvimento de laços horizontais entre antigas famílias de trabalhadores residentes nas grandes plantações canavieiras e abrindo o caminho para a expansão de diferentes modalidades de movimentos sociais no campo, a começar pelas Ligas Camponesas, logo seguida do sindicalismo de trabalhadores rurais de origem católica ou comunista, e a institucionalização dos direitos sociais das diferentes camadas camponesas e de assalariados agrícolas. Sua investigação foi pioneira entre as várias que se seguiram, a começar pela quase simultânea pesquisa de Lygia Sigaud sobre as categorias de pensamento dos “moradores dos engenhos” (Sigaud, 1980) em perspectiva complementar, que analisou o espaço social e as representações coletivas que dele fazem os diferentes grupos subalternos. Esse empreendimento coletivo não foi concebido de forma centralizada, nem ocorreu de maneira completamente individualizada; cada pesquisa trilhava seu caminho próprio, mas todas contribuíam para resultados cumulativos e complementares de investigações de outros membros da equipe. O programa de pesquisa foi posteriormente amplificado, como um meio de assegurar a sobrevivência da pós-graduação recém-criada no Museu Nacional, percebida como local de exercício de pensamento livre e aberto em época de endurecimento do regime militar – um paradoxo que foi sem dúvida um fator de investimentos pessoais profundos nesses programas de ensino e pesquisa, além de elemento fundamental para compreender os vínculos pessoais e afetivos entre os participantes das pesquisas iniciais (Garcia Jr., 1993).

Marcando a originalidade do objeto estudado em suas etnografias, Sidney Mintz, em vez de se situar apenas no contínuo “folk-urbano” proposto por Robert Redfield, para estimular os estudos de “comunidades camponesas” em todo o mundo, ressaltou a existência de “comunidades

rurais proletárias”, as quais mais tarde ele viria a melhor especificar, juntamente com Eric Wolf, como *plantation system*. Assim, Mintz diferia a *old plantation* baseada em formas de trabalho forçado (*slavery, encomienda, etc.*) da *new plantation* como estabelecimento agroindustrial que atua segundo padrões de mercado de trabalho em vigor no mundo urbano e industrial com foco na produção de mercadorias destinadas ao mercado internacional (Europa, Estados Unidos). Esses conceitos foram preciosos para pensar a mudança social na América Latina e decisivos para melhor entender o caso brasileiro, especialmente as grandes plantações de cana-de-açúcar do Nordeste implantadas desde o século XVI. O espaço social da colônia brasileira surgiu voltado para mercados internacionais: as mercadorias produzidas geravam riquezas se encontrassem consumidores em mercados europeus e só continuaria a existir se o fluxo de escravos africanos não se interrompesse. O “sistema de mercados interdependentes” (Polanyi, 1944 e 1957) não é o único fator que explica a mudança social, mas torna-se um objeto de conhecimento histórico que conhece discontinuidades profundas em suas modalidades de operação, assim como as plantations que dele participaram. Assim, no século XX, não se tratava apenas de descrever a organização social e as representações coletivas de grupos humanos ameaçados de desaparecimento, como Malinowski havia fixado como missão de antropólogos *doing fieldwork*, mas de compreender mudanças de configurações sociais e de formas de pensar de populações que passavam a sobreviver de forma diferente, e que representavam o universo em que estavam de maneira diversa. Havia descontinuidade de padrões de organização social e de categorias de pensamento, mas os indivíduos e os grupos não estavam ameaçados de desaparecimento, como as espécies animais submetidas à seleção natural.

No caso brasileiro, Gilberto Freyre, após seus estudos universitários nos Estados Unidos (cf. Pallares-Burke, 2005), havia afirmado a durabilidade da hierarquia social criada pela *plantation* tradicional, ao dar a seu

livro de 1933 o título *Casa-grande e senzala*, traduzido em inglês sem a metáfora das marcas objetivas do espaço físico de hierarquia social e racial por *Master and slaves* (na casa-grande habitavam patriarcas brancos, suas esposas e filhos; nas senzalas, com o passar dos tempos, mulheres negras e mestiças com seus filhos pequenos engendrados por homens diferentes; havia ainda casebres de homens negros ou mestiços celibatários). Ao intitular seu segundo livro como *Sobrados e mucambos* (1936), Freyre sublinhou que a urbanização recriava a hierarquia entre os descendentes de senhores e descendentes de escravos; a *old plantation* imprimia suas marcas na evolução histórica de longo prazo, tanto nas construções urbanas e rurais, no próprio tecido da cultura material, quanto no corpo dos indivíduos, e sobretudo nas formas de sociabilidade e nas categorias de pensamento. Por conseguinte, os próprios debates intelectuais no Brasil reforçavam as questões ligadas às mudanças e continuidades entre o universo engendrado pela plantation tradicional e os novos padrões associados à vida urbana e industrial. Neste país, o indivíduo atomizado não parecia existir; todo indivíduo ganhava identidade por referência à sua inscrição nas linhagens de herdeiros de casas-grandes ou no anonimato da genealogia silenciada de mulheres da senzala.

Com efeito, a industrialização se acelera no Brasil entre os anos 1940 e o fim dos anos 1970, reforçando o atrativo para migrações rurais-urbanas e o contraste entre os estilos de vida, assegurados pelos contratos regulados por leis nacionais utilizados pelo mercado de trabalho urbano, e a pobreza material e a submissão às vontades de elites agrárias da população dos campos, nos planos culturais e políticos. Esse contraste era visível tanto em regiões canavieiras do Nordeste quanto nas plantações de café no Centro Sul, de cacau na Bahia ou de borracha na Amazônia, sendo assim percebido como característica nacional e não exclusivamente da região de mais antiga colonização. O romance consagrado como genuinamente brasileiro nos anos 1930 transformou em personagens familiares a todo

o público leitor ou consumidor de rádio, televisão ou cinema, tipos humanos característicos desses sertões (*hinterland*) como figuras estranhas ao mundo moderno que se queria atingir (Garcia Jr., 2011). A literatura tornou exóticos hábitos e estilos de sociabilidade cotidianos ao mundo rural, onde viviam mais de dois terços da população até os anos de 1950. Analisar as transformações sociais em áreas de plantation tradicionais permitia assim estudar uma questão-chave do desenvolvimento no Brasil. Nesta comunicação, gostaria de analisar as condições de possibilidade de um conjunto de etnografias simultâneas, privilegiando a cooperação entre os antropólogos, de 1968 a 1980, e sua contribuição ao avanço do conhecimento sobre os processos estudados e sobre os métodos etnográficos de trabalho de campo.

A busca pela institucionalização da pesquisa em antropologia social

Em artigo recente (Garcia Jr., 2009), analisei a criação do PPGAS no Museu Nacional da UFRJ, no Rio de Janeiro, como um momento-chave da evolução do significado do ofício de antropólogo no Brasil e do próprio significado do conhecimento a que se atribui o nome de “antropologia social”. Essa inovação institucional supôs a colaboração do antropólogo de origem britânica David Maybury-Lewis, no momento em que ingressou na universidade de Harvard (1960), e de Roberto Cardoso de Oliveira, um dos pioneiros em etnografias sobre grupos indígenas da Amazônia. Tentei demonstrar como a controvérsia científica entre Maybury-Lewis e Claude Lévi-Strauss, a propósito do caráter exogâmico, ou não, das metades encontradas em organização social de sociedades tidas por “primitivas”, esteve na base da motivação do antropólogo inglês para dar origem ao projeto de cooperação com o Museu Nacional no estudo etnográfico dos grupos Gê do Brasil Central. Tratava-se de transformar questões de um dos debates teóricos fundadores do prestígio do estruturalismo, como paradigma

científico, em protocolo concreto de estudos etnográficos. Para tanto foi constituída uma equipe de doutorandos norte-americanos e brasileiros, na qual cada estudante fez trabalho de campo sobre relações de parentesco e cosmologia de grupos indígenas que não haviam sido objeto de estudos sistemáticos. Entre os brasileiros, Roberto da Matta (1976) se destacaria graças à sua tese sobre o grupo Apinayé, defendida em Harvard, que versava sobre um dos pontos centrais da controvérsia, demonstrando que a noção de metades rituais era efetiva em termos de sociabilidade, mas não era decisiva nas estratégias matrimoniais.

Quando o financiamento desse primeiro projeto de colaboração entre Harvard e o Museu Nacional chegou ao fim, em 1966, o espaço político brasileiro tinha se alterado completamente, pois um golpe militar intervieria em 1964, acarretando repressão a grupos de intelectuais. Roberto Cardoso de Oliveira vira, então, partir para o exílio seus principais aliados, entre autoridades do sistema de ensino e das agências de financiamento às ciências (CNPq e Capes): entre eles tiveram que deixar o Brasil Darcy Ribeiro, antropólogo que o convidara aos primeiros trabalhos de campo no Museu do Índio; Florestan Fernandes, com quem iniciara sua formação quando fazia ainda estudos em Filosofia na Universidade de São Paulo; e Fernando Henrique Cardoso, seu cunhado e sociólogo promissor da mesma universidade. Concretamente, para Roberto Cardoso continuar um curso de especialização em Antropologia Social, combinando ensinamentos teóricos e pesquisa de campo etnográfica, implicou reforçar a colaboração com David Maybury-Lewis e a Universidade de Harvard, buscando esses dois parceiros o financiamento da Fundação Ford. Foi nesse contexto que obtiveram financiamento para dar início a um novo programa de mestrado em Antropologia Social, dotado de biblioteca atualizada na disciplina, de coleções das principais revistas internacionais e de monografias inovadoras, podendo contratar jovens pesquisadores para trabalhar em tempo integral em ensino e pesquisa e oferecer bolsas para

estudantes se dedicarem integralmente à sua formação pós-graduada – condições frequentes nos Estados Unidos e em certos países europeus à mesma época, mas uma novidade absoluta no Brasil em relação ao recrutamento de profissionais das gerações precedentes. Uma divisão de trabalho foi estabelecida entre Maybury-Lewis e Cardoso de Oliveira, como pude documentar pelo exame das correspondências trocadas entre os dois: ao brasileiro, coube a organização dos cursos de pós-graduação; a Harvard, a hegemonia na definição dos rumos da pesquisa empírica. Tendo que levar em conta os interesses específicos da Fundação Ford, que iniciava seus financiamentos às ciências sociais no Brasil (Miceli, 1993 e 1995), o novo programa de pesquisas precisou incluir estudos sobre transformações em áreas rurais e urbanas do Nordeste e da Amazônia. Assim nasceu o “Projeto de Desenvolvimento Regional Comparado”, dirigido também por David Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira. Com ele a “antropologia social” ultrapassava os limites das sociedades indígenas brasileiras, acompanhando tendência comum à antropologia social norte-americana e britânica de incluir no coração de seus debates teóricos e metodológicos monografias sobre grupos “camponeses”. Por “camponeses”, nada havia como referente único com coordenadas históricas, sociais e culturais precisas, mas uma designação vaga de grupos que não se situavam no polo dominante urbano, nem no polo de “sociedades primitivas”, condenados a meio-termo como a expressão de Kroeber “part-cultures, part-societies”.

Foi nesse contexto que se iniciaram as pesquisas de campo de Moacir Palmeira no Nordeste, no momento mesmo em que finalizava sua tese de doutorado na Universidade de Paris, cujo último capítulo detalha o projeto de tratar as transformações das grandes plantações canavieiras do Nordeste à luz dos questionamentos propostos por Wolf e Mintz (1957) para as *plantations* nas Américas e de Pierre Bourdieu (1963 e 1964) para o desenraizamento de populações camponesas na Argélia (cf. Palmeira, 1971). Lygia Sigaud, da primeira turma de estudantes do mestrado criado

em agosto de 1968, deu início à parceria com Moacir Palmeira, problematizando as representações, “from the native’s point of view”, como rezava a norma pregada por Malinowski, dos trabalhadores residentes nas *plantations* sobre as diferenças de condições sociais entre os “homens” (palavra utilizada apenas para designar senhores de engenho e usineiros), os diferentes tipos de trabalhadores e a burocracia intermediária entre os dois polos. Desde os primeiros trabalhos de campo ela assinalou a percepção recorrente, entre os agentes sociais dessa região, de uma fronteira histórica marcada pela existência de “direitos”, em que todos opunham modos de funcionamento da *plantation* “antes dos direitos” e “o tempo de hoje”, quando há “direitos”, mas tudo piorou porque “os patrões ficaram ruins”. Assim eram qualificadas posições marcadas pelas relações de dons e contrapostas à negociação impiedosa de todos os detalhes de contratos mercantis, calculados em valores monetários, em presença de sobreoferta de força de trabalho. Também da primeira turma de estudantes de mestrado do PPGAS, Otávio Velho iniciou suas pesquisas sobre as frentes de expansão compostas sobretudo por migrantes nordestinos para a Amazônia, fluxo que se aceleraria a partir de 1970 com políticas de governos militares para diminuir a crise evidenciada pelas secas no Nordeste e para aumentar o controle territorial sobre a Amazônia. Novas turmas de estudantes vão definir novos temas de pesquisa graças à implantação desses três pesquisadores, oriundos da graduação em sociologia, recrutados por Roberto Cardoso como professores do mestrado recém-inaugurado. Estudos pós-graduados segundo padrões internacionais davam acesso a pesquisas inovadoras sobre modos de vida e percepções do mundo social de classes populares, no mesmo instante em que o regime militar suspenderia os direitos cívicos mais elementares contra a arbitrariedade do poder político, como o instituto do *habeas corpus*, e faria da tortura sistemática o instrumento cotidiano de controle dos adversários e opositores (após a decretação do Ato Institucional de nº 5 em 13 de dezembro de 1968).

O desafio de continuar a exercer o ofício de antropólogo sob ditadura militar iria aumentar com a ameaça de fins do financiamento às atividades de ensino e de pesquisa em meados de 1972, liquidando com as esperanças despertadas pela criação do PPGAS/MN.

Com efeito, divergências com a direção do Museu Nacional, sobre modalidades de progressão na carreira de pesquisador, vão provocar o afastamento do primeiro diretor do PPGAS e seu criador, Roberto Cardoso de Oliveira. Após um ano sabático em Harvard com David Maybury-Lewis, ele retornaria para criar a pós-graduação na Universidade de Brasília. Até aquele momento, só três professores faziam parte dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro; com a saída de Cardoso, tornava-se inviável o prosseguimento das atividades de ensino e de pesquisa. Em época na qual professores eram demitidos das universidades e alunos afastados temporariamente (decreto 477) ou expulsos, quando a censura limitava a comunicação intelectual, o fechamento de instituição promissora comprometia ainda mais qualquer futuro profissional em ciências sociais, sobretudo no Rio de Janeiro. Data dessa mesma época o aprofundamento da discussão entre professores e alunos visando definir projetos de pesquisa suscetíveis de concorrer a financiamentos internacionais, capazes de preservar um dos raros espaços de formação científica inovadora associada à produção de conhecimentos.

Realismo *oblige*, nenhuma etnografia individualizada teria asseguradas suas condições de existência; a tendência à cooperação entre os projetos individuais foi reforçada pela ameaça coletiva: esse contexto propiciou a elaboração, entre setembro de 1972 e janeiro de 1973, do “Projeto Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”, a ser submetido ao Instituto de Planificação e Economia Aplicada (Ipea) para um convênio com o Banco Mundial (cf. Palmeira et al., 1975 e 1976). A feitura desse projeto supôs a colaboração de doze pesquisadores durante vários meses, todos imbuídos do sentimento de que tentavam salvar a instituição nascente fadada ao

desaparecimento. Note-se que, para obter os financiamentos, a pesquisa em antropologia tinha que se legitimar mostrando seu potencial superior em problematizar questões que também seriam objeto de exame de economistas, sociólogos e cientistas políticos. Cada etnografia isolada, por mais interessante que fosse, parecia por demais pontual para autoridades econômicas e experts internacionais voltados para questões macroeconômicas. O preâmbulo do texto do projeto ressalta nitidamente a lacuna do debate entre economistas que antropólogos puderam explorar: o início dos anos 1970 apresentava a retomada de forte crescimento econômico, acompanhada da intensificação de migrações campo-cidade, e intrarregionais, sem precedentes, mas estava associada ao aumento do desemprego aberto e do subemprego e à queda de níveis de consumo de populações de baixa renda, aumentando as desigualdades regionais e os contrastes entre o topo e a base da pirâmide social. A cooperação entre a equipe de antropólogos devia demonstrar que a multiplicação de pesquisas de cunho etnográfico produzia conhecimentos mais pertinentes que aqueles propostos por seus pares de outras ciências humanas e sociais. Esse “contrato social” entre jovens antropólogos, no qual a condição de estudante ou professor contou menos do que o aporte que cada qual poderia fazer ao sucesso coletivo da “salvação do PPGAS/MN”, provocou também discussões sobre modalidades de fazer pesquisas individuais e coletivas e sobre a gestão dos recursos que poderiam ser atribuídos por agências internacionais e nacionais. Para continuar a existir, era preciso inovar. O PPGAS era então uma promessa de instituição, não uma “instituição institucionalizada”...

A redação do projeto findou em janeiro de 1973, época em que foi transmitido aos potenciais financiadores, mas os financiamentos só foram obtidos em meados de 1975. O projeto teve boa acolhida entre experts do Banco Mundial, mas os elogios que fizeram aumentaram a desconfiança das autoridades do Ministério do Planejamento nomeadas pelos militares, sobretudo da parte de João Paulo dos Reis Velloso, o ministro, e de Nilson

de Holanda, presidente do Ipea. A longa negociação de seu financiamento implicou a eliminação do parceiro internacional, e a entrada de agência inovadora em financiamentos a indústrias e à pós-graduação em engenharia, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no financiamento aos programas de pós-graduação em ciências sociais. Como demonstrado em outros trabalhos (Miceli, 1993; Garcia Jr., 2009), a Finep iria substituir a Fundação Ford no financiamento às pesquisas e à formação de alto nível em ciências sociais. No meio tempo, a negociação do projeto Emprego com o Presidente da Finep, dr. José Pelucio Ferreira, acabou obtendo em 1974 a contratação de seis professores-pesquisadores, inclusive dos três acima referidos, que haviam sido recrutados por Roberto Cardoso de Oliveira e pagos com verba extra-universitária da Fundação Ford. A nomeação de Edson Machado para o Departamento de Assuntos Universitários do MEC (DAU/MEC) veio a calhar para a rede de aliados que José Pelucio Ferreira buscava constituir para poder legitimar financiamento de projeto de apoio às ciências sociais. De fato, o PPGAS/MN acabou sendo o primeiro centro de pós-graduação apoiado pela Finep (consulta a arquivos desse organismo permitirá, em futuro breve, demonstrar esse ponto). Assim, um projeto coletivo para assegurar a continuidade das pesquisas individuais permitiu a institucionalização definitiva do PPGAS; a salvação do ensino, como modo de transmissão do conhecimento acumulado em antropologia, pela demonstração da eficácia das pesquisas inovadoras propostas, reproduziu-se nos anos 1970 de maneira bem parecida àquela que havia permitido a Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis dar continuidade à parceria entre ambos. Se a controvérsia sobre as estruturas do parentesco de grupos indígenas acarretou a criação de uma nova instituição, sua durabilidade foi garantida pela tradução em termos etnográficos de questões engendradas nos debates entre economistas e planejadores do desenvolvimento. Bem antes do trabalho de campo, onde se fazem as observações e entrevistas sem as quais não existe etno-

grafia, os modos de relações entre os antropólogos, as instituições em que exercem seu ofício e as agências financiadoras de seus trabalhos de campo são fatores decisivos para entender a urgência ou a tranquilidade para examinar a fundo questão engendrada em controvérsia teórica. Como Pierre Bourdieu (2003) chamou a atenção, ao receber a Huxley Memorial Medal no Royal Anthropological Institute em Londres, objetivar a relação dos antropólogos com seu objeto é uma das condições essenciais para o entendimento da validade científica do próprio objeto estudado.

Mas, se conseguiram os antropólogos ligados ao PPGAS do Museu Nacional convencer seus pares nas diversas ciências sociais e agências financiadoras de pesquisa da pertinência da cooperação no trabalho etnográfico nos anos de 1970, o que pensar hoje em dia da experiência histórica a que deram origem e dos resultados científicos que obtiveram?

Horizontes coletivos e etnografias individuais

A afirmação da antropologia social como disciplina inovadora no estudo de problemas correntes de crescimento econômico, em um país periférico e distante de qualquer possibilidade de estar na testa de império colonial, à diferença dos países europeus ou dos Estados Unidos, que os sucederam como superpotência, esteve ligada ao privilégio que a disciplina atribui ao olhar dos agentes sobre o universo em que estão imersos e as representações coletivas que a fundamentam, desvinculando-se das tradições de perspectiva objetivista, como nos *surveys* feitos por economistas ou cientistas políticos, nos quais todo o foco da investigação empírica está voltado para a regularidade dos comportamentos observáveis, em que a estatística ocupa lugar primordial. Não havia dúvida sobre a relação entre a aceleração do crescimento econômico e a miséria crescente de grandes contingentes de população; mas poucas explicações plausíveis dessa anomalia faziam sentido, sobretudo em confronto com a experiência internacional recente dos países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos).

Mesmo dados estatísticos das agências oficiais, que podiam dar margem à crítica da política econômica dos governos militares, não eram dados a público ou eram limitados à circulação restrita, ou mesmo trapaceados para edulcorar a realidade perceptível.

Restituir a fala e a visão de pessoas de carne e osso que experimentavam as fortes transformações em andamento obrigava a reconsiderar os modelos explicativos e a explorar dimensões da organização social e da atividade cognitiva totalmente abandonadas pelas outras ciências sociais e humanas. A antropologia social, desde Malinowski, acostumara seus praticantes a explorar a organização social do ponto de vista nativo (“from the native’s point of view”) e a usar os significados presentes nas categorias verbais dos entrevistados para compreender a lógica dos comportamentos individuais e coletivos. Isso era aceito para compreender os Bororo, os Nambikwara ou os Xavante do Brasil central, que de todo modo falavam línguas diferentes do português, mas outra coisa era a mesma postura adotada para cortadores de cana do Nordeste, para feirantes, para operários de usina de açúcar ou de tecelagens, para migrantes chegando à Amazônia ou para camponeses pequenos ou médios. O mesmo rigor do método etnográfico significava aceitar que os universitários mais diplomados não falavam exatamente a mesma língua que os camponeses, que os comerciantes e que os operários. Acredito que se cada antropólogo isolado tivesse de validar essa postura, sem se beneficiar dos comportamentos de escuta de seus pares, enfrentaria muito mais dificuldades para validar cientificamente suas conclusões e se impor como membro da “comunidade científica”.

A realização simultânea de etnografias coordenadas permitia evidenciar o que era recorrente e o que variava de forma contingente. Por exemplo, a oposição central nos discursos de categorias subalternas entre “sujeitos” e “libertos”, em uma clara referência à escravidão abolida juridicamente desde 1888. A residência na grande plantação canavieira – no engenho ou na usina de açúcar – era sistematicamente associada à condição

de “sujeito”, enquanto a residência em pequenas propriedades, ou mesmo em favelas nas cidades – as ruas – era associada a “libertos”. Os conteúdos dessas oposições variavam fortemente, mas sua recorrência se revelou central para entender os modos de exercício do poder dos “patrões” e as obrigações a que estavam submetidos os participantes de suas redes de dependentes. Sem entender essas categorias de pensamento, toda lógica do pequeno comércio, do artesanato doméstico, de migrações, de práticas corriqueiras da organização do trabalho, ou mesmo de afiliação religiosa ou do pensamento e da conduta política, permaneceria sem explicação aceitável. Não foram poucos os praticantes de outras ciências sociais, como os economistas e cientistas políticos, que criticaram os antropólogos por abrirem as portas ao “subjetivismo” em sua metodologia.

A obrigatoriedade de restituir as “categorias nativas”, em contexto de sociedades complexas, levou também à crítica do uso de questionários no início do trabalho de campo. Se as palavras podiam ter significados diferentes para entrevistadores e entrevistados, como estar seguro das interpretações das recorrências estatísticas observáveis pelo uso de sondagens de opinião? No caso do projeto Emprego, demonstrar a pertinência dos métodos de trabalho de campo antropológico significou confrontar, em permanência, o trabalho de observação individualizada de interações sociais como feiras, plantio de roçado, fabricação doméstica de farinha de mandioca, recrutamento de assalariados para corte de cana, funcionamento de planta fabril de usina de açúcar, entrevistas abertas e coleta de genealogias, etc. – formas consagradas das técnicas disciplinares – com a necessidade de recurso a questionários ou a tratamento de dados secundários de fontes estatísticas, como o apelo aos dados oficiais do IBGE e a consulta de arquivos oficiais. Um exemplo será suficiente: para documentar o crescimento das feiras na região canavieira, Moacir Palmeira realizou recenseamentos de vendedores em anos sucessivos, o que exigiu que todos aqueles que estavam em trabalho de campo aplicassem o questionário em

um só dia. Todos os professores e mestrandos participaram do recenseamento da feira de Palmares desde antes do raiar do dia até o desmonte das barracas de feira em 1972. Para objetivar a flutuação sazonal dos feirantes, Marie-France Garcia contabilizou os talões de impostos de “chão de feira” a cada semana, ao longo de um ano. Esse confronto constante com outros métodos de trabalho serviu de antídoto contra a tendência a fazer do isolamento do antropólogo no campo uma virtude a ser premiada como a expressão da subjetividade do etnólogo, cantada em prosa e verso. Nenhum método apareceu como superior aos demais, independentemente do objeto estudado; cada qual mostrava sua pertinência e seu valor na validação que permitia as explicações propostas pelas pesquisas singulares e para a manutenção das hipóteses de trabalho ou sua necessária reformulação. Nem antropólogos confrontados a comunidades isoladas e autossuficientes, como um objeto dado que deve ser descrito de todos os pontos de vista possíveis, nem antropólogos confrontados a grandes complexos diferenciados que só poderiam ser descritos e abordados por técnicas adotadas raramente pela tradição disciplinar, como recenseamento ou pesquisa por amostragem. Também não foram poucas as vezes que essas “heresias” frente ao que parecia ser o “método etnográfico” foram apresentadas como evidências de que não éramos “antropólogos para valer”, mas sociólogos disfarçados. Ossos do ofício, pois qualquer campo intelectual é atravessado por concorrências sobre a legitimidade das práticas de investigação...

Como delimitar o que era estudado por cada pesquisador singular e como justificar que cada etnografia contribuísse para o aprofundamento da visão coletiva sobre mudança social em áreas de *plantation*? A noção adotada pelo projeto Emprego foi a de “situações tipos”, feixes de relações sociais recorrentes que eram nomeadas de maneira constante nas falas cotidianas, a desenhar algo como uma cartografia social, como, por exemplo, “moradores de engenho”, designando as modalidades de recrutamento e gestão de mão de obra residente na *plantation*, ou “ruas”, para

bairros de concentração de antigos trabalhadores residentes, reduzidos à condição de seres vivendo de contratos precários de assalariamento, ou agrupamentos de pequenas propriedades e de foreiros espremidos entre grandes domínios, ou o complexo em torno da casa-grande onde o poder de comando era exercido, etc. Essa noção-chave utilizada no texto do projeto pode ser aproximada ao conceito de configuração social proposto por Norbert Elias (1983), ao designar redes de indivíduos conectados por vínculos de interdependência, em que o comportamento de uns ganha sentido apenas pelo comportamento dos outros e nenhuma atitude deixa de produzir efeitos sobre a atitude dos demais. Como o uso das terras para cana-de-açúcar e restrição das terras para lavouras alimentares como mandioca, milho, fava e feijão, ou a entrada nas feiras de mulheres comerciantes por força da emigração prolongada dos maridos. Cada monografia buscou analisar uma categoria social particular – como “moradores de engenho” (Lygia Sigaud), “pequenos agricultores” (Beatriz Heredia, Afrânio Garcia Jr. e Roberto Ringuelet), “operários do açúcar” (José Sérgio Leite Lopes), “negociantes” (Moacir Palmeira e Marie France Garcia) ou instituições-chave do processo de mudança – como as feiras (Moacir Palmeira e Marie France Garcia), os sindicatos (Luis Maria Gatti) ou a “justiça do trabalho” (Vera Echenique), concentrando as entrevistas e observações nos indivíduos e famílias que se identificavam e eram identificados por essas denominações. Obviamente, porém, cada posição social tinha parte expressiva de seu significado relacionada ao comportamento e às representações de categorias opostas ou próximas. Portanto, a restituição do sentido dos dados coletados dependeu sempre da reflexão sobre a complexidade da explicação proposta para a mudança de todo o espaço social. Também o trabalho dos antropólogos se tornou interdependente; a explicação elaborada por cada monografia singular repercutia sobre os pressupostos e demonstrações das demais monografias. O avanço do conhecimento científico é, assim, percebido como necessariamente

provisório, afastando-se de qualquer ilusão sobre o esgotamento do estudo de uma dada realidade. Da mesma forma, a perspectiva assumida por cada pesquisador revelava diferenças importantes no grupo que estudava, que iam de par com representações simplificadoras e homogeneizantes dos demais grupos sociais. Mas cada monografia corrigia por assim dizer o *bias* de perspectivas adotadas pelas demais, e nenhum coletivo *a priori* – como os “operários do açúcar” ou “feirantes” – resistiu ao exame mais aprofundado de sua morfologia e de suas representações coletivas diversificadas.

Creio que ser obrigado a explicitar o modelo de relações que pudesse explicar as mudanças em áreas de *plantation*, e suas conexões com migrações rurais-urbanas e extrarregionais, facilitou a interação posterior entre os diferentes autores de monografias especializadas. Em verdade, o projeto Emprego não se limitou a aprofundar o estudo das mudanças na *plantation* do Nordeste, mas buscou também problematizar e analisar empiricamente como elas se relacionavam com o crescimento dos fluxos de migrantes tanto para as cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, conhecendo um crescimento industrial acelerado, como para a fronteira agrícola da Amazônia, em busca de acesso livre à terra que consolidasse a condição camponesa (Velho, 1974). Essa particularidade histórica do Brasil dos anos 1970 reforçava a leitura dos artigos seminais de Eric Wolf e Sidney Mintz sobre a passagem da “old plantation to a new one” como processo que conhecia diversas variantes e que admitia tanto a perda da condição de “morador” protegido pelo “senhor-de-engenho”, tendo que arranjar qualquer canto em periferias urbanas para abrigar sua família, e condenado a tentar achar trabalho remunerado a dinheiro no dia a dia – em modos de proletarização que lembram os descritos por Karl Marx e Karl Polanyi para a Inglaterra do começo do século XIX –, quanto ao acesso à terra para fixar residência e desenvolver cultivos – em formas de encampesinamento descritas em grande escala em países que conheceram a reforma agrária.

Antropólogos como indivíduos e o enigma da reconstituição das hierarquias sociais

Um dos momentos mais fecundos desse empreendimento etnográfico coletivo foi quando a discussão de cada uma das monografias preliminares mostrou que a monetarização integral da vida social fazia emergir novos usos da palavra trabalho e do verbo trabalhar, reeditando o processo de “descoberta do trabalho”, no sentido de trabalho assalariado, estudado por Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad (1964) entre camponeses argelinos forçados ao desenraizamento. Nada havia de a-histórico e de estritamente universal na categoria trabalho, nem na condição de trabalhador, como Karl Marx já assinalara na *Contribuição à crítica da economia política*. Também nesse caso não fomos confrontados a representações homogêneas que se impunham coletivamente, mas os usos concretos dessas palavras apenas se tornavam inteligíveis quando relacionados à posição relativa de cada tipo de agente no espaço social e aos desafios que enfrentava. Para os cortadores de cana ou para os pequenos proprietários, os operários do açúcar “não trabalhavam”, mesmo quando observavam o esforço a que eram submetidos tendo que participar de rotina fabril em jornadas de doze horas. Possuidores de uma concepção de trabalho digna dos fisio-cratas – apenas o cultivo da terra merece a alcunha de trabalho – faziam dessa estigmatização da atividade alheia um reforço à denúncia de que as remunerações dos “verdadeiros trabalhadores” eram inferiores às daquele grupo. Como Leite Lopes (1976) demonstrou, os operários do açúcar se referenciavam a essas discussões e desenvolviam todo um raciocínio sobre a divisão do trabalho mediado por máquinas, em concepção similar à de Adam Smith. Para pequenos proprietários, trabalho equivale ao cultivo agrícola sob controle de uma unidade doméstica, diferindo tanto de atividades como intermediário comercial – negócio – como de trabalho eventual a outrem para complemento de renda–alugado. Essa hierarquia de atividades é fortemente impregnada de valores morais e independe do

montante do rendimento de uma ou outra fonte. Os usos da categoria trabalho permitiam, assim, conhecer as novas significações atribuídas à experiência da mudança social e a multiplicidade de itinerários sociais que cada um poderia seguir. Esse confronto sistemático de leques de possibilidades associadas a cada posição social diferente servia ainda para demonstrar que o predomínio da economia de mercado – na acepção moderna dessa expressão – não transformava a todos em indivíduos dotados de chances equivalentes, como muitos economistas supõem sem analisar tal postulado. Ao contrário, as distâncias sociais entre descendentes de senhores e descendentes de escravos, dos moradores, bem como a diversidade de um e outro subconjunto, eram recriadas sob novas bases, enraizadas em novos princípios de dominação legítima, a exemplo do sucesso escolar, tido como prova do mérito do aluno e nunca do privilégio familiar que possibilita o acesso à escolaridade promissora. O título do livro que condensou o resultado dessas monografias – *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação* (Lopes et al., 1979) – é revelador da constatação coletiva de que as mudanças eram profundas, alteravam configurações sociais e se inscreviam na vida mais íntima de cada indivíduo, mas eram compatíveis com a recriação de diferenças sociais herdadas dos tempos coloniais. Politicamente, os antropólogos do PPGAS se situavam no polo oposto ao do predecessor na disciplina, Gilberto Freyre, convertido nos anos 1970 a defensor dos militares e do salazarismo em escala internacional, mas a seriedade no exercício de etnografias sobre mudanças na *plantation* os conduziu a descrever que o fim das hierarquias de casas-grandes e de senzalas não era um resultado simples da urbanização, da industrialização do país, nem da universalização da economia monetária.

Esperamos que a continuidade das análises etnográficas sobre os fundamentos sociais da recriação da hierarquia implantada com a escravidão colonial possa contribuir para iluminar as vias da mudança social associadas à instauração da igualdade entre os cidadãos de uma democracia, restringindo a nítida hegemonia dos espaços políticos dominados pelo auto-

ritarismo e por forças que resistem a toda política de Estado voltada para redistribuição de renda e de riqueza. Fonte de inspiração profunda do esforço de objetivar por meio de etnografias os processos de mudança social foi também a obra do historiador norte-americano Barrington Moore (1967) cujo título significativo – *Origens sociais da ditadura e da democracia* – demonstrava que os processos de modernização que engendraram uma das duas alternativas também podiam engendrar alternativas opostas. Os possíveis históricos se fazem copresentes a cada etapa dos processos de transformação social. Talvez o ensinamento mais precioso do trabalho de campo tenha sido o reforço da convicção que entender o que significa a liberdade alheia é indispensável para afirmar nossa própria liberdade.

Referências

- BEZERRA, Gregório. *Memórias de Gregório Bezerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOURDIEU, Pierre et al. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton, 1963.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. *Le déracinement: la crise de la société traditionnelle en Algérie*. Paris: Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. Participant Objectivation. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n. 2, jun. 2003, p. 281-294. (discours prononcé le 6 décembre 2000 lors de la remise de la Huxley Memorial Medal for 2000, au Royal Anthropological Institute de Londres).
- DAMATTA, Roberto. *Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris: Flammarion, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia Schmidt, 1933.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. *O Bacurau: estudo de caso de feira de usina*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. *Feira e trabalhadores rurais*. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em

- Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1984.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. Faire de la sociologie économique avec Pierre Bourdieu. *Revue Française de Socio-Économie*, n. 13, p. 181-190, 29 set. 2014.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1989.
- GARCIA JR., Afrânio. Permanences et mutations dans le Brésil agraire: introduction. *Etudes Rurales*, n. 131-132, jul-dez., p. 9-18, 1993.
- GARCIA JR., Afrânio. Les disciples de la “mission française” et la réception de l’anthropologie structurale au Brésil: retour sur un mythe d’origine. *Cahiers de l’éducation et de saviors* (CRES), Paris: MSH, hors-série n. 2, p. 57-92, 2009.
- GARCIA JR., Afrânio. Meninos de engenho. *Antropolítica*, Niterói: EdUFF, p. 21-47, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *Le souk de Séfrou: sur l’économie de bazar*. Prefácio e trad. de Daniel Cefai. Paris: Editions Bouchène, 2003.
- HEREDIA, Beatriz. *Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz. *Formas de dominação e espaço social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOPES, José Sérgio Leite. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite. Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. *Sociologia e Antropologia*, n. 5, p. 43-79, 2013.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *Le Capital*. Paris: Editions Sociales, 1976. Livro I, t. 1-3.
- MARX, Karl. *Critique de l’économie politique*. Paris: Editions Sociales.
- MENESES, Marilda. *História de migrantes*. Niterói: Loyola, 1992.
- MICELI, Sérgio. *História social das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp-Finep, 1989.
- MICELI, Sérgio. *A fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993.

- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOORE Jr., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1967.
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma*. São Paulo: Graphic, 1967.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalismo: lecture critique d'un débat*. 1972. Tese (Doutorado em Sociologia), – Université de Paris V, 1971a.
- PALMEIRA, Moacir. Feira e mudança econômica. *Simpósio de pesquisas PPGAS*. Rio de Janeiro: PPGAS Museu Nacional, 1971b.
- PALLARES-BURKE, Maria-Lucia. *Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- PALMEIRA, Moacir. Morar: a lógica da *plantation* açucareira. *Actes du XLII Congrès des américanistes*, v. 1, 1976, p. 305-315.
- PALMEIRA, Moacir et al. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico* 76, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and social origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944.
- POLANYI, Karl. *Trade and Market in the early empires*. Glencoe: Free Press, 1957.
- POTENGI, Gisélia. *Les plans de modernisation de la canne-à-sucre et leurs répercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université de Paris X. Nanterre, 1984.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia. A nação dos homens. *Anuário Antropológico* 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 13-114.
- SIGAUD, Lygia. A collective ethnographer: fieldwork experience in Brazilian Northeast. *Social Science Information*, v. 47, n. 1, p. 71-97, 2008.
- SILVA, José Pureza da. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- WEBER, Max. *Economie et Société*. Paris: Plon, 1971.
- WOLF, Eric; MINTZ, Sidney. Haciendas and plantations in the middle America and the Antilles. *Social and Economic Studies*, v. VI, n. 3, 1957.

Pesquisando a contrapelo **a memória dos conflitos e das formas** **de resistência dos trabalhadores do campo** **no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)¹**

Leonilde Servolo de Medeiros

O resgate da resistência e das lutas dos trabalhadores ao longo do regime empresarial militar no Brasil ainda é incipiente. Houve diversas iniciativas nessa direção nos últimos anos, com destaque para o grupo Mundos do Trabalho da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), para os seminários *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores (Cedoc/CUT) e para o coletivo de pesquisadores, coordenado pelo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), voltado para subsidiar o Grupo 13 da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

No que se refere aos espaços rurais, o projeto Memória Camponesa, desenvolvido entre 2004 e 2006, sob a coordenação de Moacir Palmeira, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ), realizou uma série de seminários, em diversos estados do país (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul), reunindo lideranças para narrar suas experiências no regime militar. Como desdobramento dessa iniciativa, foi feita uma pesquisa por Ana Carneiro e Marta Cioccarì, publicada em 2011, com

¹ Texto fornecido pela autora, em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 30 de maio de 2016. O artigo retoma e sintetiza ideias desenvolvidas em Medeiros (2018).

o título *Retratos da repressão política no campo: Brasil 1962-1985. Camponeses mortos, torturados e desaparecidos*. A essa publicação seguiu-se a de Gilney Viana, *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*, transformada em livro em 2013.² Na sequência, a Comissão Camponesa da Verdade, que atuou buscando fornecer subsídios à CNV, foi outro passo importante. Composto por pesquisadores de diversos lugares do país e assessores de organizações do campo, o grupo se estruturou a partir do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto de 2012, e realizou um amplo levantamento de informações, sintetizadas em um relatório entregue à CNV.³

É nesse conjunto de iniciativas que se inseriu a pesquisa *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, realizada entre março de 2014 e fevereiro de 2016, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e destinado a auxiliar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade.⁴ O presente artigo versa sobre alguns de seus resultados.

² Os projetos *Memória camponesa e Retrato da repressão política no campo* foram viabilizados pelo apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Ministério de Desenvolvimento Agrário. A pesquisa de Gilney Vianna foi apoiada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

³ O relatório foi publicado pelo Senado Federal no início de 2016 e está disponível para download em www.ufrj.br/cpda/nms, aba “para leitura”.

⁴ O projeto foi contemplado no edital Faperj E_38/2013 – Apoio ao estudo de temas relativos a violações dos direitos humanos, a partir de um acordo entre a Faperj e a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio). A iniciativa buscava estimular estudos de maior fôlego, realizados por equipes acadêmicas, que pudessem trazer novas informações e reflexões referentes às práticas de violações de direitos, em especial durante a ditadura militar. Da pesquisa que coordenamos participaram muitos estudiosos, em diferentes graus da carreira acadêmica. Além das bolsas de estudo contempladas no projeto, a equipe contou com voluntários que se integraram aos trabalhos buscando dialogar sobre um tema pouco conhecido no Estado do Rio. Alguns desses pesquisadores trouxeram consigo seus bolsistas de Iniciação Científica. A coordenação do projeto esteve a cargo de Leonilde Servolo de Medeiros, autora deste artigo. Para acessar o relatório final, ver: http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf.

A pesquisa e seus caminhos

O estado do Rio de Janeiro é um dos mais urbanizados do Brasil. Pouco se fala sobre suas áreas rurais, marcadas, no período abrangido por esta pesquisa, por intensas disputas por terra e conflitos trabalhistas. De modo geral, as lutas por terra estiveram relacionadas à especulação fundiária, derivada do crescimento das atividades industriais e de serviços no que corresponde à atual Região Metropolitana, e a iniciativas que levaram à transformação do vasto litoral em polo de investimentos turísticos. Mas também ocorreram na Região Serrana, onde a substituição de antigos cafezais por criação de gado implicou a expulsão de antigos moradores. No que se refere aos conflitos trabalhistas, incidiram em especial nas áreas produtoras de cana-de-açúcar, na região de Campos dos Goytacazes.

Ao longo do século XX, em especial a partir dos anos 1930, o território fluminense recebeu migrantes de diferentes pontos do país, principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba. A política segregacionista empreendida na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX (como é o caso das reformas do prefeito Pereira Passos, com as remoções de populações de cortiços, etc.), bem como a construção de linhas ferroviárias, rodovias e a implementação de políticas de transporte visando facilitar o deslocamento dos que viviam nas periferias, aceleraram a urbanização e a mobilidade. Também verificou-se uma intensa migração interna de sua população (em especial trabalhadores rurais vindos de áreas onde a cafeicultura estava em decadência), em busca tanto de terras em projetos de colonização do governo federal que estavam sendo implantados em diversos pontos da Baixada Fluminense,⁵ quanto de empregos urbanos, em uma fase de expansão industrial, estimulada pela instalação da

⁵ Esses projetos visavam criar uma espécie de cinturão verde em torno da capital federal, que na época era a cidade do Rio de Janeiro, com base no trabalho de agricultores familiares. Os primeiros foram criados na década de 1930, abrangendo parte do município do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. O último foi instalado em 1951, no município de Cachoeiras de Macacu. Há raros trabalhos sobre eles. Para maiores informações, ver Marin e Neves (2013).

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Essas mudanças levaram a um processo de expropriação que resultou na saída de muitos trabalhadores, de forma silenciosa e sem resistência. Em geral, a violência que a acompanhou não teve registro sistemático. Em algumas localidades, no entanto, principalmente no entorno da capital federal, as disputas por terra se acirraram, em especial a partir da década de 1950, mediadas quer por militantes do Partido Comunista, quer por lideranças políticas locais.

Nos anos 1970, aos conflitos existentes se somaram os que eclodiram nas áreas litorâneas, em especial na Costa Verde, quando da construção da Rodovia Rio-Santos e da proliferação de investimentos turísticos a ela relacionados. Nessa mesma década, nas áreas tradicionalmente marcadas pela produção de cana-de-açúcar (com destaque para Campos dos Goytacazes), intensificaram-se disputas em torno dos direitos trabalhistas.

Para resgatar essa conflitualidade, utilizamos diversas fontes: bibliográficas, documentais, imprensa, entrevistas e dados estatísticos. No que diz respeito à pesquisa documental, trabalhamos inicialmente documentos existentes no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ), onde há farto material de origem sindical (ofícios, cartas, relatórios, etc.), em especial da década de 1970 e início dos anos 1980; processos de desapropriação de algumas fazendas; documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT); e *clippings* de jornais da época. Trata-se de documentos provenientes de pesquisas anteriores e que foram organizados e disponibilizados para consulta pública. Com esse material fizemos uma primeira relação de conflitos, posteriormente ampliada. Para pesquisa mais aprofundada, selecionamos os municípios de Nova Iguaçu/Japeri, Duque de Caxias, Magé, Cachoeiras de Macacu, na atual Mesorregião Metropolitana; Trajano de Moraes, na Mesorregião Centro Fluminense; Campos de Goytacazes, na Mesorregião do Norte Fluminense; Cabo Frio,

na Mesorregião das Baixadas Litorâneas; e Valença, na Mesorregião Sul Fluminense, que hoje abrange também a microrregião de Ilha Grande (Paraty e Angra dos Reis).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) deu acesso ao material documental de que dispunha, mas que estava desorganizado e parcialmente danificado. Trata-se de relatórios, correspondências entre sindicatos e federações, processos trabalhistas, etc., que revelam o olhar do sindicalismo sobre os conflitos e permitem perceber as práticas sindicais nos anos 1970 e 1980. No entanto, esses documentos têm sérios limites, uma vez que não havia sindicatos em todos os municípios e, onde havia, nem sempre percebemos acompanhamento dos conflitos que ocorriam em sua área de abrangência.⁶ Mesmo assim, foi um ponto de partida fundamental, pelo registro sistemático de situações de despejos e demais violências. Outra fonte relevante foi o material arquivado no Centro de Documentação dom Tomás Balduino, da CPT, sediado em Goiânia, onde localizamos uma quantidade substantiva de materiais sobre o Estado do Rio de Janeiro.⁷ A pesquisa se estendeu ainda à Plataforma *Memórias Reveladas*, do Arquivo Nacional, onde acessamos uma enorme quantidade de documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Também investigamos o acervo do projeto Brasil Nunca Mais (BNM) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Além disso, em entrevistas e contatos com informantes diversos, recolhemos outros materiais (publicações de circulação local, revistas e panfletos) que também foram, na medida do possível, incorporados à análise.⁸

⁶ Como em outras partes do país, parcela importante dos sindicatos limitava-se a serviços assistenciais, evitando envolver-se nos conflitos existentes na sua área de ação.

⁷ Ver Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt>. A disponibilização *on line* ocorreu em 2015, quando nossa pesquisa já estava em curso. Parte dos documentos sobre o estado do Rio ainda não foi digitalizada, mas pudemos consultar e copiar documentos.

⁸ Tivemos dificuldades de acesso a algumas fontes documentais relevantes. Em nossa pesquisa, não pudemos consultar, por exemplo, os arquivos do Incra nem os do Instituto de Terras do Rio de Janeiro (Iterj), indisponíveis em razão de mudança de endereço de ambas as instituições.

As fontes documentais expressam diferentes olhares sobre os conflitos. No caso dos documentos produzidos pelo sindicalismo de trabalhadores rurais, grande parte se volta para a denúncia de situações aflitivas aos órgãos públicos, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ministérios e a Presidência da República. Em geral pediam a desapropriação das terras envolvidas, com base na legislação em vigor (Estatuto da Terra e suas regulamentações), e justificavam os pedidos com relatos, por vezes bastante detalhados, das situações que envolviam violações de direitos. Quanto à produção da CPT, são panfletos, cartilhas e manifestos destinados a setores da população que pudessem ser alcançados pela ação pastoral. Também narram situações de violência dos mais diversos tipos. Os documentos reunidos na plataforma *Memórias Reveladas* (Aperj e BNM), além de conterem muitos documentos recolhidos pela polícia política (artigos de jornais e revistas, relatórios de órgãos de segurança), também envolvem depoimentos que precisam ser interpretados com o devido cuidado por serem produto de uma relação formal com os agentes da repressão, a partir do ritual característico dos interrogatórios feitos pelos órgãos de segurança. Por meio deles, obtivemos informações importantes sobre a atuação e a concepção desses órgãos no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, uma vez que foram muitas as prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos primeiros meses de 1964. Pudemos, assim, traçar um amplo panorama da ação dos órgãos voltados à repressão em determinadas áreas do estado e, ao mesmo tempo, perceber como eram interpretados os conflitos fundiários, o papel do campesinato e dos mediadores envolvidos.

No que se refere à imprensa, fizemos algumas incursões na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os jornais consultados nos forneceram alguns dados importantes sobre os conflitos e a repressão tanto no período que antecede o golpe quanto depois dele.

Finalmente, realizamos mais de cem entrevistas nas regiões selecionadas para pesquisa aprofundada. Conversamos com lideranças sindicais e religiosas, com advogados e com pessoas que vivenciaram situações de violência e repressão, mas que não desempenhavam qualquer papel de direção política nos conflitos em que estavam envolvidos. Entrevistamos também pessoas que apoiavam os trabalhadores e que, em alguns casos, produziram denúncias para a imprensa ou, por diversos meios, tornaram públicas lutas que, sem essa ação, talvez ficassem, como tantas outras, restritas a uma memória local.

Embora, em geral, tenhamos sido bem recebidos, foram bastante comuns as situações em que afloraram sensibilidades e emoções. Muitos viam uma oportunidade para relatar histórias pelas quais nunca ninguém se interessou; outros vislumbravam uma possibilidade de obter algum tipo de reparação; outros ainda buscavam construir relatos heroicos, valorizando seu papel na resistência por permanecer na terra. Além das entrevistas nas áreas pesquisadas, também nos apropriamos de relatos feitos em outros momentos, por outros pesquisadores. O NMSPP/CPDA/UFRRJ tem diversos depoimentos de lideranças das lutas por terra, dirigentes sindicais e trabalhadores rurais (assentados, posseiros e assalariados), muitos deles já falecidos. Em que pese o fato de que os objetivos das entrevistas fossem outros, há nelas importantes informações que foram resgatadas, sempre considerando as condições em que foram geradas. Também utilizamos as entrevistas realizadas por Marcelo Hernandez para uma pesquisa sobre ocupações de terra no Estado do Rio de Janeiro (Hernandez, 2010) e que nos foram gentilmente disponibilizadas.

A diversidade de fontes nos levou a refletir sobre a relação entre elas e a memória que se fixou sobre o período que estudamos e sobre as lutas no campo. No seu conjunto, verifica-se uma disputa pelos sentidos dos acontecimentos que se cristalizaram, ainda que provisoriamente, na me-

mória local, indicando hierarquias de valores em jogo na própria construção da memória.

A questão fundiária e os fundamentos das disputas por terras

O estado do Rio de Janeiro oferece um ângulo privilegiado para a reflexão sobre as relações entre rural e urbano e sobre as formas e efeitos das transformações provocadas pela mudança de destinação de determinadas áreas, seja pela intensificação da urbanização, seja por investimentos turísticos ou pelo abandono de cultivos tradicionais. Os conflitos, em especial os ocorridos na Baixada Fluminense no período que antecedeu o golpe de 1964, tiveram um efeito político importante, atuando decisivamente na formulação de problemas públicos (Cefai, 2001), gerando polarizações e colocando em pauta questões que obrigavam diferentes atores a tomar posições em um acirrado debate político acerca do acesso à terra, produção de alimentos para as áreas urbanas em expansão e significados da mobilização camponesa.

Ao longo das quatro décadas às quais a pesquisa se dedicou (1946-1988), esboçaram-se, nas áreas estudadas, diferentes formas de resistência, mesmo em momentos de maior repressão, quando as organizações representativas dos trabalhadores estavam com sua capacidade de atuação política fortemente afetada. Constituíram-se novos atores e estratégias, ao mesmo tempo que ocorreu o recrudescimento da violência.

Os casos estudados remetem à análise da forma como se deu, em todo o Brasil, ainda no período colonial, a distribuição de sesmarias e às dificuldades em definir os limites da apropriação por parte dos sesmeiros. Trata-se de um fenômeno que teve seu equacionamento jurídico na Lei de Terras de 1850 e seus desdobramentos, que regularam o direito de propriedade estabelecido pela Constituição de 1824 e estabeleceram que a iniciativa primeira, que desencadeava todo o processo de demarcação,

estava nas mãos do poder privado. Regra geral, no entanto, os sesmeiros estavam pouco interessados em mudar uma situação já consagrada pelo costume (Silva, 1996). No caso dos posseiros pobres sequer lhes chegava a notícia da nova ordem.

Ao longo do século XX, o Estado do Rio de Janeiro apresentou significativas alterações em suas áreas rurais, após a decadência da cafeicultura, substituída por pastagens, nas regiões Centro e Sul Fluminense; a progressiva extinção dos cultivos de laranja, em Nova Iguaçu, Itaboraí, Araruama e Saquarema; e a modernização tecnológica no cultivo da cana, no Norte Fluminense.

Como resultado da intensificação de processos de industrialização, de constantes crises de abastecimento alimentar e de debates políticos sobre a natureza da propriedade fundiária que ocorreram nos anos 1920/1930, houve tentativas do Estado, ainda na década de 1930, de criar núcleos coloniais para assentar, em pequenos lotes, agricultores que eram vistos como fundamentais para abastecer a capital que rapidamente aumentava sua população (Lenharo, 1986; Marin e Neves, 2013). Parte importante dos conflitos que identificamos nos anos 1950/1960 ocorreu nas terras desses núcleos coloniais ou em sua vizinhança, fruto do aumento populacional e da especulação fundiária que em torno deles se desenvolveu. Nos anos 1970, o avanço do turismo, em especial no sul do Estado, intensificou os conflitos em uma área onde, até a década de 1960, eles parecem não ter existido em escala significativa.

São situações diferenciadas no tempo e no espaço e que confluíram para um intenso e rápido processo de expropriação. É recorrente, tanto em depoimentos como na bibliografia, a menção a sucessivas quebras de relações previamente estabelecidas, o que gerou indignação e revolta.⁹ Potencializando esses sentimentos e contribuindo para conformar noções

⁹ Para um tratamento abrangente do tema ver, entre outros, Thompson (1987); Moore Jr. (1987); Honneth (2003). Para o caso do Rio de Janeiro ver Grynszpan (1987).

de justiça e injustiça, bem como do que era legal e ilegal, e a necessidade de resistir às transformações em curso, foi fundamental a ação de mediadores políticos vários, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro; organizações ligadas à Igreja Católica; agentes da política institucional (governadores, deputados, vereadores e prefeitos); grupos de advogados, entre outros. Essas mediações forneceram condições materiais e intelectuais para que a resistência se fizesse, articularam os conflitos locais a bandeiras e lutas nacionais e forneceram uma linguagem comum a partir da qual as demandas e estratégias se expressaram.

No entanto, o entendimento dos conflitos remete também a questões internacionais. Em meados dos anos 1940, com o início da Guerra Fria, iniciaram-se em toda a América Latina reordenações de relações de poder que configuraram uma nova geopolítica marcada pela crescente influência dos Estados Unidos. Ao longo dos anos 1950, os debates em torno do desenvolvimento foram intensos, em especial sobre o significado das grandes propriedades e da reprodução, no seu interior, de relações de opressão. Atualizaram-se discussões sobre a necessidade de melhoria das condições de vida no campo, de criação de mercado interno, chamando atenção para os riscos políticos da manutenção do *status quo* agrário. O tema da reforma agrária ganhou projeção e mudanças na estrutura fundiária eram vistas como condição de superação do atraso, considerado como atributo marcante das áreas rurais.¹⁰ As primeiras iniciativas de organização autônoma dos trabalhadores do campo (ou seja, fora do âmbito das associações rurais previstas em lei e controladas, em geral, pelos grandes proprietários) e as mobilizações que marcaram o meio rural desde o final dos anos 1940 pesaram decisivamente nos termos com que a questão agrária foi desenhada nas acirradas discussões que então se faziam.

Em todo o país (e o estado do Rio de Janeiro não fugiu à regra), a ausência de um cadastro rigoroso de terras e a delimitação controversa das

¹⁰ Nesses debates a reforma agrária tinha muitos significados, dependendo do perfil das forças políticas que a traziam a debate. Sobre o tema ver, entre outros, Camargo (1981); Medeiros (1983a).

propriedades, por vezes com superposição de limites, criavam dificuldades para definir quais terras eram efetivamente da União e quem detinha títulos legais de propriedade da terra. Esse quadro era particularmente agudo na Baixada Fluminense, onde as obras de saneamento e a política de colonização estimularam a apropriação de pequenos lotes por trabalhadores vindos de diferentes regiões do estado, sobretudo do Norte e do Noroeste Fluminense, mas também do Espírito Santo, de Minas Gerais e de alguns estados do Nordeste. Eles se dedicavam à produção de alimentos e à extração de madeiras, muitas vezes pagando taxas (*matagem*) aos que se diziam proprietários.¹¹

Autores como Geiger e Mesquita (1956) alertavam, já nos anos 1950, para a intensa atividade de loteamento que ocorria na região e a sucessão de despejos que a acompanhava. Como aponta Grynszpan (1987), as tentativas de despejo mobilizavam os trabalhadores e provocavam resistências, uma vez que, dada a dimensão do fenômeno, os despejados de uma área dificilmente seriam reabsorvidos em outra. Esses despejos

[...] eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização. (Grynszpan, 1987, p. 71)

Nesse momento, ainda segundo Grynszpan (1987), a categoria *grileiro* passou a recobrir todos aqueles que tentavam se apropriar de terras onde estavam trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.¹² *Grileiros e posseiros*, segundo o autor, se constituíram, antes de

¹¹ Grynszpan (1987) mostra como são fluidos os limites entre a situação de aceitar pagar taxas, declarar-se *posseiro* e negar a autoridade dos que alegavam ser proprietários da terra.

¹² Alguns dos nomes citados nos relatos como sendo de grileiros eram de influentes políticos locais. É o caso, por exemplo, de Getúlio Moura, político de Nova Iguaçu que foi inclusive candidato a governador do estado. Mas havia também empresas, como é o caso da América Fabril, em Magé.

mais nada, como categorias políticas, de enfrentamento, colocando em jogo a legitimidade do uso da terra. O autor afirma que,

[...] pela sua grande recorrência, pela sua abrangência espacial, pelo número de pessoas envolvidas, pelos seus aspectos dramáticos e violentos, com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações, o *despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e o início da década de 1960*. (Grynszpan, 1987, p. 16; grifos nossos)

A recorrência de conflitos e de resistência a sair da terra, configurada quer no recurso à lei, quer até mesmo no uso de armas, não pode ser atribuída apenas à situação liminar dos lavradores.¹³ Para entendê-la é fundamental chamar atenção para o papel desempenhado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estimulou a organização dos posseiros, procurando dar substância às bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária. Na segunda metade da década de 1940 começaram a aparecer as primeiras *associações de lavradores*, criadas nas áreas onde ocorriam despejos. É o caso de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu,¹⁴ e de Xerém, em Duque de Caxias, que foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas sob as mesmas bandeiras, tirando-as de sua dimensão local para articulá-las na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais. Foi nesse momento que se começou a produzir o reconhecimento político do *campesinato* e que suas demandas e enfrentamentos passaram a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates.

Ainda nos anos 1950, o poder público estadual começou a intervir nesses conflitos, com desapropriação de terras em litígio. O primeiro caso

¹³ Há algumas notícias de lavradores que resistiram às ordens de despejo, tentando enxotar a polícia com uso de foices, enxadas. Os instrumentos de trabalho tornaram-se, assim, armas, gerando a imagem de uma conflagração perigosa, como veremos adiante.

¹⁴ A região de Pedra Lisa hoje pertence ao município de Japeri, que se autonomizou de Nova Iguaçu na década de 1990.

de que temos notícia foi justamente o de Pedra Lisa, dado o acirramento do conflito no local, em 1956. Já então ocorriam também mobilizações para fora do local de conflito. Um exemplo, destacado por Grynszpan, é Duque de Caxias, onde, em 1955, após um despejo realizado em Xerém, os lavradores, acompanhados pelos diretores da Associação de Lavradores Fluminenses, acamparam por um longo período no Campo de São Bento, em Niterói, então capital estadual. Como resultado, receberam terras em Casimiro de Abreu (Grynszpan, 1987; Hernandez, 2010).

O desenvolvimento dos conflitos no estado do Rio de Janeiro também não pode ser explicado sem que se estabeleçam relações entre as organizações locais e o que se passava no Brasil. No plano nacional, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utlab), em um encontro realizado em São Paulo, convocado pelo PCB. Nele já havia representação do estado do Rio de Janeiro. Como desdobramento, foram realizados vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos *camponeses* (Medeiros, 1995). No caso do Rio, como parte desse esforço, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), logo após a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado, realizada em Niterói, entre 28 e 30 de agosto de 1959.

A resistência na terra, muitas vezes, como já apontado, transformava os instrumentos de trabalho em armas, se somava e se articulava com outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação: recurso à justiça (para tanto, era fundamental o apoio de advogados, muitas vezes ligados ao PCB, impetrando pedidos de *habeas corpus*, sustação de despejos, ações de usucapião, etc.); manifestações públicas, muitas ocorridas em frente ao Palácio do Ingá e descritas nas memórias de alguns militantes (Pureza, 1982; Silva, 2008) e também noticiadas pela imprensa; apelo às autoridades e denúncia nos jornais, muitos dos quais abriam suas páginas para os *camponeses*.

Ao longo desses passos iniciais da organização, a repressão já era grande, especialmente após a cassação do registro do PCB em 1947.

As associações de lavradores desde logo criaram laços com diferentes entidades com as quais tinham afinidades políticas. Depoimentos dos mais expressivos militantes da época sempre se referem às ações de solidariedade moral, tecida nas relações cotidianas de vizinhança, de trabalho, financeiras (o tempo inicial da ocupação é bastante difícil pela ausência de produção) e políticas, como apoio em atos públicos, em situações de prisões ou outra forma de repressão. Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, afirma que em Pedra Lisa, tiveram apoio do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro, então presidido por Benedito Cerqueira, também do PCB. José Pureza menciona os apoios ao acampamento no Imbé, por operários navais de Niterói e ferroviários de Campos. Grynspan (1987), referindo-se também ao Imbé, relata ainda a presença dos Sindicatos de Trabalhadores na Extração do Sal e em Produtos Químicos de Cabo Frio, dos Ferroviários da Leopoldina, dos Empregados na Indústria do Açúcar de Campos, do Conselho Sindical de Campos e dos sargentos das Forças Armadas. Em Cachoeiras de Macacu, o Sindicato dos Lavradores funcionava nas dependências do Sindicato dos Ferroviários, cujo papel foi fundamental na ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. Também em Magé e em Duque de Caxias há relatos semelhantes. Em Valença, a União Operária também foi muito importante na organização dos lavradores locais, conforme depoimentos colhidos.

Esses laços, fartamente noticiados pela imprensa estadual e local, fortaleciam a solidariedade política entre esses grupos, contribuindo para a quebra do isolamento das lutas dos *camponeses*. Havia circulação cada vez mais ampliada de lideranças e de novas bandeiras e palavras de ordem, ao mesmo tempo que se disseminavam propostas que tendiam a construir atores políticos unificados, mostrando o quão falaciosas eram, já então, as rígidas separações entre o rural e o urbano.

Após o Congresso Camponês de Belo Horizonte, que, em 1961, reuniu lavradores e trabalhadores agrícolas de todo o país e lideranças políticas das diferentes vertentes que disputavam a representação do campesinato, afirmou-se publicamente a força dos *camponeses*. O Congresso teve grande repercussão política. A declaração final e o lema “reforma agrária na lei ou na marra” foram vetores não só de uma polarização política no plano nacional, mas também ao que tudo indica, de estímulo, no plano local, a novas formas de luta.

No caso do Rio de Janeiro, que, segundo Bráulio Rodrigues da Silva, teve mais de 300 delegados no congresso, as ocupações de terra como ação coletiva começaram a ser mais frequentes. Três casos ganharam maior notoriedade. O primeiro foi a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, limítrofe com o Núcleo Colonial de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, em fins de 1961 e, após o despejo, novamente em 1963. O segundo evento foi a ocupação do Imbé, em Campos, em 1963, agregando lavradores das periferias da cidade, grande parte deles ex-moradores de usinas da região campista, mas também famílias que haviam sido expulsas da Fazenda do Largo, no município vizinho de São João da Barra. O terceiro caso foi o chamado *levante* de Capivari, em Duque de Caxias, próximo à FNM, em junho de 1963, decorrente da ameaça de despejo de uma área que já havia sido declarada de utilidade pública pelo governo federal. Cerca de dois mil lavradores ocuparam a Fazenda Capivari, sob liderança de um suposto padre (Araújo, 1982), mas a Falerj não assumiu a responsabilidade do evento e o condenou, mostrando claramente tensões, em termos de condução das lutas, no interior das organizações camponesas. O mesmo ocorreu em São José da Boa Morte, onde, na primeira ocupação, foram feitas acusações de traição a Mariano Beser, que a liderara. Essas iniciativas são indicadoras da adoção de novas formas de ação, de iniciativas mais ousadas, em um contexto de rearranjo e polarização de forças políticas nos planos nacional, estadual e local.

A mudança de estratégia das lutas introduzia novos atores nos conflitos. Assim, a demanda por desapropriações e, mais tarde, as ocupações faziam com que o foco da luta se deslocasse do Poder Judiciário (para onde se encaminhavam as ações de usucapião) para o Executivo, tanto federal como estadual.

Foi no governo de Roberto Silveira que as desapropriações tomaram impulso. Tratava-se de um momento de rearranjo nas forças políticas no estado, com a ascensão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), após um longo período de domínio do Executivo estadual pelo Partido Social Democrático, PSD (Araújo, 1982; Grynszpan, 1987). Já no início de seu governo, Silveira enviou à Assembleia Legislativa estadual uma mensagem propondo a criação do Plano Piloto de Ação Agrária, onde ficou explícita a preocupação com os conflitos. Esse projeto tornou-se a Lei nº 3.961, publicada no *Diário Oficial* do estado em 24 de junho de 1959. Autorizava a elaboração de um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas e públicas existentes no estado, o que envolvia, entre outras medidas, a realização de um cadastro territorial; o tombamento das propriedades particulares, mediante verificação de títulos e registros, “respeitando os direitos de posse mansa e pacífica”; o estudo da possibilidade de colonização, “de preferência com o aproveitamento de *nacionais favelados* (sic); a organização de núcleos agrícolas para recebimento e localização de *agricultores desajustados* (sic)”; “proteção e defesa dos pequenos agricultores despejados de terras públicas ou particulares onde tenham cultivos e benfeitorias, avaliar os prejuízos verificados, promover indenizações proporcionando soluções amigáveis ou orientando os prejudicados na utilização dos meios judiciais adequados ao reconhecimento de seus direitos”; delimitação de áreas em litígio cultivadas por posseiros (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 24 jun. 1959, p. 1-2). Além disso, o Poder Executivo se dispunha a criar Delegacias de Polícia nas regiões litigiosas.

Araújo (1982) e Grynszpan (1987) mencionam também que o governo Silveira investiu igualmente na criação de organizações de lavradores para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação, Flerj (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), criada em 1960, era ligada à Federação dos Trabalhadores Cristãos, entidade ligada à Igreja Católica, que organizava os trabalhadores com a perspectiva de defender seus direitos e afastá-los da propaganda comunista e apoiada pelo padre Antonio Carvalho, que se tornou gestor do Plano Agrário no governo Badger Silveira.

Ao longo do governo de Roberto Silveira e no de seus sucessores, Celso Peçanha e Badger Silveira, foram feitas várias desapropriações, de modo geral envolvendo áreas de conflito em Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaboraí e Magé.¹⁵

No plano federal, o tema também estava em discussão e centenas de projetos de reforma agrária foram apresentados ao Legislativo. Os debates acabaram se centrando em um artigo da Constituição de 1946, que previa a indenização prévia, justa e em dinheiro para os proprietários das terras desapropriadas por interesse social. Foram propostas alterações em seu texto que visavam facilitar e agilizar as desapropriações. Nenhum dos projetos foi aprovado no período que ora nos ocupa, mas, mesmo assim, algumas desapropriações foram feitas, já no governo João Goulart, em áreas de grande tensão. No caso do Rio de Janeiro, foram dez, segundo Grynszpan (1987), apenas duas delas fora da Baixada e algumas em áreas que já haviam

¹⁵ Nesse mesmo período, outros governos estaduais estavam usando a mesma lógica de intervenção sobre a questão fundiária, o que mostrava não só o quanto o tema ganhava dimensões nacionais e impunha respostas, mas também a forma como essas respostas poderiam ser moduladas em função das forças que presidiam sua elaboração e do quadro de disputas políticas existente em cada momento, em cada estado. Em São Paulo, foi criado o Plano de Revisão Agrária, no governo Carvalho Pinto; em Pernambuco, o governo Cid Sampaio criou, após a desapropriação do Engenho Galileia, ponto inicial das Ligas Camponesas, a Companhia de Revenda e Colonização; Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) para atuar em especial sobre as áreas onde o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) fazia acampamentos.

sido desapropriadas pelo governo estadual, um indicador das dificuldades que se antepunham às desapropriações.

Finalmente, é importante lembrar que, tanto no plano estadual como no federal, a decretação de uma área como de interesse para desapropriação apenas iniciava o processo: a desapropriação teria de ser declarada de urgência para que o juiz pudesse imitar o poder expropriante, provisoriamente, na posse da área. Além disso, era preciso que a quantia relativa à indenização do expropriado já tivesse sido depositada, o que nem sempre ocorria, retardando o processo e acirrando os conflitos (Grynszpan, 1987). O juiz também tinha o poder de considerar a quantia depositada inferior ao valor real das terras, dando início a novas negociações. Assim, em muitos casos, as ameaças de despejo e a violência continuavam enquanto o processo de desapropriação ainda estava em curso.

O crescimento da densidade organizativa dos trabalhadores do campo e a unificação das demandas em torno da reforma agrária, direito à organização sindical e direitos trabalhistas causou impactos nas políticas públicas estaduais e federal, com destaque à criação da Superintendência de Reforma Agrária (Supra), em outubro de 1962, destinada a atuar sobre as questões fundiárias. Além disso, levou a importantes mudanças legais: o direito à sindicalização foi regulamentado (1962) e o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado (1963), estendendo aos trabalhadores do campo direitos trabalhistas já obtidos pelos urbanos.

O golpe e seus desdobramentos: as ações do Estado

O golpe teve profundos efeitos sobre os trabalhadores do campo. No Rio de Janeiro, a repressão foi imediata e violenta: lideranças tiveram de abandonar seus lugares de moradia e trabalho; casas dos trabalhadores que viviam nas áreas de conflito foram invadidas e reviradas em busca de possíveis documentos comprometedores e armas; famílias foram ameaçadas e coagidas para que revelassem o paradeiro do marido ou do pai (em geral,

os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Em locais onde havia ocupações, o Exército logo iniciou a busca por *comunistas*. Relatos que colhemos sobre lugares diferentes, com pessoas comuns, na época crianças ou adolescentes, filhos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontaram o extraordinário padrão de violência que se deflagrou. Nesse contexto, os proprietários de terras e *grileiros* se apropriaram do discurso da luta contra a subversão, para expulsar os lavradores de suas terras. O medo se instalou.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro sofreu intervenção. Nos arquivos sindicais, encontramos um enorme vazio de informações sobre intervenções nos sindicatos, mas os relatos indicam que muitos foram fechados e reabertos tempos depois. As lideranças fugiram ou foram presas. Mesmo os novos diretores da Fetag, indicados por Padre Carvalho, anteriormente mencionado, foram vigiados e também sofreram pressão. Entrevistas com alguns deles, realizadas ainda nos anos 1980, mostram que havia um estrito controle do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre as atividades desenvolvidas, em especial reuniões com trabalhadores. O próprio Padre Carvalho teve seu nome citado diversas vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e também era objeto de vigilância, como demonstram os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Ao mesmo tempo, houve mudanças institucionais importantes, inauguradas com o Ato Institucional nº 1, promulgado em abril de 1964 pela Junta Militar que representava o Comando Supremo da Revolução. Muitos funcionários públicos foram afastados com base nele, especialmente empregados da Supra. No caso do Rio de Janeiro, alguns dos deputados que apoiavam as lutas dos trabalhadores tiveram seus mandatos cassados. Foram também instalados IPMs para apurar situações consideradas como de ameaça à ordem e de envolvimento de dirigentes sindicais e políticos nos conflitos. As ações de ocupação de terra foram objeto de alguns deles.

Mas não se tratou apenas de repressão e violência. Desde logo o novo regime nomeou uma comissão para estudar medidas visando produzir transformações no campo e na estrutura agrária por meio da modernização tecnológica, mas também de regulação dos contratos de parceria e arrendamento. O resultado foi uma emenda constitucional que permitia que as terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública, demanda das forças que no pré-64 estavam empenhadas na luta por reforma agrária. Tratava-se de criar condições legais para agilizar a desapropriação de áreas em conflito. Logo depois, em 24 de novembro de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, o qual deu contorno legal a categorias que faziam parte do discurso político, como é o caso de *latifúndio*, e elencou medidas que favoreceriam sua transformação em empresas, bem como a criação de uma classe média rural, de caráter empresarial. Também regulamentou os contratos de arrendamento e parceria, relações que eram constitutivas da definição então socialmente vigente de *latifúndio* e, ao mesmo tempo, importante foco de conflito nos anos anteriores (Medeiros, 2002).

Além de prever a delimitação de áreas prioritárias para ação, pressupunha ainda zoneamentos com base em dados de cadastro a ser implementado, de forma a definir as áreas que seriam passíveis de intervenção.¹⁶ A preocupação com a realização de um cadastro de propriedades revelava a intenção do Estado de controlar essas terras, definindo os limites entre elas e as particulares, fonte de recorrentes conflitos no Brasil todo.

Na mensagem que acompanhou o Estatuto da Terra ao Congresso Nacional, falava-se na prioridade à reforma agrária como modo de cum-

¹⁶ Segundo o art. 20 do Estatuto da Terra, seriam aquelas de predomínio de minifúndios e latifúndios; as já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto; aquelas cujos proprietários desenvolverem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais; as destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos; as que apresentassem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; as terras cujo uso não fosse o adequado à sua vocação de uso econômico, segundo critério elaborados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

prir o imperativo constitucional (referindo-se à Constituição de 1946, então ainda vigente) de “promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos”, fato que mostrava a preocupação dos militares com a questão fundiária. Essa preocupação se traduziu em uma forma de intervenção que, ao mesmo tempo em que propunha atuar sobre as áreas de conflito, também buscava criar um novo tipo de produtor, moderno, inserido nos mercados e capaz de atender às demandas de alimentos geradas pelo crescimento do mercado interno, além de gerar divisas, mantendo o Brasil como exportador de *commodities*.

Simultaneamente a essas medidas legais, também se intensificaram as ações da polícia política e as investigações de ações “subversivas” por meios de IPMs. O IPM 709, por exemplo, investigou as ações do Partido Comunista chamando a atenção para suas ações no meio rural. Afirmava esse documento que, embora a propaganda comunista fosse concentrada na cidade e nos operários, é no campo que “todos os movimentos inspirados no marxismo-leninismo adquirem uma tendência mais acentuada para violência e ação armada. *As invasões de terra por grupos armados constituem escolas e preparação para a guerra de guerrilhas*” (IPM 709, v. 2, p. 258-259; grifos nossos). Ainda de acordo com a mesma publicação, “a localização dos grupos camponeses armados começou a definir-se em áreas de grande importância estratégica nas comunicações internas do país. O estado do Rio de Janeiro observou um verdadeiro cerco do estado da Guanabara” (IPM 709, vol. 4, p. 377).¹⁷ A interpretação dos conflitos feita nesse IPM ressaltava as ameaças à ordem, mas, concomitantemente, destacava a fragilidade do *campesinato*, a justeza de suas demandas e a constante possibilidade de sua manipulação por *espertalhões*. Essa concepção, presente em diversos documentos da polícia política, não pode ser separada das ideias presentes no Estatuto da Terra: por um lado, modernizar o campo, como

¹⁷ O estado da Guanabara foi instituído na área que até 1961 fora a Capital Federal. Em 1975, os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara se fundiram.

condição para a melhoria de vida dos trabalhadores; por outro, fazer uma distribuição limitada de terras, em áreas de conflito, de forma a tirar os camponeses da influência da esquerda organizada, já bastante abalada pelas prisões, mas, conforme pensavam os militares, capaz de se recuperar. Havia certa clareza de que medidas repressivas seriam insuficientes. Prova disso é que, em áreas próximas ao projeto Papucaia e à fazenda São José da Boa Morte, o Ibra comprou duas fazendas para assentar famílias de posseiros removidos tanto das imediações, quanto de áreas de conflito como Imbé (Campos) e Xerém (Duque de Caxias), constituindo o Conjunto Rural do Guapiaçu, onde foi construída uma escola e instalado um posto de saúde. Foram ainda adquiridas máquinas para ajudar no trabalho da lavoura. Trata-se de ações de diferentes naturezas que se sobrepunham. Ao mesmo tempo, em toda a região conflagrada de Cachoeiras de Macacu e em Duque de Caxias, a Guarda Rural do Ibra teve uma forte ação repressora, expulsando famílias consideradas *invasoras* e apoiando outras cuja permanência foi admitida. (Teló e Medeiros, 2019)

No que diz respeito às desapropriações, poucas foram iniciadas e um número menor ainda se consumou. As pressões dos setores patronais e a redução dos conflitos fundiários, produto da desarticulação das organizações de trabalhadores que os traziam para o espaço público, fizeram com que, na realidade, a implementação das desapropriações previstas no Estatuto da Terra não só não ocorresse, como houvesse devolução aos antigos donos daquelas que haviam sido realizadas no governo Goulart. No estado do Rio de Janeiro, nos anos 1970, somente duas áreas foram desapropriadas, ambas em Magé: a gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí (Teixeira, 2011).

A literatura mostra que se desenvolveu no país, ao longo dessa década, uma política de estímulo à modernização das atividades agropecuárias, levando à empresarialização do setor, como previa o Estatuto da Terra, mas sem alterações importantes na estrutura de propriedade da

terra (Delgado, 1985). A concepção de desenvolvimento rural foi ganhando o sentido que lhe impunham as forças hegemônicas: a sua identificação com modernização da base técnica e produtiva. Mesmo a política de colonização, incentivada no período, adequou-se a essa perspectiva, levando agricultores com experiência na agricultura modernizada do Sul para as regiões Centro-Oeste e Norte, buscando difundir outro estilo de uso da terra e racionalidade.

No que se refere ao estado do Rio, além da região canavieira de Campos, onde houve intensa modernização, com os estímulos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), uma outra política de grande impacto, o estímulo ao turismo, levou ao aparecimento de conflitos em áreas onde, até o início dos anos 1970, eles estavam ausentes. O caso mais notório foi a construção da estrada ligando o Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, e o estímulo aos investimentos na Região da Baía de Ilha Grande. A estrada trouxe consigo disputa por terras, colocando em xeque a ocupação das áreas próximas ao mar por populações que lá viviam há muito tempo: caiçaras ou comunidades negras, descendentes dos escravos que por ali permaneceram quando do declínio da cafeicultura na região.¹⁸ Não por acaso, na década de 1970, cerca de 40% dos conflitos fundiários no estado se concentravam em Angra dos Reis e Paraty (Medeiros, 1983b).

Sindicalismo e Igreja: a reapropriação da lei em defesa dos trabalhadores

Apesar das condições bastante desfavoráveis, a existência de uma lei que promovia o reconhecimento legal da reforma agrária como parte dos instrumentos de regulação do território brasileiro proporcionou condições para lutas em torno da sua aplicação. A demanda pela aplicação do

¹⁸ Algumas dessas comunidades reivindicavam que as terras lhes foram deixadas como herança pelos antigos senhores (como é o caso de Campinho da Independência e Santa Rita do Bracuí). A partir da Constituição de 1988, a fim de regularizar sua situação com base em outros fundamentos legais, continuaram a demandar as terras que lhes pertenciam assumindo-se como quilombolas.

Estatuto da Terra passou, pouco a pouco, a fazer parte do repertório das ações da entidade sindical representativa, no plano nacional, dos trabalhadores rurais, a Contag.

Examinando as publicações dessa entidade sindical ao longo da década de 1970, encontramos cartilhas visando a difusão, em linguagem bastante simples, do corpo legal referente às demandas dos trabalhadores, em especial o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. Também é possível observar que orientações legais eram constantes no Boletim *O Trabalhador Rural*, editado regularmente a partir de 1969 e canal para divulgação das diretrizes da Contag entre os sindicatos que estavam sendo criados ou reorganizados. Apropriando-se da tese, contida no Estatuto da Terra, de que a reforma agrária era prioritária nas áreas de manifesta tensão social, a entidade encaminhava sistematicamente ao governo federal (em suas diferentes instâncias) relatórios de conflitos, em especial relacionados à tentativa de expulsão de *posseiros*, solicitando a desapropriação da área “por interesse social, nos termos do Estatuto da Terra”. Neles, denunciava as tensões que percorriam os campos e as arbitrariedades a que os trabalhadores estavam submetidos e relatava, com abundância de detalhes, as ações de *jagunços*, da polícia e de guardas florestais: queimas de casas, destruição de lavouras, prisões arbitrárias, etc. Essa documentação revela o modo de agir da repressão no campo, quer a de caráter propriamente político (tentando bloquear ou dificultar a organização dos trabalhadores) quer a secular, que acompanhou o avanço das fronteiras de investimento capitalista. Ela também dá um interessante quadro da prática sindical: conhecer os conflitos, documentá-los e narrar as violências eram elementos que compunham relatórios a serem enviados às autoridades, com pedidos de providências.

Na ausência de ações por parte do Estado, elaboravam-se novas denúncias, sempre seguidas da exigência de aplicação do Estatuto da Terra. Foi por esse caminho que, em um contexto bastante desfavorável, o sin-

dicalismo rural desenvolveu pouco a pouco uma associação entre reforma agrária e Estatuto da Terra, fazendo uma leitura dessa lei que enfatizava sua dimensão desapropriadora. Também contribuiu para a consolidação de uma cultura fundada, como bem apontou Novaes (1997), na prudência sindical, traduzindo as ameaças que os trabalhadores sofriam na linguagem da lei e demandando sua aplicação para resolvê-las.

Chama atenção, nesse contexto adverso, a ação de uma parcela dos advogados sindicais, bastante organizada.¹⁹ Muitos advogados atuantes no sindicalismo foram militantes no movimento estudantil, participaram de organizações de esquerda e encontraram no sindicalismo rural um espaço de trabalho profissional, mas também de atualização de suas convicções políticas e sua experimentação em contexto adverso. Vários eram filiados ao PCB e articulavam suas ações em uma direção que consideravam possível na época. Embora nem sempre houvesse concordância sobre formas de agir, havia alguns pontos em comum. O estado do Rio de Janeiro foi uma peça-chave nessa articulação, e alguns advogados circulavam entre a Federação e a Contag (Barcellos, 2008).

Por outro lado, a Igreja, desde os anos 1960, passou a atuar entre os trabalhadores do campo, contrapondo-se à difusão entre eles das teses defendidas pelos comunistas. No Rio de Janeiro, destacou-se a ação do padre Carvalho, ligado à já mencionada Federação dos Trabalhadores Cristãos e Círculos Operários. Entre os quadros dessa entidade ou de pessoas próximas a eles foram escolhidos os interventores da Fetag/RJ.

Nos anos 1970, no entanto, um novo ator eclesial passou a desempenhar papel relevante na condução das lutas dos trabalhadores do campo: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975, durante um encontro

¹⁹ Para informações sobre a reorganização do sindicalismo rural brasileiro, ver Palmeira (1985); Medeiros (1989); Ricci (1999); Novaes (1997); Medeiros (2014), entre outros. Para o caso do Rio de Janeiro, ver Barcellos (2008). Chamamos ainda a atenção para a importância de tratar essas opções feitas naquele momento considerando uma cultura política subjacente às lutas no campo, bem como à leitura que se fazia das oportunidades políticas existentes. Sobre o tema, ver Tarrow (2009).

de bispos afinados com os princípios da Teologia da Libertação, ela se mostrou um espaço de reflexão e intervenção sobre os conflitos de terra (Paiva, 1985). Embora os principais nomes associados à sua criação (dom Thomas Balduino, dom Moacir Grecchi e dom Pedro Casaldáliga) fossem das regiões Norte e Centro-Oeste, a CPT começou a atuar no Rio de Janeiro já em 1976, inicialmente nos conflitos de terra em Paraty e Angra dos Reis. Em pouco tempo, ela expandiu seu âmbito e sua participação foi particularmente incisiva em Cachoeiras de Macacu, onde esteve à frente de um trabalho de formação que levou à terceira ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em janeiro de 1980. Dessa iniciativa resultou a prisão de vários trabalhadores e do pároco de Santana de Japuíba, padre Joaquim van Leeuwen. Também nos conflitos por terra na Baixada Fluminense ela esteve presente, em especial em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Nos lugares onde atuou, a CPT estimulou a organização dos trabalhadores e a formação de chapas de oposição a sindicatos que ela considerava como *pelegos* e que não encaminhavam o que ela considerava como os verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Também nesse trabalho verificou-se a opção por explorar os recursos legais. Em suas memórias, Bráulio Rodrigues chama a atenção para a importância da atuação do advogado Paulo Amaral, em Nova Iguaçu, e de Miguel Pressburger, em diferentes locais do estado.²⁰ Nas regiões onde atuava, a CPT contava com o apoio importante dos bispos locais, com destaque para dom Adriano Hipólito, da Diocese de Nova Iguaçu, dom Waldir Calheiros, de Volta Redonda, dom Clemente Isnard, de Nova Friburgo, dom Vital Wilderink, de Itaguaí, e dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias.²¹

²⁰ Pressburger atuou inicialmente em Paraty e Angra dos Reis. Depois tornou-se assessor jurídico da CPT e se envolvia em ações em diversos lugares da Baixada. Foi também um dos criadores da Assessoria Jurídica Popular (Ajup), no início dos anos 1980.

²¹ Em Xerém, além da Igreja Católica, foi importante a ação dos metodistas no apoio às iniciativas dos lavradores.

Ao longo de sua atuação, os agentes de pastoral também foram objeto de violência: ameaças eram constantes e culminaram na invasão da própria sede da entidade na cidade do Rio de Janeiro, em 1984, por policiais em busca de documentos que comprovassem que a entidade estimulava ocupações de terra.

Retomada das ocupações de terra: um novo ciclo de lutas

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram uma retomada das manifestações dos trabalhadores rurais de todo o país em espaços públicos. Trata-se de um novo período, em que começaram a se evidenciar sintomas da crise do regime militar e em que crescia a pressão social por maior liberdade de expressão e organização, liberdade sindical e partidária, eleições diretas, anistia aos presos políticos, etc.

Em uma conjuntura nacional marcada não só pelo aparecimento de novas demandas, mas também de novas experiências organizativas por parte dos trabalhadores, ganharam expressão entidades de apoio de diversos tipos: organizações não governamentais, tais como Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), além de uma série de entidades de atuação local que deram suporte e/ou promoveram programas de formação de trabalhadores rurais. Por meio de suas ações e redes, deram visibilidade nacional e internacional aos conflitos no campo e à violência que os acompanhava, permitindo a ampliação de alianças. Nesse processo foi conformando-se uma nova linguagem que fazia apelo aos instrumentos legais existentes e constituía a terra como um direito. O documento episcopal *Igreja e problemas da terra*, uma contundente e influente defesa dos trabalhadores do campo (CNBB, 1980), foi uma peça fundamental nessa direção. Ao mesmo tempo, o tema da reforma agrária foi incorporado à pauta das centrais sindicais que se constituíram no início dos anos 1980.

No estado do Rio, antigas lideranças que ficaram presas, foragidas ou silenciadas aos poucos voltaram aos espaços públicos e retomaram os contatos com os trabalhadores. É o caso, entre outros, de José Pureza da Silva, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira, Laerte Bastos, Francisco Silva e João Correa de Paula. Vários deles atuaram decisivamente em algumas iniciativas de luta por terra no estado, desde meados dos anos 1970.

No início dos anos 1980, o estado do Rio de Janeiro já era considerado bastante urbanizado: 92% de sua população, segundo dados do Censo de 1980, vivia nas cidades, com grande concentração na região metropolitana. Apesar disso, começaram a ocorrer ocupações de terra, agora com a presença de alguns sindicatos, da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), uma experiência fugaz organizativa que se fazia fora das estruturas sindicais e limitada à região de Xerém, em Duque de Caxias. Além de Cachoeiras de Macacu (Fazenda São José da Boa Morte), elas aconteceram em Duque de Caxias (Xerém, em 1983), Nova Iguaçu (Campo Alegre, em 1984). A elas se sucederam várias outras, que marcaram em especial a primeira metade dos anos 1980, parte delas derivadas ou alinhadas com as lutas por moradia dos trabalhadores das periferias, em especial de Nova Iguaçu.

Para entender esse novo momento é preciso considerar diversos elementos, entre eles o acirramento das disputas sindicais, com o fortalecimento das *oposições*, apoiadas pela Igreja e um esforço de recuperação da memória das lutas. Nesse aspecto, a Fetag/RJ teve um papel central, procurando se aproximar de antigas lideranças dos anos 1960 e trazendo algumas delas para participar de cursos de formação para narrar suas experiências e mesmo dar apoio a regiões de conflito. Além disso, a Fetag montou, já nos anos 1970, uma assessoria educacional bastante afinada com as diretrizes emanadas da Contag e que também atuou na sistematização dos conflitos e de sua memória.

É preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do Estado, com a eleição de Leonel Brizola para governador

em 1982, político que tinha sua imagem ligada às lutas dos trabalhadores por terra.²² Já em maio de 1983, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, para atuar nos conflitos fundiários rurais (Novicki, 1992). Logo depois, em novembro, foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria da Justiça e, posteriormente, à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986 para cuidar de questões tanto rurais como urbanas. Como atribuições da CAF, o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (Seaf, 1991) elenca: definição de áreas que deveriam ser objeto de processo discriminatório; encaminhamento de soluções para litígios fundiários, buscando manter na terra as famílias que dela dependessem para moradia ou para o desenvolvimento de suas áreas produtivas; coordenação da ação dos órgãos estaduais envolvidos com as questões de terra, evitando sobreposições; e sugestão de medidas judiciais necessárias à solução de disputas de terra (Seaf, 1981, p. 103). Como se pode verificar, a própria subordinação da CAF à Secretaria da Justiça indicava um determinado tipo de encaminhamento dos conflitos (Novicki, 1992).

Considerações finais: um novo ciclo de lutas por direitos

Fazendo uma síntese do período analisado, cabe destacar a persistência de conflitos nos mesmos locais onde já existiam desde os anos 1950: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Cachoeiras de Macacu e Cabo Frio. Na Baixada, o processo rápido de urbanização pressionou fortemente os trabalhadores a abandonar suas posses, mas em diversos locais permane-

²² Brizola apoiou a criação do Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul, quando assumiu o comando daquele estado, entre 1959 e 1962; foi coordenador da Campanha da Legalidade, em 1962; deputado federal pelo estado da Guanabara e estimulador dos “grupos de onze” em 1962 e 1963. De acordo com Righi (2014), esses grupos eram uma organização de luta e resistência, visando a concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbanas. A partir deles pretendia-se criar um partido revolucionário, cujo braço armado seriam os militares nacionalistas.

ram situações de tensão ao longo das décadas de 1970 e 1980. A novidade foi a excepcional proliferação dos conflitos no litoral sul. Em todos os casos, trata-se de uma resistência local, de duração variável, mas que foi fortemente reprimida. No geral, são conflitos que emergiram e tiveram alguma visibilidade porque saíram de seus limites e procuraram apoio em alguma instância – o sindicalismo, em um primeiro momento, e, depois, a Pastoral da Terra, espaços possíveis de acolhimento de suas queixas e defesa de direitos.

No estado do Rio de Janeiro, assim como em diversos outros locais do país, o processo de expulsão/expropriação não necessariamente se fez a partir da ação das forças militares, mas essencialmente pela ação dos proprietários (ou pretensos proprietários), por meio de suas milícias privadas, que agiam com violência e não tinham, a não ser de forma muito limitada, o contraponto da resistência por meio da luta por direitos. Ou seja, se quisermos entender a natureza da repressão que se abateu sobre parcelas de trabalhadores do meio rural fluminense, temos que contemplar também as formas de violência privada, praticada não só por antigos proprietários de fazenda, mas também por empresas modernas de outros setores produtivos, em especial o turístico e imobiliário. Houve, no geral, omissão do Estado e, em alguns casos, conivência e participação direta, como foi o caso da atuação da Guarda Florestal em Paraty e em Cabo Frio ou da Guarda Rural do Ibra em Cachoeiras de Macacu.

Se antes do golpe caminhava-se para um reconhecimento de direitos à terra ocupada por posseiros, como comprovam as diversas desapropriações realizadas no estado, sem a força das lideranças e das organizações e em um contexto de forte repressão a todas as formas de manifestação e organização dos trabalhadores, a tendência à atomização das resistências foi dominante no pós-golpe. Muitas vezes, elas foram persistentes no tempo, evitaram a expulsão imediata, mas tiveram pouca articulação entre si, a não ser por meio da ação sindical, que tinha um papel mais de de-

núncia do que propriamente de organização dos trabalhadores. Não por acaso, as desapropriações feitas no âmbito do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ), a partir de 1986, envolveram áreas cujos conflitos vinham, muitas vezes, dos anos 1950/1960 que já haviam sido desapropriadas e devolvidas aos antigos proprietários após o golpe, mantendo-se, porém, como focos de conflito.

Diante disso, analisar os conflitos no campo no regime militar é também levar em consideração que, em uma situação de internalização do medo, em muitos lugares os trabalhadores simplesmente abandonaram suas terras e migraram para as cidades. No caso de Paraty, por exemplo, é recorrente a afirmação dos moradores locais de que algumas das favelas da cidade (Ilha das Cobras e Mangueira) foram produto desse processo de retirada de trabalhadores das terras em que sempre viveram. O mesmo pode se dizer de Xerém ou Papucaia, que, ao longo dos anos 1970, se tornaram atrativas para instalação de sítios de recreio. Dificilmente teremos condições de captar as condições efetivas que levaram as pessoas a não resistir. No entanto, metodologicamente é importante ter esse fato como um horizonte significativo para o entendimento da dimensão dos efeitos da ditadura sobre os trabalhadores rurais fluminenses.

Finalmente, há que ressaltar que o fim do regime militar não significou que o ciclo de violência fosse interrompido. Caso exemplar é o assassinato, já em 1988, de Sebastião Lan, líder sindical de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, morador da Fazenda Campos Novos, local de conflitos fundiários desde os anos 1950 e objeto de desapropriação em 1982. Nos anos que se seguiram, a expropriação e a violência continuaram marcando a história agrária do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, como bem o mostram os levantamentos anualmente feitos pela CPT.

Referências

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. 1982. Dissertação (Mestrado em Engenharia de

- Produção) – Instituto Alberto Coimbra de Pós-graduação em Engenharia (Coppe), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.
- BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. Ministério do Exército. Inquérito Policial Militar 709, 1966. (Biblioteca do Exército, 4 v.)
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981. t. III: O Brasil republicano, v. 3: *Sociedade e política (1930-1964)*.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1990.
- DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura*. São Paulo: Ícone; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo (orgs.). *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2010.
- GEIGER, Pedro P.; MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil – Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: Os Anos 30*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- MARIN, Joel O. B.; NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil*. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983a.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. *Relatório de Pesquisa Dez Anos de Luta pela Terra: 1969-1979*. São Paulo: Cedec/Abra/CPDA-UFRRJ, 1983b.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Seropédica: Edur; Unrisd, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Ditadura, conflito e repressão no campo*. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O. B.; NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e marcha para oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: o primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 1992.

PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: sindicalismo rural e crise de representação*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- RIGHI, Graziane Ortiz. Grupos dos Onze: a tentativa de resistência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2. *Anais...* Florianópolis: Udesc, 2014.
- SEAF. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seaf, 1991.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2008.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TEIXEIRA, Marco Antônio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do Ibra. In: SALES, Jean; MORAES, Luis Edmundo; BRETAS, Marcos (org.). *História escrita, história vivida: movimentos sociais e repressão política na ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 v., 1987.
- VIANA, Gilney (coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

Camponeses, operários e luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro: incorporação urbana e o lugar do rural na Baixada Fluminense

Aline Borghoff Maia

O presente artigo¹ analisa a relação entre o processo que levou a incorporação da Baixada Fluminense à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os conflitos por terra que dele emergiram. Investiga os sentidos e impactos da industrialização e da periferização da região nas dinâmicas de suas áreas rurais, buscando entendê-las como lócus de relações sociais, produtivas e políticas complexas e carregadas de tensões. Orienta tal problemática a hipótese de que as rápidas transformações pelas quais passaram seus municípios, em virtude das especificidades da expansão de suas fronteiras urbanas, constituem-se tanto na origem das situações fundiárias conflitivas como, em certa medida, em parte das condições que propiciaram a organização da repressão e das resistências tais como elas se delinearam.

Entre os diversos recortes analíticos que podem emergir desse campo de investigação, optamos por refletir sobre o que doravante denominaremos *articulações ruro-fabris* na construção dos processos de luta pela terra na Baixada Fluminense e, especificamente, em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias onde, em 1942, foi instalada a Fábrica Nacional de Motores (FNM).

¹ Texto fornecido pela autora, em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 30 de maio de 2016. O presente texto é fruto da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, coordenada pela professora Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ). Realizada entre 2014 e 2016, o projeto recebeu apoio da Faperj para auxiliar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade.

Os efeitos da territorialização da “Fenemê”² em uma vasta área eminentemente rural devem ser compreendidos no bojo das profundas transformações econômicas que atingiram, de diversas maneiras, as dinâmicas agrárias da Baixada Fluminense desde o final do século XIX, mas acen tuadamente a partir da década de 1930. São vários os processos que, relacionados direta ou indiretamente entre si, concorrem para a composição desse cenário: a investida sanitarista; a criação dos núcleos de colonização; a construção de rodovias e o incremento de linhas férreas; a corrida loteadora protagonizada pelo capital imobiliário e especulativo; e a territorialização de indústrias de grande porte são apenas alguns exemplos das variáveis que devemos considerar para elaborar um quadro rigoroso das transformações fundiárias que nos importa discutir como chave para a compreensão da deflagração de conflitos por terra na região.

Entre as consequências oriundas de tais processos, é importante sublinhar a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e a heterogeneidade do fluxo migratório que por ele transita e se instala em busca de terra, trabalho e moradia. A estrutura agrária tradicional dominada por latifúndios improdutivos e regulações costumeiras se dinamiza à medida que novos interesses entram em jogo. Dinamizam-se, também, as formas de ocupação das terras e as relações que nelas se estabelecem. Novos atores ampliam os polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, *grileiros e posseiros*³ passam a coexistir, não raras vezes de maneira belicosa, no mesmo território. É dessa transição que emergem as tensões sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. É a partir dela, também, que se organizam as

² Como se popularizou, na linguagem oral, a Fábrica Nacional de Motores.

³ Para uma discussão mais detalhada sobre a formulação e o acionamento das categorias “grileiro” e “posseiro”, ver Grynszpan (1987).

resistências camponesas nas áreas de expansão das fronteiras urbanas e industriais dos centros metropolitanos.

A discussão que propomos parte desse contexto regional de transformações, ilustrado, por exemplo, na instalação da Fábrica Nacional de Motores em Xerém. Responsável direto pela valorização fundiária das terras do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, inicialmente tutelado pelo Estado brasileiro e estruturado sob pretensões autárquicas, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram os principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960.

A análise dessas situações conflitivas e das resistências a elas deve considerar, além do cenário macro da conjuntura política e econômica regional, a contextualidade das ações dos sujeitos, entendida não como dado substantivo, mas como expressão de relações sociais que são construídas a partir de experiências cotidianas, partilhadas e não estanques (Thompson, 1987). Dessa forma, é fundamental refletir sobre as diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram o quadro das lutas em tela. A realidade empírica que estamos sugerindo esquadriñar, ainda que de maneira introdutória, nos impele a sugerir que as interseções entre as esferas de atividades camponesas e operárias, visíveis no plano das relações e arranjos cotidianos travados por e entre os diversos tipos de habitantes e mediadores da região ruofabril de Xerém, são basilares para a compreensão das resistências que ali se delinearam.

Finalmente, partimos da premissa de que a reconstrução histórica dos conflitos, além de revelar um complexo universo de práticas e resistências sociais invisibilizadas pela narrativa da história única (Bloch, 2001), contribui também para que possamos pensar processos contemporâneos na chave das continuidades e do compromisso com a não repetição de ações violadoras de direitos no que toca o acesso à terra, justificadas, em grande medida, pelas demandas da modernização e do crescimento econômico.

O lugar do rural na Baixada Fluminense

Entre os anos 1950 e 1980 ocorreram mais de duzentos conflitos fundiários no campo fluminense, dos quais cerca da metade eclodiu no que hoje conhecemos como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴ (Medeiros, 2015). Embora tais dados sugiram a existência de um meio rural ativo e permeado de tensões oriundas de relações sociais e produtivas complexas, ainda são poucos os trabalhos que alçaram à condição de objeto de pesquisa os conflitos e a luta pela terra nesse território do estado, mais comumente conhecido por suas características e problemáticas tipicamente urbanas.

A fim de contribuir para esse campo secundarizado de estudo, o presente artigo analisa uma área da Região Metropolitana acentuadamente marcada por sua posição periférica em relação à capital carioca: a Baixada Fluminense.⁵ Partimos da premissa de que uma série de processos sociais locais é obscurecida através das abordagens hegemônicas da historiografia e das produções acadêmicas que, aliadas ao sentido das políticas públicas e ao imaginário produzido pela grande mídia, têm como foco os problemas referentes à dicotomia núcleo-periferia e contribuem para a consolidação de uma visão teleológica do rural nessa grande área do Estado do Rio de Janeiro.

A invisibilização da relação entre a expansão das fronteiras urbana e industrial do núcleo metropolitano e as dinâmicas fundiárias da Baixada, salvo valiosos esforços de pesquisadores e coletivos engajados em recupe-

⁴ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá. Para mapa da região, ver o site da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Serviços Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj), disponível em: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

⁵ Os municípios que compõem a Baixada Fluminense são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

rar a memória da luta pela terra na região,⁶ revela mais do que uma hierarquização deliberada de objetos passíveis de análise e publicização: é sintomática de um processo histórico de estruturação das cidades capitalistas que “vocaciona” determinados territórios à satisfação das necessidades das grandes capitais. Nesse sentido, acreditamos ser possível afirmar, concordando com Amador (2013) e Abreu (2011), que grande parte da Baixada Fluminense tenha sido vocacionada, especialmente a partir dos anos 1930, à industrialização e à periferação⁷ orientadas pelo Estado com base nos interesses do capital.

Sob essa perspectiva de compreensão regional, a incorporação urbana das áreas rurais da região é um destino pouco problematizado. O campo, compreendido sob a ótica do desenvolvimento como espaço arcaico fadado à modernização, perde sua consistência histórica e social e desqualifica-se como objeto de estudo porque o rural se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade (Wanderley, 1997). As lutas camponesas, conseqüentemente, passam a constituir uma dimensão silenciada da luta de classes que acompanha os processos de urbanização.

Evidentemente, a análise que propomos não pretende isolar o elemento rural do contexto regional mais amplo no qual ele se insere na Baixada Fluminense, qual seja, o de intensa expansão das fronteiras urbanas marcada pela formação de subúrbios, alocação de plantas industriais e mercantilização do solo para fins de especulação imobiliária e loteamen-

⁶ Refiro-me às teses, dissertações, artigos e relatórios de pesquisa que se ativeram, especificamente, à questão das lutas por terra na Baixada e no estado do Rio de Janeiro (Araújo, 1982; Grynszpan, 1987; Ernandez, 2010; Medeiros, 1983, etc.); às publicações das memórias de lideranças camponesas que atuaram na região (Pureza, 1982; Silva, 2008); e aos coletivos acadêmicos e culturais locais (*Revista Pilares da História*; Museu Vivo do São Bento; IM/UFRRJ; Associação de Amigos de Duque de Caxias, etc.).

⁷ Entenda-se por “periferação” mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem. (Abreu, 2011, p. 15)

tos. É nosso objetivo, entretanto, demonstrar que a urbanização trabalhada como “um dado, sem indicar os deslocamentos sociais e possíveis atritos gerados por seus processos” (Grynszpan, 1987, p. 19), é insuficiente como chave de compreensão da realidade e das dinâmicas próprias das áreas rurais fluminenses. Não quer dizer, por sua vez, que ignoremos as particularidades sociais, históricas e subjetivas que caracterizam a ruralidade, mas que a compreendemos a partir das relações de interdependência (Elias, 1991) que se tecem e se reconfiguram entre os diferentes espaços a partir da expansão das fronteiras metropolitanas.⁸

Somamo-nos, assim, ao polissêmico e interdisciplinar grupo de pesquisadores interessados em discutir as várias relações possíveis entre o rural e o urbano⁹ – e, cumpre sublinhar, não poderíamos deixar de fazê-lo tendo como objeto de interesse as lutas pela terra ocorridas em Duque de Caxias, município mais populoso e industrializado da Baixada Fluminense. Alicerçamos essa abordagem considerando que o campo e a cidade são realidades históricas tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Assim, devemos estar atentos aos processos sociais concretos que, além do que nos permite enxergar a história sistemática do capitalismo rural e urbano, permeiam a dimensão das experiências de relações que se costumam entre as duas esferas (Williams, 1989).

Não poderemos apreender devidamente o lugar do rural na Baixada Fluminense sem que o consideremos em sua articulação com os espaços e dinâmicas urbanos e, especificamente, periféricos e fabris.

A incorporação urbana da Baixada Fluminense

Entre as diversas chaves de análise que podem ser acionadas para a compreensão dos processos de urbanização, nos interessa a que relaciona a forma de ocupação do solo urbano às práticas sociais e aos conflitos de classe.

⁸ Ver, entre outros, Wanderley (2009); Lefebvre (1991); Carlos (2008).

⁹ Para uma sistematização das vertentes teóricas que discutem a relação rural-urbano, ver Santos e Hespanhol (2013).

Concordamos, nesse sentido, com Abreu (2011), Maricato (2003), Rolnik (1988) e Limonad (1996), quando argumentam que as cidades capitalistas se organizam e se reproduzem de acordo com a distribuição espacial das classes sociais por territórios mais ou menos equipados de infraestrutura e serviços básicos. Autores como Amador (2013), Alves (2003) e Marques (2006) analisaram os efeitos desse processo na Baixada Fluminense. Seus trabalhos apontam para o entendimento de que a região, ao longo do século XX, assumiu características típicas de “cidades-dormitórios”, mas, ao mesmo tempo, logrou consolidar uma economia própria em torno da grande concentração de investimentos industriais que se alocaram em seu território especialmente a partir da década de 1940. Além das indústrias de capital privado, Ramalho (1989) e Costa (2009) destacam a presença política e economicamente relevante de empreendimentos de cunho nacional-desenvolvimentista em Duque de Caxias. Enquanto o primeiro autor investiga o “Estado-patrão” corporificado na Fábrica Nacional de Motores, instalada em áreas rurais de Xerém em 1942, o segundo atenta para a construção da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), em 1961.

Contribuindo para esta discussão e aproximando-a do nosso tema de estudo, Suzuki (2007) pleiteia que a expansão estratificada das fronteiras das cidades se faz por meio da contínua transformação da incorporação urbana das áreas rurais, processo carregado de tensões. Há, seguindo essa linha de raciocínio, uma relação óbvia entre os sentidos da urbanização e as formas de reconfiguração das dinâmicas próprias das regiões rurais fronteiriças às cidades em dilatação.

A expansão do centro metropolitano carioca cumpre função fundamental para a compreensão desse processo. No final do século XIX, o Rio de Janeiro experimentou um surto industrial alicerçado na indústria têxtil e de alimentos. Nesse contexto, as populações migrantes deserdadas pela abolição e pela crise cafeeira duplicaram, entre 1872 e 1890, a população da cidade, gerando um prenúncio das reformas urbanísticas segregacionistas

que seriam empreendidas nos anos seguintes. A ordem social que começa a ser delineada nesse período revela, de imediato, a articulação do Estado com os capitais comerciais, financeiros e estrangeiros sediados na metrópole.

A reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906, formulada para adequar o centro do Rio de Janeiro à sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, representou um dos primeiros esforços no sentido de estabelecer claras fronteiras socioespaciais entre as classes e seus direitos. A Baixada Fluminense, com suas vilas-entrepósitos estruturadas ao redor dos portos, acabou por conformar-se em lugar ideal para a alocação dos aglomerados suburbanos a serviço da metrópole. Iniciou-se, assim, na região, uma fase loteadora sem precedentes.¹⁰

De maneira auxiliar às facilidades proporcionadas pelos governos, tanto estadual quanto municipais, ao capital imobiliário, a transformação do trem em grande vetor da dilatação metropolitana rumo ao subúrbio e a abertura de diversas rodovias colaboraram para a incorporação segregada da Baixada pela expansão urbana do Rio de Janeiro.¹¹ Reafirmando a intenção do Estado de fixar a massa trabalhadora nas periferias suburbanas, o governo estadual implantou a tarifa única para as linhas ferroviárias, subsidiando tanto o capital industrial como o imobiliário. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria, repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que parte do salário anteriormente gasta com os transportes fosse transfe-

¹⁰ Até 1929, tinham sido aprovados 21 loteamentos com 20.524 lotes. Entre 1930 e 1939, o número subiu para 22. De 1940 a 1949, foram aprovados 447 loteamentos com 73.025 lotes. De 1950 a 1959, eles praticamente triplicaram: foram aprovados 1.168 loteamentos com 273.208 lotes (ver Alves, 1998, p. 64)

¹¹ Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1944, a avenida Presidente Vargas foi aberta; em 1946, foi construída a avenida Brasil; e em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada.

rida para a compra do lote e construção das moradias por esforço próprio (Alves, 1998, p. 58).

Além de proporcionar o transbordo diário dos trabalhadores, portanto, outra consequência da intensificação da abertura de rodovias e linhas ferroviárias foi a expansão da fronteira do capital industrial no estado do Rio de Janeiro. Visando atrair investimentos, Nova Iguaçu e os municípios recém-emancipados da Baixada (Duque de Caxias, em 1943; Nilópolis e São João de Meriti, em 1947) ofereceram uma série de incentivos fiscais para a instalação de indústrias em seus territórios. Assim, em 1953 havia 133 fábricas em Duque de Caxias. Em 1960, esse número aumentou para 206. Em 1961, com a entrada em funcionamento da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), teve início a formação de um complexo petroquímico que, em 1970, já era responsável por 72% do total da transformação industrial do município. Algumas das fábricas que se territorializaram na Baixada Fluminense estabeleceram suas fronteiras em áreas de ocupação eminentemente rural, gerando atritos importantes com lavradores. É o caso da Fábrica Nacional de Motores.

A “vocalização” periférica e industrial da Baixada, constituída historicamente pela ação do Estado em atenção às necessidades do capital, repercutiu direta e intensamente sobre a sua estrutura fundiária, cuja composição, até o início do século XX, relacionava-se com o desenvolvimento ou com a decadência dos grandes ciclos econômicos. O caráter do uso da terra, assim, foi transformado pela sua valorização exponencial, seja em virtude das demandas por moradia, seja pela alocação de investimentos fabris. Nos tópicos seguintes trataremos das disputas gestadas por esse cenário.

Articulações rufo-fabris em Xerém

A Fábrica Nacional de Motores

Duque de Caxias, município emancipado em 1943, é definido por Davis (1993) como uma periferia formada por um processo de industrialização fortemente impulsionado pelo investimento estatal. Somada ao contexto

regional de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento urbano, a instalação da Fábrica Nacional de Motores (Fenemê, a partir de agora) em Xerém, em 1942, ilustra de maneira bastante apropriada esta caracterização.

Inserida na conjuntura política e econômica da Segunda Guerra Mundial e de implantação de grandes indústrias de base no estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1940,¹² a Fenemê foi criada, inicialmente, para produzir motores de avião. Sob o argumento da “defesa nacional”, instalou-se em Xerém, distrito protegido pela serra de Petrópolis, bem servido de mananciais e próximo o suficiente da então capital federal. Se até aquele momento a localidade era “insalubre e pantanosa” (Ramalho, 1989, p. 31), o saneamento dos cinco mil hectares desapropriados para abrigar o projeto da “Cidade dos Motores” logrou transformá-la em uma área dinâmica, produtiva e atraente para pessoas em busca de oportunidades. Por sua vez, a valorização exponencial das terras vizinhas à Fábrica fez-se notar pelo redimensionamento dos atores delas ocupantes e dos que sobre elas demandavam legitimidade de posse.

Trata-se da composição de um cenário tipicamente alicerçado em bases de pretensão autárquica, comum aos projetos econômicos alocados em áreas predominantemente rurais. Ou seja, além do espaço das unidades fabris propriamente ditas, a Fenemê expandiu suas fronteiras produtivas apossando-se de grandes dimensões de terras. Para isso, valendo-se do amplo território à sua disposição, o empreendimento organizou áreas de lavoura e criação de animais, edificou moradias para os diferentes níveis de seus funcionários e construiu um aparato completo de instrumentos e serviços de infraestrutura, atendimento e lazer dos quais poderiam dispor seus trabalhadores-inquilinos. Se, por um lado, a desapropriação dessa extensa área justificava-se pela demanda da autossuficiência fabril,

¹² Como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio e, posteriormente, a Refinaria de Duque de Caxias.

por outro, significava também o exercício de um domínio absoluto da empresa sobre os seus funcionários e, mais que isso, sobre toda a região dela circunvizinha.

Podemos supor, considerando as implicações de tal natureza autárquica, que a instalação da indústria nessa grande área rural, saneada para recebê-la, atraiu um significativo contingente populacional vindo de diversas partes do país e também de outras localidades do Rio de Janeiro. A heterogeneidade desses migrantes deve ser ressaltada: além da mão-de-obra recrutada oficialmente para os trabalhos fabris e para a lida nas lavouras e criações destinadas a produzir insumos a serem consumidos nos refeitórios, o entorno da Fenemê também recebeu fluxos de pessoas que, atraídas por oportunidades latentes de emprego e terra, se instalaram na região como *posseiros*. Começaram a se delinear, nesse processo, fronteiras pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e as áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém. Fruto desse mesmo transcurso e de uma conjuntura regional marcada pelo aumento da especulação imobiliária para fins de loteamento, as práticas de grilagem também começaram a se acentuar nesse período.

Embora o início da gestação das tensões provenientes desta situação date da instalação do empreendimento na região, o estrito controle militar ao qual ele esteve submetido até 1947 logrou dominar os atores e as terras que, direta ou indiretamente, compunham seu universo. Terminada a Segunda Guerra e já em um contexto de redemocratização, entretanto, a Fenemê foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção de caminhões e ônibus. O projeto inicial de autarquia começou a perder força, assim como a militarização das relações entre a fábrica e seus funcionários. O controle sobre as terras, conseqüentemente, arrefeceu.

Possivelmente não por acaso, data dessa mesma época a criação da primeira Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada por José Pureza da Silva, em 1947. Poucos anos mais tarde, em 1952, os líderes des-

sa Comissão consultaram um advogado, provavelmente ligado ao Partido Comunista, que os aconselhou a “fundar uma organização que atendesse ao estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo tipo de lavrador” (Pureza, 1982, p. 25). Naquele mesmo ano foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), então presidida por Manoel Jerônimo.

Partimos da hipótese de que essa mobilização está intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da Fenemê e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. Não custa sublinhar, também, que todo esse quadro conflitivo tem ainda como pano de fundo as dinâmicas populacionais e territoriais decorrentes da criação dos núcleos de colonização, em especial os de Tinguá e São Bento, e dos demais efeitos de periferação que se abateram de maneira irradiadora por toda a região.

Apesar de as regiões de conflito não terem, a princípio, sido pleiteadas como parcelas de propriedade da empresa, concordamos com o argumento de Ramalho (1989) de que as situações conflitivas emergentes nas áreas rurais de Xerém caracterizavam-se pelo trânsito e pelas sociabilidades de lideranças camponesas e operárias propiciadas pela proximidade geográfica entre importantes fazendas, como a São Lourenço e a Capivari, e a Fábrica Nacional de Motores.

Entre operários e camponeses: mobilidade e resistência

Assim como a contextualização que empreendemos anteriormente, as análises empíricas das situações de conflito também sugerem que as dicotomias urbano/rural e operariado/campesinato, ainda predominantes na literatura sociológica, são insuficientes para que possamos compreender a complexidade dos conflitos por terra que ocorreram não só em Duque de Caxias mas também em várias localidades do estado do Rio. A Fábrica Nacional de Motores, pela forma de sua territorialização em Xerém, proporcionou diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores

que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos que se deflagraram ao longo dos anos 1950 e 1960. Embora a delimitação dos universos camponês e operário seja fundamental para a categorização política e o acesso a direitos, as identidades dos atores em cena não são tão engessadas como somos induzidos a imaginar.

Como já discutido, o saneamento promovido pela Fenemê e os pressupostos implícitos em seu projeto inicial de desenvolvimento autárquico tiveram como consequência a atração de um significativo contingente populacional. A heterogeneidade desses migrantes deve ser sublinhada: entre eles, havia os que eram diretamente recrutados pela fábrica para exercer atividades técnicas; os lavradores que, designados como “colonos”, recebiam pequenas porções de terra para produzir alimentos para os refeitórios fabris; e os que, atraídos pelas oportunidades latentes de emprego e terra, se fixavam como posseiros nas áreas ao redor do empreendimento.

Embora perceptíveis nos esquemas de organização do funcionamento fabril, essas identidades devem ser apreendidas em sua fluidez. Muitos operários vinham de trajetórias camponesas. Muitos lavradores combinavam sua atividade na terra com ocupações industriais. Segundo depoimentos colhidos por Ramalho (1989), a concomitância entre os dois tipos de tarefa gerou, inclusive, práticas comuns entre os trabalhadores da Fenemê, que buscavam incrementar suas rendas ampliando o seu leque de prestação de serviços no campo e na fábrica.

Depoimentos e entrevistas aos quais tivemos acesso para a produção deste artigo indicam que importantes lideranças atuantes nessas e em outras lutas por terra na Baixada Fluminense também tiveram experiências de trabalho e sindicalização em setores urbanos ou mesmo na própria Fenemê. José Pureza participou das “lutas operárias” quando trabalhava na construção civil. Sua decisão de ir para a área rural, segundo ele, deveu-se ao fato de que “os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido” e que, dada essa situação,

“os dois movimentos, campo e cidade, deveriam marchar juntos” (Pureza, 1982, p. 17). Além de Pureza, Laerte Bastos, outra importante liderança da região, começou sua luta “ali na Fenemê”, onde comprou um sítio, “mas queria mesmo era entrosar no movimento”.¹³ Nilson Venâncio, à época militante do Partido Comunista Brasileiro, trabalhou na fábrica e, “quando começou a ter despejo na divisa com a São Lourenço” começou a “dar apoio”.¹⁴ Félix Escobar, “camponês, comerciário e servente de obras”, foi do Sindicato dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias e ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município, tendo atuado na organização dos camponeses de Xerém.¹⁵

Referindo-se à organização sindical no interior da Fenemê, Ramalho afirma que “a proximidade política de operários e camponeses fez com que o sindicato da fábrica atuasse no sentido de realizar, na prática, uma colaboração entre as duas categorias de trabalhadores” (Ramalho, 1989, p. 158). Além dos sindicalistas da indústria metalúrgica, Grynszpan (1987) e Hernandez (2010) afirmam que o movimento camponês da região também contou com o apoio dos Sindicatos dos Rodoviários, dos Ferroviários e dos Petroleiros de Duque de Caxias. Destacamos alguns depoimentos que colaboram para ilustrar esse quadro.

Fui trabalhar na Fenemê. Trabalhando na fábrica, comecei a ver que alguma coisa estava errada. Não tinha hora direito de almoço, comecei a esculhambar lá, brigar na fila. Aí o mestre João Vitor, que tinha sido um dos grandes quadros do Partido [Comunista] na Baixada, me chamou [...] Ao mesmo tempo começou a ter despejo na divisa da São Lourenço com a Fenemê. Eu comecei a dar

¹³ Trecho de entrevista concedida a Marcelo Hernandez em dezembro de 2004.

¹⁴ Trecho de entrevista concedida a Elisandra Galvão em outubro de 2010.

¹⁵ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Ficha descritiva: Félix Escobar. Disponível em: <http://cempdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119>.

apoio. Fui recrutado no campo e na cidade. (Nilson Venâncio, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983)

Eu fui criado na roça dos meus pais. E sempre fui roceiro. Quando chegamos em Xerém, justamente o que eles queriam? Melhorar. [...] Eu pensei bem, disse, sabe de uma coisa, eu não vou ficar no meio desse mato não. Eu não vou conseguir arrumar dinheiro. Aí eu resolvi procurar emprego na cidade [...] Aí trabalhei cinco anos e oito meses naquela metalúrgica [...] o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ele chegou perto de mim e falou assim: “seu Manoel, todo operário tem que ser sindicalizado. A arma nossa é o sindicato. Então, é preciso que o senhor se sindicalize, tá [...] Quando chegar na época que tiver que fazer greve, o senhor sabe como é que se faz uma greve”. Então eu já aprendi um pouco naquilo ali. Quando eu fui para a associação do camponês eu já tinha uma noção de liderança, não é? Já estava acostumado com o Sindicato dos Metalúrgicos, não é? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27 de dezembro de 2004)

Esses trânsitos relativizam as abordagens dicotomizadoras das identidades operária e camponesa. Embora as terras em disputa na Fazenda São Lourenço não constassem como propriedade da Fenemê, o papel da empresa nas origens e no equacionamento das resistências é evidente. Por um lado, a valorização das áreas, além de atrair *posseiros*, reacendeu o interesse de supostos proprietários, *grileiros* e empresas interessados em especular com as terras, até então relativamente abandonadas. Por outro, o incremento populacional e as trocas entre lideranças e organizações operárias e camponesas que transitavam pela fábrica e seu entorno contribuíram para consolidar entre os lavradores a percepção de que as ameaças de despejo se constituíam em atos injustos contra os quais deveriam se mobilizar.

Também interessado no estudo das relações entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos, Lopes (2012) chama atenção para o fato de que o recrutamento maciço de lavradores para atuar como mão de obra industrial e o contato dessa parcela trabalhadora com os direitos sociais já institucionalizados para os operários urbanos foram relevantes para as mobilizações camponesas que eclodiram nos anos 1950 e 1960. Se até então os trabalhadores rurais inexistiam socialmente, a diferença de estatuto entre eles e o operariado urbano e industrial evidenciava-se quando do contato com a realidade desse outro tipo de ocupação laboral. Dessa forma, ao contrário da implantação das leis sociais na indústria, que não se deram simultaneamente a uma grande mobilização dos trabalhadores urbanos, no campo, aquela implantação foi retardada em resposta a fortes mobilizações que reuniam ao mesmo tempo reivindicações de melhorias econômicas e anseios de cidadania negada (Lopes, 2012, p. 4).

Houve, em todo esse processo, a importante participação de mediadores diversos que colaboraram para a efetivação política de tais articulações cotidianas. O crescimento de associações de lavradores e sua expansão pelo estado do Rio de Janeiro ocorreram paralelamente a um esforço sistemático do PCB para organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país (Medeiros, 2015). Todas as lideranças operárias e camponesas que atuaram nos conflitos por terra na Baixada Fluminense e, especificamente, em Xerém tinham alguma vinculação com o Partido Comunista e várias estiveram à frente das principais organizações de representação rural do estado. Os advogados do PCB e das organizações e sindicatos de categorias de trabalhadores urbanos e rurais também tiveram um papel relevante para a tradução dos tensionamentos sociais em matérias litigiosas.

Além desses mediadores, há que se fazer menção a figuras ligadas a um novo coronelismo clientelista, populista e eleitoreiro (Alves, 2003), base do poder político-econômico local. Embora se constituíssem como sustentáculo da grilagem e, portanto, dos conflitos, por vezes pareciam

estar favoráveis aos camponeses. Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos *posseiros*, que uniam proprietários e *grileiros*, ganhavam maior consistência política na articulação de compromissos em torno de lideranças políticas locais, por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um “poder caudilhesco” com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas “fletava” com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque os latifundiários como classe, preservando-os, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. Duas lideranças sintetizam, em suas trajetórias políticas, esse perfil de dominação descrito por Araújo (1982) e por tantos outros estudiosos da Baixada: Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti.

Por fim, dedicaremos algumas linhas a ilustrar, com elementos empíricos, o argumento que desenvolvemos ao longo deste texto acerca das articulações rufo-fábricas no equacionamento das resistências camponesas ocorridas em torno da Fábrica Nacional de Motores. Focaremos apenas nos aspectos que concernem diretamente à problemática que estamos discutindo e, portanto, não entraremos em maiores detalhes sobre o conflito.

As trincheiras da Fazenda São Lourenço

Um caso notório de conflito por terra na região de Duque de Caxias/Xerém é o da Fazenda São Lourenço, contígua à III gleba de Capivari e à Fazenda Morro Grande. Nela ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial.

A Fazenda São Lourenço era propriedade de um conjunto de quatro condôminos.¹⁶ Desde o início da década de 1950, toda a área era ad-

¹⁶ Espólio de Cícero Figueiredo, proprietário de 37/64 da Fazenda; Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, proprietários de 15/64; Paulino de Souza Barbosa e sua esposa, proprietários de 6/64; e

ministrada por Emílio Horwitz, que estabelecia, pela força, com o apoio do poder político local e “representando o terror”, uma relação de forte domínio em relação aos lavradores ocupantes de seus limites. Em 1952, sob sua gerência, ocorreu, mediante o uso da violência e da destruição de benfeitorias, o primeiro despejo judicial das famílias que moravam e produziam nas terras da fazenda. Das que sobraram e das que chegaram à região com o passar dos anos, o pretense proprietário seguiu cobrando a taxa de *matagem* e a terça ou a meia, conforme o caso, da produção de *lavoura branca*¹⁷ e banana (Ernandez, 2010).

Em 1958, após a morte de Emílio Horwitz, Fé Augusta, sua viúva, assumiu a sua parte no condomínio e designou um empregado para gerir a relação com os ocupantes da fazenda sem, no entanto, conseguir reproduzir o mesmo padrão de dominação que seu marido lograva manter. No final da década, grande parte dos trabalhadores rurais que produziam na área havia deixado de pagar os tributos que mantinham seus vínculos com a administração da São Lourenço.

Em março de 1959, buscando encontrar uma solução para essa situação, a viúva Horwitz arrendou sua parte para o italiano Antônio Strufaldi. Embora o contrato desse arrendamento garantisse a ele o direito de exploração do bananal e de cultivo da terra com *lavoura branca*, sua presença na área caracterizou-se não pela produção, mas pela cobrança da *matagem* e da *meia* dos *posseiros* que produziam insumos básicos e banana. Poucos meses após o estabelecimento do contrato, entretanto, o arrendatário parou de pagar o aluguel e, em outubro de 1960, Fé Augusta entrou com um pedido de despejo contra ele e, conseqüentemente, contra os *posseiros* que ocupavam a área, na 1ª Vara de Duque de Caxias. Em julho de 1961, o juiz

espólio de Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante Fé Augusta Horwitz, proprietário de 6/64 (Araújo, 1982).

¹⁷ O termo *matagem* é a forma local de designar o tributo pago pelo direito de explorar a madeira de uma área. *Lavoura branca* designa as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim.

Hélio Albernaz Alvez decidiu pela execução do despejo, que foi marcado para o dia 16 de agosto do mesmo ano. Das sete famílias de *posseiros* indiciadas pela ação, quatro foram violentamente despejadas na ocasião.

Muito embora a ação de despejo se destinasse formalmente aos sete *posseiros* indiciados e suas famílias, as ameaças e notícias sobre o caráter violento da desocupação repercutiram sobre o conjunto de ocupantes da fazenda. Segundo Hernandez (2010), vários lavradores teriam recebido notificações judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se, pela primeira vez, em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial.

Além dos trabalhadores rurais, houve também, a participação significativa de setores urbanos na luta contra o despejo. Segundo Grynszpan (1987), o movimento teria instalado um “quartel general” no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além dessa categoria, o autor afirma que os ferroviários do município também estavam se preparando para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões. O Sindicato dos Petroleiros também é mencionado como apoiador do levante em diversas fontes que pudemos consultar. José Ricardo Ramalho, por sua vez, interessado em discutir as lutas operárias travadas pelos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores, menciona que

a área rural da Fenemê e aquela que existia a sua volta foram objeto de preocupação e interferência do Sindicato dos Metalúrgicos [e que] a relação entre os trabalhadores da parte agrícola da fábrica e os camponeses das áreas vizinhas começou a partir do episódio da fazenda São Lourenço [...] A situação daquela região, em termos de distribuição de terras, criava conflitos abertos, e a organização demonstrada pelo sindicato na fábrica veio a transformá-lo num fórum onde tais questões podiam ser resol-

vidas. Alguns sindicalistas chegaram a defender posições mais radicais, como o apoio do sindicato às invasões de terras, mas a posição predominante considerava importante a solidariedade, a discussão, sem a interferência direta nas ações dos camponeses. (Ramalho, 1989, pp. 158-159)

A estratégia até então inédita de luta adotada pelos *posseiros* da Fazenda São Lourenço e a repercussão da recepção armada aos oficiais de justiça encarregados do despejo foram determinantes para os encaminhamentos subsequentes do conflito por parte das várias instâncias do poder público. O juiz Albernaz Alvez suspendeu a ação, preocupado que a luta se alastrasse por outros territórios em situação fundiária semelhante. No dia 21 de agosto de 1961, o governador fluminense Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da fazenda, definindo-a como de utilidade pública. Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os *posseiros* permaneceram em situação irregular até 1964, pois não conseguiram a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública.

São diversos os indícios de que os trabalhadores rurais atingidos pelos efeitos da territorialização da Fenemê estiveram em intenso trânsito pelos espaços políticos e de sociabilidade próprios aos trabalhadores tipicamente urbanos. Ressaltamos que as identidades camponesas e operárias, quando analisadas na dimensão das experiências concretas dos processos sociais, são, em certo sentido, permeáveis e móveis. Portanto, os conflitos por terra na Baixada Fluminense e, especificamente em Xerém, devem ser discutidos na chave das articulações entre o campo e os espaços urbanos e fabris. Os pormenores desses trânsitos e experiências, entretanto, precisam ser investigados em esforços de pesquisa futuros.

Considerações finais

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a Baixada Fluminense passou por uma nova onda de intensificação urbana, e os processos de grilagem e expropriação

recorrentes desde os anos 1950, por consequência, voltaram a exercer uma forte pressão sobre as terras de uso agrícola da região. Dabul (1987) lança luz, nesse sentido, sobre uma nova forma de mercantilização do solo rural, a qual passa a disputar com a agricultura e as atividades camponesas os espaços em áreas de fronteira com os aglomerados urbanos: trata-se dos loteamentos vendidos para a formação de sítios de recreio e veraneio para famílias de classe média.

Evidentemente, a chegada de tais loteamentos reconfigurou, em certa medida, os sentidos de uso e ocupação do espaço e foi responsável pela expulsão – embora não através de conflitos como os narrados anteriormente – de diversas famílias engajadas em atividades de agricultura na localidade. Novamente, a valorização das terras rurais para fins de especulação e loteamento de caráter urbano redefiniu as dinâmicas fundiárias no interior de Xerém.

Além de uma conjuntura que impunha, por si só, a necessidade de mobilização, as experiências e acúmulos da resistência ocorrida no período anterior em muito contribuíram para a nova forma de luta pelo direito à terra que se delineou na região. Embora a repressão ditatorial tenha atingido de diversas maneiras as possibilidades de organização dos trabalhadores na região que estamos analisando, a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em Xerém, em 1978, sugere que o período não foi de total desmobilização, mas de reconfiguração das formas de luta e articulação.

Tendo à frente antigas lideranças das lutas por terra na Baixada Fluminense, como Joaquim Antônio, Laerte Bastos e Chico Silva, e recebendo apoio da Pastoral Ecumênica de Xerém, o NAF tinha o objetivo de organizar os lavradores em torno de demandas como crédito e condições de comercialização da produção. Novos desafios, afinal, se impunham à realidade dos trabalhadores ocupantes das antigas regiões de conflito fundiário localizadas em Duque de Caxias. As ocupações de terra deflagradas no início da década de 1980, grande parte delas localizadas nessas

mesmas regiões, parecem vincular-se, também, à ação da nova entidade. Vale ressaltar que, além dos lavradores, esses movimentos de (re)ocupação reuniram também pessoas que viviam nas franjas urbanas e enfrentavam problemas de moradia típicos das áreas de periferação intensa.

Embora não esteja no escopo deste artigo discutir com profundidade esses movimentos de ocupação e sua relação com a política fundiária dos governos, interessa-nos ressaltar, mais uma vez, que o lugar das dinâmicas comumente categorizadas como rurais, na Baixada Fluminense, se constrói na relação permanente com os processos de urbanização que, apesar das especificidades de cada período histórico, acompanham a ocupação e o desenvolvimento da região. Assim, se as tensões sociais são gestadas a partir dos efeitos da expansão das fronteiras urbanas, a organização de resistências, em suas diferentes formas, também encontra nas articulações proporcionadas por essas situações fronteiriças as suas condições de desenvolvimento.

A partir da análise dos conflitos fundiários deflagrados em Xerém na década de 1960, buscamos defender o argumento de que as abordagens que dicotomizam os universos rural e urbano, camponês e operário, ainda tão presentes na literatura das Ciências Sociais, não dão conta da complexa realidade dos conflitos e movimentos por terra que se desenvolvem na Baixada Fluminense. Para superar esse limite, advogamos que o lugar do rural na região estudada deve ser apreendido em suas articulações com os processos de urbanização que estendem suas fronteiras para fora das cidades.

Debate

*Elizabeth Linhares*¹⁸

Nessa pesquisa coube a mim a antiga região cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, que abrange não só o que hoje se chama Região Serrana, mas também o Centro-Sul e o Médio Paraíba, toda a faixa efetivamente de

¹⁸ Debate realizado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 2 de maio de 2016.

serra do Estado. A base de análise documental foi composta principalmente pelos documentos sindicais. É interessante observar que o registro sindical valoriza extremamente três grandes áreas de conflitos que têm um peso político importante: a Região Canavieira, o cinturão de conflitos da Baixada e a Costa Verde a partir da exploração turística que se inicia com a estrada Rio-Santos. Quando olhamos os documentos sindicais, o conflito por terra no Rio de Janeiro, nesse período estudado, parece existir apenas nessas três áreas, deixando de lado a Região Serrana. Ou seja, os documentos são tendenciosos ao passar uma ideia de que nesta última não teria havido conflito, ou teria havido muito pouco, quando comparado às outras regiões.

Quanto a isso surgem algumas questões. Se compararmos a densidade demográfica, nesse período, de toda a antiga região cafeeira com as três grandes áreas de conflito mencionadas, veremos uma incidência de conflito em relação à população, em algumas situações, mais alta do que a de municípios considerados como áreas importantes em termos de conflito. Por outro lado, o foco foi restrito a uma ideia específica de conflito por terra e o que aconteceu nessa região, é que o número de conflitos por terra é relativamente pequeno, mas se olhamos os conflitos trabalhistas, temos um número altíssimo! É o caso, por exemplo, do município de Valença. A própria fala do atual presidente do sindicato e do advogado que atuava na época deixam claro que interpretar o que estava acontecendo como conflito trabalhista era um recurso usado para obter algum amparo legal em um momento de repressão.

Portanto, é importante pensar o que significa conflito trabalhista entre um trabalhador rural, posseiro ou colono (categoria que organizava muitas relações de trabalho no período do café pós-escravatura), e um fazendeiro? Ou ainda, como Ligia Osório analisa, entre o “pequeno posseiro” e o “grande posseiro”, porque era disso que se tratava. Era conflito por terra, na verdade, porque estava em jogo a desocupação de uma área tra-

dicionalmente utilizada por aquele morador, que, na hora da ruptura da relação era obrigado a abandonar tudo, inclusive um patrimônio investido em termos de moradia e de lavouras permanentes. Assim, esse baixo número que acabamos registrando de conflitos por terra nessa antiga região cafeeira é uma grande ilusão: se aprofundarmos a pesquisa, encontraremos conflitos em números muitos mais altos.

Além disso, se restringimos o que entendemos por conflito, ou se focamos a busca apenas pela ocorrência de violência física ou material, também deixamos de lado uma série de situações de graves violações de direitos humanos, de graves violências cometidas contra trabalhadores que não necessariamente resultaram no que entendemos como conflito instituído. Se analisamos o êxodo rural que ocorreu em toda essa região – Valença tem processo muito peculiar porque ela teve um processo de industrialização, então tem uma queda populacional geral e depois um aumento com concentração urbana e esvaziamento da área rural; Trajano, outro município cujo caso foi estudado com a decadência do café, sai de uma população de cerca de 20 mil pessoas para 10 mil. Houve até um questionamento nos debates da pesquisa sobre as pessoas terem saído atraídas pela vida urbana, pelos serviços, por um outro tipo de vida, no final das contas.

Entender esse esvaziamento pelo viés da violência e do conflito entre trabalhadores e fazendeiros é ainda uma pesquisa que precisa ser feita, e que nós apenas iniciamos, procurando enxergar essas disputas mais silenciosas, porque são saídas que não geram conflitos, no sentido restrito do termo. As pessoas simplesmente abandonam, mas elas não abandonam porque querem, elas abandonam porque foram violentadas, de alguma forma. Um rápido exemplo de um plano mais sutil em termos de violência foi uma estratégia usada no município de Valença, com o fechamento das escolinhas no interior das fazendas. As famílias com crianças, sem nenhuma alternativa de estudos, se viam obrigadas a ir para a periferia urbana para que os filhos pudessem continuar a estudar. Foram expulsas?

Não necessariamente, de uma maneira direta, mas foram obrigadas, constrangidas, essas sutilezas com diferentes graus de constrangimento. O que é constrangimento? O que é violência? O que é violação de direitos humanos? O que é conflito? É uma gama de conceitos que nós vamos trabalhando, mas a pesquisa documental fecha muito. Quando vamos a campo e começamos a conversar com as pessoas e ouvir depoimentos como de Amarilda, por exemplo, que atuava pela CPT nos anos 1980 e que tentava ajudar na adaptação dessas pessoas expulsas do campo para a periferia. Ela fala da incidência enorme de casos de depressão: as pessoas iam para a periferia e não se identificavam com aquela vida, ficavam profundamente infelizes – independentemente de conseguirem trabalho ou não, de botarem ou não filho na escola. Não é apenas isso, não é? Quer dizer, a perda que eles sofrem é muito mais do que a perda da terra, da casa e da lavoura: é a perda de um mundo, de uma vida, de uma visão de mundo e de uma determinada configuração de relações que vão sendo reconstruídas na mudança, claro, mas que sofrem um profundo corte.

*Marta Cioccarì*⁹⁹

Queria inicialmente agradecer o convite dos professores José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia e dizer que é uma honra enorme partilhar esse debate com a Leonilde Medeiros. Queria também parabenizar as pesquisadoras e toda a equipe que participou da pesquisa. Nós partilhamos com a Leonilde também outros cenários e debates, inclusive na Comissão Camponesa da Verdade, mas, antes disso, Leonilde e Moacir Palmeira tiveram um papel fundamental na pesquisa que resultou no livro *Retrato da repressão política no campo*. Na verdade, então, boa parte do que eu aprendi sobre esse universo devo às pessoas que estão aqui presentes.

É fantástico poder me dedicar de certo modo a essa pesquisa que vim acompanhando durante algum tempo, embora a impossibilidade de ler

⁹⁹ Debate realizado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 2 de maio de 2016.

as 900 páginas do Relatório da CEV-RJ nesse momento seja um pouco frustrante. À medida que vamos nos envolvendo, vemos que muitos desses universos foram explicitados e explorados nos textos que vocês já apresentaram aqui. Como parte das minhas próprias reflexões passam por uma experiência anterior, eu preciso falar um pouco sobre o *Retrato da repressão do campo*. Este trabalho foi publicado em 2010, com edição revista e ampliada em 2011, então certamente muitos de vocês já conhecem.

A pesquisa foi conduzida por mim e pela colega Ana Carneiro, também antropóloga, e contou com a supervisão do professor Moacir Palmeira, com uma contribuição fundamental também da Leonilde Medeiros, e a coordenação do Caio França, que na época era chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Aliás, tristes dias para se falar do Ministério do Desenvolvimento Agrário: estamos vivendo outro tipo de violência sobre os trabalhadores rurais, ou seja, esse tipo de repressão inaugurada por esse governo em relação àquilo que foi conquista dos trabalhadores. No dia em que falamos sobre o regime ditatorial, sobre o golpe de 1964, é preciso falar também do golpe de 2016, para fazer esse paralelo.

Mas esse trabalho que nós fizemos foi centrado principalmente nas formas de violência no campo. Foi encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria de Direitos Humanos, e centrado principalmente nas formas de violências praticadas contra os trabalhadores rurais entre 1962 e 1985. A Comissão Nacional da Verdade, depois, centrou suas investigações em um período um pouco mais largo, de 1946 a 1988. No *Retrato* nós optamos por narrar essas formas de violência tentando dar um rosto, um semblante, uma feição a partir de pequenas biografias e de pequenas trajetórias. Nós nos dedicamos de uma maneira desigual a casos, por exemplo, ocorridos no Nordeste, no Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste, até onde era possível pesquisar durante um período muito curto, entre agosto e outubro de 2010. Ou seja, foram praticamente dois meses e meio de entrevistas e pesquisas em documentos,

acervos públicos e privados, essencialmente sobre os arquivos do projeto Memória Camponesa e Cultura Popular, que teve a coordenação de Moacir Palmeira no PPGAS/Museu Nacional e a participação, também, de José Sergio Leite Lopes. A partir de um panorama que nós percebíamos que era amplo demais para darmos conta na sua totalidade, pudemos destacar apenas alguns desses elementos, desses fatos e dessas trajetórias de trabalhadores e de líderes sindicais.

Essa exploração era dada em boa parte pelos documentos, pelos arquivos, pelas contribuições de inúmeros pesquisadores de todas as regiões do Brasil, mas, também, pelo impacto que nós mesmas sofríamos com as narrativas e as entrevistas. Então, é importante saber sobre o processo da pesquisa, sobre o que foi descortinado a partir dessas interações, estabelecidas por vocês, com esses protagonistas – sejam aqueles que viveram essa história, os próprios líderes ou aqueles que herdaram uma memória.

Memória, aliás, é um tema bastante caro para nós; memórias, trajetórias, biografias, enfim, toda essa dimensão de pensar o que é dito e o que é contado, mas também, como Pollak destacou na sua pesquisa sobre sobreviventes de campo de concentração, os não ditos, os silêncios, e aquilo que, como a Leonilde mencionava, é aberto apenas gradualmente, aos poucos, à medida que a própria confiança vai se alargando na relação entre pesquisador e pesquisado. Também pela identificação que outros relatos do mesmo tipo podem, por vezes, oferecer a quem passou por traumas, memórias dolorosas, a quem registra isso na carne.

Nós entrevistamos Marcos Martins da Silva, por exemplo, no interior de Goiás. Ele, um exilado no próprio país, depois de ter sido fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), perseguido no regime militar, torturado, interrogado e humilhado, mas perseguido também por usineiros e, antes, pelos latifundiários e seus capangas, e aprisionado em um quartinho fechado (ele dizia que toda usina em Pernambuco, no Nordeste, tinha uma cadeia privada chamada de Benedita). Depois disso,

ainda foi ameaçado e caçado por pistoleiros. Ao se embrenhar em um exílio forçado em seu próprio país, ele sobrevive, no interior de Goiás, desde os anos 1980, em uma espécie de semiclandestinidade forçada, como estava no período em que o encontramos. Nós nos esforçamos para obter seu consentimento para as entrevistas, de forma que ele pudesse se sentir em confiança para contar as suas memórias, com a mediação de seus amigos e conhecidos. Certamente esse momento político da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Camponesa da Verdade permitiu melhores condições para que as pessoas pudessem se apropriar, inclusive, da sua coragem para ultrapassar o que as assombrou por anos; para superar o trauma que as silenciava e as fez calar durante tanto tempo. No caso do Marcos, foi importante termos levado – uma ideia do Caio França – as memórias do líder camponês Manoel da Conceição, que ele leu depois da primeira visita. Na segunda visita, ele já se mostrava mais confiante para contar sua história, revelava mais elementos, detalhes, camadas, pelo fato de ter se reconhecido nessas outras memórias também traumáticas. Marcos dizia que o Manoel da Conceição, a quem não conhecia pessoalmente, tinha vivido coisas tão terríveis quanto ele mesmo vivera, e que agora ele podia compreender que havia outras pessoas que passaram por violências tão atroztes como as que ele mesmo havia passado. E se alguém publicou isso, se alguém narrou isso em detalhes, ele também poderia narrar, também poderia dar a sua contribuição a esse movimento de resgate dessas memórias, de reconstituição das lembranças das resistências dos trabalhadores ao regime militar, na sua dimensão individual e coletiva.

Penso também no trabalho de Jeanne-Marie Gagnebin, historiadora que fala sobre o revezamento das palavras: o próprio pesquisador pode se converter em testemunha, por isso seria preciso repensar a definição de testemunha para trabalharmos com memórias dolorosas, com memórias traumáticas. O pesquisador, quando ouve essas narrativas, também acaba levando adiante, em uma espécie de revezamento, esses fragmentos de

memórias e as próprias lembranças pessoais – como nós estamos fazendo aqui nesse momento. Eu gostaria de provocá-las, enfim, a respeito dessa questão das memórias e da maneira como foram construídas e como foi possível trabalhar com isso no âmbito da pesquisa.

A partir da inspiração do livro *Retrato da repressão*, queria saber também como foi pensar essa dupla face da repressão política no campo, ou seja, no caso do Rio de Janeiro, pensar a dimensão pública e privada da violência contra os trabalhadores rurais. Nós percebíamos que boa parte desses líderes, desses trabalhadores, como no caso de Bráulio Rodrigues, também de José Pureza, sofreu a repressão do Estado, mas também sofreu um sem-número de ações de repressão e de violências cotidianas. E seria interessante refletir se isso também pode ser pensado em termos cronológicos – se há um momento em que há uma incidência maior de ações privadas de capangas dos latifundiários, usineiros, enfim, como se dava essa rede de violência cotidiana, de intimidação, de ameaças, de tentativas de destruir as culturas ou as próprias residências. E se a ação do Estado como marco, já com a perseguição, a prisão, a tortura, o exílio, se dá em um momento separado ou concomitante, no caso do Rio de Janeiro.

Foi mencionado o papel do PCB na estruturação dessas lutas, principalmente na organização dos próprios sindicatos de trabalhadores rurais, mas também há essa experiência da guerrilha, da resistência ao regime militar por meio das guerrilhas rurais. Então, além do PCB, que outras organizações estiveram presentes nas lutas dos camponeses no Rio de Janeiro? Temos exemplos no Nordeste, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, especialmente, que mostram o papel fundamental da Igreja Católica na estruturação do próprio sindicalismo rural. Seria importante saber se aqui no estado do Rio havia uma disputa, uma tensão entre a Igreja e a atuação partidária, especialmente no caso do PCB. Os trabalhadores e líderes camponeses podem também revelar essa complexidade: por vezes frequentavam a igreja e eram militantes comunistas (não quer dizer que isso fosse separado, também se pode considerar essa possibilidade de combinação).

Pensando sobre as contribuições que a pesquisa traz, gostaria de destacar a questão do urbano-rural, que me chamou bastante atenção quando eu estava lendo a introdução do Relatório, seja pela própria singularidade, seja pelo apoio dos trabalhadores urbanos (ferroviários, metalúrgicos, navais e uma série de outras categorias). Mas vocês também trazem essa reflexão sobre as relações entre o urbano e o rural nas apresentações feitas aqui. Aline mencionou isso na sua exposição, seria bom saber mais sobre essas trajetórias. Lembro que muitos desses líderes, desses protagonistas, não eram do Rio de Janeiro. Por exemplo, o Zé Pureza era de Alagoas, o Bráulio, de Minas Gerais. Enfim, trata-se dessa circulação dos trabalhadores, desses deslocamentos, e se alguns desses líderes, já instaurada a repressão, sofreram exílio no próprio país ou no exterior.

Quando pensamos nessas trajetórias, também lembramos da escrita das memórias. A própria Leonilde escreveu um livro com o Bráulio sobre suas memórias. É interessante saber um pouco mais sobre essa negociação das memórias, se essa negociação aconteceu no curso da pesquisa, o que despertou nele o interesse e o desejo de narrar sua história, ou se ele próprio já foi escrevendo, fazendo suas próprias notas como, por exemplo, o trabalhador da cana Don Taso, pesquisado pelo Sidney Mintz, ou o mineiro Juan Rojas, em conjunto com a antropóloga June Nash. Lembrando ainda do livro da Eliane Cantarino sobre José Pureza, que é um trabalho que ainda pretendemos publicar um dia como parte da coleção “Camponeses e o Regime Militar”. Eduardo Galeano diz que a utopia é um horizonte do qual quanto mais nos aproximamos, mais ele se afasta, mas para o qual precisamos para continuar caminhando. Então, não sei daqui a quanto tempo poderemos retomar esses projetos, mas vamos pensar que é possível uma utopia para reconstruirmos alguma das nossas lutas e das possibilidades, inclusive, de alargarmos a expressão das memórias dos trabalhadores.

Talvez nem todos saibam, mas a publicação do *Retrato da repressão* no campo teve desdobramentos, com a criação de uma coleção, que

mencionei antes, chamada “Camponeses e o Regime Militar”. Dois livros foram publicados nessa coleção. O primeiro é *João Sem Terra: veredas de uma luta*, escrito pela jornalista Marcia Camarano sobre João Sem Terra, ou João Machado Santos, líder camponês, um dos fundadores do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), no Rio Grande do Sul. Depois das torturas por que passou no Dops gaúcho, antes do golpe de 1964, ele se exilou no interior de Goiás, com outro nome, outra história, só reaparecendo vinte e cinco anos depois. João Sem Terra faleceu em 2010. O segundo livro, trata do conflito ocorrido na fazenda Japuara, no Ceará; é também um trabalho que nos orgulha muito. Foi escrito originalmente à mão pelo camponês Francisco Blaudes de Souza Barros. Nós digitamos e editamos suas memórias como o segundo livro da coleção, *Japuara: um relato das entranhas do conflito*. O caso do Blaudes, narrando suas memórias, me lembrou as narrativas que Leonilde e Aline trouxeram sobre esse universo, e ele traz também a questão de como se davam as relações entre os vários atores, os vários agentes, nesse universo de pesquisa. Por exemplo, na narrativa daquele conflito que envolveu uma tentativa de despejo e que teve a resistência dos trabalhadores, resultando em uma morte; no caso de Japuara foram quatro mortes. Mas importa também considerar a maneira como esses conflitos são apropriados e narrados pelos próprios atores, pelos personagens.

Conheci o camponês Francisco Blaudes durante uma viagem de campo à fazenda Japuara, no Ceará, em 2010, para a pesquisa que resultou no *Retrato da repressão política do campo*. Ali descobri que ele vinha recuperando essas memórias do conflito, ouvindo familiares e conhecidos e cotejando suas próprias lembranças com informações de acervos públicos e privados. Por fim, construiu sua própria narrativa, descrevendo as trágicas consequências na vida da sua família. Durante dois anos e meio trabalhamos em conjunto na edição de seus manuscritos, até a publicação da obra.

O livro dele narra as ações de violência sofridas pelos moradores da fazenda Japuara, no começo dos anos 1970. Naquele período, o pro-

prietário da fazenda tentou expulsar os moradores à força. Os principais confrontos, que ficaram conhecidos no país como a “chacina de Japuará”, ocorreram em dois momentos no dia 2 de janeiro de 1971, opondo moradores e parceiros aos proprietários da terra. No primeiro episódio, o proprietário Júlio Cesar Campos contratou trabalhadores que atuavam nas frentes de emergência contra a seca para destelharem as casas, destruir as cercas e arrombar o açude, para expulsar os moradores. O segundo momento caracterizou-se pelo enfrentamento entre moradores e a polícia local. Os trabalhadores resistiram e o confronto resultou em quatro mortes. Essa resistência dos trabalhadores e o temor do governo do general Emílio Garrastazu Médici de que aquele tipo de mobilização se repetisse em outras partes do país fizeram com que fosse decretada a primeira desapropriação de terras do estado do Ceará, em pleno regime militar.

O conflito de Japuará deixou quatro mortos e muitos feridos naquele dia. Dias depois desses episódios, que são narrados em detalhes por Blaudes, a Fetraece (Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Ceará) encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A solicitação estava fundamentada na eclosão do próprio conflito, na irregularidade da venda da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros. Um dos pesquisadores a investigar o caso, o sociólogo Cesar Barreira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), que fez uma série de entrevistas com Pio Nogueira nos anos 1990, destacou que, um mês e dois dias após o término dos confrontos, o presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias.

Mesmo anos depois dos fatos, Francisco Blaudes Sousa Barros, que viveu com sua família os acontecimentos de Japuará, ficava revoltado com o que lia. Acalentou durante quarenta anos o desejo de, um dia, escrever ele mesmo a história daquele conflito. Blaudes é filho do líder camponês

Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, que comandou a resistência dos moradores e parceiros à ação do latifundiário e da polícia.

Um grupo liderado por Pio Nogueira, para escapar da polícia, ficou vários dias na mata, sofrendo com a falta de água e de alimento. Depois, eles foram resgatados pelos advogados da Fetraece e por jornalistas, sendo escoltados por um coronel da PM até Fortaleza, onde ficaram presos por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros. Mas violências foram praticadas também contra mulheres e crianças, que foram ameaçadas e humilhadas. Leonilde mencionou antes um episódio de violência ocorrido no Rio de Janeiro em que as crianças eram ameaçadas com revólver na boca. Isso me lembrou também o que aconteceu com a família do Blaudes: o irmãozinho dele, de 8 anos, foi obrigado a carregar armas dos militares e foi interrogado para dizer onde estava seu pai. O menino nunca mais se recuperou desses traumas.

Os camponeses de Japuara foram enquadrados em um Inquérito Policial Militar (IPM). No final do processo, dez trabalhadores rurais foram indiciados. Depois de treze anos do conflito, em 1984, todos os camponeses indiciados no processo foram absolvidos com base na tese de legítima defesa e negativa de autoria dos crimes. Em decorrência dos episódios, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a ser considerado o grande inimigo dos proprietários de terra e agente da subversão local, por ter orientado os camponeses. O próprio advogado Lindolfo Cordeiro, assessor jurídico da Fetraece, foi preso durante o regime militar e assassinado ao sair da prisão, em 1978, a mando de latifundiários.

Antes de encerrar, queria destacar outra questão. Vocês mencionaram que lamentavam não ter elementos mais aprofundados sobre o papel das mulheres na resistência camponesa. Lembrei de Josefá Pureza, que é inclusive uma das personagens que o livro da Eliane Cantarino retrata. O Blaudes, por sua vez, fala muito da mãe dele, Maria José, como alguém que teve uma atuação muito firme e destacada na luta de Japuara. Lembrei

também de dona Rosa Geralda, uma figura fantástica, líder camponesa aqui do Rio de Janeiro, e de Roseli, outra líder camponesa com uma fala expressiva e contundente.

Por último, é importante refletirmos também sobre o momento difícil que estamos atravessando no país e o que isso significa em termos da adoção de políticas de direitos humanos e de resgate das memórias de perseguidos políticos, no sentido de contemplar as “recomendações” do Relatório da Comissão da Verdade do Rio. Se, quando concluímos os relatórios da CNV e da Comissão Camponesa da Verdade, o cenário já era preocupante, hoje tornou-se, de fato, dramático para a memória, a verdade e a justiça.

Referências

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.
- ALVES, José Cláudio S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2003.
- AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.
- ARAÚJO, Federico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. 1982. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Coimbra de Pós-graduação em Engenharia (Coppe), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- COSTA, Pierre A. *Duque de Caxias: de cidade-dormitório à cidade do refino de petróleo: um estudo econômico-político do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. *Cadernos do Cedi*. Rio de Janeiro: Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, n. 17, 1987.
- DAVIS Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, Ligia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo (orgs.). *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2010.
- GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.
- GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOPES, José Sérgio Leite. Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários. In: MARQUES, José Antonio; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). *Arquivos do mundo dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. v. 1, p. 151-162.
- LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 1996. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Programa de Pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48, 2003.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias: Câmara Municipal de Duque de Caxias, n. 6, 2006.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Levantamento de conflitos no estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: Cedec/Abra/; Seropédica: CPDA-UFRJ, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Seropédica: CPDA-UFRJ, 2015. Relatório final.

- NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: o primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 1992.
- PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur; Mauad, 2008.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias: Câmara Municipal de Duque de Caxias, n. 6, 2006.
- SUZUKI, Julio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, n. 10, jan.-jun., 2007.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 1997.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Espanha

a última grande greve de mineiros¹

Rubén Vega García

De todos os cortes sociais impostos nos últimos anos, o protagonizado pelos mineiros espanhóis foi, sem dúvida, o que deu lugar a uma resposta mais contundente em suas formas e um dos que tiveram maior repercussão e apoio social. Paradoxalmente, trata-se, neste caso, de um problema que afetava um coletivo relativamente reduzido e cujo destino quase não tinha consequências para além de seu entorno imediato. Fora das regiões mineiras, o fim da extração de carvão seria necessariamente um motivo muito marginal de preocupação, em um contexto no qual problemas mais urgentes semeavam a angústia em amplos setores da sociedade. Seguramente, duas causas – nas quais se fundem seu presente e seu passado – podem ser apontadas para explicar a atenção que lhes foi acordada e a corrente de simpatia, inclusive de solidariedade ativa, da qual se beneficiaram os mineiros ao longo de mais de dois meses de greve, em 2012. A primeira seria a própria determinação de lutar, a energia com a qual defendem suas reivindicações, o que lhes permite a conversão em referentes e a catalisação de não poucas energias e descontentamentos que não encontram uma via para se expressarem por si próprios. A segunda guardaria relação com a sobrevivência de uma imagem dos mineiros como arquétipos de operários forjados em lutas passadas, cujos ecos ainda se fazem ouvir. As frequentes desclassificações de que são objeto por parte de meios hostis, pelo caráter supostamente anacrônico de seus protestos, referem-se justamente a um de seus atrativos aos olhos de outros setores da opinião.

¹ Texto fornecido pelo autor, em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 27 de junho de 2016. Traduzido por Roberta Ceva.

Crônica do conflito

O fator desencadeador imediato da greve foi a decisão do governo de reduzir em dois terços as ajudas previstas para a mineração de carvão no Orçamento Geral da União de 2012. O anúncio, realizado em maio, comportava um corte drástico (de 703 para 253 milhões de euros), que afetava tanto as subvenções diretas às empresas quanto as rubricas orçamentárias de fundos de reativação econômica para as regiões mineiras, os investimentos em infraestruturas, as ajudas para a criação de empregos e as bolsas para estudantes. Desse modo, descumpriam-se tanto a lei orçamentária como os compromissos estabelecidos no Plano da Mineração do Carvão, assinado em 2005, e cujo horizonte para o fim das ajudas havia sido fixado em 2018, mediante um progressivo descenso, iniciado em 2010. Esse plano consistia, de fato, em um acordo para a lenta extinção da mineração, uma vez que, a partir da data limite de 2018, somente as minas rentáveis permaneceriam abertas, o que, no caso do carvão espanhol, na prática era sinônimo de fechamento, ao menos para toda a mineração subterrânea. Sobreviveriam unicamente as explorações a céu aberto, com capacidade de geração de emprego muito inferior e maior impacto ambiental. A decisão do governo afetava, portanto, não o destino final do setor, mas o prazo estabelecido para tanto. E, em relação às formas, representava uma ruptura unilateral do plano vigente, originalmente negociado por empresários, sindicatos e governo.

No dia 17 de maio, interrompem-se as negociações com o sindicato patronal (Carbunión) e com os sindicatos mineiros (UGT e CC.OO.), de modo que estes últimos anunciaram mobilizações e convocaram assembleias nas minas. A partir daquele instante, ficou claro que a proposta do Executivo e sua inflexibilidade na mesa de negociação precipitariam o fechamento do setor e que, dessa vez, tampouco haveria medidas compensatórias em relação ao impacto territorial ou de reativação econômica. Inicialmente, os sindicatos convocaram quatro jornadas de greve em todas

as explorações para os dias 23, 24, 30 e 31 de maio, acompanhadas de manifestações nas comunidades afetadas e de uma concentração em Madri.

A partir da base, produziram-se iniciativas que se anteciparam à convocatória: no dia 21, oito mineiros da mina de Alinos, em Santa Cruz del Sil (El Bierzo), iniciam uma barricada no interior da mina. Nas Astúrias, o primeiro dia de greve é acompanhado por barricadas e cortes na circulação das principais vias de comunicação. O velho sindicalista José Ángel Fernández Villa (69 anos, 33 deles como secretário geral do Soma-UGT) encarna a determinação dos sindicatos de manter uma enérgica mobilização, colocando fogo em uma barricada de pneus que bloqueava a autoestrada que conduz ao aeroporto de Astúrias diante das câmeras dos meios de comunicação, enquanto as comunicações com a Meseta² são interrompidas por um piquete de 500 pessoas. O mesmo acontece na vertente leonesa da cordilheira, onde também são bloqueadas as estradas que ligam às Astúrias e à Galícia, e no Alcañiz (Teruel). Nas minas, a paralisação alcança 100%. No dia seguinte, a manifestação de Oviedo conta com a presença dos prefeitos de distritos mineiros e, pouco depois, uma reunião organizada em Mieres por secretários municipais de prefeituras das Astúrias, Castilha e Leão, Aragão, Andaluzia, Galícia e Castela-La Mancha emite um comunicado que respalda as mobilizações dos sindicatos e exige do governo uma mudança de posição. A unanimidade reina, apesar de, entre eles haver prefeitos pertencentes ao partido do Governo (PP), juntamente com os de oposição (PSOE e IU).

Os mineiros asturianos da empresa pública HUNOSA antecipam de forma espontânea a convocatória do dia 30 de maio, paralisando a atividade e retomando as barricadas na véspera. No final do mês, a greve passa a ser “por tempo indeterminado”, e em duas minas asturianas (Candín, na

² Meseta é um acidente geográfico caracterizado por uma área elevada de solo com um topo plano, rodeada por escarpas inclinadas por todos os lados. Na Espanha, a Meseta Central ocupa a maior parte do território do país, com uma elevação média entre 600 e 700 m, rodeada quase por completo de cordilheiras que a separam das zonas costeiras. (N. da T.)

bacia do Nalón, e Santiago, na bacia do Caudal) iniciam-se barricadas de mineiros no interior das minas. Cerca de 10 mil manifestantes transferem o protesto para Madri, ao passo que o governo continua inflexível. A polícia que, até então, havia permanecido passiva, realiza as primeiras represálias, tanto contra manifestantes na capital, como contra os piquetes que efetuam bloqueios no tráfego.

Na segunda-feira, 4 de junho, o transporte pelas estradas – tanto de mercadorias como de passageiros – inicia uma greve por tempo indeterminado nas Astúrias, diante da paralisação das negociações do convênio coletivo e do fracasso da mediação do governo regional, somando-se à greve dos mineiros um segundo conflito trabalhista de grande repercussão. De imediato, três unidades de reserva da Guarda Civil são transferidas para as Astúrias. Ao mesmo tempo, a incorporação de piquetes de transportadoras supõe multiplicar os pontos nos quais se produzem os cortes no tráfego. Ambas as greves carecem de conexão em relação a seus motivos, uma vez que a do transporte responde estritamente à negociação coletiva e não tem mais dimensão política do que aquela que lhe outorga a repercussão econômica e midiática, juntamente com a alteração da normalidade nas estradas. Uma delegação grevista do transporte visita, ainda assim, a mina de Candín e faz a entrega de uma contribuição em dinheiro para o caixa de resistência dos mineiros barricados, em cumprimento ao acordado pela assembleia de trabalhadores. Por sua vez, um grande número de mineiros desloca-se a Gijón para interromper o acesso ao porto de El Musel, onde há um conflito com os efetivos policiais que procuram impedir a ação do piquete.

Enquanto isso, a passagem estratégica em direção à Meseta concentra os mais duros enfrentamentos. No entorno da encosta na qual se localiza o monumento pré-românico de Santa Cristina de Lena, de onde se vê a autoestrada A-66, interrompida por uma barricada, piquetes munidos de armas caseiras (rojões e tubos convertidos em lança projéteis, catapult-

tas para lançar rolamentos e parafusos, pedras e escudos artesanais para se defender) sustentam por horas a fio enfrentamentos com os policiais antidistúrbios, que empregam gás lacrimogêneo e balas de borracha em profusão, mas só conseguem prender duas pessoas. A cena se repete em outros lugares das Astúrias e de Leão. Em Andorra (Teruel) e no Guardo (Palencia) os manifestantes iniciam outros cortes no tráfego. Após essa dura jornada, a tática dos mineiros sofre uma mudança no dia seguinte, com a multiplicação e dispersão dos focos, de tal modo que somente nas Astúrias se produzem 60 bloqueios no tráfego em dez estradas distintas e também um bloqueio na via férrea. Dessa vez, no entanto, renuncia-se à defesa das barricadas por um tempo prolongado para evitar os choques diretos com a polícia, que foi mantida em uma situação de impasse desde a madrugada até à tarde. Em Leão, por outro lado, os duros enfrentamentos resultam em dez detenções. O endurecimento da resposta policial e a escalada dos mineiros diante da inexistência de perspectivas de negociação tornam os choques mais frequentes a partir daquele momento. Nos dias posteriores, as comunicações pelas estradas e trens entre Astúrias e Leão foram cortadas de ambos os lados.

Na quinta-feira, 7 de junho, esses cortes duram o dia todo, e na localidade leonesa de Ciñera, como ocorrerá posteriormente nas asturianas de Cabonara e Pola de Lena, a polícia irrompe no perímetro urbano, provocando a extensão da violência ao conjunto da população e causando danos em moradias e pessoas. Em Aragão, os mineiros interrompem a sessão do Parlamento autonômico e bloqueiam a saída dos deputados por várias horas. No dia seguinte, foram interrompidos os acessos a Andorra (Teruel) por trem e pelas estradas, enquanto nas Astúrias os episódios mais tensos foram vivenciados nas imediações e inclusive dentro da mina Santiago (em Caborana), onde se mantém uma das barricadas, originando comunicados que condenam a intervenção policial por parte de diversas forças políticas locais.

Nas Astúrias, as tensões diminuem a partir do dia 9, pois as partes envolvidas no conflito do transporte chegaram a um acordo que põe fim à greve. Contudo, os sindicatos “esquentam os motores” para uma greve geral nos distritos mineiros fixada para o dia 18 de junho. Em Palencia, três mineiros empreendem uma barricada na Delegação da Junta de Castela e Leão. Em 12 de junho, uma manifestação noturna dos mineiros com as lanternas de seus capacetes acesas percorre as ruas de Leão em meio ao clamor popular. Entretanto, ao longo da terceira semana de greve, os pontos mais quentes se localizam na província de Leão, com duros enfrentamentos entre mineiros e a polícia em Ciñera e Bembibre e nas Astúrias, onde prosseguem os enfrentamentos em Campomanes e se produzem choques em Grado. As imagens da radicalização das mobilizações invadem as mídias internacionais, encontrando reflexo na mídia impressa (*Washington Post*, *Wall Street Journal*, *USA Today*, *Daily Mail*, *The Guardian*, *Ouest France* e o australiano *The Age*) e nas redes de televisão. Alguns vídeos postados na internet também recebem grande número de acessos. Novas detenções foram acompanhadas pelas primeiras denúncias de maus tratos policiais, ao mesmo tempo que se anuncia o envio de reforços das unidades antidistúrbios. Os sindicatos recebem apoio político por parte dos dirigentes das comunidades autônomas das Astúrias (PSOE) e de Castilha e Leão (PP), assim como de prefeitos de orientações políticas diversas, mas o Governo responde reafirmando sua postura inamovível no debate que o ministro da Indústria sustenta no Congresso dos Deputados. Às vésperas da greve geral nos distritos mineiros, nas Astúrias, somam-se aos manifestantes as associações de comerciantes, que aceitam fechar as cadeias de supermercados e as agências bancárias.

No dia 18 de junho, a adesão à greve geral é massiva em 63 municípios: 16 asturianos, 24 leoneses, 7 palentinos e 16 aragoneses. Nas multitudinárias manifestações de Langreo, Leão e Andorra anuncia-se uma nova

ação: a marcha a pé de grupos de mineiros partindo das bacias mineradoras até Madri.

Seis mineiros aragoneses decidem, por sua vez, no dia 20, encerrarem-se no interior da mina de Sierra dos Arcos, em Ariño, somando-se às barricadas que já ocorriam em Leão e Astúrias. No sudoeste asturiano, as mulheres assumem notável protagonismo na extensão da greve, decidindo que os sindicatos não organizassem piquetes naquele dia. Quatro mineiros empreendem uma barricada na prefeitura de Cangas do Narcea, que coincide com a manifestação que acompanha a greve geral. Também são mulheres que se deslocam a partir das diversas bacias mineradoras para Madri, para protestar no Senado quando se submete à votação o corte dos recursos para a mineração. Uma centena delas é expulsa das tribunas dos convidados, e várias outras centenas se manifestam no exterior do edifício. A esperança de que os senadores do partido do Governo rompam a disciplina de voto, tal como alguns deles haviam anunciado, para defender a manutenção das ajudas, se vê frustrada, e somente um senador do PP (o leonês Juan Morano, que foi posteriormente sancionado por isso) vota contrário ao corte.

Em 25 de junho, os 300 mineiros de Encasur, em Puertollano, são os primeiros a abandonar a greve, apesar de enviarem uma representação simbólica de seis companheiros para se incorporarem à Marcha Negra. Ainda que também tenham protagonizado bloqueios nas estradas, concentrações e uma manifestação em Toledo, contaram com menos apoio da população, o que corresponde ao menor peso da última mina ainda ativa na economia local. A cidade não havia participado da greve geral do dia 18, e a assembleia de trabalhadores aprovou o fim da paralisação indefinida que se prolongava há quase um mês.

A partir do dia 22 de junho, a atenção midiática passa a se concentrar na Marcha Negra. No quarto dia, a coluna asturiana que havia partido de Mieres se junta em La Robla a leoneses oriundos de Laciana e El Bierzo,

formando um único grupo de 160 trabalhadores que, no dia seguinte, encontra uma calorosa acolhida na cidade de León. Em sua retaguarda, prosseguem os cortes no tráfego e as barricadas, enquanto na passagem pelos povoados e cidades eles recebiam reiteradas demonstrações de apoio. Na metade da marcha, os sindicatos são recebidos pelo ministro da Indústria em uma breve reunião, sem qualquer resultado. Tampouco obtém resultado a entrevista com o ministro da província autônoma de Astúrias, o socialista Javier Fernández.

O sindicato patronal (Carbounión), que continua esperando para ser recebido, se pronuncia contra os argumentos do ministro. Os prefeitos de distritos mineiros celebram uma reunião da ACOM (Associação das Comarcas Mineiras) e emitem um comunicado conjunto, reivindicando uma retificação do governo. O próprio presidente da província autônoma de Castilha e Leão, Juan Vicente Herrera, da mesma corrente política que o Executivo, pede uma mudança de postura. Entretanto, os choques com a polícia recrudescem nas Astúrias e em Leão e o número de detidos aumenta. As Mulheres do Carvão são, por sua vez, recebidas pelo presidente asturiano e se manifestam nas ruas de Oviedo. Os mineiros encerrados na barricada de Santa Cruz del Sil recebem a visita da cantora flamenca Rocío Márquez, que canta para eles a 700 metros de profundidade.

Na noite da quinta-feira, 5, à sexta-feira, 6 de julho, os enfrentamentos violentos acontecem, pela primeira vez, no interior de um grande povoado. Por cinco horas, Pola de Lena permanece sitiada pelos antidistúrbios enquanto suas ruas são cenário de perseguições e enfrentamentos. Centenas de vizinhos somam-se à mobilização, enquanto outros repreendem duramente as forças policiais ou lhes arremessam objetos de suas janelas. Muitas residências são danificadas, e uma menina de 5 anos foi ferida pelos estilhaços produzidos pelo impacto de uma bala de borracha que entrou em sua casa. Nos dias seguintes, o uso desse material por parte da polícia dentro do perímetro urbano foi duramente criticado por vizi-

nhos e sindicatos. Também nas imediações da mina Santiago produzem-se choques violentos ao longo de quase todo o dia, e a sede do PP em Cangas del Narcea é apedrejada.

O clima criado nos primeiros dias de julho leva a pronunciamentos em favor do diálogo tanto com o governo asturiano quanto com porta-vozes de distintas forças políticas, como o arcebispo de Oviedo, por exemplo, coincidindo, apesar das distâncias óbvias, em um tom que combina a compreensão em relação às reivindicações dos mineiros com o apelo para evitar o uso da violência. A imprensa conservadora madrilenha intensifica as desqualificações, equiparando os métodos de luta dos mineiros à guerrilha urbana. Os sindicatos e a IU denunciam, por sua vez, a violência das intervenções policiais, que julgam desproporcionais e indiscriminadas. A vertente judicial do conflito também endurece: se os primeiros detidos haviam sido liberados sem acusações, nesse momento começam a pesar sobre eles as de desordem pública e de atentado contra a autoridade, com decretos de prisão preventiva, de modo que recai sobre eles um processo pendente, uma sanção econômica e o risco de encarceramento em caso de nova detenção. Diante dos tribunais de Pola de Lena, produz-se, no domingo 8 de julho, uma concentração de centenas de pessoas que, por várias horas, esperam os depoimentos e a liberação de cinco acusados que passaram 48 horas detidos. No dia seguinte, os enfrentamentos se repetem em uma nova batalha campal nas ruas, que se prolonga até a madrugada. Em Langreo, as mulheres fazem uma passeata noturna e, em diversas prefeituras, produzem-se enterros simbólicos de prefeitos.

A etapa prévia à chegada a Madri parece antecipar a acolhida que a capital reservará aos mineiros. Em Villalba, o flautista José Ángel Hevia recebe a passeata com os acordes de Astúrias Pátria Querida e de Santa Bárbara Bendita. Victor Manuel também atuou para eles naquela noite. Os hoteleiros e vizinhos da urbanização Rosa Luxemburgo em Aravaca e uma representação dos bombeiros da Comunidade de Madri expressam a sua so-

lidariedade, e diversos artistas de cinema, cantores e escritores acodem para mostrar seu apoio. Os 200 mineiros das colunas provenientes do Norte (80 asturianos e outros tantos leoneses) e de Aragão (40) unem-se para entrar juntos em Madri, o que se converte em uma impressionante recepção.

Com uma encenação que se revelou extremamente eficaz, os sindicatos decidem entrar na cidade à meia-noite, uniformizados com seus capacetes e suas lanternas acesas. Uma multidão os ovaciona em ambos os lados da rua, no que se converte na primeira manifestação espontânea de apoio, carregada de emoção e na qual os *slogans* propagandeados se mesclavam com o hino de Santa Bárbara Bendita, repetida trilha sonora da greve. No dia seguinte, uma enorme manifestação que se estende ao longo dos 4km do Paseo da Castellana congrega, em torno dos mineiros e dos milhares que se deslocaram desde as bacias mineradoras, muitos outros coletivos que combinam o apoio à greve com a expressão de suas próprias causas de descontentamento. O movimento de indignados está amplamente representado, como também os professores, os trabalhadores da saúde, os funcionários, os estudantes e muitos outros grupos.

De tarde, outra manifestação convocada à margem dos sindicatos, mas igualmente em apoio aos mineiros e em protesto pelos cortes, volta a reunir milhares de pessoas. Era a terceira manifestação provocada pela chegada dos mineiros a Madri. Como na precedente, produziram-se choques entre a polícia e os manifestantes que deram lugar a detenções. Em muitas outras cidades aconteceram concentrações de apoio à marcha dos mineiros, reunindo entre dezenas e várias centenas de pessoas, com frequência sem qualquer relação com o carvão. Os meios de comunicação internacionais voltam a prestar atenção no conflito, com imagens e reportagens em cadeias de televisão (CNN e Al Jazeera fizeram inclusive reportagens ao vivo) e na mídia impressa (*The Washington Post*, *The Wall Street Journal*, *Financial Times*, *The Guardian*, *Le Monde*, *Le Figaro*, *Corriere della Sera*, *Clarín*, *Bangkok Post*...).

A insistência da imprensa em ressaltar os incidentes violentos (apesar de as mesmas informações evidenciarem o fato de que apenas 2 dos 18 detidos nesse dia eram mineiros e que os incidentes foram protagonizados pelo que as fontes policiais denominam “grupos antissistema”) e a tentativa de minimização da magnitude do protesto por parte do partido do governo (a polícia calcula em 10 mil o número de manifestantes e a presidenta do PP madrilenho ironiza essa estimativa) não conseguem obscurecer o êxito de uma mobilização que excedeu todas as expectativas de seus organizadores. Os mineiros convertem-se, na sua chegada à capital, em catalisadores de múltiplos descontentamentos e em estímulo para outros, que veem neles não tanto uma coincidência de interesses – com frequência inexistente ou muito tênue – mas um referente por sua capacidade de resposta. A enorme manifestação reúne múltiplas vozes contra as políticas de cortes sociais que estão sendo aplicadas em detrimento das condições de vida e de trabalho de uma grande maioria da população. Em Madri, o vestígio da presença dos mineiros deixa, uma vez que retornaram a seus lugares de origem, um rastro de protestos que convertem as ruas em cenários constantes de manifestações. Por várias semanas, não há um único dia em que não haja ao menos uma, protagonizada pelas batas brancas do pessoal da saúde, pelas camisetas verdes dos professores, pelas negras dos funcionários públicos, pelos grupos do “Stop Despejos”, pelos bombeiros, pelos desempregados...

A conclusão da marcha será acompanhada pelo fim da barricada dos sete mineiros que permaneceram por 52 dias no interior da mina Santa Cruz, em Páramo del Sil, substituídos por outros cinco companheiros. O mesmo acontece dias depois com os asturianos em Candín e Santiago, substituídos por dez companheiros que se dirigem a Candín e a Nicolasa.

Coincidindo com a chegada da Marcha Negra a Madri, o Ministério da Indústria convoca os representantes do sindicato patronal do carvão para uma reunião que se revela tão estéril quanto as anteriores. Os porta-

-vozes da Carbounión não somente insistem que a maioria das empresas está fadada ao fechamento caso a postura do governo não mude, como também acusam este último de tê-los convocado com a finalidade de oferecer uma falsa aparência de negociação. No dia 20 de julho, os sindicatos e a organização patronal apresentam uma proposta conjunta que parece oferecer uma alternativa para o beco sem saída em que se converteu a greve, com uma postura inamovível por parte do governo: aceitar os cortes impostos para 2012 e ir compensando gradualmente em anos posteriores a redução, de modo a se manter o horizonte de 2018 como data de fim das ajudas, sem precipitar os fechamentos das minas de carvão. Mas a resposta do Executivo encerra qualquer possibilidade de negociação. Tampouco os prefeitos de distritos mineiros obtêm êxito em sua tentativa de desviar fundos destinados a obras públicas para a atividade mineradora. A esse persistente ponto morto acrescenta-se a ruptura da unidade sindical, ao tornarem-se públicas as desavenças que até então haviam permanecido soterradas, ainda que patentes.

Após dois meses de greve, a unidade se rompe também entre as distintas bacias mineradoras. Em uma assembleia realizada em Andorra, os aragoneses decidem unilateralmente a volta ao trabalho em 1º de agosto, na véspera de uma nova reunião com o Ministério da Indústria. O esgotamento da capacidade de resistência parece ser a razão dessa decisão, que debilita a posição negociadora dos representantes sindicais. Tanto nas Astúrias como em Leão também se estava gestando o fim da greve, apesar de a desmobilização não se produzir enquanto não for feita a reunião prevista com o Secretário de Estado de Energia. As esperanças de se obter algum avanço que permita justificar a volta ao trabalho se veem frustradas nesse encontro, e tanto o sindicato patronal como os sindicatos mineiros consideram esse novo contato um fracasso. Apesar disso, as direções sindicais – particularmente a CCOO – dão mostras de estarem decididas a pôr fim à greve, decisão adotada em 2 de agosto, após 65 dias. A saída

dos mineiros encerrados nas minas no dia 2 e a sua reincorporação ao trabalho no dia seguinte produziram-se entre cenas de emoção e sensação de derrota. Os incitamentos sindicais pela continuidade das mobilizações não podem esconder o fato de que uma greve por tempo indeterminado chega a seu fim por esgotamento e sem que a outra parte tenha movido um átimo sequer de suas posições iniciais. Nem mesmo uma concessão mínima que tivesse oferecido alguma expectativa em relação a caminhos para negociações futuras. A situação ganha contornos de maior complexidade nas bacias leonesas, onde as diretrizes sindicais são ignoradas pelos trabalhadores de Uminsa, a maior empresa privada do setor, que decidem manter a barricada em Santa Cruz del Sil e prosseguir a greve enquanto o dono da empresa não garantir a continuidade dos postos e das condições de trabalho, uma vez que já se anuncia uma redução de salários. O conflito e a barricada foram mantidos de modo isolado por esses trabalhadores até o dia 6 de agosto, completando um total de 77 dias consecutivos de barricada na mina, em um revezamento entre os mineiros. Nas Astúrias, as Mulheres do Carvão também se esforçam para manter ativa a chama do protesto e convocam uma marcha pelas ruas de Mieres, entre a usina de El Batán e o monumento aos mineiros mortos em acidentes de trabalho.

Nos dias posteriores à retomada do trabalho, ocorrem as primeiras demissões nas empresas terceirizadas. Ao mesmo tempo, nas empresas privadas de propriedade de Victorino Alonso aguçam-se as tensões por conta da imposição de diminuições de salários, de alterações de regime de turnos e da supressão de férias. Por esse motivo, no dia 9 de agosto, cerca de 150 mineiros de Cerredo e Tormaleo, no sudoeste asturiano, decidem retomar a greve, e mais 400 na vertente leonesa, dando início, quase sem solução de continuidade, a um novo conflito que se prolongou ao longo do mês de agosto. Essa retomada da greve não foi convocada pelos sindicatos, mas nasceu de uma resposta espontânea dos mineiros e contou com o reforço de mulheres que, nas Astúrias, chegam a formar um piquete

para impedir a entrada de caminhões carregados de carvão importado na térmica de Soto de la Barca.

Na realidade, esse aparente epílogo da greve inaugurou uma nova fase do conflito que se revelou persistente e que, de modo distinto ao ocorrido entre maio e julho, teve muito pouco eco nos meios de comunicação. De forma praticamente ininterrupta, o setor permanece em tensão ao longo de 2012 e no início de 2013, apesar de as manifestações passarem a ser dispersas e de as direções sindicais permanecerem em um segundo plano que desmente a suposta incitação realizada no momento de desmobilização da greve para sua retomada após a pausa de agosto. Ao mesmo tempo, a generalização das demissões e as regulamentações do trabalho rompem a frente comum que, de forma tácita, haviam mantido patrões e sindicatos, quando as mobilizações dos mineiros se voltaram contra os empresários. Essa situação, que afeta unicamente a mineração privada, deixa as bacias centrais asturianas, exploradas pela empresa pública Hunosa, à margem dos recrudescimentos dos conflitos, mas resulta em situações limite nos distritos asturianas e leonesas em ambos os lados da cordilheira.

Por outro lado, as sequelas da greve não se circunscreveram aos efeitos sociais de sua derrota, mas se fazem igualmente sentir em sua vertente judicial, na qual também se pode apreciar um endurecimento em relação às ocasiões precedentes, nas quais raras vezes os detentos acabavam diante dos tribunais.

Dessa vez, ao contrário, apenas terminada a greve, abre-se uma nova frente, quando a procuradoria adota a postura de solicitar penas contra os detidos nos numerosos protestos originados pelos cortes no tráfego. O primeiro acusado foi um mineiro de 48 anos para quem são solicitados quatro anos de prisão por atentado contra a autoridade “com agravante de disfarce”. Reforçando essa linha da procuradoria, cuja origem aparenta ser de caráter político, o Delegado do governo das Astúrias declara, por ocasião da festividade da patrona da Guarda Civil, que o destino daqueles

que atuaram com violência nas mobilizações mineiras é “a detenção, o calabouço, o juiz e, em certos casos, o cárcere”, anunciando a determinação de ser implacável com o que qualifica de guerrilhas urbanas. Entretanto, de forma isolada e sem autoria concreta, se produzem novos cortes no tráfego e barricadas de pneus que não são defendidos por seus autores quando chegam as forças policiais, nem dão lugar a comunicados de nenhuma organização. Para o Delegado do governo, trata-se de todo modo de sequelas da má imagem projetada pela recente greve mineira.

Ainda que as mobilizações não tenham sido dadas por concluídas e que em setembro volte a ser convocada uma manifestação em Oviedo pelo futuro do carvão e dos distritos mineiros, a normalidade do trabalho nas minas da mineração pública compromete a continuidade dos protestos. Nessas circunstâncias, não se acalenta esperança alguma de que se abra um canal de negociação. Muito ao contrário, no início de 2013, os anúncios do governo não fazem senão endurecer a situação, ao imporem novos cortes e advertirem que, dali por diante, não haverá pré-aposentadoria para os trabalhadores excedentes, nem tampouco garantia de postos de trabalho alternativos. Milhares de mineiros estariam, desse modo, fadados a se re-inserirem no mercado de trabalho nos anos subsequentes ou a engrossarem as fileiras dos desempregados, em um momento em que os números do desemprego alcançavam 6 milhões e superavam a taxa de 25%. De modo análogo, o plano setorial para o período 2013-2018 é aprovado pelo governo sem acordos – nem mesmo negociação – com os interlocutores sociais, um fato sem precedentes na longa sequência de duas décadas de investimentos na mineração espanhola do carvão.

O governo não somente se mantém em sua postura inflexível em relação ao corte das subvenções e à negativa em abrir a via da pré-aposentadoria para os mineiros que perderem seu trabalho, mas também acrescenta novos motivos de acirramento da situação, ao reduzir ainda mais os apoios ao setor em 2013 e baixar, sem aviso prévio, os salários de pré-aposentados

de reestruturações anteriores, descumprindo os compromissos firmados em ocasiões precedentes. Ao mesmo tempo, a retenção da transferência das já muito reduzidas ajudas às empresas (nos casos em que estas não se encontram em dia com suas obrigações sociais com a Previdência Social) leva ao fechamento até mesmo de explorações que pareciam destinadas a sobreviver, ao menos por alguns anos, e nas quais haviam sido realizados importantes investimentos. Tanto empresários quanto prefeitos passam a alegar que as faltas de pagamentos das empresas são consequência do bloqueio das subvenções e que, portanto, a administração foi a causadora de um círculo vicioso que precipita os fechamentos.

Mais ainda, as condições das quais desfrutam os pré-aposentados de acordos anteriores são alteradas sem aviso prévio, provocando reduções de seus salários que giram em torno dos 500 euros mensais para muitos deles. Neste caso, trata-se não somente de um descumprimento dos pactos feitos por governos anteriores, mas também de uma possibilidade que havia sido completamente descartada por porta-vozes governamentais durante a greve. O total de afetados (cerca de 8 mil) supera o de mineiros ativos. Com frequência, pesa sobre eles uma economia familiar da qual dependem filhos e, não poucas vezes, netos, dado o altíssimo índice de desemprego juvenil existente nas bacias mineradoras, de modo que esta medida agrava a crítica situação social vivenciada nos distritos mineiros.

Entretanto, no sudoeste asturiano e em El Bierzo, as empresas de Victorino Alonso (Uminsa e Coto Minero Cantábrico) levam a cabo uma série de EREs³ que reduzem drasticamente o emprego. Na parte asturiana passa-se, em poucos meses, de mil a apenas 300 trabalhadores ativos. Dada a imagem associada a esse empresário, que é o maior beneficiário de subvenções estatais, uma série de episódios pouco claros serve de argumento para o governo congelar os pagamentos pendentes às suas empresas, de

³ ERE é a sigla para Expediente de Regulação de Empleo. O ERE é uma fórmula da justiça espanhola que permite que uma empresa demita em massa, desde que haja acordo entre a empresa e os trabalhadores, através de seu sindicato. (N. do E.)

modo que a situação dos trabalhadores se agrava até se verem novamente condenados à greve em defesa de seus empregos. Em Santa Cruz del Sil, em 18 de março de 2013, iniciou-se uma nova barricada na mina Alinos para protestar contra as demissões, mas as mobilizações foram realizadas com pouca presença nas estradas e procurando não alterar a normalidade cidadã, o que, por sua vez, reduz grande parte de sua repercussão midiática.

A situação beira o desespero na mineração privada que, tradicionalmente, oferece as piores condições de trabalho e de segurança, paga salários menores (os trabalhadores podem inclusive ser *mileuristas*⁴), demite com certa frequência e, em boa parte das minas de Astúrias e Leão, pertence ademais a um empresário que se distingue por seus métodos pouco abertos ao diálogo. Victorino Afonso, que chegou ao setor tardiamente, no auge das subvenções e de outras oportunidades de negócios nem sempre transparentes, se converteu em principal empresário do setor de carvão, adquirindo minas em falência e mantendo-as abertas. Propenso a utilizar os trabalhadores como arma de pressão política sobre a administração e permanentemente sob suspeita de práticas fraudulentas, ele encabeça o sindicato patronal *Carbunión*.

No dia 19 de março de 2013, e coincidindo com a redação destas linhas, três notícias surgidas na imprensa asturiana dão conta das sequelas da greve: um mineiro é condenado por sua participação nas mobilizações de junho do ano anterior e terá de pagar 3.200 euros de multa para evitar a prisão. Os trabalhadores terceirizados da Hunosa realizaram um protesto em Sotroñido e os pré-aposentados de reestruturações anteriores iniciaram um acampamento contra a diminuição de suas aposentadorias, exigindo o cumprimento do que fora pactuado por ocasião de sua saída da ativa. Ao mesmo tempo, um

⁴ O adjetivo *mileurista* (surgido a partir de mil euros) é empregado na Espanha para definir uma pessoa cujos rendimentos costumam girar em torno de mil euros por mês. Além da situação econômica, o conceito refere-se à alta formação acadêmica exigida, pois para ser *mileurista* costuma ser necessário ter nível superior, inclusive pós-graduação, e o domínio de idiomas, tudo isso em um mercado de trabalho que não recompensa tal formação.

conflito silenciado nos meios de comunicação, mas bastante acirrado, estava sendo sustentado pelos trabalhadores das empresas de Victorino Alonso nas Astúrias (Tineo, Cerredo e Tormaleo) e em Leão (Laciana e El Bierzo), com piquetes que impediram o trânsito de caminhões e atos de sabotagem contra instalações e bens privados do empresário e alguns dirigentes, enquanto a quase totalidade dos trabalhadores se vê condenada ao desemprego, sem outra perspectiva além da emigração e sem nenhuma das coberturas que, no passado, foram oferecidas aos mineiros excedentes, sob a forma de indenizações e pré-aposentadorias.

A essa altura, em relação à situação anterior à greve, o volume de emprego sofreu uma drástica redução em relação aos mais de 7 mil trabalhadores ocupados pelas empresas matrizes e pelas terceirizadas (que representam mais de 25% nas Astúrias e superam 50% em Leão): 1.783 na empresa pública e 5.447 nas privadas, distribuídos territorialmente entre Astúrias (4 mil), Leão e Palencia (2.150), Aragão (680) e Cidade Real (300). O declínio do setor, que provocou uma sangria econômica e demográfica nos últimos anos, se acelerou de forma dramática. Na localidade de Cerredo, cuja exploração dá emprego a mineiros asturianos e leoneses, a população caiu, nos últimos vinte anos, de 2 mil para 839 pessoas, e boa parte do comércio fechou as portas. Dos 492 empregos existentes, 337 são como mineiros. A jazida, agora condenada ao fechamento, era uma das poucas que pareciam ter capacidade de se manter sem as subvenções, em 2018, após ser objeto de investimentos no montante de 40 milhões de euros há tão somente três anos, o que foi apresentado como garantia de completa mecanização, horizonte de 30 anos de atividade e previsões de um quadro de 700 postos de trabalho.

Um conflito crepuscular

O carvão espanhol subsistiu ao longo dos séculos graças à proteção estatal. Sob uma ou outra fórmula – tarifas para a importação de fósseis estran-

geiros, nacionalização de uma parte das minas, subvenções diretas à produção, quotas obrigatórias de consumo ou outras ajudas indiretas –, não houve nenhum momento em que o setor tenha se desenvolvido puramente de acordo com as regras de mercado, salvo talvez na excepcional conjuntura da Primeira Guerra Mundial. A dependência de decisões políticas sempre constituiu o marco natural de seu desenvolvimento, e para os mineiros o único conceito de rentabilidade inteligível é o que faz referência à rentabilidade social. Em um meio no qual as relações de trabalho foram tradicionalmente muito conflituosas e o movimento operário encontrou um de seus bastiões mais sólidos, essa circunstância fez com que, nas situações em que a sobrevivência das explorações se viu ameaçada, se produzissem coalizões de fato entre sindicatos de trabalhadores e patronais para se atingirem objetivos comuns, como exercer pressões sobre os governos da vez. Ao mesmo tempo, a forte identidade social dos trabalhadores, a força da implantação sindical e a grande incidência da atividade mineradora no tecido socioeconômico circundante conferiram às greves mineiras uma singular intensidade. Um *habitus* específico instalou-se em suas formas de resposta coletiva e perdurou desde os primeiros grandes conflitos protagonizados no final do século XIX (Riotinto, La Unión, Vizcaya...) até 2012, quando ocorreu o que muito provavelmente significou seu canto do cisne. Além de cálculos táticos e de desenhos estratégicos, a greve indeterminada, a contundência das mobilizações e o discurso político fizeram parte do repertório de ação coletiva dos mineiros sempre que estes se sentiram vilipendiados em seus direitos ou que seu futuro ou seu modo de vida se viu ameaçado.

Embora protagonizada por uma geração de mineiros que quase não tinha vivenciado conflitos similares (o regime especial que encurta sua vida ativa em razão do trabalho penoso e das pré-aposentadorias com as quais se resolveram reestruturações anteriores diminuem consideravelmente a média de idade dos trabalhadores da ativa), a greve de 2012 res-

ponde em seus traços fundamentais a um padrão amplamente repetido, que não precisava de explicações para aqueles que o assumiram como sua forma natural de resposta.

No contexto sindical e político geral em que se produziram os fatos, a greve dos mineiros acentuou o caráter arquetípico das velhas formas de luta operária e, com isso, alcançou não poucas desqualificações argumentadas com base em seu anacronismo, mas também muito mais apoio traduzido precisamente em sua genuína autenticidade.

Os próprios mineiros têm plena consciência do impacto social de sua atividade sobre o entorno e a ampla noção de formarem parte de uma cadeia que os conecta com o passado e o futuro como depositários e transmissores de um determinado legado, inclusive em circunstâncias particularmente adversas. Por um lado, pesa contra eles seu reduzido número após sucessivas contrações da atividade extrativa, diminuindo seu peso e sua força; por outro, o contexto geral de cortes que afeta a imensa maioria da sociedade e que frequentemente atenta contra serviços ou direitos essenciais torna muito improvável um retrocesso nas posições do governo que pudesse ser interpretado como um gesto de debilidade, abrindo um precedente para outros coletivos que vinham se mobilizando.

A esses fatores que debilitavam a capacidade dos mineiros para impor seus problemas como parte da agenda de prioridades, caberia acrescentar a forte sensação de derrota provocada pela inexorável contração do setor nos últimos vinte anos. Assim o expressavam, em finais do século passado, os roqueiros asturianos de uma lendária banda da bacia mineradora de Nalós, os Stukas:

O futuro já se esgotou
já não lutas
te sentes perdedor.
Dizem que estás em extinção
que uma espécie como a tua

não vai conseguir
mudar o mundo
Dizem que logo acabarão
esses esforços inúteis
que são a razão
da tua existência.

Mais ainda, em seu próprio entorno, a imagem dos mineiros vem padecendo de um desgaste derivado de um sentido de solidariedade intergeracional que torna responsáveis aqueles que, no passado, aceitaram as condições de pré-aposentadoria muito vantajosas, acusados de terem sacrificado o futuro dos jovens, por não terem conseguido defender o volume de emprego ou garantir alternativas substitutivas ao carvão. Um nível de exigência que não se aplica a nenhum outro setor que tenha sido submetido a reestruturação e que só se torna explicável em virtude do elevado nível fixado pelas lutas passadas e pela épica que as envolve, mas que, na prática, deu lugar a um intenso sentimento de frustração, não poucas vezes expresso em termos de descontentamento por parte daqueles que não gozaram das coberturas sociais conquistadas pelos mineiros. De maneira chamativa, uma vez resolvido o conflito, nas bacias mineradoras asturianas surgiram pichações exigindo que os pré-aposentados se somassem à luta, colocando em questão sua hombridade e sua condição de mineiros.

À erosão da imagem social dos mineiros acrescenta-se a deterioração sofrida por suas organizações, questionadas pelos acordos assinados no passado, comprometidas com sua base afiliada, mas administrando, no entanto, importantes recursos e influências, ao menos no caso das bacias centrais asturianas. Seu questionamento obedece ao fracasso das políticas de reativação econômica das regiões mineradoras e ao poder adquirido em paralelo pelos sindicatos mineiros na gestão de fundos vultosos que, em boa medida, se revelaram estéreis, mas aos quais foi outorgado um grande peso político, social e econômico, em um meio em declínio em que

as alternativas primam por sua ausência, e as oportunidades incrementam-se quando se goza do favor das direções sindicais. Estas se tornaram, ao mesmo tempo, cada vez mais receosas em relação a um entorno que percebem como de hostilidade generalizada e mais burocráticas em seu funcionamento interno, no qual as tendências declinantes se perpetuaram e inclusive acentuaram vícios antidemocráticos. Assim, tornou-se possível o fato sem precedentes de que essa última greve tenha reduzido à mínima expressão o papel das assembleias. O afã de controle das direções sindicais e suas mal dissimuladas desavenças conseguiram erradicar as assembleias gerais de trabalhadores ao longo de toda a greve. Somente nos momentos culminantes, houve assembleias de afiliados, realizadas em separado e com caráter puramente informativo. Desse modo, privou-se os não afiliados ou aqueles que militavam em sindicatos minoritários de qualquer possibilidade de intervir nas assembleias, furtou-se às bases inclusive o debate entre as direções das centrais majoritárias e se impediu qualquer votação que pudesse referendar ou rechaçar as decisões adotadas de cima para baixo e muito pouco explicadas.

Mais ainda, no caso das Astúrias, as relações entre as duas centrais majoritárias foram quase inexistentes durante a greve. A falta de comunicação e o receio mútuo presidiram a tomada de decisões, as estratégias, os lemas e até as imagens usadas nas propagandas. Enquanto o Soma-Fitag-UGT promovia as barricadas nos poços e convocava concentrações de apoio no exterior, três vezes por semana, o CCOO, que não fazia parte das barricadas por terem sido decididas unilateralmente, iniciava um acampamento em Oviedo e congregava três milhares de manifestantes diante da prefeitura de Mieres. Nas manifestações e na marcha até Madri, as camisetas verdes em apoio aos barricados, membros da UGT, contrastam com as negras da CCOO, em defesa do carbono e das regiões mineradoras. A decisão de pôr fim à greve foi adotada separadamente e em meio a acusações mútuas. Esse clima repercutiu, por sua vez, nas relações com outros

grupos de apoio à greve, como se viu no receio reinante em relação à plataforma cidadã das Mulheres do Carvão, que cobrou a presença por meio de comunicados, atos de protesto e manifestações convocadas de forma autônoma. O controle exercido pelas direções sindicais sobre as respectivas militâncias, que dão mostras de uma notável disciplina, é menos intenso no que diz respeito aos piquetes e aos confrontos com a polícia, uma vez que essas ações não são protagonizadas exclusivamente por mineiros, mas também por jovens e por militantes de outras organizações minoritárias.

Apesar de todos esses fatores de debilidade, fica patente que a sobrevivência ou a reativação de mecanismos que dão coesão aos mineiros os predispõem à mobilização e lhes outorgam audiência e apoio social, o que se evidenciou ao longo da greve de 2012. Até mesmo quando a luta está centrada em um objetivo tão moderado, como a exigência do cumprimento de acordos em vigor que não oferecem outra perspectiva senão a da extinção gradual, continuaram vigentes o componente da dignidade e a consciência de fazer parte de uma sequência histórica que carrega um legado. Dirigindo-se à sua filha, a sindicalista mineira Concepción Alonso expressava essa ideia em seu blog no mesmo momento em que a Marcha Negra era recebida por uma multidão em Madri:

No dia de amanhã, espero poder me sentar junto a ti, Telma, minha filha, que agora tem oito meses, e te contar tudo isso que durante vinte dias compartilhei com os leitores. Quero que você tome isso como exemplo, que saiba que, na vida, é preciso lutar, levantar-se. Que as coisas não nos vêm de mão beijada e que cada geração tem que se revezar com a anterior para manter as conquistas. Essa luta estamos vivendo agora, você também terá que participar dela, quando chegar o momento. Quero que você viva as coisas em primeira pessoa, que se engaje, que não espere que os demais o façam em seu lugar. Eu, de certo modo, também estou

nessa causa para deixar um mundo melhor para a minha filha, e ela deve fazer o mesmo por seus filhos.

Na mesma direção expressava-se o texto lido em Mieres por uma menina, ao final de uma das passeatas convocadas pelas Mulheres do Carvão, poucos dias depois do fim da greve: “nos ensinaram que não se consegue nada sem esforço e sem luta”.

As alusões ao passado estiveram presentes de forma contínua em discursos e declarações dos próprios mineiros aos meios de comunicação. Em especial, a “grande greve” de 1962, cujo cinquentenário deu lugar a atos comemorativos, operando como referente simbólico. No mesmo cenário onde teve início aquela greve – a mina Nicolasa – celebrou-se um ato que emulava o manifesto de intelectuais denunciando as torturas durante a greve de 1963 e apresentando um documento de apoio às reivindicações dos mineiros assinado por 102 pessoas do mundo da cultura. A Marcha Negra também tinha vários precedentes, o primeiro dos quais caiu no esquecimento (em 1980, os mineiros de Crimidesa, na província de Burgos, mantiveram uma greve de 300 dias que deu lugar a uma marcha a pé até Madri), mas não os demais: em 1992, se produziu outra marcha de mineiros a partir de Villablino que encontrou calorosa acolhida em Madri, e em 2010, houve uma nova marcha de mineiros entre Villablino e Leão, que não prosseguiu até Madri pelo fato de sua reivindicação de cobrança de salários e aprovação do decreto de incentivos ao consumo de carvão nacional ter sido aceita. Também seria preciso mencionar a chamada Marcha de Ferro, de 500 trabalhadores siderúrgicos bascos e asturianos, realizada em outubro de 1992.

As solidariedades setoriais também se ativam além das fronteiras. As correntes de simpatia entre mineiros de qualquer lugar do mundo sempre foram patentes, e nessa ocasião não foi diferente. Delegações de mineiros alemães, ingleses, chilenos e polacos viajaram para as Astúrias, de onde também partiram mineiros para buscar apoio à sua luta. Na Inglaterra

criou-se um Comitê de Solidariedade aos Mineiros Espanhóis, e vários deles, oriundos de Durhan, viajaram até Leão.

As mostras de simpatia têm, por sua vez, as mais diversas procedências, incluindo algumas que podem parecer completamente insólitas em um conflito trabalhista: o coletivo de motoqueiros Leopards do Asfalto, a estrela de futebol espanhol David Villa – filho e neto de mineiros, nascido aos pés da mina Candín –, o também internacional Santi Cazorla e vários jogadores de futebol do Sporting de Gijón expressaram de forma ativa seu apoio, comparecendo às concentrações que se realizavam nas minas onde os mineiros permaneciam em barricadas.

O percurso da marcha até Madri e, sobretudo, a calorosa acolhida à sua chegada e as várias manifestações que a sucederam demonstram essa corrente de simpatias. Cartazes assinados por uma enorme variedade de pessoas, coletivos, organizações e procedências geográficas, lemas entoados exaustivamente, expressando identificação com a luta operária, mostras de agradecimento pelo exemplo dado em relação à forma de responder aos cortes sociais, reações que tratam de emular sua atitude, multiplicando os protestos nas ruas. A greve mineira converteu-se, desse modo, em desencadeadora de muitas outras expressões de mal-estar.

O fenômeno torna-se especialmente digno de nota se levarmos em conta todas as limitações iniciais que a mobilização dos mineiros apresentava e que foram assinaladas: escassos em número, quase irrelevantes para a economia nacional, com uma imagem deteriorada, em um clima de frustração, questionados inclusive em seu entorno mais imediato por não terem sido capazes de defender no passado a atividade ou de garantir alternativas para a geração seguinte, pelo elevado nível de pré-aposentadorias e pelo papel desempenhado pelos sindicatos como poderes fáticos e administradores de recursos. Caberia acrescentar sua evidente desconexão com outros movimentos sociais, em especial com aqueles encarnados pelos jovens em meios urbanos, sociologicamente muito distanciados. O

comunicado emitido, quando a greve foi declarada, pelo grupo de meio ambiente da madrilenha Acampada de Sol, defendendo o fim de toda a mineração de carvão, constitui um exemplo extremo dessa distância, aparentemente intransponível, em relação ao movimento social com mais capacidade de mobilização nos últimos tempos. Ao contrário, a assembleia de indignados de Oviedo reagiu apoiando os mineiros e fazendo votos para que “os demais setores em luta hoje em dia (educação, saúde, transporte, funcionários públicos, etc.) sigam seus métodos de luta e declarem greves indeterminadas em seus respectivos setores”.

Sobre essa base – a da comprovada capacidade de mobilização dos mineiros – se forjaram as simpatias e as solidariedades mais heterogêneas. É a contundência da luta dos mineiros que os converte em referentes e em catalisadores de energias alheias. Por si mesma, a prática tem êxito em fazer confluir sensibilidades muito distantes ali onde as políticas e os discursos fracassam. O êxito na obtenção de apoio social e a captação de simpatias na opinião pública ocorrem apesar da atitude receosa e endogâmica das direções sindicais, respaldadas por estratégias defensivas amplamente sustentadas, e das carências de mensagens que se apoiam em velhos argumentos cada vez menos eficazes (valor estratégico do carvão, agravantes históricos e impacto territorial). Assim, quando, em 23 de fevereiro de 2013, o movimento de indignados convocou uma nova jornada de mobilizações contra as políticas antissociais e a deterioração do sistema político, a manifestação de Oviedo plasmou as pontes estendidas durante o conflito do ano anterior. Nessa ocasião, ônibus fretados em Madri, Leão e Aragão, assim como nas bacias mineiras asturianas, somaram-se aos manifestantes agrupados em torno da defesa da mineração do carvão, que tinham se constituído na greve do verão passado e que fizeram constar que a sua presença representava um exercício de reciprocidade com o movimento dos indignados pelo apoio recebido durante seu conflito.

Também cabe atribuir à sua disposição – presente e passada – para a luta, mais do que a nenhum outro fator, a atenção recebida. As reminiscências de uma épica operária mantêm-se como um ativo, quando são invocadas através da mobilização. Nem o eco, nem os apoios que obtiveram guardam correspondência com seu número ou seu peso social na atualidade, e sim com o que representam como arquétipo rodeado de conotações simbólicas que resiste a desaparecer. Os primeiros a denotar isso são os próprios mineiros, que reagem de acordo com esquemas transmitidos por várias gerações.

Nas Astúrias, o conflito da mineração desenvolveu-se em um contexto que vai além da coincidência com a greve do transporte e se estende a anúncios de fechamentos e cortes severos em outros pilares da indústria: dura aplicação da reforma trabalhista na siderurgia (acompanhada de um ERE e da paralisação de um alto forno), fechamento na Suzuki, na Fábrica de Armas de Oviedo e na oficina de Duro Felguera, em Barros. Em Avilés e Gijón ocorreram manifestações contra a crise e o desemprego durante todo o período da greve mineira. Nenhum desses problemas deu lugar, não obstante, a um conflito da envergadura do protagonizado pelos mineiros, nem encontrou uma ressonância similar.

Tal como apontava o ex-presidente asturiano Pedro de Silva, no início da greve, esses mineiros de 2012 apresentaram-se em solitária atitude majestosa de diálogo com seu passado. Daí extraíram referentes e identidades que lhes proporcionaram ativos intangíveis que continuam sendo efetivos, por mais anacrônicos que possam parecer. O conflito de 2012 foi crepuscular, protagonizado por um punhado de mineiros que povoam distritos em declínio, cujo isolamento, não somente geográfico, teve êxito unicamente em ser compensado por sua enérgica capacidade para a resposta coletiva. Essa batalha, que muito provavelmente foi a última, foi travada nas piores condições: em meio ao vendaval da crise e dos cortes, em situação de isolamento social e de debilidade política, quando só res-

tavam uns poucos milhares de mineiros em toda a Espanha. Mas, ainda assim, os mineiros não se renderam a um funeral de terceira, aceitando de maneira resignada o destino que outros escrevem para eles, como acontece com tantos outros afetados pelos ajustes. Aqueles que saíram às ruas ou se fecharam nas minas responderam ao que se espera deles: uma reação coletiva e contundente.

Enquanto o fizeram, obtiveram um eco que mostra que hoje como ontem, os mineiros se projetam para longe de suas reivindicações concretas e dos confins de uma bacia em prolongado declínio. Como sujeito coletivo, seguem sendo uma figura poderosa, um arquétipo que transcende o imediato. Em 1962, eram vistos como a vanguarda; agora, como os últimos expoentes das velhas formas de luta sindical. Mas, de um ou de outro modo, seguem atraindo atenções e servindo como referência.

Movimentos contra a violência de Estado gênero, território e afeto como política¹

Adriana Vianna e Juliana Farias

Sobre falar em violência do Estado, não em violência policial

Falamos em violência tomando por base uma relação estabelecida com movimentos contra a violência de Estado, mais especificamente com uma rede de movimentos que se organiza graças a familiares, notoriamente as mães, de pessoas que morreram em razão de algum tipo de ação promovida por agentes e/ou instituições estatais. Temos procurado pensar esses movimentos como dotados de uma carga específica, contextual e situacional própria, mas que podem ser tomados como parte de um arco mais amplo de vários outros movimentos que, de alguma forma, se organizam a partir dessa percepção e dessa experiência concreta de ser continuamente alvo do Estado. Populações periféricas, populações negras, populações de favela, bem como populações indígenas e populações que estão lutando pela terra. Ou seja, como parte de um conjunto de movimentos políticos que, de alguma forma, se constituem e elaboram constantemente suas estratégias e sua localização política após a percepção bastante concreta de serem objeto preferencial de determinados tipos de ações violentas de Estado, voltadas a controlar sua circulação, sua movimentação ou a sua própria existência, sua vida. Falaremos mais sobre esse movimento que é o

¹ Texto fornecido pelas autoras, em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 23 de maio de 2016. Na ocasião, discutiram parte das ideias registradas no artigo “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional” (*Cadernos Pagu*, 2011), juntamente com outras reflexões de seus trabalhos individuais.

nosso ponto de referência: a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

“Os mortos se apoderam dos vivos”, já nos lembrou Bourdieu (1989). Efetivamente, há um tipo de enredamento que consideramos existencialmente positivo e politicamente muito marcante; ele se inscreve na própria natureza do movimento sobre o qual vamos falar. O primeiro elemento marcante nessa direção diz respeito à composição da Rede que, desde seu começo, se constitui abrindo espaço para uma figura singular, a do “apoiador”, que é distinta mas às vezes se apresenta como sobreposta à figura do pesquisador, que participa mais diretamente das ações do coletivo. Os familiares de vítimas são os protagonistas desse processo político, pois entram na militância após vivenciarem uma situação brutal de perda e uma experiência de violação consideradas extremas. Aqueles que são pesquisadores ou figuras que, de alguma forma, têm uma relação constante com esses familiares e militantes, mas que não são nem familiares, nem moradores de favelas e periferias, são considerados apoiadores. Ou seja, operam graças a uma associação forte, mas não a uma identificação profunda, que só pode ser estabelecida pela experiência compartilhada. No nosso caso, como não temos essa condição de experiência compartilhada que marca os familiares, ocupamos esse espaço de apoiadoras/pesquisadoras. Considerando a inserção da Rede em um conjunto de coletivos, associações, redes e articulações, outra marca pode ser vista na elaboração de determinado tipo de narrativa política e de repertório de ações que está evidentemente ancorado na elaboração das discussões sobre o componente discricionário das ações do Estado em relação a certos corpos, populações, relações e territórios.

A dimensão do território é fundamental e vamos retomá-la em diferentes momentos. Ela vem se reelaborando nos últimos anos, com o adensamento de certas questões e temas, como o racismo institucional e o genocídio da população negra. Ou seja, trata-se de pensar o processo de

violência que atinge essas pessoas em suas relações e seus espaços de moradia, de vizinhança e de circulação, como estando indexado a determinado tipo de ação estruturante do próprio Estado, compreendendo a matança como uma forma de governo que está ligada, por sua vez, a uma espécie de construção contínua de fronteiras e de linhas de demarcação entre pessoas, espaços e relações que “contam” e que “não contam”. Especificamente no caso das mães, que são as figuras protagonistas e mais fortes dessas redes e movimentos, esse processo se faz com a conversão da narrativa sobre a dor pessoal, a tragédia, o desastre, e a dimensão insuportável de perder o filho em uma narrativa coletivizante, com forte marca politizante e sociologizante. No texto “A guerra das mães” (Vianna e Farias, 2011), procuramos escrever sobre essa percepção de uma sociologia da injustiça estrutural que atravessa as ações das mães e familiares. Entendemos, assim, que essa coletivização da dor individual faz toda a diferença, tanto no processo de elaboração desse luto pessoal quanto da construção de si mesmas como protagonistas de uma luta política, levando à sua inserção em uma forma de compreensão que lhes permite se verem não como sujeito de uma tragédia individual, e sim como alvo de um modo de operação do Estado.

Poéticas que fabricam legitimidades políticas e pautam nosso olhar

Também gostaríamos de chamar atenção para as interações que se estabelecem na nossa própria forma de decisão sobre o que escrever, como escrever, como narrar, bem como para nossa relação com essas interlocutoras protagonistas. Há uma questão relacionada às formas de linguagem que são acionadas por esses coletivos, em especial pela figura das mães, que passa pela utilização de poéticas muito marcantes, compreensíveis considerando-se o mapeamento de um lugar onde se possa fabricar legitimidade política: narrativas sobre a história da infância do filho, narrativas sobre a própria maternidade. Uma expressão que circula há algum tempo

em suas falas e que foi mais recentemente sedimentada em atos públicos, em faixas com os dizeres “nossos mortos têm voz”, vem sendo ampliada para “nossos mortos têm voz, nossos mortos têm mães”, indicando a presença de uma operação da linguagem que carrega a ideia da morte no plano da coletividade, mas atravessada por uma poética materna profunda, uma poética do afeto e do sentimento.

Em razão disso, nossas negociações em torno da escrita passam tanto por certo cuidado com relação aos lugares de fala e à atribuição das autorias do que é dito, quanto pelo reconhecimento de que estamos lidando com sofrimentos, palavras e inscrições muito fortes para todos os envolvidos. Mas, ao mesmo tempo que cuidamos de marcar essa distinção e explicitar os créditos sobre as formulações feitas pelas mães e demais integrantes do movimento, também percebemos, em certos momentos, como estamos saudavelmente carregadas dessa mesma poética e seguindo pela mesma direção em que ela nos leva a todos. Isso significa estarmos atentas para onde elas nos apontam o olhar, para o que dizem que devemos prestar atenção. Percebemos, assim, que devemos escrever sobre as doenças, sobre as dores no corpo; que devemos olhar para as marcas que estão sendo evidenciadas agora em determinados espaços através das placas, de desenhos nos muros, etc.

Temos conversado entre nós acerca dessa preocupação em marcar nossa escrita por esse compromisso político, que vai sendo tecido no cotidiano, nas caminhadas, nas atividades, de olhar para onde dizem que devemos olhar e trabalhar a partir disso. Se estamos caminhando com elas em atos, em manifestações e em outras situações, o que, exatamente, estamos sendo chamadas a perceber, a relatar e a etnografar? São os movimentos dos familiares? Em parte, sim, mas também são todos os mecanismos de fechamento de portas, de produção da opacidade do Estado e da ilegitimidade das suas ações. Sendo assim, se vamos a um ato realizado na frente do Fórum, nosso objeto de etnografia é o próprio Fórum, bem como os

adiamentos infinitos das audiências, a opacidade do laudo cadavérico. Ou seja, não é só o cartaz com a foto do filho, também são todos aqueles processos que ocupam um lugar-chave na produção dessa morte, como uma engenharia de governança, como parte de uma maquinaria de Estado que não está só no fuzil mas também nas múltiplas etapas que fazem com que a morte não exista social e politicamente.

Comprendemos, então, que etnografar esses mecanismos de opacidade é parte desse nosso trabalho compartilhado com as mães de vítimas e demais familiares. Isso se aproxima, por sua vez, de algo que faz parte dos próprios encargos da militância dos ativistas, que igualmente se empenham em destrinchar cada uma dessas etapas, em aprender a circular pelos fóruns, em dominar as formas de ler o processo judicial e ir conseguindo cumprir o papel de auxiliar e “dar o caminho das pedras” para familiares, em casos mais recentes, e para as novas mães que chegam buscando algum tipo de ajuda. Ou seja, há uma cadeia de transmissão de *expertise* que deve ser entendida como parte da própria ação militante e política dos familiares.

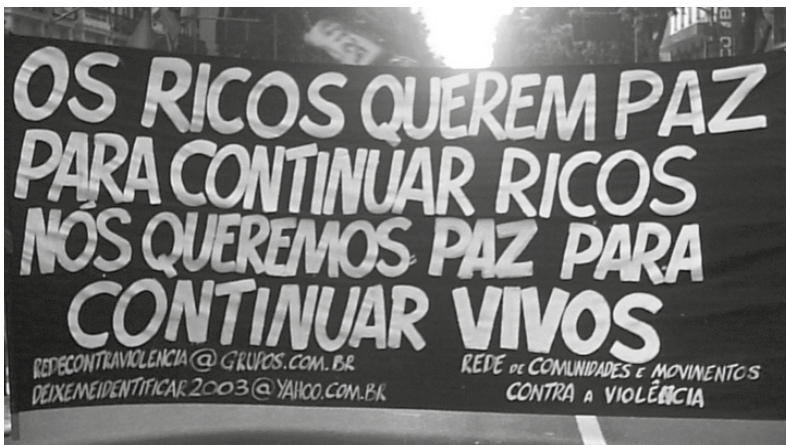
Caminhos do movimento, caminhos da pesquisa

A Rede contra Violência surgiu em 2004, como desdobramento da ação coletiva decorrente de uma chacina no morro do Borel, em 16 de abril de 2003. Em uma operação do 6º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro naquela favela, quatro rapazes foram executados, três dos quais moravam na comunidade e um deles, Carlos Magno, morava na Suíça com a mãe e estava passando férias na casa da avó no Borel. Ele tinha vindo no período de férias porque queria se alistar, estava fazendo 18 anos. Carlos Magno era muito amigo de Thiago, outra vítima fatal dessa chacina, e os dois estavam na porta de uma barbearia. Naquela época já estava ficando famoso esse tipo de corte de cabelo com desenhos, como aparecem no novo documentário do Emílio Domingos, *Deixa na régua*, e havia uma barbearia no Borel,

na estrada da Independência, a única via daquela comunidade em que passa carro. Havia uma fila de espera naquele dia e era horário de saída das escolas. As pessoas entendem isso como uma falta de respeito ainda maior, pois crianças transitavam pela favela, de modo que isso não pode ser considerado uma informação menor sobre essa e outras chacinas. Thiago e Carlos Magno escutaram som de tiros, correram para um beco, achando que uma viatura estava subindo a estrada da Independência e atirando. Mas os policiais que atiravam já estavam dentro do beco, em cima da laje de uma casa que estava em obras, e que eles tinham invadido mais cedo – uma técnica conhecida pelos moradores e pela militância como “cavalo de troia”: os policiais entram antes, se escondem em alguma casa e esperam um determinado momento para sair e, então, realizar uma ação violenta. Foi isso que aconteceu naquele dia. Além de Carlos Magno e Thiago, que correram para o beco, Carlinhos, outra vítima fatal da chacina, fez esse mesmo movimento. Não estava junto com eles, mas correu para o beco e também foi executado sumariamente. A quarta vítima, Everson, era taxista, não tinha a mesma faixa etária dos outros. Os outros tinham por volta de 18, 19 anos. Everson era um pouco mais velho, tinha 26 anos. Ele estava com uma pasta com todos os documentos do carro e fez um movimento de tentar pegar, de mostrar algum dos documentos para os policiais. Ele ainda teve um espaço de tempo para fazer isso. Os policiais quebraram o braço dele e depois o executaram. Por conta dessa atitude, de Everson tentar dizer “sou trabalhador” (uma argumentação que aparece em outros relatos de episódios como esse), as famílias, e em especial duas das mães dessas vítimas, a de Thiago, Dalva, e a de Carlos Magno, Marta, em uma conversa ampliada com outros moradores e instituições do Borel, entenderam que a pergunta “posso me identificar?” seria um nome forte pra reunir essas pessoas em torno de uma causa. Esse coletivo que se organizou inicialmente no Borel como Movimento “Posso me identificar?” deu origem à Rede contra Violência, um ano depois da chacina. Essa pergunta acompanha a

atuação que, de certa forma, foca na figura da Dalva, mãe de Thiago. As atividades da Rede, quando são organizadas em conjunto com a Dalva no Borel, trazem sempre materiais com a pergunta “Posso me identificar?”, além de outras frases e palavras de ordem que foram sendo produzidas ao longo da trajetória da Rede contra Violência.

Como a trajetória da Rede é longa, escolhemos trazer hoje alguns momentos-chave que ajudam a entender um pouco da mudança do cenário na segurança pública no Rio de Janeiro. Há um marcador muito importante na forma como a Rede enxerga essa violência – e que compartilhamos –, que passa por compreender que não está apenas na conta do Estado a responsabilidade por essas mortes: existe uma sociedade que demanda ações violentas da polícia, que demanda uma política de segurança pública produtora desse tipo de ação. Algumas faixas, como a que reproduzimos em seguida, por exemplo, indicam que não é apenas o Estado o responsável por essas execuções e chacinas.



Ato contra a violência do Estado. Rio de Janeiro, 2005.

Fotografia: Juliana Farias.

Essa frase foi pensada e elaborada pelo coletivo para uma atividade de 2005, mas traz uma comunicação enorme com o que vai ser pensado depois da instalação das UPPs. É importante notar que em 2005 ainda

faltavam três anos para a instalação da primeira UPP, em 2008, no Santa Marta. E, na sequência, o Borel foi uma das favelas onde também foi instalado esse projeto das Unidades de Polícia Pacificadora.



Ato em memória dos dez anos da Chacina do Borel. Morro do Borel, 2013.
Fotografia: Glaucia Marinho.

Quando se completaram dez anos da chacina do Borel, em 2013, a reflexão da Rede contra a Violência e de outros coletivos de moradores de favelas em relação a esse projeto passava pela compreensão de que as mortes que ocorrem nas favelas, antes e depois da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, não podem ser vistas como erros. Essa informação é importante porque se relaciona com a conexão que apontamos entre o que o movimento social nos diz e o que priorizamos nos nossos trabalhos. Trata-se necessariamente de escolhas políticas, então não podemos fugir disso, nem queremos.

Por isso, também, lembramos aqui de uma manifestação ocorrida em 2005, marcada por uma caminhada da Candelária até à porta do Fórum. Esse foi um dos cartazes produzidos por uma das mães, que fez questão de trazer uma frase da relatora da ONU, Asma Jahangir.



“Nenhuma sociedade civilizada deu à polícia o direito de julgar e matar.”

Cartaz em ato contra a violência do Estado. Rio de Janeiro, 2005.

Fotografia: Juliana Farias.

É necessário apresentar esse movimento em que um grito interno ganha uma escuta internacional por parte desses organismos de direitos humanos de fora do Brasil, antes de seguir com nossos argumentos. De forma resumida: a relatora da ONU vem, conversa com as mães e depois faz uma reunião com representantes do governo do estado, movimento que se repete. Isso acontece hoje também, quando muitas mães são convidadas pela Anistia Internacional para fazerem um circuito de denúncias visitando outros países. Ana Paula Oliveira, de Manguinhos, mãe de Jonatha, viajou para a Europa com a equipe da Anistia, para fazer esse tipo de denúncia. Débora Silva, das Mães de Maio, de São Paulo, foi para os Estados Unidos com esse mesmo objetivo. Esse circuito tem impacto na movimentação dessas mães de vítimas no Brasil. No caso do cartaz, a frase que uma das mães escolheu (“nenhuma sociedade civilizada deu à polícia o direito de julgar e matar”) também é fruto desse circuito internacional, pois foi somente depois do envio de denúncias à Relatoria de Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais da ONU que a relatora veio ao

Rio de Janeiro e disse isso. O cartaz está manchado porque no dia do ato foi feita uma intervenção com tinta vermelha, simbolizando o sangue; a tinta foi jogada em cima de todos os materiais que foram expostos no chão, na calçada em frente à entrada do Fórum do Rio de Janeiro. Enquanto a tinta era jogada, as/os participantes da manifestação gritavam a palavra de ordem “O Estado dá ordem, a justiça vem e encobre”.

Como acompanhar uma atividade como essa e não prestar atenção no que acontece do lado de dentro do Fórum?

Durante o trabalho de campo que fizemos, um dos roteiros perseguidos passava pelo Fórum. Ficávamos pelos corredores, junto com as mães, esperando as audiências. Ali, nos corredores, fazíamos nossas anotações, com base em conversas e observações atentas. A notícia de um adiamento de audiência, por exemplo, era ponto de partida para que as famílias comesçassem sua própria reflexão sobre esse processo político, explicitando sua indignação. Desse modo compartilhado, fomos reaprendendo a olhar para o Estado como objeto de pesquisa.

Acompanhar a agenda das mães e demais familiares da Rede contra a Violência significava participar também de diferentes tipos de encontros entre essas/esses familiares e determinados agentes do Estado, em instâncias e esferas estatais diferenciadas. Esse trabalho de campo era composto por uma agenda muito vasta, que incluía idas à Defensoria Pública, às delegacias, a batalhões, ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa. Estamos, portanto, falando de uma agenda que, por si só, já dá conta da dimensão de complexidade do Estado para a qual devemos estar atentas ao fazer a pesquisa.

Sobre opacidades e apagamentos

O percurso que fazíamos com mães, familiares e outros militantes estava diretamente ligado a algo vital nesse movimento de não naturalização do processo de apagamento das mortes cometidas por agentes e instâncias de

Estado. Não custa lembrar, afinal, que é preciso muito trabalho político para que essas mortes não existam socialmente. São necessárias muitas etapas para tornar essa prática de matança algo opaco, ilegível e desimportante. Trata-se, então, de uma questão intrigante e que exige um esforço de reflexão sociológica: que técnicas de governo são essas que fazem o possível para que óbitos não aconteçam? Como afirmamos antes, o que nos guia é sempre aquilo que as mães de vítimas e demais familiares nos apontam. Foram eles que nos mostraram a importância de destrinchar essa opacidade, esse processo de naturalização, de fabricação da não resistência social e política às mortes cotidianas como uma forma de governo.

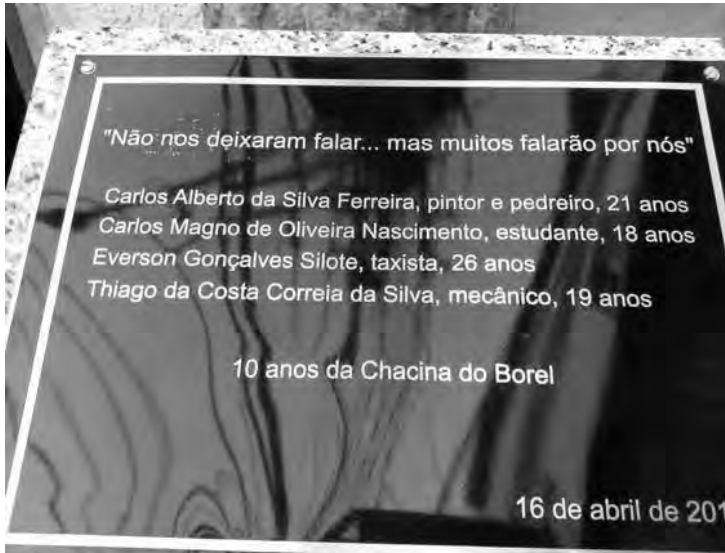
Escolhemos trazer determinadas fotos como parte da percepção que temos sobre a importância da linguagem do afeto e do gênero nesse processo. O gênero está especialmente presente nas imagens que as mães das vítimas acionam e que estão centradas na maternidade, como as que tratam de útero, ovários, reprodução, sonhos, premonições e outros, sublinhando a existência de um laço indelével entre os corpos das mães e os corpos dos filhos. Tais imagens são armas políticas cruciais e nada gratuitas em situações marcadas pelo enfrentamento contínuo da não existência social dessas mortes. Ao não se reconhecer a morte desses meninos, jovens e homens, há um processo de apagamento absoluto de suas vidas como um todo. Não à toa, portanto, a artesanaria política delas é afetivamente “encharcada”: são as camisetas com as imagens dos filhos, são as roupas que são levadas aos atos como parte de uma linguagem que busca chamar atenção para esse trabalho de retorno ao útero, de retorno ao ovário e de retorno à menstruação. Como nos disse uma das mães certa vez: “no dia em que meu filho foi morto, eu senti cheiro de menstruação o tempo inteiro. Eu não sabia que ele estava morto”. Falamos, então, de uma operação cognitiva, simbólica e política que está ligada diretamente a esse jogo de forças estabelecido em torno do reconhecimento ou não das mortes. Foi justamente pela necessidade de escrever a partir do lugar do afeto

profundo e da força dessa díade mãe-filho que percebemos presente todo o tempo nas ações desses familiares e militantes que decidimos usar no nosso artigo a ideia do “mandato simbólico materno” como aquilo que (re) inscreve a vida em sua dimensão indelével e perene.

Trabalhar nessa fronteira entre os mecanismos de opacidade e os mecanismos de inscrição profunda da vida e da perda nos leva a realizar uma espécie de etnografia do Estado a partir do dano, uma etnografia da destruição. Esse é um ponto que temos em comum com outras pessoas que vêm realizando pesquisas a partir das mortes ou das remoções, como é o caso de Raquel Barros (2016), Alexandre Magalhães (2013) e Anelise Gutterres (2016). Esses autores vêm produzindo compreensões e leituras sobre o Estado com base na experiência das pessoas que são diretamente atingidas por essas ações, acionando o que poderíamos chamar de uma cartografia da destruição, da perda e do dano.

Como já escrevemos em outros momentos sobre essa dimensão do afeto e sua centralidade nos movimentos de familiares de vítimas, gostaríamos de explorar algumas questões que têm relação com as conexões com os territórios. Tem ficado mais forte, a nosso ver, a preocupação com o estabelecimento de certas ligações entre os corpos e os lugares das mortes, mas como estratégias que optamos chamar de modos de “ferir o espaço”, de marcar com demérito tanto a morte, quanto seu apagamento e sua invisibilidade. Colocar placas, fazer inscrições, sedimentar cruzeiros e outras ações são modos de produzir memória nesses (e através desses) locais.

Nas imagens que trazemos, podemos ver uma placa que foi colocada quando a Chacina do Borel completou dez anos. As fotos que tiramos referem-se, porém, ao ato que aconteceu para marcar os 13 anos da Chacina; nelas podemos ver que, além da placa, foi colocada uma cruz exatamente onde os quatro rapazes foram mortos. A inscrição física e espacial das mortes e o modo como ela passa a ser visibilizada para outros que estejam nos atos ou que passem pelos locais faz parte do trabalho de coletivização das mortes, mas o ultrapassa.



Placa colocada para marcar os 10 anos da chacina do Borel.
Fotografia: Adriana Vianna.



Placa e cruz colocadas para marcar os 13 anos da chacina do Borel.
Fotografia: Adriana Vianna.

No ato havia pessoas muito jovens, que estavam no Borel para outro encontro, dos “Jovens pesquisadores de favela”,² que reuniu moradores de diferentes favelas do Rio, e isso deu ensejo a uma relação coletiva e transbordante entre eles e as mães de vítimas, as quais, olhando diretamente para eles, diziam frases como: “é o meu filho, mas não é só o meu filho. É o meu filho, mas são todos os outros jovens que poderiam ser mortos”. Mais do que nunca, ficou evidente e impactante a operação afetiva e política entre o singular e o coletivo, pois aquelas mães ocuparam o lugar de falar como se fossem de certo modo mães de todos os jovens que estavam ali, e eles, por sua vez, claramente as ouviam de modo reverente, ratificando seu lugar de mães de todos, vivos ou mortos. Estamos lidando, assim, com uma operação política que não se faz apenas em torno da linguagem do parentesco, mas mais do que isso, de uma espécie de parentesco construído na prática, graças a um registro de perda brutal. É essa percepção do parentesco simbólico pelo dano ou pela possibilidade de dano sempre à espreita que permite a solidariedade política ativa entre mães e jovens nessa cena.

Dalva, a mãe de Thiago, um dos rapazes mortos na Chacina do Borel, em determinado momento disse para os jovens: “o meu filho não volta mais, não é pra ele isso aqui. Isso aqui é pra vocês”. Fica nítido, assim, o transbordamento da relação de parentesco, através da politização profunda que se faz nessa conexão com os jovens. Como isso vai ser elaborado pelos próprios jovens é algo que só veremos daqui a alguns anos, mas que não cremos que possa ser banalizado. Essa mesma forma de coletivização centrada no espraiamento da figura das mães e dos filhos para outras mulheres e outros jovens está presente também na forma como o Movimento Mães de Maio, de São Paulo, frequentemente usa a expressão

² De acordo com a apresentação dos próprios Agentes Pesquisadores: “O projeto Agentes Pesquisadores da Favela tem como objetivo formar em técnicas de pesquisa quinze alunxs de territórios de favelas do Estado do Rio para fomentar a participação, protagonismo, visibilidade e inclusão dxs faveladxs em pesquisas. Essa é uma criação de moradores das favelas Formiga/Borel e hoje é conduzida por moradores de periferias de todo o estado”. Disponível em: <https://www.facebook.com/agentespesquisadoresdafavela/>. Acesso em: 14 maio 2019.

“nosso exército de filhos”, indicando a natureza profundamente afetiva da ação política que realizam. Há a presença da imagem de uma experiência compartilhada não apenas no presente, mas em um horizonte futuro hipotético, no espaço possível do “vir a ser” em relação às próprias mortes, pelos riscos sempre postos aos jovens negros moradores de favelas e pelos temores vividos pelas mães em geral. As falas das mulheres dirigindo-se a eles, portanto, são tudo, menos uma evocação vazia, apontando para uma espécie de administração da possibilidade contínua de ser alvo de ações violentas da polícia e outros agentes estatais.

Gostaríamos, assim, de chamar atenção para o fato de que tratamos de processos estreitamente conectados em relação ao território e às vidas das pessoas. Esse trabalho de inscrição dos e nos lugares pode ser tomado como parte da produção de uma cartografia política e afetiva dos territórios que tem nas mortes um ponto nevrálgico em termos de construção política, afetiva e de memória. É uma contra-ação às práticas coloniais tão fortemente presentes na forma como certos espaços e moradores são vistos e tratados por agentes estatais tanto em termos históricos quanto em dinâmicas cotidianas. Como destacou João Pacheco de Oliveira (2014), é importante compreender o quanto as políticas, como as de “pacificação”, estão relacionadas à concepção de que certos territórios e populações são insuficientemente civilizados e potencialmente inimigos, o que remete necessariamente a essas práticas coloniais a que fizemos menção.

O território é, assim, uma dimensão fundamental do “governo de mortes”, no sentido que Juliana Farias usa (2014), do mesmo modo como a política realizada pelas mães, como nós duas já exploramos no texto “Guerra das Mães”, está atravessada por essa resignificação concomitante do valor da vida dos filhos e do sentido do território, do espaço, como algo que não pode ser invadido e desrespeitado. Assim como afirmam que seus filhos não poderiam ter sido mortos como foram, marcam que os policiais não poderiam entrar no espaço da favela atirando. Desfazem, dessa forma,

a imagem passada nas justificativas estatais para as mortes como sendo resultado de “confronto” não apenas por defenderem seus filhos – “não era bandido, era trabalhador” – mas também o território: “Isso aqui não é terra de ninguém. Isso aqui é a minha vizinhança. Isso aqui é o lugar onde eu criei o meu filho”. Há, assim, uma afetivização do território que está estreitamente ligada à produção de sentidos para a vida e a morte dos filhos, mostrando que não podemos separar totalmente o questionamento sobre as mortes do questionamento sobre as formas de governar o território. Se está em jogo um modo colonial de produzir mortes, portanto, está em jogo também uma forma de insurgência que passa pela reconstrução do significado das vidas e dos espaços.

As estratégias mais recentes de deixar gravadas as mortes e a resistência a elas apontam para uma espécie de materialização dessas cartografias políticas, seja na forma de grafites nos muros ou através de placas e cruzes, como ocorreu não apenas no Borel, mas também em Manguinhos, em 2016, no ato que se desenrolou como continuidade às atividades feitas em São Paulo para marcar os dez anos dos crimes de maio. O espaço se torna ele próprio, desse modo, um tópic e suporte de denúncia, assinalando sempre a presença e o custo das mortes. Elas, as mortes, não flutuam pelo território, mas o redesenham, redefinem seus pontos densos e não se deixam apagar.



Muro em Manguinhos. Atividade em maio de 2016.
Fotografia: Adriana Vianna.

Uma vez mais, a questão da transmissão geracional se apresenta. Embora tenhamos optado por não usar imagens com crianças, é importante assinalar que todos esses atos estão cheios de crianças e jovens que acompanham a confecção dos grafites, que comentam sobre os nomes nas placas, que falam sobre os jovens e meninos que foram mortos. Como essas inscrições fixadas nos muros, placas e cruzeiros farão parte dos repertórios políticos, das formas de dar sentido e mesmo dos caminhos subjetivos daqueles e daquelas que interagem com elas, sobretudo esses mais jovens, é algo em aberto. O registro das mortes – e da presença das mães, como nos grafites que falam delas – produz outros mapas em todos os sentidos: cartografias políticas do espaço, mas também mapas de sentido para a vida coletiva. Todas essas ações imagéticas criam feridas na paisagem e a alteram pela presença tanto dos mortos que ficam ali registrados, como dos vivos que por ali passam, param e incorporam aquilo às suas experiências e às suas memórias pessoais. Quando pensamos isso em termos geracionais, sobretudo lembrando das crianças que estão sempre presentes nos atos, desenhando, comentando, vendo, ouvindo e traçando suas próprias histórias sobre os rapazes mortos e sobre suas mães, fica muito forte a percepção de um trabalho político e afetivo que se espalha no espaço e se transfere no tempo. Na interpelação que as inscrições materiais e simbólicas fazem naqueles que por elas passam está, a nosso ver, outra possibilidade de vivenciar politicamente essas mortes e as vidas a elas conectadas.

Referências

- BARROS, Rachel. *Urbanização e “pacificação” em Mangueiras*: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 75-106.

FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

GUTERRES, Anelise. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana*, v. 22, n.1, p. 179-209, 2016.

MAGALHÃES, Alexandre. *Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, 2014.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, 2011, pp. 79-116.

Os movimentos sociais e o Consea¹

Maria Emília Pacheco

Eu me sinto lisonjeada com esse convite, embora em um momento muito difícil da nossa história, de muita tristeza e indignação. Para começar, quero parabenizar José Sergio Leite Lopes e Beatriz Heredia pela pesquisa organizada e publicada recentemente como *Movimentos sociais e esfera pública* (2014). Essa pesquisa é um convite instigante para o debate, porque nos faz pensar na pluralidade de sujeitos políticos, na grande multiplicidade de movimentos sociais, afastando-se daqueles estudos muito referidos, de forma especializada, a um ou outro movimento. Ela nos mostra o quanto são necessárias leituras amplas dos chamados “novos movimentos” e uma busca pelo entendimento da resignificação dos movimentos sociais e históricos, das suas novas pautas. Uma leitura mais complexa, enfim. Mas essa é, de fato, uma conjuntura de retrocessos, em que se avizinha a desconstrução jurídica e a violação de direitos, a que uma frase da introdução desse estudo faz alusão:

O campo brasileiro da participação, de autoria pública, coletiva, gestado desde os conselhos de saúde dos anos 70, dos conselhos de infância e adolescência, dos de meio ambiente (para não falar nos de antes de 1964), e aumentado em grande escala nos últimos anos, é um fenômeno histórico que veio para ficar, contanto que o processo de democratização atual permaneça. Como sabemos, processos de democratização podem findar e dar lugar a processos de desdemocratização; nossa história (e a dos outros países) está plena disso. (Lopes e Heredia, 2014, p. 39)

¹ Palestra e debate realizados no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 16 de maio de 2016.

É exatamente esse processo que está em questão, e é com muita lucidez que a introdução coloca essa dúvida.

Eu vou distinguir três momentos, na minha fala. Um, sobre a especificidade da participação social em um conselho como o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que tem marcas muito próprias. Segundo, vou me reportar a um debate no Congresso Nacional onde se expressa a resistência conservadora à participação social (Pacheco, 2014).² Terceiro, vou mencionar algumas ameaças que estão muito flagrantemente situadas nesse contexto.

O Consea tem uma longa história, e é importante lembrar que ele foi criado em 1993, no governo de Itamar Franco, em um contexto de muita mobilização social. Era um período de um Governo Paralelo, e um momento de muita participação da sociedade na Campanha contra a Fome, pela ética, pela vida. Mas isso durou muito pouco, porque o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, substituiu o Consea pela Comunidade Solidária. Não se trata apenas da dissolução de um Conselho e de sua substituição por outra forma de organização na esfera pública: naquele momento, foi diluída essa perspectiva de segurança alimentar e nutricional que vinha se construindo no País. Essa perspectiva é retomada no bojo da mobilização pela Cúpula da Alimentação em 1996, período em que também nasce o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 1998, que eu tenho a honra de representar no Consa hoje. É bom lembrar, também, foi em uma conferência de saúde que primeiro no Brasil se chamou a atenção para a necessidade de uma política de alimentação e nutrição.

² Palestra proferida na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, sobre o tema da *Política Nacional de Participação Social*, coordenada pela senadora Ana Rita, no dia 5 de agosto de 2014. O objeto do debate foi o teor do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que propunha a instituição da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

Há muita história, portanto, até que cheguemos a 2003, quando o Consea foi reconstituído, e essa reconstituição foi feita em bases distintas.

Primeiro, porque faz parte de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse é um aspecto importante, considerando que a própria definição do objetivo dessa lei que cria a Política e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional mostra uma amplitude que deve ser ressaltada, porque ela dialoga com a perspectiva de participação social do Consea e de sua ampliação e diversificação.

Naquele momento, em 2006, se afigurava como objetivo dessa política apresentar a alimentação adequada como um direito fundamental. É então incluído na Constituição Brasileira, no artigo sexto, o Direito Humano à Alimentação (em 2010). A abrangência desse conceito aparece já na política, e eu quero chamar a atenção para isso: nós, no Brasil, não conseguimos, em nossa mobilização no Congresso Nacional, que se definissem de forma clara a soberania alimentar como uma perspectiva. Ela aparece de forma nublada, vagamente como uma referência, mas não como uma tônica. Diziam os parlamentares, naquele momento, que não havia ainda essa afirmação de soberania alimentar como um conceito no Brasil.

Mas nosso conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é muito amplo, não se confunde com o da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), um conceito mais restrito à dimensão do combate à fome e que não leva em conta vários aspectos – inclusive a dimensão nutricional, um aspecto importante no nosso debate. Essa abrangência inclui o sistema alimentar que vai desde as condições de acesso e disponibilidade até a qualidade do alimento, da produção ao consumo; fala também da conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos. São muitos ângulos e uma abrangência bem significativa que dá corpo ao conceito e que se traduz nas diretrizes da política, e é por isso que, desde a recriação do Consea, se trabalha com essa visão de que sua representação precisa levar em conta a multiplicidade de movimentos so-

ciais e de sujeitos de direito. O primeiro aspecto para o qual quero chamar atenção, então, é essa concepção de participação social associada à visão de construção histórica do Conselho, da política, com essa abrangência e com várias diretrizes. É importante registrar que ela emerge, nesse momento histórico, como uma política que procura se afastar do assistencialismo e de uma visão mais setorial de política. Esse é um princípio que, associado à participação social, estimula um crescente envolvimento dos movimentos sociais nesse Conselho.

Segundo: é preciso considerar que o Consea foi criado como um lugar muito específico dentro do ordenamento da conformação do Governo. Ele é um conselho de aconselhamento da Presidência, imaginem vocês. Um conselho de aconselhamento à Presidência formado de dois terços de representação na sociedade civil (hoje, são 40 representantes da sociedade civil e 20 do Governo), com a presidência atribuída à sociedade e escolhida pelos conselheiros e conselheiras, tanto da sociedade quanto do Governo. Esse é um aspecto que o distingue, por exemplo, de outros conselhos, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) ou como a recentemente criada Comissão Nacional de Agroecologia, porque ele tem essa particularidade. E nas suas atribuições, uma conjugação de funções: ao mesmo tempo, a responsabilidade de traduzir as grandes propostas que vêm das conferências nacionais para convertê-las em diretrizes de política ou aperfeiçoamento dessas diretrizes, essa ideia de que é preciso que se estimule a participação da sociedade e se ampliem os mecanismos tanto de participação como de controle social.

Em razão dessa dinâmica, o Consea se afirma, dialoga e faz a sua interlocução política através de Exposições de Motivos e de Recomendações. E por que estou distinguindo isso? Porque as Exposições de Motivos são aqueles posicionamentos do Consea dirigidos à Presidência da República e também à Câmara Interministerial, que é a representação dos Ministérios. E as Recomendações são dirigidas a órgãos públicos específicos do Executivo, assim como ao Legislativo e Judiciário.

Faço um parêntese para dizer que nós tivemos a alegria de receber, antes de ser destituído, um ofício do Ministério da Cultura colocando seu interesse em participar do Consea. Esse interesse espelha um processo permanente, devo insistir nisso, de aprofundamento das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional. A última conferência trouxe à baila, de forma mais clara, a perspectiva da cultura alimentar. É a reafirmação do lema que nós elegemos: “comida de verdade, no campo e na cidade, por direitos e soberania alimentar”. Por isso, o Ministério da Cultura acolheu essa sugestão, vinda da conferência, e confirmou isso em uma carta bem interessante, mas que lamentavelmente não entrará na história, pelo que parece.

Faço menção a essas formas de elaboração dos posicionamentos políticos para falar da progressiva ampliação de formas e espaços de atuação do Consea. Caracterizado como está, como lugar de monitoramento de políticas, de formulação de propostas, etc., ele progressivamente incorporou, também, uma perspectiva clara de ser um lugar de denúncias, de debates e de controvérsias. Nesses últimos anos, fizemos um debate sobre o impacto dos agrotóxicos, da liberação dos transgênicos e sobre a questão dos direitos à terra e direitos territoriais. Esses três temas foram tratados exatamente com essa perspectiva de fustigar, de provocar mais aqueles que são contra essas pautas, para que venham ao debate – embora isso seja muito difícil.

Essa é uma questão que precisaremos aprofundar, entre nós e em nossas lutas de resistência. Nós somos acusados de estarmos de costas para mudanças, para a aceitação das novas tecnologias, mas quando nós provocamos esses interlocutores para um debate, eles alegam que não podem vir, pois têm outras agendas, ou simplesmente recusam. No debate sobre transgênicos, isso foi transparente: os pesquisadores não vieram. Nós fizemos o convite através da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), e a alegação era que os pesquisadores estavam em férias. Em um segundo momento, depois de uma audiência com o ministro de Ciência e Tecnologia, tivemos um debate com a presença da presidenta da SBPC e

alguns pesquisadores que ele indicou – defensores dos transgênicos. Nós, por outro lado, chamamos pessoas como Rubens Nodári, Paulo Kageyama e Leonardo Melgarejo, grandes intelectuais, estudiosos do impacto dessas tecnologias. E a dificuldade do debate, para a surpresa nossa, foi que esses pesquisadores defensores dos transgênicos se manifestavam como se tivessem sido convidados para o Coliseu, para serem jogados às feras. Quer dizer, a incapacidade de aceitar um debate e colocar a ciência como uma ciência-cidadã, que precisa ouvir, dialogar, contestar e ouvir vários argumentos, é ainda muito difícil. E há uma negação total, nesse caso, por exemplo, do princípio da precaução, que nem é visto por esses cientistas como algo sobre o qual a ciência deva se debruçar. Mas esse é o papel que nos atribuímos ao dar muita importância para um conceito dessa natureza: o de suscitar essas controvérsias em meio a toda dificuldade.

Ao descrever esse processo de tensionamento em que se combinam, ao mesmo tempo, alianças, rupturas e negociações, a pesquisa mencionada sobre movimentos sociais fala em uma oposição entre confrontação com o Estado, por um lado, e a cooperação com a mão esquerda do Estado, por outro. Mas eu diria que, nesse processo, temos também uma situação de contradição com a própria mão esquerda do Estado, e é por isso que uma representação de vários movimentos em um Conselho como esse é importante.

Estou chamando atenção para isso porque temos estabelecido, nos últimos tempos, um debate sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, uma inovação nascida em 2003, dentro dessa concepção do Consea como lugar de formulação de propostas, mas que não se desenvolveu o bastante e tem passado por mudanças que o desconstroem.³ O fato de uma proposta

³ Podemos citar também outras iniciativas surgidas na mesma época, como a proposta de um plano safra da agricultura familiar – porque até então, no Brasil, só havia plano safra para o agronegócio. Foi no Consea que se atualizou, ainda, a proposta da Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), com três importantes inovações: dispensa a licitação, não obrigando que essa compra seja feita a partir da famigerada Lei 8.666, de impossível acesso pelo campesinato, com suas formas de organização; estabelece a compra de 30%, pelo menos, dos alimentos da agricultura familiar e das

de política de abastecimento não ter se desenvolvido revela também essas contradições, como eu dizia, com a mão esquerda do próprio Estado. Não encontrar ressonância em um debate sobre o nível de abastecimento entre interlocutores e gestores que estão próximos e que compartilham dessa visão da política de segurança alimentar e nutricional é uma contradição. Nós permanecemos, no Brasil, e agora mais ainda, com esses retrocessos, com a dificuldade de relacionarmos uma universalização da política ao atendimento a demandas específicas entre os movimentos sociais e suas identidades próprias. O Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, não tem como ser executado da mesma maneira em comunidades quilombolas e na agricultura familiar no Sul – são realidades muito distintas.

Ao mesmo tempo, há alguns instrumentos que bloqueiam o acesso a essa política. A pesquisa mostrou como as políticas sociais resistem e criticam a burocracia, e isso precisava ser mais analisado. Porque a burocracia não é um acréscimo, ela é constitutiva, a meu ver, de uma política que já nasce com uma contradição entre a formulação de objetivos e a possibilidade de acesso por essa pluralidade de sujeitos. A DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo, que nasceu como instrumento de acesso a crédito, não pode ser aplicável às políticas em geral, inclusive de fomento. Existem contradições, então, que não estavam ainda superadas, e que só tendem a se aprofundar, no contexto atual.

Nessa ampliação de formas e de atuação, queria me referir à necessidade crescente, politicamente, de começarmos a dialogar com os movimentos e pressionar cada vez mais o Congresso e o Judiciário. Embora seja um Conselho de aconselhamento ao Executivo, nós começamos a enver-

comunidades tradicionais; e institui a necessidade de garantirmos a educação alimentar e nutricional e da compra dos alimentos de época, de safra e regionalizados. É preciso que nós não esqueçamos que a política nacional de alimentação escolar, embora não seja universalmente executada com todos esses aspectos positivos, foi um dos fatores fundamentais para que o Brasil saísse do mapa da fome (assim como, evidentemente, a política de atualização do salário mínimo, de garantia de emprego e o programa de transferência de renda).

dar por esse caminho e tivemos algumas participações importantes em audiências públicas, pressionando para que certos Decretos, certas propostas de Lei não fossem adiante, e esse é um processo interessante porque acaba criando possibilidades de vincular os movimentos a uma pauta. É o caso da luta pelo direito dos agricultores, especialmente da lei de acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado, uma movimentação que aglutinou muitos movimentos, tanto dentro do Consea quanto em outros Conselhos. Essa aglutinação incentivou uma capacidade – inovadora, eu diria – de segmentos do campesinato, por exemplo, conseguirem entender o outro: o que é a realidade de povos indígenas de comunidades tradicionais em relação não somente à agrobiodiversidade, suas sementes e suas variedades, mas também à biodiversidade da floresta. Embora essa luta não tenha tido sucesso, já que a lei que acaba de ser regulamentada viola o direito dessas populações, foi uma mobilização importante, no Consea e no Congresso Nacional.

Também em relação ao Judiciário, tentamos algumas investidas. Aliás, simbolicamente, no dia da minha posse, eu fui ao STF entregar, em nome do Consea, uma recomendação para que não aprovassem a Ação de Inconstitucionalidade em relação a um Decreto (4.887 de 20 de novembro de 2003) que regulamenta o direito e o domínio da terra das comunidades quilombolas, segundo a Constituição, no art. 68 do Ato das Disposições Transitórias. Talvez todos e todas já saibam que não só temos de nos confrontar com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215) do Congresso em relação a terras indígenas e ao domínio das terras quilombolas também no STF. Entretanto, soubemos depois que essa recomendação do Consea foi inserida nos autos, assim como no caso de outra manifestação nossa em relação ao STF, acatada quando se conseguiu a desintrusão de uma parte da terra dos Xavante de Marãiwatsédé.

Essa perspectiva de ampliação do espaço de atuação é crucial para entender a dinâmica desse Conselho, e nesse momento um dos nossos

desafios é nos confrontarmos com os órgãos de controle. O processo de criminalização dos movimentos sociais não se dá apenas em situações de conflito de terra, ou em relação a conflitos socioambientais. Ele está presente em vários campos, inclusive em relação às normas sanitárias. Hoje, a perseguição aos movimentos que produzem de forma artesanal o seu alimento é cruel. Por um lado, querem no congresso tirar o “T” de transgênico, desrespeitando o direito do consumidor à informação, embora nós continuemos sem saber o que estamos consumindo, muitas vezes. Por outro, há uma criminalização do alimento artesanal, em nome de uma visão de higienização, de uma visão de risco que, a nosso ver, está em disputa.

Hoje, talvez mais do que em tempos passados, a dimensão nutricional, dentro desse debate da política de segurança alimentar e nutricional, tem uma importância política enorme, porque há uma investida e uma recusa das empresas em aceitar qualquer mudança – inclusive regulação pelo Estado no que se refere à publicidade. A novidade positiva é uma resolução, chamada RDC 49, da Anvisa, reconhecendo que há alimentos produzidos de forma artesanal e que sobre eles é preciso incorrer normativas diferentes das que incidem sobre a indústria. Não sei se terá seguimento, agora, mas foi um passo importante e há grupo de trabalho debatendo esse tema. A questão mais profunda que está em jogo é o próprio conceito de risco: o que é risco, do ponto de vista da saúde e do ponto de vista da alimentação. O que eu posso dizer é que os órgãos de controle, nesse momento, estão desferindo uma perseguição terrível sobre as associações de agricultores que produzem alimentos na colônia, em Santa Catarina. Para vocês terem uma ideia, eles não estão permitindo sequer que eles vendam os produtos nas festas de igreja e nas comunidades. Há uma hipótese de que isso também se relacione com a força das grandes indústrias, as multinacionais de processados nessa região. Mas nós precisamos de um debate da sociedade com os órgãos de controle.

Eu vou dar outro exemplo: não se esqueçam que houve a criminalização dos movimentos na operação Agro Fantasma – que começou aliás com

o mesmo juiz que está à frente da Operação Lava Jato, juiz Moro, levando à prisão agricultores e gestores da Companhia Nacional de Abastecimento (que está sob crivo, aliás: há quem diga que ela precisa ser extinta). Isso é grave, porque são assuntos que deveriam ser tratados como assunto de política mas viram assunto de polícia.

Esse processo de judicialização e criminalização tem de ser analisado profundamente em vários campos da sociedade. Naquele caso, uma das razões que levou à prisão foi a seguinte: os agricultores trocavam os produtos que tinham a mesma qualidade nutricional (ponkan por laranja, por exemplo), produtos que, por uma razão ou outra, eles não tinham em quantidade suficiente. Ou porque acresciam o que era produzido por outro da vizinhança no seu lote de produtos. Isso foi considerado caso de polícia – foram presos por isso!

Se outros segmentos da sociedade não entenderem e não se engajarem nessa luta em defesa desses agricultores, em defesa da nossa alimentação não ampliaremos a capacidade de resistência. Estamos diante de uma questão cidadã, uma questão da sociedade. É preciso a clareza de entender que estamos falando de sujeitos econômicos e políticos que precisam ser reconhecidos, e não de pessoas que precisam de assistência, simplesmente.

O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional está desenvolvendo uma campanha que se chama “Comida é Patrimônio”, promovendo esse debate sobre as normas sanitárias. Mas são várias frentes de criminalização, na verdade, que não podem ser entendidas de forma dissociada de outras investidas nesse momento, como a mudança da Lei de Sementes, da Lei de Cultivares... Em resumo, nós estamos diante do seguinte risco: amanhã esses agricultores serão impedidos de trocarem sementes entre si. E não é só porque está para ser liberada a chamada “tecnologia *terminator*”, a chamada semente suicida, que não germina na segunda safra e precisa ser comprada, mas também porque há uma mudança sendo proposta na Lei de Cultivares, pondo em questão uma brecha na Lei

de sementes que permite a troca, o intercâmbio e a venda de sementes. É um quadro na contramão do que diz a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, que, em sua abrangência, diz proteger e conservar a biodiversidade. Nós estamos no sentido absolutamente contrário, e é muito grave essa situação.

Por outro lado, um aspecto que eu queria destacar é algo que chamei de “escuta” dos sujeitos de direitos em relação às dimensões da segurança alimentar e nutricional e a afirmação da sua identidade nesse processo de composição e ampliação da composição do Consea. Eu li na pesquisa uma frase muito interessante de uma quilombola que, perguntada por que estava no Consea, disse: “quando cai ali, o Brasil fica sabendo”. Essa frase se soma a uma segunda, de uma senhora que, de maneira muito emocionada, na quinta conferência no ano passado, disse assim: “eu já participei de muitas conferências, mas nesta eu estou vendo o Brasil” – e eu fiquei também emocionada. Ela mencionava, com isso, quem estavam ali indígenas, quilombolas, mas também pessoas que são catadoras de material reciclável, camponeses, enfim... Isso é algo bastante importante, a meu ver, nessa configuração histórica do Consea, porque é um lugar onde nós estamos vendo a reinvenção de tradições e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do outro. Isso é fundamental.

Nesse caminho, o Decreto 6.040 (fevereiro de 2007) foi central.⁴ Eu observei no Consea o quanto representações dos segmentos sociais sem uma ligação com o campo foram crescentemente entendendo, e tendo mais disponibilidade de escuta. No Consea, trabalhamos com cotas de representação nas conferências, e houve um debate com a representação dos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro. No momento em que

⁴ Com esse decreto o governo reconheceu formalmente, pela primeira vez na história, a existência das populações “tradicionais” do Brasil. Ao longo dos seis artigos do decreto, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), foi estendido o reconhecimento feito parcialmente, na Constituição de 1988, apenas aos indígenas e aos quilombolas.

planejávamos a conferência que se realizou em 2007, já havia sido editado esse Decreto, e foi graças a ele que nós conseguimos fazer um debate no Consea e entender que é preciso cota para os povos tradicionais de matriz africana – porque, para alguns, havia o risco de estarmos identificando cotas segundo religião. Enfim, um debate bem interessante a ser lembrado.⁵

Além de salientar a importância desse Decreto nesse processo de ampliação de representação, quero dizer ainda que o espaço de participação dos movimentos sociais no Consea dialoga com outros onde se articulam. Nesses últimos anos, em encontros e seminários, houve também a representação do Governo. Talvez seja por isso que, na pesquisa – isso é um ponto também a se debater – se fala de espaços híbridos. Fiquei pensando no meu próprio caso, como participante do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia e também do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Cada um desses lugares tem suas instâncias próprias, seus espaços de debates, e nós muitas vezes convidamos também representantes, gestores e ministros, como foi o caso do Encontro Nacional de Agroecologia. O Conselho, nesse sentido, conforma uma espécie de caixa de ressonância que esses espaços coletivos definem como prioridade e demanda, dando a entender que se trata de um espaço que os movimentos sociais valorizam e do qual estão querendo participar.

Também preciso apontar um outro aspecto. Desde sua refundação, em 2003, o Consea é um lugar de muita presença dos agricultores familiares, através da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

⁵ Neste processo de afirmação de identidades sociopolíticas, socioambientais, étnicas, no Brasil, há novas afirmações, há novas identidades, hoje. Há segmentos que se autodefinem como povos tradicionais de matriz africana – povos, não comunidades. Que reivindicam a sua tradição, a sua história, suas línguas, seus ritos e suas culturas alimentares, e que se distinguem um pouco de povos de terreiro porque entendem que falar de povos de terreiro significa se referir mais à religiosidade. Esse é um debate que se expressou no Consea, recentemente, e foi depois de muito debate que nós adotamos as duas terminologias: fizemos um pacto e foi aceito que usássemos as duas denominações de maneira que se respeitasse a questão, que continua em debate no interior do próprio movimento.

Familiar do Brasil (Contraf), porque lá nasceu o plano safra. É interessante observar o seguinte: à medida que outros Conselhos vão ganhando expressão, como o Condraf, que a meu ver foi bastante revitalizado nos últimos anos, e com o nascimento da Comissão Nacional de Agroecologia, há um deslocamento de espaço para o debate de algumas de suas prioridades. Nós temos uma perspectiva, no Consea, de crescentemente atingir outros segmentos da sociedade. Nesse momento, estamos determinados a alcançar mais segmentos urbanos, e, por isso, na composição prevista no Consea, se ele tiver continuidade, deverá haver mais representação dos movimentos sociais urbanos. Não que a Contag e a Fetrafê não estejam mais presentes, mas o Consea passou a ser mais procurado também pelos indígenas, pelos povos tradicionais de matriz africana, pelas várias comunidades tradicionais, que viram ecoar nele as suas demandas específicas.

Nessa perspectiva de diálogos entre espaços, a novidade é que, especialmente de dois anos para cá, começamos a estreitar mais a interação com outros conselhos, uma iniciativa importante. Tivemos exemplos de uma articulação com alguns movimentos sociais dentro do Conselho de Saúde, principalmente a respeito da proposta do Pronara (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos), mas também com o próprio Condraf, e a Comissão Nacional de Agroecologia, afinando a interação em relação aos pontos comuns entre planos das respectivas políticas e uma ação mais articulada junto ao Congresso Nacional. Fizemos, inclusive, conjuntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), a Comissão Nacional de Agroecologia, dentre outros, um debate do Consea na Câmara dos Deputados, às vésperas da votação do impeachment, em defesa da democracia e pelo não aos retrocessos. E foi bastante interessante. Naquela ocasião, lançamos um posicionamento do Consea em defesa da democracia, mas colocamos o nome de todos os representantes da sociedade civil. Ato contínuo, recebemos a carta da Confederação Nacional da Agricultura ex-

pressando suas queixas, seus protestos, que o Conselho estava exorbitando seu papel técnico, e se retirando do Consea. Mas essa aproximação com os outros conselhos, na perspectiva de interação política entre os conselhos, ou reforço à proposta do governo anterior de um Fórum Interconselhos, para nós, tinha uma importância muito grande.

Falo então brevemente sobre a resistência conservadora à participação social, a que me referi no início da palestra. Eu quero chamar a atenção para o fato que o Decreto do Governo nº 8.243, de 2014, talvez tenha sido proposto em um momento inapropriado, muito próximo das eleições, provocando forte reação por parte dos oposicionistas. O Decreto nada mais é do que a reafirmação da perspectiva de participação, mas ele sofreu uma fragorosa derrota na Câmara – o primeiro autor de uma proposta que sustava esse Decreto era o deputado Mendonça Filho, atual Ministro da Educação do Partido dos Democratas (DEM). E seria muito interessante analisar o conjunto do argumento dos parlamentares quando se posicionaram contra esse Decreto. Porque eles demonstram, inclusive, que nem sequer conhecem a Constituição: eles se esquecem que a norma da Constituição de 1988 diz que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, art.1º, § único. Esqueceram dessa preciosa palavra “diretamente”. Mas vale a pena examinar os debates que ocorreram, pois se dizia que o governo estava querendo criar sovietes e anular o poder da representação dos parlamentares... Enfim, é lamentável, mas vale a pena ler porque explica muito bem o processo de conservadorismo e autoritarismo a que nós estamos assistindo e que já estava em curso.

Para finalizar, vamos falar de novos retrocessos e ameaças. Eu falo de novos porque, a meu ver, já estavam em curso algumas questões e situações sobre as quais nós precisamos refletir com muita tranquilidade, na retrospectiva da nossa história recente. Em quase todas as plenárias do Consea de que venho participando, os indígenas sempre se manifestam

e insistem que é preciso garantir os seus direitos territoriais. E o que nós estamos vendo no Brasil, nos últimos tempos – basta olhar a estatística de conflitos, que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos atualiza – é que grande parte dos conflitos não se dá pela ocupação de terras, hoje, e sim pelo cerco às comunidades tradicionais e povos indígenas. Nós não tivemos avanços nesse governo.

O mesmo acontece em relação à desapropriação de áreas para Reforma Agrária, que nós insistimos que é uma questão atual. O nosso lema é o seguinte: “não há soberania e segurança alimentar e nutricional sem a garantia do direito à terra e aos direitos territoriais”.

Eu discordo um pouco daqueles que sempre apontam a fragmentação dos movimentos. Eu prefiro enxergar que há uma inovação no Brasil, com afirmação de identidades, dos sujeitos de direito com singularidades. Porém, no ajuste fiscal, ainda no governo Dilma, por exemplo, vimos a edição de um decreto (nº 8.245 de 2015) que nega a identidade pesqueira às pescadoras artesanais, uma vez que são definidas como trabalhadora de apoio à pesca. Isso tem impacto no seu direito ao seguro defesa e ao seguro especial da previdência social.

Também não quero perder de vista que a proposta de acesso aos recursos genéticos e proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios foi iniciativa do Executivo, com o Ministério do Meio Ambiente, que não dialogou com os movimentos sociais, em um primeiro momento, mas dialogou com uma “coalisão da biodiversidade” formada pelas grandes multinacionais e empresas nacionais, violando os direitos dos agricultores.

Poderíamos mencionar outros exemplos. Nós continuamos sendo o país campeão no uso de agrotóxicos. Não há segurança alimentar e nutricional sem enfrentar essa questão: é preciso banir substâncias que já estão banidas em outros países, frear a pulverização aérea, cujo impacto é alarmante. No Centro-Oeste brasileiro, as mulheres estão com o leite

contaminado de agrotóxico; as águas, o solo... A situação se agrava tremendamente, neste momento. O que está em jogo, a meu ver, é a desconstrução política dos agricultores familiares, dos camponeses, como sujeitos políticos e econômicos, reduzidos a beneficiários de políticas sociais, por um lado, e com o reconhecimento dos chamados “consolidados”, ligados ao agronegócio. Essa não é uma disputa nova. Há que se acompanhar o que dizem os chamados “intelectuais orgânicos” do agronegócio, que vêm brandindo essa tese segundo a qual quem garante o alimento do Brasil é o agronegócio, e com a defesa, a todo custo, da exportação de *commodities*.

São muitas as ameaças que temos pela frente. A crescente flexibilização da Legislação Ambiental; esse novo projeto chamado Matopiba,⁶ um grande programa agropecuário para produzir celulose e soja, no Cerrado, afeta muitas áreas de unidades de conservação e áreas de comunidades quilombolas; e também penso que deverá ocorrer a supressão de alguns programas e a desfiguração de outros. O PAA, como eu disse, já vinha passando por mudanças. Reduziram-se algumas de suas modalidades, mas também recursos no programa. Só quem conhece de perto sabe o valor desse programa, que significou e significa a ruptura da tutela e da dependência aos caciques da política do interior ao mesmo tempo que dinamiza as economias locais, apoia a agricultura familiar e estabelece a relação entre instrumentos da política agrícola e da política da segurança alimentar. Sua desconstrução será um grande retrocesso.

Enfim, estamos muito preocupados. Se me perguntarem como ficará o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Nacional de Agroecologia, eu não sei responder. Assim como não sei res-

⁶ Matopiba é um acrônimo criado para designar uma extensão geográfica que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região é “considerada a grande fronteira geográfica nacional da atualidade [e] compreende o bioma cerrado” dos estados mencionados (ver Embrapa). Disponível em: <http://www.embrapa.br/terra-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 24 maio 2019. (N. do E.)

ponder o que faremos em relação ao Consea. Nós precisamos saber o que o governo Temer pensa a respeito.

Debate

John Comerford

Eu primeiro queria agradecer o convite do José Sergio e da Beatriz para fazer uma contribuição à conversa de hoje. É sempre um prazer ouvir a Maria Emília, nós sempre aprendemos muito, sobretudo nesse momento, e saímos daqui com mais força para enfrentar o atual contexto. Vou fazer alguns comentários com base na pesquisa que nós fizemos, em que coube a mim, ao Moacir Palmeira e à Luciana Schleder trabalhar a questão dos espaços de participação dos movimentos rurais. E nós escolhemos trabalhar com dois Conselhos, o Consea e o Condraf – uma escolha feliz, pois os dois Conselhos são muito dinâmicos. O trabalho em torno do Consea, particularmente, foi extremamente interessante.

Uma das dimensões que se levantaram ao longo da pesquisa, com relação a esses espaços de participação que foram criados, é que, se as elites sempre se articularam, a criação dos espaços de participação foi um momento diferente, no que se refere à articulação de movimentos sociais. É evidente que, ao mesmo tempo que há ganhos, ainda existem limitações, que dizem respeito sobretudo ao próprio formato dos espaços de participação, aos próprios processos administrativos e ao enquadramento jurídico desses processos. Eu estava lendo esses dias uma dissertação, feita no Museu Nacional, sobre o processo de participação das populações indígenas nas políticas de gestão ambiental que mostrava isso. Houve um processo muito rico de participação que politizou a questão da gestão ambiental em áreas indígenas: enfatizou-se, por exemplo, a questão dos direitos territoriais, e logo em seguida a do enquadramento administrativo. Ao fim, porém, principalmente ao passar pela tradução das assessorias jurídi-

cas dos diversos ministérios associados e se levarem adiante os resultados desse processo de participação, a coisa ficou um pouco despolitizada.

Então, há uma série de limitações que estão postas nesse processo de participação. Por outro lado, o trabalho com o Consea, por exemplo, trouxe à tona uma série de virtualidades e potencialidades que emergem desses processos e da própria trajetória do Consea – várias delas enfatizadas pela Maria Emília, na sua exposição. Uma questão que nos chamou muito a atenção foi esse processo de afirmação da diversidade: a constante incorporação de novos agentes, de novas identidades que davam conta da sua singularidade em relação à discussão que estava posta. Isso foi provocando um aprofundamento e uma densidade maior dessas discussões, e nos pareceu, realmente, algo muito próprio do Consea, talvez mais presente nele do que em outros conselhos que estudamos.

Na pesquisa também procuramos chamar atenção mais do que apenas para a dimensão formal de participação e criação de procedimentos formais de debates sobre políticas públicas, a configuração do que chamamos de “mundo da participação”. Um mundo de atividades e de relações que eram criadas, de agentes que passaram a ter uma experiência com a formulação e a implementação de políticas públicas. E isso implicava uma série de novos desafios para os movimentos sociais, em termos, por exemplo, da capacitação desses agentes. Maria Emília lembrou também essa questão de figuras híbridas, pessoas que passaram por ONGs muito diversas, por movimentos também muito distintos, por trabalhos como gestores do Estado, e que tinham nesses Conselhos um espaço de interlocução importante. Tudo isso criava uma dinâmica que não estava necessariamente prevista na articulação formal desses Conselhos, mas que foi produzida pelo próprio cotidiano de participação, de presença do pessoal de movimentos em Brasília e por uma interlocução cada vez mais densa entre os diferentes movimentos nesses espaços.

Ainda nesse âmbito de processos não previstos, nos pareceram extremamente interessantes os modos pelos quais os movimentos se articulam ou não com o Estado, e as maneiras pelas quais os movimentos podem intervir nas formulações de políticas e politizar esses espaços. Vários dos movimentos criaram escritórios em Brasília, escritórios onde havia investimento em capacitação de agentes desses movimentos para lidar com o tipo de demanda que surgia nesses espaços dos Conselhos. E isso colocava uma dinâmica importante em relação à própria base desses movimentos, os quais passaram a ser também um espaço de acompanhamento da implementação das políticas.

A impressão que tivemos na pesquisa, então, é que se criou um espaço muito denso de articulação dos movimentos – Maria Emília falou, por exemplo, dessa capacidade de diálogo que se criou entre eles, esse espaço de escuta entre movimentos e comunidades tradicionais. Houve uma dinâmica de diversificação em cada um deles, mas houve também, paralelamente, uma multiplicação dos movimentos camponeses, dos movimentos de população tradicional e dos movimentos indígenas, nesse espaço dos Conselhos, que é um lugar de escuta e interlocução. Me refiro não só aos eventos ocorridos no Conselho mas também ao próprio conhecimento entre os atores que esses eventos permitiam. Quer dizer, se criavam relações, se criavam diálogos que corriam paralelos aos eventos formais dos próprios Conselhos e geravam essa maior densidade de circulação de informações a respeito de como funcionam as políticas, quais são os debates que estão em jogo e como cada um está se posicionando. Criou-se, enfim, uma dinâmica de aceleração dessas informações e dessas interlocuções entre movimentos, e também de maneiras de responder aos desafios que estavam postos pelas políticas públicas. A questão, por exemplo, da contradição entre formulação de políticas para atingir determinados grupos ou setores, com todas as suas singularidades e, ao mesmo tempo, de diretrizes burocráticas que não levam isso em conta: como responder a isso?

Aparentemente, houve também um espaço de interlocução entre os movimentos com relação a como se capacitar e como responder a esse tipo de desafio que se coloca no cotidiano de cada um deles. Como lidar com a prestação de contas, com a formulação de projetos e todas essas figuras da burocracia que surgem e colocam uma série de desafios e contradições na própria execução das políticas.

Em relação a essa resistência conservadora à participação social que Maria Emília mencionou, não me parece algo surpreendente, ao contrário do que se pensava, em determinado momento, devido à impressão de que, por exemplo, havia muitas limitações à participação dos movimentos sociais na formulação das políticas. A resistência conservadora veio tão forte justamente porque esses espaços de participação – apesar das limitações impostas pela própria forma burocrática, pelas restrições do tipo de encaminhamento que é possível dar àquilo que surge no processo, ressalvas que são postas até pela própria linguagem que é necessária para encaminhar esse tipo de demanda, pelo enquadramento administrativo e jurídico dessas demandas – são, sim, percebidos como incômodo pelos setores mais conservadores, com a dinâmica que estão criando. É um tipo de espiral positiva que se pode criar com esses espaços de participação graças à capacidade de intervenção dos movimentos na formulação de políticas e à politização das políticas do governo, em razão da explicitação de conflitos. Não me surpreende, portanto, que tenha surgido esse tipo de resistência conservadora, que, certamente, vai se manifestar de forma ainda mais intensa daqui para frente.

São esses comentários bastante pontuais, mas que reforçam o que procuramos trazer dentro da pesquisa, a percepção de que, nesses espaços de participação, além da sua elaboração mais formal, ou seja, do seu funcionamento previsto em termos formais, cria-se uma dinâmica que, em certo sentido, extrapola a presença adensada dos movimentos, politizando uma série de questões nas instâncias de governo, ainda que os

espaços de participação dentro do governo, ao longo desses últimos anos, também tenham sido relativamente limitados. Evidentemente, vários fóruns de decisão governamental são impermeáveis a esses espaços de participação, mas, de qualquer forma, nos pareceu que havia uma dinâmica importante e politizante em jogo, a partir da consolidação desse formato dos Conselhos e daquilo que eles permitiam que acontecesse fora do previsto, com suas próprias dinâmicas de funcionamento e os desafios que estavam sendo apresentados aos movimentos sociais.

Moacir Palmeira

Eu acho que seria melhor o Chico tomar a palavra, por uma razão muito simples. No que diz respeito à pesquisa realizada, o John já tocou nos pontos-chave. E embora José Sergio tenha divulgado que eu participei do primeiro Consea, há uma distância muito grande entre o que foi o primeiro Consea e o que nós temos hoje.

A ideia partiu do Betinho, que estava, naquele momento, tentando dar sequência à campanha contra a fome, que continuava a se desenvolver nas bases e tentativas de articulação nacional. Mas a ênfase, naquele momento, era dar uma reesposta a certos problemas de desabastecimento em algumas áreas do Brasil. E o que conseguimos foi ampliar para situações como as de quem estava sofrendo nas frentes de trabalho com as secas ou mesmo trabalhadores que estavam acampados. Mas, em geral, eram lugares predefinidos que estavam necessitando de uma transferência da alimentação, a qual estava sendo levada daqui do Centro Sul para essas áreas. Não havia essa flexibilidade criativa que existe hoje e que a Maria Emília ressaltou. Ao contrário, naquela época havia tentativas de alguns setores dominantes de lucrar com o empreendimento. Os que acompanharam de perto esse processo sabem, por exemplo, da tentativa dos moinhos de trigo de transformarem uma parte disso em um grande negócio, o que provocou um forte conflito. De toda forma, foi um período curto. Quando a coisa estava

começando a ganhar força, naquele final do governo Itamar, houve, com a tomada de posição dele nas eleições que viriam, a desativação do Consea.

Sem dúvida alguma, todo o trabalho de dom Mauro Morelli, do Betinho, de todo o grupo, dos funcionários, etc., foi muito grande e importante, mas nem de longe se conseguia atingir diferentes setores da sociedade e movimentos sociais, como atualmente. Isso foi muito bem descrito por Maria Emília e John. Quer dizer, pensa-se realmente a sociedade e o Estado como duas coisas estanques: os movimentos sociais estando de um lado e o Estado do outro. Mas sempre houve alguma porosidade, mesmo em épocas mais duras. E nos últimos anos, de um período do governo Lula para cá, os movimentos passaram a atravessar a própria máquina do Estado, como John ressaltou. E os conselhos funcionaram como um ponto de apoio, embora não se limitem a isso. O que está em jogo não é só aquela reunião do conselho, mas, muitas vezes, ter contato com o próprio ministro, com outros movimentos, etc. Isto é, o próprio Estado se abriu mais à sociedade, e isso tem trazido resultados extremamente importantes.

Francisco Menezes

Primeiro quero parabenizá-los pela pesquisa, que recebi como um presente, pelo tema tratado e pelo que escutei de Maria Emília, de John e pelas questões levantadas por Moacir. Vou me limitar a fazer duas perguntas, objetivando provocar o debate. Acho que são questões bastante instigantes, embora nós não quiséssemos que fosse assim, e representam grandes desafios para o Consea, pensando no médio e longo prazo.

Não sabemos como vai ser o desfecho de tudo isso, em função desse contexto, então eu queria, primeiro, jogar a seguinte questão: estamos diante, no meu ponto de vista e acredito que no de vocês também, de um novo governo que é ilegítimo. E o Consea, como a Maria Emília descreveu, é um Conselho diretamente ligado à presidência da República e que se reporta ao Presidente da República. Como fica essa situação diante de

um governo que não tem legitimidade? Se fossem me pedir uma opinião sobre essa primeira questão, eu explicitaria que o Conselho, até porque existe uma Lei que o institui, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, é um instrumento do Estado, pode-se dizer. Então, o lugar dele deve ser respeitado e garantido. Mas nós sabemos bem, e por experiência também, que, como a Maria Emília expôs, o governo tem participação de um terço nesse Conselho. A segunda questão é diretamente associada a isso: e se o governo não estiver presente nesse Conselho, não comparecer a esse Conselho, como fica? Não vou nem entrar no outro aspecto, que o governo também é quem viabiliza os recursos para o funcionamento do Conselho.

A minha pergunta é muito mais para provocar. Eu sei que ainda não se pôde ter essa discussão na mesa diretiva, de como ficará o Conselho diante de situações que são muito prováveis de acontecer. Mas estou absolutamente impressionado com a agressividade desse governo ilegítimo. Basta ver declarações de ministros, falando em nome do próprio presidente, já se referindo a rever um decreto de demarcação de terras indígenas, rever Decretos em relação à reforma agrária, e o próprio ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, que se chama assim, agora, dizendo que, se houver guerra, vai ter guerra, sim, e eles sabem como fazer guerra. Então, nesse sentido, vocês têm um grande desafio, e eu considero que esse encontro pode contribuir bastante, pelo menos, para iniciar esse debate urgente e que certamente será necessário para a preservação de conquistas das quais – também essas – não podemos abrir mão.

Maria Emília Pacheco

Essas são perguntas pertinentes e difíceis. A dificuldade, Chico, é a seguinte: nesse momento, eu não posso responder a sua pergunta individualmente, como Maria Emília. Como Maria Emília, eu teria uma posição de renúncia, de sair denunciando. Mas é preciso que seja um debate coletivo e

nós teremos, seguramente, de convocar uma plenária. Eu não sei o que virá com o governo. E essa mudança na configuração é dramática, porque muda completamente a composição do Consea, da Câmara Interministerial, muda tudo. Por outro lado, é preciso sublinhar que o contexto é diferente, pois se trata de uma política de Estado. Nós temos um direito inscrito na Constituição Brasileira, temos uma Lei. Infelizmente isso não dita tudo na sociedade brasileira, porque nós estamos assistindo, ao mesmo tempo, à desconstrução da Constituição Brasileira. Porém, associada a essa inscrição na Constituição, a esse marco institucional, existe, a meu ver, certa capilaridade desse debate na sociedade. Eu não posso perder de vista que a conferência nacional do ano passado reuniu milhares de pessoas. E muito mais, se pensarmos, mesmo com todas as dificuldades, nas conferências municipais, estaduais... eu acho que isso é muito difícil de ser destruído. Essa militância e essa capacidade que ainda está em construção.

Não são todos os movimentos sociais, a meu ver, e nem todos os gestores progressistas que havia no governo que têm uma compreensão da segurança alimentar e nutricional em todas as suas dimensões. Nós estamos no meio do caminho, e isso é de indignar. Mas isso remete a outra questão levantada hoje: em que medida os movimentos, em suas pautas específicas, dialogam com as várias dimensões? Com todo respeito a todos os movimentos e incorrendo no risco de ser injusta, na minha hipótese, as mulheres, se expressando na Marcha das Margaridas, compõem o movimento que tem a maior clareza da interação de pautas. Digo isso considerando a leitura da pauta das Margaridas do ano passado, porque elas entendem a soberania alimentar como um dos pontos principais, discutem os projetos, discutem perspectivas do Brasil do ponto de vista dos biomas, interagem com as várias identidades. Acho que as mulheres têm uma visão mais agregadora. Mas é evidente que, ao mesmo tempo, muitos movimentos no Brasil incorporaram essa perspectiva da soberania alimentar.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista a capilaridade e a disposição para a luta, de não abrir mão de alguns programas. Eu penso

que vai haver resistência. É um quadro de muitas contradições, e já vinham ocorrendo algumas mudanças em alguns programas, mas estou apostando na capacidade de resistência. O momento histórico é diferente de outros que já vivemos por essas razões: maior capilaridade, movimentos que incorporaram de forma mais abrangente essa demanda política, outros que incorporam de forma mais específica, mas que fazem parte da resistência. E é diferente também porque há um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com um Plano Nacional, baseado na intersectorialidade, embora isso esteja ainda longe de ganhar maior densidade. Alguém me abordou dizendo assim: “olha lá, veja que o Pinguelli Rosa já se manifestou, renunciando ao lugar no Fórum Climático”. Bom, ele já foi acompanhado, inclusive, de uma conselheira do Consea que fez um bom trabalho em um dos grupos de trabalho nesse Fórum. Só que o Fórum é um fórum, e um conselho, dentro de um sistema, é outra coisa. Por isso pesa ainda mais. E é um debate coletivo, profundo, não é simples. Eu concordo com o Chico: o governo é ilegítimo. Mas se nós estamos falando de uma política de Estado, depende muito de que posição os movimentos sociais vão assumir. Não está claro para mim, pelo menos, até agora, qual é a posição dos movimentos em relação aos Conselhos. De longe, eu sei que um ou outro já disse que vai se retirar, pelo fato de ser um governo ilegítimo. Mas é uma questão que eu não esperava enfrentar, na minha história, e conto com vocês para ajudar a pensar sobre ela.

Referências

- LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz (org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.
- PACHECO, Maria Emília. Uma conquista da cidadania e da democracia. Instituto Pólis, agosto 2014. Disponível em: http://polis.org.br/wp-content/uploads/PDF_SEG.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

Desafios da agenda democrática para o Brasil rural¹

Caio Galvão de França

O tema proposto é instigante e optei por abordá-lo com base na trajetória recente das políticas públicas de desenvolvimento rural que estabelece novas referências para se discutir uma agenda democrática para o Brasil rural. Destacarei algumas das características, significados políticos e o sentido estratégico de tais políticas, com um olhar informado, especialmente, pela minha experiência no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Democratização da representação e trajetória de políticas diferenciadas

O primeiro aspecto a ser destacado é que para esse debate partimos de um novo patamar propiciado pela democratização da representação dos interesses no meio rural e pela constituição de um conjunto de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar. Uma trajetória que remonta ao período da redemocratização, que tem seu marco inaugural em meados dos anos 1990 e ganhou um novo significado na primeira década do século XXI.

Essas conquistas, que são uma novidade na história do país, romperam com o exclusivismo desfrutado pelos grandes proprietários rurais, repercutiram sobre a constituição dos atores, sobre as condições de composição de um bloco contra-hegemônico e sobre a legitimação de novas vias para o desenvolvimento rural.

¹ Texto fornecido pelo autor em referência à palestra realizada no CPDA/UFRRJ, no dia 21 de março de 2016, organizada pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Movimentos Sociais no Campo como parte do ciclo de palestras do CBAE.

Durante muito tempo, a ação do Estado dirigida ao meio rural e à agricultura reforçou seu caráter utilitário para a industrialização, contribuiu para concentrar a estrutura fundiária e para reproduzir mecanismos de dominação e subordinação econômica dos trabalhadores e das comunidades rurais, atendendo às demandas e aos interesses dos grandes proprietários de terras. Não é por acaso que a legislação trabalhista e o direito de organização sindical só chegaram ao meio rural no início da década de 1960 e que a reforma agrária persiste como uma demanda real e importante.

As lutas sociais de diferentes segmentos das populações rurais em várias regiões do Brasil – exigindo direitos e experimentando formas alternativas de vida, combinadas com o debate intelectual que desvelou a heterogeneidade da agricultura e produziu uma crítica aos efeitos da modernização conservadora – criaram as condições para o reconhecimento pelo Estado de demandas desses setores historicamente excluídos e para inovações institucionais de garantia de seus direitos.

Como parte da luta pela redemocratização do país, houve a retomada e o fortalecimento de organizações sindicais preexistentes e a criação de novos movimentos e organizações sociais que deram expressão a diferentes segmentos das populações rurais. É o caso dos movimentos de mulheres rurais, do Movimento dos Sem Terra (MST), do Conselho Nacional dos Seringueiros, hoje, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), da Coordenação Nacional de Articulação de Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), de organizações de povos indígenas, da rede de Articulação do Semiárido (ASA), entre outros.

As lutas sociais empreendidas e as organizações criadas produziram uma dinâmica de afirmação de identidades específicas e diversas, acompanhadas de iniciativas de aproximação com potencial para constituir um campo social e político voltado para a transformação democrática do meio rural. A noção de agricultura familiar ganhou, a partir dessas inicia-

tivas políticas, a condição de categoria aglutinadora, funcional e útil para expressar, sem se sobrepor às identidades, esse campo diverso e múltiplo, para demarcar com outros campos e para impulsionar ações conjuntas e articuladas sobre as políticas públicas e de afirmação dessas identidades no debate público mais amplo.

Ainda durante o regime militar foram elaboradas iniciativas dirigidas à pequena produção e à efetivação, ainda de forma bastante restrita, de alguns direitos sociais das populações rurais. No bojo do processo de redemocratização deve-se destacar a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) e a apresentação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em outubro de 1985. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 significou um marco ao prever um tratamento diferenciado para os agricultores em regime de economia familiar, tanto nas políticas agrícolas e agrárias – retomando certos aspectos do Estatuto da Terra de 1964 –, quanto no acesso à Previdência Social, na condição de segurado especial. Essa conquista representou a afirmação social de um conjunto de segmentos referenciados na produção familiar e o direito a terem políticas diferenciadas diante das desigualdades existentes. A continuidade das lutas e das mobilizações levou à criação, em 1995, com forte participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de um primeiro instrumento diferenciado de política agrícola, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a oferta de linhas específicas de crédito de custeio e de investimento.

Considero o Pronaf e a condição de segurado especial da Previdência Social como momentos inaugurais de uma trajetória de institucionalização de políticas públicas de desenvolvimento rural no período pós-redemocratização.

Essa trajetória, tornada possível pela democratização da representação dos interesses do meio rural e pelas lutas a ela associadas, incluiu, ainda na década de 1990, outras conquistas, como a criação do Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA), que a partir do início do primeiro governo de Lula, em 2003, sofreu uma inflexão democratizante.

Evidentemente, o governo Lula não inaugurou essa trajetória, nem o diálogo social e a participação dos movimentos e das organizações nas políticas públicas. No âmbito setorial do desenvolvimento rural já existiam rodadas de negociação sobre as políticas de assentamento e de crédito, já haviam se constituído conselhos municipais e estaduais de desenvolvimento rural e estava em curso a preparação da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (prevista para o segundo semestre de 2002, mas que não ocorreu). Entretanto, essa participação ocorria em um ambiente de confrontação política pública dada pela crítica dos movimentos à agenda neoliberal adotada pelo governo federal e por suas propostas e medidas para o meio rural, como o projeto “Novo Mundo Rural”, e pelas alterações no processo de reforma agrária dirigidas a conter e a criminalizar a atuação dos movimentos sociais.

Uma das dimensões dessa inflexão é a sintonia observada entre os compromissos do novo governo, expressos pela superação da fome e pela redução da pobreza e das desigualdades, mediante um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e garantia de direitos sociais e as demandas dos movimentos sociais.

A centralidade dada ao combate à fome e à garantia da segurança alimentar, valorizando a combinação de medidas estruturais e emergenciais e as contribuições da reforma agrária e da agricultura familiar, cumpriu um papel fundamental para legitimar e impulsionar as novas políticas de desenvolvimento rural e o protagonismo dos movimentos sociais e das organizações representativas dos setores populares do meio rural.

A partir desse referencial programático, optou-se por uma gestão pública que reconheceu a participação como um elemento constitutivo do próprio processo de formulação e de implementação de políticas e criou as condições para que as contribuições das organizações sociais pudessem se expressar.

A participação social, como conquista da redemocratização e como compromisso do governo Lula, estendeu-se como um elemento constitutivo da ação do governo federal em várias áreas, mas há singularidades na experiência da participação setorial no desenvolvimento rural. Nesse caso, a participação teve caráter instituinte e muito ativo no próprio processo de institucionalização da ação governamental, pois a estrutura ministerial existente era recente e os instrumentos eram poucos, de pequena abrangência e não abarcavam todos os temas. Por se tratar de um campo de política pública com pouquíssima institucionalização anterior, diferente de outras áreas de governo em que as fontes de financiamento e o desenho das políticas já se assentavam na própria Constituição, abriu-se um cenário mais amplo de possibilidades para a participação social incidir sobre a definição das políticas e sobre a operação do novo marco institucional.

O exercício dessa possibilidade resultou em uma prática cotidiana, plural e sistemática de diálogo no fazer da política pública envolvendo as várias áreas do MDA e de órgãos afins, mediante mecanismos formais e informais, centralizados e descentralizados de consulta e discussão, inclusive com a realização de duas conferências nacionais, e na incorporação de elementos de controle social no desenho das políticas.

Essa sintonia, entretanto, não estava imune às contradições e às disputas no interior do governo e na relação com os movimentos sociais, como se observou no decorrer dos anos. De forma ilustrativa, pode-se destacar a crítica dos movimentos à importância dada pelo governo ao agronegócio e à noção, que integrava o programa Vida Digna no Campo, de que a agricultura familiar e o agronegócio teriam um caráter complementar no desenvolvimento rural. E, também, a crítica ao andamento do programa de reforma agrária e, em determinados momentos, a um suposto viés conservador que estaria orientando as políticas públicas para a agricultura familiar.

Em função desses aspectos, considero que a experiência setorial do governo Lula orientada para promover a autonomia e o fortalecimento eco-

nômico da agricultura familiar e das comunidades rurais foi marcada por uma “convergência conflitiva” em um ambiente de intensa e renovada participação social, informada por uma sintonia relativa entre as aspirações e reivindicações dos movimentos sociais e elementos da agenda do novo governo e, também, por divergências e críticas à atuação governamental.

O que se observou foi uma participação social importante que, apesar de ter impactado de várias maneiras o governo e os movimentos, não resultou no arrefecimento das lutas sociais. No exercício cotidiano desse direito, os movimentos preservaram sua autonomia para criticar e polarizar publicamente com o governo, organizar suas ações e suas lutas e para construir suas próprias alianças.

Essa dinâmica de “convergência conflitiva” possibilitou a criação de um amplo repertório de políticas que abarcam diferentes segmentos sociais e dimensões da reprodução econômica e social. Entre outras, foram criadas, revistas ou ampliadas políticas de acesso à terra e aos territórios (reforma agrária e ordenamento territorial); apoio direto à produção (crédito, seguro e assistência técnica), à comercialização – Programa de Aquisição de alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compras institucionais, feiras nacionais e internacionais – e à agroindustrialização (Biodiesel e Terra Forte); de desenvolvimento territorial; de promoção da autonomia econômica e da igualdade das mulheres rurais; de garantia de direitos territoriais e de apoio ao etnodesenvolvimento de comunidades rurais tradicionais; de promoção da sucessão rural; e de organização da transição agroecológica.

O tempo curto e o ritmo intenso na formulação e aplicação dessas políticas chamam a atenção. Algo pouco usual quando se analisa o processo das políticas públicas. A cada ano um novo instrumento foi criado, às vezes dois, incluindo iniciativas intersetoriais; todo ano, ajustes incrementais nos instrumentos já criados; e, em alguns momentos, novos programas foram lançados aproveitando oportunidades na agenda de governo.

E tudo isso foi feito com inovações no desenho e na gestão das políticas, que incluem iniciativas de coordenação interministerial e federativa e de integração intersetorial, tanto em instrumentos específicos quanto em programas mais abrangentes, como nos casos dos programas Territórios da Cidadania, do Brasil Sem Miséria, da Organização Produtiva das Mulheres Rurais e de Convivência com o Semiárido. Entre as inovações constam, também, alterações no marco geral da contratação do setor público com a criação de regras específicas para as compras institucionais da agricultura familiar, nos contratos de aquisição de serviços de assistência técnica e extensão rural e para a regularização fundiária na Amazônia.

Nessa trajetória deve-se registrar, ainda, a elaboração de um programa nacional interministerial para a superação da pobreza e a promoção do desenvolvimento rural com base na evolução da experiência setorial. A incorporação da abordagem territorial no debate sobre o desenvolvimento rural e a criação de uma política de desenvolvimento territorial, especialmente com os territórios rurais de identidade e a criação de uma institucionalidade territorial, permitiram ao MDA aproveitar uma oportunidade na agenda do governo e, apesar de sua condição periférica em relação ao núcleo governamental, elaborar e assumir a coordenação do Programa Território da Cidadania (PTC). Um programa grande e ambicioso, cuja matriz abarcava ações de 19 ministérios e exigia uma intensa articulação intersetorial, federativa e uma gestão compartilhada, e cuja coordenação coube ao MDA, ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil da Presidência da República.

Trata-se de um caso interessante de extrapolação da experiência setorial e de deslocamento de um tema da periferia para o centro da agenda do governo, que foi possível graças à habilidade dos gestores para aproveitar uma oportunidade e à sensibilidade do presidente em reconhecer e apostar na proposta. Dessa forma, o desenvolvimento rural com uma perspectiva territorial, via PTC, passou a ser uma das prioridades da agenda de governo e influenciou, posteriormente, o desenho do Programa Brasil Sem Miséria.

Depois da experiência acumulada na gestão destas políticas, dos espaços conquistados na agenda de governo e do acúmulo político e organizativo dos movimentos sociais, novos passos foram dados para impulsionar uma transição do modelo produtivo, como bem ilustra a Política e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

Deve-se acrescentar, ainda, que isso tudo fundamentou uma agenda internacional setorial que ganhou lugar e reconhecimento na política externa brasileira. Uma ação internacional setorial em sintonia com as novas prioridades da política externa e das políticas de desenvolvimento rural, abrangendo ações de cooperação Sul-Sul, a integração regional, a atuação em organismos multilaterais e em negociações comerciais internacionais.

Outro aspecto inovador dessa trajetória foi a utilização de modelos de ação da sociedade civil no desenho das políticas públicas. Em alguns casos, o que ocorreu foi praticamente uma transposição, com ajustes em procedimentos que já eram adotados. Cito dois casos paradigmáticos. No primeiro, as experiências de educação nos assentamentos de reforma agrária resultaram no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). No segundo, o conhecimento e a experiência da Articulação do Semiárido, do sindicalismo rural e de outros movimentos sociais na elaboração de propostas e na implementação de ações concretas que superavam a visão assistencialista e mitigadora do combate à seca resultaram no Programa de Cisternas, no Programa Água para Todos e no Programa Convivência com o Semiárido, que, posteriormente, influenciaram diretamente o Programa Brasil Sem Miséria.

Esses exemplos revelam a importância da participação social na incorporação de práticas e valores da educação popular, de experiências de organização comunitária e tecnologias sociais na formulação de políticas públicas. Nesses casos, e também em outros, as ações desenvolvidas anteriormente pelas organizações sociais mantiveram seu sentido estratégico, foram qualificadas e ampliadas a partir de desenhos e arranjos institu-

cionais inovadores, inclusive no padrão de contratação dos serviços, que preservaram o protagonismo da sociedade civil.

Isso demonstra que, ao se discutir a relação dos movimentos sociais com as políticas públicas, a análise da “captura dos mecanismos de funcionamento das políticas” deve levar em conta não só a captura feita pelas organizações sociais de desenhos previamente estabelecidos, mas também a captura feita pela gestão pública de procedimentos adotados pela sociedade civil. Dimensões distintas da participação social com implicações diferenciadas sobre os atores envolvidos que merecem ser identificadas e compreendidas.

Essas novas políticas públicas, com diferentes graus de amadurecimento, de consolidação e níveis de abrangência, e, inclusive, com suas contradições internas, representaram conquistas democráticas que melhoraram as condições de vida e de trabalho de parcela importante da população rural; contribuíram com a dinamização de regiões em bases mais democráticas; e estabeleceram novas referências para as ações dos movimentos e para a elaboração programática por parte dos diferentes setores.

Entre os seus efeitos destaca-se uma expressiva redução da pobreza e da desigualdade no meio rural, que ocorreu de forma mais intensa do que a observada no conjunto do país, além de um expressivo aumento no acesso a bens de consumo e serviços sociais. A relevância desse fenômeno resultou em uma novidade interpretativa na explicação da evolução da pobreza no Brasil, que passou a agregar os efeitos positivos das políticas de apoio à agricultura familiar àqueles gerados pelo programa Bolsa Família, pela extensão da previdência social e pela política de valorização do salário mínimo. Um dado ilustrativo dessa contribuição foi produzido por Mauro Del Grossi: a maior proporção do aumento da renda da agricultura familiar nesse período veio da renda do trabalho e não das transferências de renda.

As políticas para a agricultura familiar contribuíram, ainda, para que o Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), saísse do Mapa da Fome.

Pode-se ir além e reconhecer, também, que essas conquistas impactaram os mecanismos tradicionais de dominação e subordinação das populações, seja tensionando-os, atenuando-os, interrompendo-os ou os desmontando; e ataçaram os setores conservadores, que responderam com a truculência de sempre e com iniciativas para retomar a exclusividade da representação dos interesses do meio rural e desqualificar o tratamento diferenciado dado à agricultura familiar.

Um objeto recente e complexo

A relevância dessas políticas públicas é evidenciada pela centralidade que adquiriram nas pautas de reivindicações e nas plataformas de lutas dos movimentos e pelo crescente interesse acadêmico que despertam.

Temos diante de nós um objeto recente, complexo e em transformação, composto por diversos instrumentos e com efeitos multidimensionais que devem ser contextualizados do ponto de vista histórico e relativizados diante da persistência de aspectos estruturais que produzem desigualdades no meio rural brasileiro. A riqueza e a complexidade dessa trajetória recente demandam renovada abordagem crítica, muita pesquisa de campo e menos julgamentos definitivos e simplificadores sobre seus efeitos e significados.

Considero bastante insuficientes as hipóteses explicativas que compreendem essa trajetória como resultado unilinear de uma visão predefinida e acabada sobre o meio rural, sobre um modelo de agricultura, por parte dos gestores públicos, de um órgão setorial ou do centro do governo, que se orientariam programaticamente para a incorporação subordinada da agricultura familiar e das comunidades rurais ao modelo produtivo hegemônico.

Tais hipóteses poderiam ser descartadas por suporem uma condição de homogeneidade, um ambiente autoritário de imposição de uma vontade governamental e de restrições às divergências que não fizeram parte dessa trajetória. Mas é preciso considerá-las.

Um jogo complexo vem sendo jogado, com mais “gente do campo em campo”, em uma arena reconfigurada e com algumas novas regras. Estamos

falando de processos parciais e incompletos de institucionalização, marcados por idas e vindas e por contradições de diferentes tipos; por conflitos públicos e por negociações internas ao ministério e ao governo e com os movimentos; por embates no legislativo (CPI do MST; CPI das ONGs; CPI do Inbra e da Funai), especialmente com a bancada ruralista; no judiciário e com os órgãos de controle; e por confrontos e disputas abertas com os grandes proprietários e os representantes do agronegócio. Assim como é possível identificar nesse conjunto de políticas elementos de convergência, pode-se, também, identificar divergências de várias ordens, dentro do governo, deste com os movimentos e entre os movimentos.

Esses aspectos situam o desafio encarado pela gestão governamental para democratizar a ação estatal e para dar sentido estratégico comum e coerente aos diversos instrumentos, políticas e programas, orientando-os para o exercício da autonomia e o fortalecimento econômico da agricultura familiar e das comunidades rurais como parte de um projeto de superação da fome, da pobreza e das desigualdades. Um sentido estratégico que repercute sobre a configuração política da agricultura familiar e que contribui para a constituição de um campo político com potencial contra-hegemônico.

As políticas públicas de desenvolvimento rural são o resultado desse jogo no âmbito setorial e nacional; dos confrontos e acordos que não se esgotam no momento da anúncio de cada política, pois os embates prosseguem nas disputas para garantir os limites orçamentários e financeiros, na definição de ajustes incrementais e qualitativos e nas iniciativas para reposicionar os temas na agenda de governo e no debate público.

Essas características, apesar de inerentes a qualquer política pública, ganham uma expressão particular nas políticas de desenvolvimento rural construídas em um ambiente de intenso diálogo social.

Evidentemente, cada um dos atores envolvidos está informado por seus próprios interesses e seus projetos, mas no processo de formulação

da política, como parte de disputas mais gerais na sociedade, cálculos são feitos e refeitos para orientar cada posicionamento e novas referências são incorporadas. Os projetos se atualizam e as plataformas se renovam no aprendizado das experiências e das lutas.

Havia um ponto de partida programático evidente dado pelo Programa Vida Digna no Campo e pelo programa Fome Zero, por um acúmulo político organizativo no meio rural e por uma crítica à atuação do governo FHC; sendo que algumas dessas referências fossem compartilhadas entre os que assumiram tarefas na gestão pública e os principais movimentos sociais rurais. Referências que precisaram ser operacionalizadas no desenho das políticas públicas que foram condicionadas por aspectos estruturais e conjunturais e pela dinâmica das disputas que se estabeleceram e que repercutiram sobre a configuração dos atores participantes e sobre sua movimentação.

Do ponto de vista dos gestores governamentais setoriais, identifiquei menos uma visão predefinida e acabada de um projeto para o meio rural e mais um processo de convergência de trajetórias e de experiências políticas de militantes que compartilhavam uma opção mais ampla simbolizada pelo programa do governo e que passaram a partilhar a tarefa de organização e produção de políticas públicas, em uma dinâmica de profunda interação com os movimentos sociais.

Do ponto de vista dos movimentos não me parece que seja consistente uma distinção entre as organizações que desconsidere as contribuições diferenciadas em razão de suas histórias, suas diferenças políticas e ideológicas – inclusive internas – e a forma como dialogam com as demandas concretas de suas bases sociais.

Considero que havia uma pluralidade política e de projetos mais ampla do que sugerem as hipóteses explicativas que se concentram em uma demarcação programática a priori definindo o desenho das políticas.

Não apenas o discurso mas também o cálculo pragmático definem as ações e os posicionamentos nas disputas e sobre o tipo de aporte dado na construção de cada política pública. Pragmático o suficiente para levar em conta os interesses materiais de sua base social, nem sempre em sintonia com o projeto dos movimentos ou com a leitura sobre as condições de disputa no interior do governo e na sociedade. Em cada ator conviviam diferenças, insuficiências, ambiguidades e contradições, que mereceriam ser analisadas com maior profundidade.

Para o bem e para o mal, as políticas diferenciadas para a agricultura familiar e as comunidades rurais, as ações de reforma agrária, de desenvolvimento territorial e de promoção da autonomia das mulheres rurais são o resultado desses processos sociais e políticos, nos quais diferentes projetos se cruzaram e posições se aproximaram em determinadas situações conjunturais e de correlação de forças, no governo e na sociedade. Foram os mesmos atores sociais que participaram da formulação de quase todas as políticas diferenciadas para a agricultura familiar, e as inovações surgiram em um mesmo ambiente institucional, formado, principalmente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), pelo MDA, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pela Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho.

Para compreender a natureza das políticas públicas e seus efeitos não me parece que seja suficiente adotar uma classificação ancorada na distinção entre as políticas que impulsionam a transição e aquelas que reproduzem o modelo dominante. Há limites, insuficiências e contradições em todas elas e existem diferenças nos efeitos gerados, que vão além dessa simples distinção, e todas elas têm alguma contribuição a dar para a democratização do meio rural.

Além disso, as noções de cooptação e integração institucional subordinada não me parecem suficientes para dar conta da riqueza da experiência da participação social na formulação e na execução das políticas. Claro que há custos e desgastes para as organizações sociais, especialmente a partir de questionamentos políticos e ideológicos sobre a pertinência dessa participação, como ilustram as tentativas de criminalização observadas nas CPIs da Terra, das ONGs e, mais recentemente, da Funai e do Incra. Mas é inegável o impacto positivo dessa participação sobre o desenho e os resultados das políticas e, inclusive, sobre o novo marco normativo das relações do poder público com as organizações sociais – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), aprovado recentemente –, que aproveitou muito da experiência recente do governo federal e da própria experiência de participação social na área do desenvolvimento rural.

Toda crítica a qualquer política pública, mais do que legítima, é necessária. Todas as políticas devem ser objeto de crítica e verificação de seus efeitos. O que quero destacar é a necessidade de se reconhecer a complexidade do objeto e do processo político, econômico e social do qual essas políticas fazem parte, bem como a formulação de hipóteses com maior capacidade explicativa.

Além do que já foi feito, há muita pesquisa por fazer para compor uma compreensão crítica sobre as características de cada uma das políticas e de seus instrumentos; para compreender como as diversas políticas, de forma isolada e articulada, rebatem no meio rural; para conhecer a percepção das mulheres e dos homens da agricultura familiar e das comunidades rurais sobre os efeitos de tais políticas sobre sua autonomia; e para identificar o lugar e as características necessárias de cada política para que pudessem explicitar e ampliar seu potencial contra-hegemônico.

Esses são aspectos fundamentais para compor uma visão abrangente sobre a dinâmica dos processos em curso, sobre o significado dos passos dados e sobre os caminhos para uma transformação democrática do meio rural.

O desafio político e acadêmico, portanto, seria buscar compreender a trajetória recente e analisar as políticas, indo além dos discursos e de simplificações taxonômicas que enquadrem a priori os atores e as políticas públicas nos campos da conservadora “reprodução do modelo hegemônico” ou da transformadora “transição do modelo”.

Para ilustrar alguns dos desafios políticos e acadêmicos relacionados à análise das políticas públicas recentes, abordo aspectos das experiências do Pronaf, da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e da reforma agrária.

Os sentidos do Pronaf

Há um tipo de análise sobre o Pronaf que se assenta na hipótese de que o programa teria desde a sua criação um viés excludente, conservador, seletivo e produtivista (Rufino e Schneider, 2015). Essa marca inaugural, e que permaneceria inalterada em sua trajetória de mais de vinte anos, implicaria um sentido estratégico e conservador ao programa.²

Mas será que o Pronaf é só isso, e seus efeitos são esses mesmos?

Podemos agregar elementos de outra ordem para qualificar o significado do Pronaf. A criação do Pronaf foi uma resposta governamental à intensificação das lutas do sindicalismo rural por instrumentos diferenciados de crédito para a agricultura familiar. Apesar da crítica às suas condições iniciais (taxas de juros elevadas, exigências para o acesso, volume de recursos, etc.), o sindicalismo rural tratou a criação do Pronaf como uma grande conquista, pois considerava que naquele momento o que estava em jogo era romper e abrir uma porta no Estado brasileiro para uma política de crédito diferenciada. Política que, a partir das lutas que se seguiriam, poderiam ser melhoradas, ajustadas e adequadas às necessidades da di-

² Para uma análise contextualizada sobre o momento inaugural e questionamentos relevantes sobre o Pronaf, ver Carneiro (1997).

versidade da agricultura familiar.³ A aposta era de que esse ato inaugural facilitaria a democratização do Estado e a criação de outras políticas diferenciadas.

Foi isso que se observou desde então. A cada ano, os ajustes incrementais no Pronaf foram objeto de negociação com os movimentos sociais, inclusive, com aqueles mais críticos ao programa. A partir de um desenho mais voltado para a realidade da agricultura familiar da região Sul, o Pronaf foi sendo redesenhado e nacionalizado com a ampliação expressiva de recursos e do número de contratos, com a redução de taxas de juros, com a simplificação de acesso e, especialmente, com a criação de linhas voltadas para segmentos específicos e para diferentes atividades. Mudanças importantes ocorreram na gestão e operação do Pronaf: o Ministério da Fazenda passou a acolher uma série de ajustes nas normas e garantiu a ampliação dos recursos para a equalização das taxas de juros à medida que percebia a importância econômica da agricultura familiar; revisão de procedimentos internos e valorização desse público pelo Banco do Brasil, pelo Banco da Amazônia e pelo Banco do Nordeste; o cooperativismo de crédito ampliou e qualificou significativamente sua participação nas operações.

A ampliação do acesso ao crédito veio acompanhada, por exemplo, de outras políticas agrícolas diferenciadas – conforme avaliava o sindicalismo rural –, como os instrumentos de seguro climático e de preços que garantem a estabilidade da renda da agricultura familiar e evitam que, no caso de imprevistos, o endividamento levasse à perda das propriedades, como se via até meados dos anos 1990. A diferenciação conquistada em 1995, ancorada na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), foi adotada como condição para o acesso aos novos instrumentos e, tempos depois, ganhou um novo status institucional com a aprovação da Lei da Agricultura

³ Sobre essa percepção do sindicalismo rural sobre o Pronaf utilizei manifestação verbal de Francisco Urbano em 2015 e Santos (2011).

Familiar (Lei nº 11.326/2006), que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empresas Familiares Rurais e atualizou os critérios de delimitação deste setor.

As mudanças observadas na trajetória do Pronaf não podem ser subestimadas e seu potencial indutor de transformações não pode ser descartado e nem superestimado. O perfil do acesso ao crédito, por um lado, reproduz a estrutura de produção agropecuária, os padrões produtivos e as desigualdades entre as regiões, inclusive de capacidade de vocalização das demandas dos agricultores, e, por outro lado, abre a possibilidade para atividades fora do padrão hegemônico.

Segue havendo a predominância da participação da região sul no volume total de recursos aplicados e há, ainda, um universo expressivo de agricultores sem acesso às linhas de crédito, mas houve uma expressiva ampliação do acesso em algumas regiões, como ilustram os 700 mil contratos de microcrédito rural na região Nordeste.

À medida que a agenda da alimentação saudável e da produção sustentável foi ganhando respaldo social e espaço na agenda de governo e novas demandas eram expressas pelos movimentos sociais, as opções de crédito foram se modificando e novas linhas foram criadas, com taxas mais baixas de juros: para a produção de alimentos e produtos agroecológicos; para a convivência com o semiárido (Pronaf Semiárido) e para a reconversão produtiva dos produtores de fumo; para o apoio à produção sustentável, como Pronaf Eco, Pronaf Florestal, Pronaf Agroecologia; e para o apoio à autonomia econômica das mulheres rurais (Pronaf Mulher). Além disso, a linha Mais Alimentos para investimentos de longo prazo resultou na incorporação de máquinas e equipamentos que melhoram a qualidade dos produtos, possibilitaram a agregação de valor aos produtos e a diminuição da penosidade do trabalho rural.

As opções de financiamento da produção não se restringem às operações de crédito, pois foram criados instrumentos de fomento para que

a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária pudessem acessar recursos não reembolsáveis para investimentos produtivos, agroindustriais e agroecológicos (via Terra Forte e Eco Forte), além dos mecanismos de compra da produção, como operam as linhas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Dessa forma, o Pronaf dialoga com a heterogeneidade regional da agricultura e com as demandas concretas dos diferentes segmentos da agricultura familiar e atua de forma diferenciada para o seu fortalecimento econômico, seja por mecanismos com potencial para indução da transição agroecológica, seja pelas linhas de financiamento das culturas tradicionais com uso intensivo de insumos. Não se pode menosprezar a relevância do aumento e da estabilização da renda nas unidades familiares, pois isso repercute positivamente para o exercício da autonomia pelos agricultores, garantindo a permanência e dando segurança para escolhas por novas formas de produção.

Um Pronaf que se restringisse ao financiamento da produção agroecológica excluiria, a priori, a imensa maioria dos agricultores que ainda não foram convencidos de suas vantagens ambientais e econômicas e enfrentaria a resistência de expressivos setores das bases sociais de todos os movimentos.

Há um grande desafio acadêmico e político pela frente que é compreender como o Pronaf impacta as unidades de produção familiar nos vários aspectos relacionados ao exercício da autonomia e à escolha dos padrões produtivos, e seus efeitos sobre as economias locais e regionais, de forma isolada e em interação com outras políticas, recorrendo a métodos de análise qualitativa e quantitativa. Entre outros aspectos, podemos buscar compreender melhor seus efeitos sobre a permanência no campo, sobre as condições de reprodução econômica e social, sobre a sucessão rural e sobre circuitos curtos e amplos de comercialização, retomando algumas das boas questões já colocadas pela academia logo após o lançamento do Pronaf.

Por isso, considero que não se pode dar um caráter determinístico às características inaugurais do Pronaf, nem desvalorizar a sua trajetória posterior e nem desconsiderar toda a participação social na definição de seus ajustes anuais.

Se a opção for reiterar a afirmação de que o Pronaf mantém um viés “excludente, conservador, seletivo e produtivista”, seria razoável supor, pelo menos, que o significado concreto dessas expressões fosse atualizado e demonstrado empiricamente.

Se o entendimento for o de que a agricultura familiar não deve ser financiada por operações de crédito via sistema bancário, isso deve ser dito claramente e o desafio passaria a ser identificar o que precisaria ser feito para garantir, com a abrangência que já alcançou o Pronaf, a criação e sustentação de mecanismos de fomento não bancarizados.

Ater como uma conquista compartilhada

Preocupações semelhantes estão presentes, também, em análises sobre a política de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural).

Apesar da previsão da Constituição Federal de 1988 e da Lei Agrícola de 1991 de que caberia ao Estado prover serviços públicos e gratuitos, o que se viu durante a década de 1990 foi o desmonte dos serviços públicos de Ater, por isso o desafio assumido em 2003 foi reconstruir sua política em novas bases conceituais e normativas.

Ao assumir essa atribuição, o MDA iniciou um processo de formulação com a participação de empresas estaduais (Ematers), movimentos sociais, organizações não governamentais e setores da academia. Chegou-se, assim, a uma inovadora institucionalidade. Temos uma política nacional, que inclui entre os seus princípios a adoção de uma metodologia participativa e um enfoque inter e intradisciplinar, a valorização do conhecimento dos agricultores e agricultoras, inclusive em sua diversidade étnica e cultural, a promoção do desenvolvimento sustentável orientado para a

equidade de gênero e a promoção da agroecologia, e um sistema de gestão cuja instância superior é uma conferência nacional periódica. A partir da política foi formulado um programa nacional para organizar e executar os serviços, que incluem as ações de fomento, de formação de agentes e de produção de tecnologias e de conhecimentos apropriados, com diretrizes e metas, com dotações orçamentárias e financeiras específicas. Um novo marco legal específico foi aprovado estabelecendo os novos procedimentos para a contratação direta de entidades públicas e privadas, previamente credenciadas pelos conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável. Essas inovações ganharam amparo legal (Lei 12.188/2010 e Decreto nº 7.215/2010) e foram complementadas com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater, Decreto nº 8.252/2014), cujo contrato de gestão com o MDA estabelece seu plano de trabalho.

Essa nova institucionalidade, avançada do ponto de vista programático e regulatório e constituída no diálogo social e no desenvolvimento concreto de experiências, também demanda uma análise crítica e a verificação empírica de seus resultados, além das inferências e do recurso a indicadores mais gerais de redução da pobreza ou de aumento da produção da agricultura familiar.

Entretanto, não me parece razoável querer analisar essa experiência contrapondo o momento inaugural, que teria sido inspirado no melhor das experiências dos movimentos e das organizações, com a sua evolução, que teria sido pautada pelo predomínio da visão conservadora de gestões inspiradas por seu projeto de modernização e inserção subordinada da agricultura familiar no padrão produtivo dominante.⁴ A inovação seria mérito dos movimentos e a sua dimensão conservadora seria decorrente da visão de futuro dos gestores para a agricultura. Não me parece, também, suficiente explicar a trajetória da política de Ater pela tese de que teria prevalecido uma visão instrumental e subordinada da assistência técnica a

⁴ Para uma análise da Pnater que dialoga com esses aspectos, ver Diese e Neumann (2015).

outras políticas, especialmente ao Pronaf, e um viés setorial que resultaria em ações fragmentadas. E não parece consistente considerar que o novo marco regulatório significaria um retrocesso por estabelecer metas nas chamadas públicas para a execução dos serviços, pois essa contratualização representaria uma descaracterização da Ater, entendida como política permanente, contínua e preocupada com a mudança de processos sociais e que, não necessariamente, deveria gerar resultados mais concretos.

Há percepções distintas sobre isso. A contratualização está presente em diversas políticas que contam com a participação direta das organizações sociais em sua execução, e o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil incorpora as chamadas públicas dirigidas às entidades previamente cadastradas como um instrumento inovador e que favorece a participação social.

Essa mesma política de Ater, coerente com seus princípios, promove a criação e o funcionamento de redes de agroecologia, com destaque para a rede nordeste, que reúne as entidades da sociedade civil prestadoras de serviços de Ater, e para uma rede que congrega os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com atuação nesse tema.

A trajetória da política de Ater, assim como das demais políticas públicas, é resultado de disputas de projetos, das ações de vários atores e de muitas mediações, que se expressaram de forma diferenciada na entrada do tema na agenda do governo, na formulação do seu desenho e, depois, no processo de sua implementação. Além disso, a trajetória dessa política impacta e tem sido impactada pela trajetória de outras políticas, como bem ilustra o papel da Ater para ampliar e qualificar o acesso às políticas de comercialização e os efeitos, ainda recentes, da aprovação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica sobre a organização dos serviços de Ater.

Ao lado da crítica que subestima as contribuições do Pronaf e da política de Ater para a promoção do desenvolvimento sustentável, há

análises que sobrevalorizam o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), gerando certa contraposição entre as políticas. É evidente que essa política traz elementos inovadores, entre os quais a sua dimensão intersetorial, expressa pela possibilidade de integrar produção e consumo em uma lógica de segurança alimentar e nutricional, e o seu potencial para criar breves circuitos de comercialização, mas não tem condições de substituir o papel de outros instrumentos. E mesmo o PAA tem limites de abrangência e, no desenho de suas linhas, e não está isento de ambiguidades ou contradições. Por exemplo, para atender os grandes centros urbanos não há como não recorrer a cooperativas e associações com maior capacidade de oferta e a circuitos mais longos de comercialização.

Do ponto de vista metodológico, é razoável analisar isoladamente cada uma das políticas diferenciadas dirigidas à agricultura familiar, estabelecer preferências e classificações. Entretanto, do ponto de vista programático o desafio é avaliar de forma conjunta a trajetória das políticas dirigidas ao meio rural, discutir seu sentido geral e ajustar os instrumentos para fortalecer um potencial contra-hegemônico.

Considero que há um sentido estratégico nessa agenda, expresso pelo fortalecimento da autonomia econômica de mulheres e homens da agricultura familiar, o qual está presente em todas as políticas diferenciadas desde 2003, com suas características e eventuais limitações, com as insuficiências de articulação, coordenação e integração. Políticas que para serem bem compreendidas precisam contar com a boa análise da realidade concreta.

Uma “dualidade” que ganha nitidez

Um dos efeitos da inflexão na trajetória das políticas públicas de desenvolvimento rural impulsionada pela nova agenda de governo foi a explicitação de uma situação mais clara de “dualidade” no meio rural, dada, por um lado, pela valorização e pela entrada na cena institucional da agricultura

familiar e das comunidades rurais e, por outro lado, pela preservação da importância dada ao agronegócio. Ou seja, a heterogeneidade estrutural da agricultura e a democratização da representação dos setores do meio rural passaram a se expressar no processo de tomada de decisão sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural.

O reconhecimento pelo governo da importância do agronegócio representou um elemento de continuidade nas políticas agrícolas, e isso se deu tanto pelo reconhecimento do peso que o setor tinha – e tem – na geração de receitas, como pela compreensão de que haveria uma possibilidade de convívio entre os diferentes setores. Algo revelador da debilidade da estrutura produtiva brasileira, e de outros países da região, que dependem da exportação de produtos primários para a sua estabilidade econômica, e de uma situação em que ainda existem diversos obstáculos para uma transição do modelo agrícola.

As implicações dessa dualidade não estavam claramente delineadas para o conjunto da sociedade brasileira, pois a produção agropecuária passava por transformações importantes – expressivos ganhos de produtividade, incorporação de novas tecnologias e de novas áreas aos padrões intensivos de produção, novas formas de articulação com o setor agroindustrial e o setor financeiro, realocação de culturas –, e a entrada em cena da agricultura familiar e das comunidades rurais era ainda recente.

Vale lembrar que no decorrer da década de 1990, fruto de um projeto político claro e de um trabalho bem planejado, construiu-se uma imagem social dos grandes proprietários como empresários modernos e responsáveis pela estabilidade econômica do país, buscando dissociá-los da oligarquia latifundiária. Essa renovação discursiva contribuiu para gerar falsas expectativas em relação à participação desse setor em uma coalizão para uma reforma progressista do meio rural. Um importante movimento social, por exemplo, chegou a considerar o agronegócio – e suas lideranças – como um aliado na luta contra os latifúndios e pela democratização do acesso a terra.

O agravamento dos efeitos ambientais e sociais do modelo intensivo de produção assentado na grande propriedade e o desvelar da importância da participação da agricultura familiar na produção agropecuária repercutiram em novas disputas no interior do governo e na sociedade. Dessa forma, a associação entre os interesses dos grandes proprietários de terras com o capital financeiro e as multinacionais do ramo químico e de alimentos ganhou mais nitidez e força na sustentação de uma posição contrária à reforma agrária e a uma transição para um modelo sustentável e democrático de produção e em reiteradas tentativas de desqualificar a agricultura familiar. O crescente reconhecimento da agricultura familiar e a sua associação com a alimentação saudável geraram uma intensa ação de marketing por parte do agronegócio para renovar as suas bases de legitimação social.

Nesse contexto, uma crescente polarização passou a se expressar em diferentes situações: nas disputas por recursos públicos, nas tentativas de alteração do marco legal das políticas ambientais, fundiárias, de saúde e de regulação de agrotóxicos, e pelo acesso e uso dos territórios.

Essas polarizações contribuem para explicitar as diferentes visões sobre temas centrais para uma agenda para o Brasil Rural, o que realça a importância da conformação de um campo político e social mais amplo, afinado com um programa comum de transformação do meio rural como parte de uma agenda democratizante do país.

Há novidades no cenário que precisam ser compreendidas e bem avaliadas. Temos, por um lado, um crescente questionamento dos efeitos negativos do modelo hegemônico, especialmente por seus efeitos sobre o meio ambiente e sobre a qualidade dos alimentos e por sua incapacidade para diminuir as desigualdades, mas que não resulta em fortalecimento dos mecanismos de regulação da expansão do agronegócio e de democratização da terra. Por outro lado, temos uma nova agenda institucional voltada para o fortalecimento da agricultura familiar que já mostrou seus

efeitos positivos sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento das regiões, mas que ainda não tem a força necessária para impulsionar uma transição no padrão de desenvolvimento.

Oportunidades perdidas para avançar a reforma agrária

Um tema central para a democratização do país é a reforma agrária, como condição para desconcentrar a estrutura fundiária e para reconhecer e garantir o direito à terra e aos territórios das comunidades rurais. Apesar da importância desse tema, ele não se impôs na agenda pública e na agenda de governo com a radicalidade e o respaldo que seriam necessários.

O marco legal brasileiro prevê o cumprimento da função social da propriedade da terra, mas o Estado não conta com os instrumentos legais para fazê-la valer. A obrigatoriedade do pagamento da indenização com valores de mercado restringe o sentido da sanção e o judiciário tem impugnado os atos de desapropriação apenas pelo descumprimento das funções social e ambiental e decidido pela incorporação de juros compensatórios que elevam os valores a serem pagos pelo governo federal aos proprietários.

Além do limite estatal para tomar medidas redistributivas, devem-se agregar as limitações para conter a expansão do agronegócio nas regiões Norte e Centro-Oeste, no sul do Maranhão e do Piauí e no oeste da Bahia, que têm como um efeito imediato a concentração da propriedade da terra. Além dessa limitação estatal, não é nessas regiões que há a maior presença dos movimentos sociais e a maior demanda social organizada por terra.

A combinação de dois fenômenos com sentidos inversos – a redistribuição, via política de assentamentos, e o reconhecimento de territórios nas áreas de expansão – explica a estabilidade dos indicadores de concentração da propriedade da terra nos últimos vinte anos. Para pensar a dimensão do grau de concentração nessas áreas basta lembrar que a ação redistributiva destinou para a reforma agrária cerca de 80 milhões de hectares (algo próximo de 10% do território nacional).

Evidencia-se, assim, uma dupla fragilidade: o Estado brasileiro tem instrumentos precários para promover uma redistribuição de terras mais ampla e não tem os instrumentos necessários para conter a concentração nas regiões de expansão da produção agropecuária. A esse cenário agregam-se as dificuldades para uma gestão fundiária eficiente, decorrentes das insuficiências dos sistemas de cadastro e registro de terras e da política de ordenamento territorial para integrar nas medidas de destinação das terras públicas o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e as demandas da conservação da biodiversidade.

Nesse marco de dificuldades estruturais e limitações institucionais não se produziu nas disputas públicas uma convergência entre a ação governamental e as posições dos movimentos sociais. Oportunidades foram perdidas para ampliar a legitimidade e o respaldo da reforma agrária como elemento importante de uma agenda democratizante do país. Muitas ações governamentais e muitas lutas foram feitas, mas não se galvanizou um campo político pró-reforma agrária capaz de impulsionar com mais força essa agenda, que poderia ter se constituído e ampliado a partir do lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), em um inédito ato de unidade dos setores populares do campo no período pós-redemocratização.

Por diversos anos, a partir de 2003, o debate público foi marcado por uma polarização entre o governo e os movimentos sociais sobre a execução da reforma agrária, especialmente, quanto ao número de famílias beneficiadas, aos critérios adotados em sua contabilidade e ao tipo de área destinada. Algo que, publicamente, se sobrepunha em relação às convergências que resultavam nas novas políticas diferenciadas para a agricultura familiar. Com isso, não aproveitamos todo o potencial do II PNRA, a crescente ação de destinação de terras para reforma agrária e o fortalecimento dos assentamentos para organizar o debate público e para constituir uma

referência comum capaz de galvanizar um campo político e social pró-reforma agrária.

Não conseguimos aproveitar o desgaste da imagem do agronegócio com a sua vinculação ao aumento do desmatamento na Amazônia e com os casos de trabalho escravo, e com a percepção social mais ampla dos efeitos nocivos ao meio ambiente e à saúde do padrão intensivo de usos de insumos químicos para, por exemplo, legitimar propostas de limitação do tamanho da propriedade.

Não conseguimos, apesar de avanços institucionais importantes, enfrentar o tema da violência no campo a ponto de neutralizar as milícias privadas e conter a ação policial, garantindo um padrão mínimo de direitos humanos aos que lutam para garantir seu direito à terra.

Não conseguimos capitalizar e potencializar a ação estratégica e concertada de ordenamento territorial realizada pelo MMA, MDA, Funai, Ibama e Incra na destinação das terras públicas federais em regiões de expansão do desmatamento e em áreas onde estavam previstas obras de infraestrutura (por exemplo, o asfaltamento da BR-163), que combinaram a criação de reservas ambientais e de áreas de conservação de uso sustentável com a criação de assentamentos rurais, de acordo com o grau de antropização e as características das áreas, e com a demarcação de territórios indígenas. Essa ação combinada de destinação das terras públicas impunha um limite ao desmatamento, reconhecia e garantia o direito de acesso à terra de comunidades rurais e fortalecia a política ambiental. Na prática, isso representou uma restrição à expansão territorial do agronegócio.

Outra oportunidade perdida se deu com a criação, em 2009, do Programa Terra Legal, dirigido à regularização fundiária na Amazônia Legal, cujo objetivo é reconhecer os direitos de posseiros e regularizar ocupações legítimas em terras públicas federais não destinadas para outras finalidades, dando prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais. O Programa foi o resultado de uma disputa na qual se confrontaram duas posições. De um lado, o então Ministro Mangabeira Unger e

os governadores da região Norte que eram críticos à atuação do governo federal e estavam unificados na defesa da transferência das terras públicas federais para os governos estaduais. Do outro lado, o MDA e o MMA defendiam que o governo federal não abrisse mão dessa atribuição e criasse mecanismos mais adequados para agilizar a regularização fundiária na Amazônia Legal. O governo federal decidiu preservar sua atribuição, mas reconheceu a necessidade de criar novas condições institucionais, expressas pela criação de uma secretaria extraordinária no MDA e de um novo marco legal (Lei nº 11.952/2009).

Apesar da importância dessa disputa, parte expressiva dos movimentos sociais e das organizações ambientais – em um ambiente marcado pela saída da Ministra Marina Silva e sua nova opção partidária – adotou uma postura crítica dura e desqualificadora do programa, questionando a capacidade do governo federal em executar tais ações e, também, suas intenções, chegando ao ponto de alguns assinalarem que a finalidade do novo programa seria a “legalização da grilagem”.

O tema da terra permanece central para qualquer projeto democrático de desenvolvimento e está presente em vários conflitos e lutas sociais que envolvem diferentes interesses e nos quais se confrontam variados setores sociais. Entretanto, não temos sido capazes de fazer as conexões entre essas lutas e a valorização da reforma agrária, como programa que democratiza o direito à terra e aos territórios, que cria condições mais favoráveis para superar as desigualdades e impulsionar uma transição no modelo produtivo.

Não conseguimos aproveitar as conquistas expressas pelo reconhecimento social da agricultura familiar para a garantia da segurança alimentar, a superação da pobreza rural e a promoção do desenvolvimento sustentável, como argumento para mostrar as vantagens de uma estrutura fundiária democratizada.

Apesar de presente, o tema da terra não ganhou a centralidade que precisaria na agenda pública e na agenda de governo, e isso é algo importante a ser considerado no debate de uma agenda para o Brasil Rural.

Elementos para uma agenda de transição

As políticas públicas recentes dirigidas à democratização do meio rural estiveram e estão no centro de disputas políticas, tanto no sentido de incidir sobre elas para ajustes incrementais, explorar novas possibilidades ou para redefinir rumos, como para contestá-las ou desconstruí-las, o que, de certa forma, tem contribuído para organizar os campos em disputa.

Nas lutas sociais recentes encontramos ações unificadas, fóruns de discussão e algumas reivindicações comuns que convivem com práticas de concorrência na disputa por representação e uma baixa capacidade para a constituição de alianças mais duradouras; algo que limita a própria capacidade de as organizações incidirem de forma articulada nas disputas centrais.

Considerando-se essa trajetória democratizante e o acúmulo político e organizativo dos movimentos sociais, um passo necessário seria elaborar um programa para a transição do modelo agrícola como parte de um projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda e justiça social, respaldado por uma coalizão mais ampla que os setores populares do meio rural. Não se trata de inaugurar o debate nacional sobre a questão agrária ou sobre o desenvolvimento rural e nem de desconsiderar o que já foi formulado na academia e nas organizações de esquerda. O desafio é criar condições mais propícias para um diálogo de caráter estratégico sobre o meio rural, que respeite as diferenças políticas e ideológicas, mas que consiga gerar um ambiente de confiança e cumplicidade para novas elaborações e atualizações à luz das novas condições históricas.

Quanto a isso, destaco alguns elementos a serem considerados nesse debate. Parto da premissa de que há um potencial contra-hegemônico na

agricultura familiar e nas comunidades rurais que, para se expressar e ser fortalecido, demanda uma forte atuação social e estatal para a regulação restritiva do agronegócio e para o fortalecimento econômico da agricultura familiar.

A regulação restritiva do agronegócio tem por finalidade minar as bases de sua legitimação e da reprodução de seu poder econômico e político. Para isso, é preciso ampliar a crítica e combater os seus efeitos nocivos, criando mecanismos efetivos para conter a sua expansão e estabelecendo novos condicionantes para o uso dos recursos naturais e para a utilização de insumos químicos e agrotóxicos.

Para conter a sua expansão territorial são fundamentais as ações redistributivas de terras e de reconhecimento e regularização dos direitos legítimos de posse e dos territórios de comunidades tradicionais, especialmente nas novas regiões produtoras, onde a ocupação tem se dado de forma rápida e intensificado a concentração da propriedade da terra. A restrição da expansão do modelo produtivo demanda a intensificação da fiscalização ambiental e trabalhista e ações para estabelecer novos padrões para o uso dos insumos e de tecnologias, como é caso da Campanha Brasil Livre de Transgênicos e a da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, que precisam resultar em um padrão mais rigoroso de regulação estatal.

A deslegitimação do modelo dominante envolve, ainda, ações dirigidas ao sistema agroalimentar, regulando e mudando o padrão alimentar no qual predomina uma dieta restrita a poucos produtos e com alimentos processados. Há um potencial imenso a ser explorado na associação da crítica ao modelo produtivo e de consumo alimentar, que permite introduzir o conceito de segurança alimentar e nutricional e relacionar a alimentação saudável com padrões de produção sustentáveis, com a diversificação produtiva e a valorização de produtos regionais, características em geral identificadas na agricultura familiar.

Mas é preciso modificar, também, a estrutura econômica nacional e diversificar a base industrial e a pauta de exportações de forma a reduzir a importância relativa da participação do agronegócio na balança comercial, fonte de poder e de legitimidade.

A contraface da regulação restritiva do agronegócio é o fortalecimento econômico e social da agricultura familiar e das comunidades rurais, de sua autonomia e de sua participação na estrutura produtiva e a promoção da produção sustentável.

É evidente o efeito positivo da reforma agrária para ampliar a participação desse setor social, mas são necessárias diversas medidas complementares que ampliem sua expressão econômica. Como assinalado anteriormente, não se pode desconsiderar os efeitos positivos para a agricultura familiar do aumento da produção, da produtividade e da renda com a incorporação, por exemplo, de insumos para correção de solos e a adoção de práticas básicas de alimentação e de sanidade animal, e da inserção em circuitos de comercialização e de industrialização oligopolizados. Claro que esses efeitos positivos podem vir acompanhados de mecanismos de dependência e subordinação, que redefinem o campo da autonomia da agricultura familiar. Mas foram várias as lutas sociais geradas a partir dessas situações e delas surgiram movimentos, associações e cooperativas, sendo que muitas passaram a integrar um campo crítico ao modelo agrícola e a impulsionar experiências alternativas de produção e de organização econômica.

Por isso, não se pode desqualificar os instrumentos de crédito, de assistência técnica e de comercialização que contribuem para aumentar a renda da agricultura familiar permitindo a monocultura, a utilização de insumos e práticas produtivas características do padrão hegemônico. Uma agenda de transição não deve descartar essas contribuições, mas não pode ficar restrita a isso. Em cada um dos instrumentos de política diferenciada há componentes, e novos precisam ser criados, de estímulo à diversifica-

ção produtiva, de adoção de práticas sustentáveis e de apoio à organização dos agricultores familiares, que se complementam com mecanismos específicos dirigidos para a transição agroecológica.

A incorporação da agroecologia pelos movimentos sociais é recente, parcial, tem sentidos variados e carrega contradições entre o discurso das organizações e as práticas produtivas de parcelas de suas bases sociais. Há um conjunto ainda pequeno de agricultores que adotam práticas agroecológicas, e a sua incorporação pelo Estado brasileiro é também recente e parcial, apesar da amplitude temática do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, de iniciativas internacionais sobre o tema e da crescente produção acadêmica.

O desafio reside, portanto, em combinar as ações diretas de promoção da transição agroecológica, dirigidas aos agricultores que já estão predispostos e mobilizados, com as ações de fortalecimento econômico e de ampliação do acesso aos direitos, dirigidas aos demais agricultores; e isso pode ser feito sem abrir mão de iniciativas de sensibilização que contribuam para deslocá-los para a agenda da transição. Portanto, a agroecologia, com toda a sua carga polissêmica, é parte importante, mas não suficiente, de um programa de transformações do meio rural.

Por fim, deve-se agregar a dimensão internacional aos esforços nacionais para compor uma agenda de democratização do Brasil Rural, especialmente, pela sinergia que se estabelece entre as políticas públicas nacionais e as iniciativas de integração regional, de cooperação Sul-Sul e a intervenção nos fóruns multilaterais e pluriestatais.

A política externa brasileira tem vários exemplos que ilustram como as políticas nacionais contribuem para construir compromissos internacionais e como estes legitimam e reforçam iniciativas nacionais. A partir do Programa Fome Zero e em conjunto com a FAO, organizou-se uma agenda latino-americana de combate à fome que resultou em avanços significativos em vários países e repercutiu, inclusive, sobre a platafor-

ma da integração regional, como ilustra o Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenho (Celac). O reconhecimento da importância da agricultura familiar e a estruturação de políticas diferenciadas no Brasil impulsionaram a incorporação desse tema no Mercosul, por intermédio da Reunião Especializada da Agricultura Familiar, e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa com a discussão de diretrizes comuns para as políticas públicas de apoio a esse setor.

Pode-se destacar também o impacto sobre a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, com a aprovação de um tratamento diferenciado para a agricultura familiar e o reconhecimento do direito dos países a manterem estoques de alimentos destinados à garantia da segurança alimentar nas discussões sobre o comércio internacional. Além disso, os novos compromissos internacionais e regionais assumidos pelos países nos temas das mudanças climáticas, da nutrição, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da governança da terra, entre outros, reforçam o sentido estratégico dado às políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e contribuem com sua legitimação social.

Espero que estas observações contribuam com uma reflexão crítica sobre o significado da trajetória recente das políticas diferenciadas e seus efeitos sobre a agricultura familiar e as comunidades rurais e com o generoso esforço de atualização e organização programática que seja capaz de animar e orientar muitos homens e mulheres, do campo e da cidade, nas boas lutas pela transformação democrática do Brasil Rural.

Referências

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, 1997.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; Neumann, P. S. *PNATER (2004-2015): da concepção à materialização*. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-128.

RUFINO, J.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (orgs.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 53-81.

SANTOS, F. P. *Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar*. 2011. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Programa Pós-graduação, Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2011.

*O espírito de 45, filme de Ken Loach*¹

José Ricardo Ramalho

Em um cenário político e econômico com o predomínio de propostas neoliberais, o filme *O espírito de 45*, de Ken Loach, traz um contraponto importante ao descrever uma experiência histórica concreta, marcada pela intervenção do Estado na economia, que resultou em avanços significativos para o bem-estar da população trabalhadora.

Tomando como base as mudanças introduzidas pelo governo do Partido Trabalhista inglês no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o documentário demonstra que o esforço coletivo da guerra conseguiu mobilizar a sociedade de modo a atender às necessidades essenciais dos mais pobres e dos trabalhadores. Para Loach, este caso não só confirma a preponderância dos interesses da sociedade sobre os do mercado, como também revela a constituição de um surpreendente sentimento de pertencimento a uma coletividade.

O diretor não esconde a sua posição, e em uma entrevista sobre o filme, quando questionado, afirmou: “é isso mesmo que eu quero mostrar”. Seu cuidado com os entrevistados fortalece essa perspectiva, quando, por exemplo, destaca a fala de um trabalhador das minas, categoria profissional que é símbolo da classe operária inglesa. Nesses relatos, o mineiro, que usa uma boina de militante, conta as agruras do trabalho nas minas de carvão e expõe as perigosas condições de trabalho, além do descaso do patronato.

Ken Loach faz um trabalho primoroso de recuperação de filmes de época, combinando de modo didático e eficaz imagens e relatos orais.

¹ Atividade de exibição do filme e comentários realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 13 de junho de 2016.

Políticos importantes do Partido Trabalhista inglês são destacados em vários momentos, como é o caso de Bevan, formulador do sistema público de saúde (NHS). No caso dos políticos do Partido Conservador, a crítica é impiedosa. O diretor consegue inclusive recuperar um registro da campanha eleitoral de 1945 em que o herói da guerra, Winston Churchill, é vaiado durante um comício e perde uma eleição em que ninguém acreditava que pudesse ser derrotado.

O documentário destaca a ousadia do Partido Trabalhista ao implementar uma proposta de intervenção social no contexto de um cenário econômico completamente desfavorável. Normalmente, diante das dificuldades econômicas, as propostas econômicas penalizam os mais pobres. Nesse caso, o oposto ocorreu, com a criação do sistema público de saúde, a estatização da infraestrutura e a construção de habitações.

Mas Loach também faz críticas ao Partido Trabalhista pelo fato de ter adotado posteriormente a lógica do mercado. Para ele, é como se o partido tivesse capitulado a tudo que tinha defendido no pós-guerra, especialmente após Tony Blair ter incentivado a retirada da chamada “Clause Four”, do estatuto do Partido Trabalhista, que defendia a propriedade coletiva dos meios de produção. No filme, há críticas ao modo como o partido lidou com a questão das nacionalizações, e ficam explícitas as dificuldades de romper as alianças com a classe dominante, principalmente no controle do setor da mineração.

Da mesma forma, os sindicatos se tornam alvo de cobranças. Em filme anterior, sobre a greve dos portuários de Liverpool, em 1995, Ken Loach ataca fortemente a burocracia inoperante do sindicalismo trabalhista inglês, que não havia entendido que a força da representação e da organização dos trabalhadores, naquele evento, tinha de vir das bases, dos locais de trabalho. Aquele sindicalismo, demonstra Loach, não tinha percebido a importância da greve de 1995 e perdeu a oportunidade de apoiar de modo efetivo uma solidariedade dos portuários que veio de vários ou-

tros lugares do mundo. Ao final, as consequências foram terríveis, com o fim do contrato fixo de trabalho, substituído pelo temporário, mais precário e inseguro.

Ao longo do filme, é possível perceber também todo o processo de desmantelamento do Estado de bem-estar social que ocorre durante o período Thatcher. Quando o documentário vai chegando ao fim, a tendência do espectador é o pessimismo, mas Ken Loach sempre termina seus filmes com alguma esperança de mudança no ar.

Diante da crítica de que *O espírito de 45* não contemplava as vozes de dissidentes, Loach argumenta que “filme não é um programa de variedades”, e que seu objetivo não foi fazer uma história geral daquele período de pós-guerra da história inglesa, mas demonstrar como se expressa “uma necessidade de fazer um mundo melhor”. E acrescenta: “Nós não devemos ter ilusões sobre o que um filme pode fazer, afinal, é apenas um filme. Depois que tudo aparece na tela, todo mundo se levanta e sai do cinema; por isso, o melhor que o cineasta pode fazer é deixar as pessoas com uma dúvida, com um sentimento de inquietação”.²

² LOACH, Ken. Entrevista a Simon Hattenstone. *The Guardian*, Londres, p. 19, 28 out. 1998.

“Comum” e “comunidade” um ensaio de esclarecimento sociológico¹

Christian Laval

O movimento dos comuns (*commons*), de desdobramento mundial, se apresenta como um novo paradigma político, com antagonismo direto à concepção neoliberal de sociedade. Tal interpretação neoliberal, como se sabe, está fundada na concorrência generalizada, mantida por indivíduos que procuram “maximizar” seu bem-estar pessoal (Dardot e Laval, 2009). Ela difunde, por todo lugar, uma grade de interpretação e um modo de ação pública e privada que nada deixam entre o mercado mundial e o indivíduo, ou, mais exatamente, que veem toda instituição social entre o mercado e o indivíduo como um obstáculo e um limite insuportáveis para a liberdade, a menos que essa instituição se integre ao jogo da concorrência e se ponha a serviço da acumulação do capital. Ela se promove, em todos os domínios da propriedade privada, e em particular no campo dos conhecimentos, como o único fundamento possível da atividade econômica eficaz e da harmonia social livre, baseada nos laços contratuais entre agentes de troca privados.

O princípio do comum que se desprende, hoje, dos movimentos, das lutas e dos experimentos remete a um sistema de práticas diretamente contrárias a essa racionalidade capitalista que reestrutura o conjunto das relações sociais. Essa nova razão, emergente das práticas, afirma a prevalência do uso coletivo sobre a propriedade privada exclusiva; privilegia o autogoverno democrático, em vez do comando hierárquico, e, sobretudo, torna indissociáveis a atividade e a decisão coletivas. Entende-se, portanto, por

¹ Texto fornecido pelo autor em referência à palestra realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos no dia 18 de abril de 2016. Traduzido por Cecília E. B. Soares.

“comuns”, um conjunto de práticas institutivas e de instituições constituídas que respondem ao princípio segundo o qual um grupo mais ou menos extenso se engaja em uma atividade coletiva produtora de bens, tangíveis ou intangíveis, postos à disposição dos *commoners* ou da coletividade mais ampla, segundo regras democráticas de auto-organização. Esse tema dos comuns excede o naturalismo jurídico ou econômico, que gostaria que o comum se associasse a certos bens “naturalmente” comuns, dado que são técnica ou juridicamente inapropriáveis (o mar, o céu, o conhecimento, etc.). O movimento dos comuns, em particular por conta de sua ancoragem em práticas cooperativas possibilitadas ou facilitadas pela internet, vai, justamente, além de todos os limites “naturais”, porque torna o comum uma dimensão da atividade, e não uma característica atribuída a um bem.

A referência massiva ao “comum”, dotada de facetas social, econômica e política inseparáveis, poderia ser enganosa. De fato, seria possível sentir que nos encontramos em um terreno moral conhecido e familiar, com suas oposições clássicas: interesse geral *versus* interesse pessoal, coletivo *versus* individual, altruísmo *versus* egoísmo, etc. A sociologia poderia, então, acreditar que recuperaria, nesse terreno, o bem mais constitutivo de sua tradição, e isso sob dois ângulos inconciliáveis. O comum se resumiria, por um lado, a uma nova fórmula para expressar a relação entre o “social” e o “individual”, e, mais precisamente, para emitir a anterioridade, a exterioridade e a autoridade do social em relação ao indivíduo – esquema que ocupa o núcleo da reflexão da sociologia e de sua “grande questão”: como fundar a sociedade moderna sobre o indivíduo? (Dumont, 1983). Ou a sociologia veria, ainda, no “retorno dos comuns” uma mera nostalgia pela comunidade pré-moderna, da qual o movimento antineoliberal atual buscaria reativar o caráter holístico recorrendo a alguma propriedade antropológica universal, ou a usuais práticas coletivas anciãs.

Gostaríamos de indicar, brevemente, que, em ambos os casos, a sociologia falharia em ver as apostas contemporâneas do comum como defini-

do nos movimentos sociais e nas práticas experimentais que o reclamam. A resposta ao neoliberalismo não se coloca apenas como repetitiva, regressiva ou reativa. Ela é criadora, e, por trás do uso de palavras carregadas historicamente de significados, ao mesmo tempo, numerosos e heterogêneos, é preciso saber ler o que emerge de novo. O que é novo, coloquemos rapidamente, se atém a três características. Primeiro, o novo é a passagem de uma lógica de contestação ou de crítica para uma lógica de produção e de construção. O movimento dos comuns é um movimento “por”, não mais unicamente um movimento “contra”. Em seguida, o “comum” se reata com uma política que articula a microinstituição e a macroinstituição social. Não se trata nem de tomar o poder central, nem de criar um isolamento protegido do mundo do mercado, mas de modificar em todas as escalas a relação de poder entre os indivíduos, no seio de uma sociedade vista sob o ângulo das atividades que a produzem. Enfim, o “comum” é um princípio duplamente global, na medida em que entende ultrapassar o ponto de vista nacional e que engloba todos os setores da vida social: economia, cultura e política.

Mas, para que se compreenda essa novidade, é preciso considerar as raízes históricas que a constituem, assim como suas condições de emergência. Gostaríamos, então, de mostrar que a categoria *comum* interessa à sociologia porque ela descola a oposição clássica (e também política) entre comunidade tradicional (“holista”) e sociedade moderna (“individualista”). Ela permite pensar uma maneira moderna de “fazer comunidade”, que não visa reativar a comunidade fechada, fundada sobre a identidade dos semelhantes, nostalgia na base de todas as “revoluções conservadoras”, mas, sim, atualizar a concepção de uma sociedade de cooperadores-cidadãos, fundada na partilha das singularidades. Nesse sentido, o movimento dos comuns reata com as instituições sociológicas e políticas mais poderosas que, de Proudhon a Mauss, procuraram pensar a instituição moderna da reciprocidade.

A comunidade recuperada?

Propor uma leitura sociológica do que se entende, hoje, por “comum”, nos movimentos contemporâneos, antiglobalização ou ambientais em particular, é, de início, tentar entender o que o distingue do sentido que a tradição sociológica atribuiu, em geral, ao termo “comunidade”. “Comum” e “comunidade” se assemelham, é claro, e se confundem em um certo número de enunciados, mas, simultaneamente, não se deve esquecer que também se tensionam e se opõem. “Comum” consiste em um termo que, para beber em um léxico político, filosófico e jurídico extremamente antigo, se emprega hoje com um significado próprio da modernidade, o das práticas de compartilhamento,² ou, como expressa melhor a língua inglesa, de *commoning*. Eis um termo empregado com frequência pelos autores e ativistas estadunidenses do movimento *hacker* para designar uma forma de coprodução econômica. Também o traduzimos, muitas vezes, pelas expressões, bastante vagas, havemos de convir, “partilha”, “cooperação” ou “colaboração”, *peer-to-peer* (Bauwens, 2015). Pouco importa, aliás, qual termo empregar para essa “outra economia”: o essencial consiste na ideia de que há “comunidade” apenas em referência a uma atividade comum, que produz o coletivo tanto quanto produz bens e serviços. Com essa compreensão do “comum”, encontramos-nos muito distantes da ideia associada ao conceito sociológico da comunidade, em cujo conteúdo o pertencimento, a herança, a identidade, o interconhecimento imediato são dimensões privilegiadas. É conhecida toda a posteridade, ainda que dividida, da oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* (Tönnies, 2010). O que cria “comunidade”, no sentido clássico do termo, não provém de uma atividade escolhida, mas de uma atribuição involuntária a um conjunto estruturado e hierarquizado de sujeitos, por vezes ligados uns aos outros por laços de parentesco, compartilhando crenças e valores idênticos, comungando lembranças e tradições

² No original: “mise en commun”. [N. da T.]

comuns. Como demonstrado por Durkheim, em sua tese, é a *similitude* dos indivíduos, ou seja, sua identidade comum, que constitui a própria força desse tipo de conjunto humano. Se a comunidade tradicional determina, *a priori*, uma ordem no seio da qual cada um age segundo o lugar que lhe foi assinalado, a noção moderna de sociedade se define a partir da atividade prática dos indivíduos, que deveriam interagir uns com os outros para realizar seus objetivos particulares. Eles participariam menos de um conjunto pré-constituído do que construiriam esse conjunto a partir de suas atividades diferenciadas. Não é a semelhança dos indivíduos que compõe a força coletiva, mas, antes, a complementaridade de suas diferenças na atividade coletiva. Em suma, há sociedade apenas quando *coproduzida* pela atividade de seus membros ativos. Tal era, em todo caso, a grande lição da sociologia durkheimiana, ao menos como será compreendida por seus discípulos mais progressistas, e em especial por Marcel Mauss, que, partindo da definição morfológica da modernidade social, entendia agir para dar à cooperação social sua forma política normal, e tinha o socialismo como conclusão lógica da compreensão sociológica (Mauss, 1997).

Evidentemente, o que se compreende hoje por comum não remete nem exclusiva, nem principalmente aos pertencimentos comunitários primários, mas a uma vontade e uma capacidade de agir em conjunto que têm como *efeito* a constituição de uma comunidade de ação ou produção. Compreende-se ainda que o estatuto e o papel do indivíduo sejam radicalmente diferentes nesse contexto. No caso da comunidade tradicional, supõe-se um indivíduo sujeitado a um lugar e a uma função que não escolheu, ao passo que no caso do comum, o indivíduo se engaja em relações de coprodução para voluntariamente “fazer comum”. Dito de outra forma, o “comum” enquanto princípio político não consiste em um “retorno”, mas em uma forma de compreensão e de valorização do agir inteiramente relativa à individuação moderna. Vemos, portanto, toda a ambiguidade da referência atual aos “comuns” tradicionais, ou seja, às práticas coletivas

costumeiras das comunidades aldeãs. A confusão entre “comum” e “comunidade”, no sentido pré-moderno do termo, aproxima-se de certos autores que se colocam como teóricos e porta-vozes do movimento. Ao insistir sobre o caráter ancião dos “comuns”, que conheceriam um “renascimento” ou estariam, hoje, realizando seu “retorno”, deixam pensar que se trataria de um reencontro com direitos costumeiros ancestrais, ou de uma preservação das realidades próprias de grupos étnicos ainda muito arraigados com suas tradições culturais, e/ou mobilizados pela defesa de seus recursos naturais coletivos, como, por exemplo, na América Latina. E é assim que, entre teóricos e militantes dos comuns, encontra-se a ideia muito difundida de que o “fazer comum” deriva sempre de uma comunidade preexistente, que busca proteger suas particularidades e seus recursos locais. Diante da globalização que padroniza e desestrutura as comunidades de base, inscritas em um espaço-tempo específico, o movimento pretenderia organizar, em todo lugar, a defesa das tradições anciãs e das particularidades locais. David Bollier, um dos principais promotores dos comuns, apresenta, assim, o que denomina, significativamente, de “retorno em direção aos comuns”: “as pessoas gravitam em direção aos comuns porque veem nele um meio de celebrar e proteger seus contextos locais particulares” (Bollier, 2013, p. 160). Essa interpretação, que torna o tema arcaico, tem dois significados indissociáveis, de acordo com uma dualidade capaz de introduzir confusões, mas que deve ser tida como um *fato*. Ela, ao mesmo tempo, remete ao imaginário de um laço social originário, que pode, no caso, assumir um caráter mítico (por exemplo, a Pachamama ou “Mãe Terra” na cultura andina) e afirma um ponto de vista, em realidade, moderno, mas negado como aquilo que, hoje, “faz comum”. Essa maneira de apresentar os “comuns” é inadequada para captar o que realmente aconteceu, ou seja, uma *reinterpretação* da comunidade vista como instituição, e não mais como dado preliminar que se *constrói* a partir de certas práticas de partilha. O movimento dos comuns, na escala mundial, foi possível unicamente porque se “recuperaram”,

ou, mais exatamente, *acreditou-se* recuperar, por uma analogia em larga medida imaginária, costumes anciãos em práticas contemporâneas que, na aparência, pouco tinham a ver com as primeiras. Para dizê-lo de forma demasiadamente esquemática, é a partir do momento em que novos cercos da propriedade intelectual ameaçaram seriamente práticas de *commoning* no campo dos conhecimentos, da cultura e da informação, que a palavra de ordem lançada por Naomi Klein, “pela recuperação de nossos bens comuns!”³ obteve toda sua eficácia *global* (Klein, 2001). Esses “reencontros”, que são, ao mesmo tempo, uma autêntica criação simbólica e política, permitiram, em certa medida por uma retroação, uma reinterpretação dos comuns tradicionais, não mais considerados como práticas imóveis, encerradas em estruturas fechadas, mas como modos de coprodução ao mesmo tempo justos, eficazes e democráticos. Que tenha havido, nessa retroação de cunho universalizante, muitas ilusões sobre os comuns tradicionais, é sem dúvida verdade, mas importa sublinhar a inovação criadora de um gesto analógico que encontrou sua legitimidade científica em trabalhos de economistas, juristas ou cientistas políticos, dos quais o mais célebre é incontestavelmente o de Elinor Ostrom (1990).

O retorno em direção à associação?

Mas em que essa “reinvenção” moderna dos comuns é de fato nova? Não se trataria de um modo de reatar com outra invenção, muito importante historicamente, a da “associação” do século XIX, que, como se sabe, compôs o fundamento do socialismo (Chanial, 2009)? A relação entre ambas chama a atenção. A “associação dos produtores” se pretendia, de fato, uma maneira cooperativa de produzir, em oposição direta à concorrência do mercado e à exploração do trabalho pelo capital. O projeto político da associação, desenvolvido nos meios artesãos e operários, não se confundia com a comunidade total de vida ainda imaginada por certos profetas comunistas,

³No original: “reclaim our commons”. [N. da T.]

que entretiveram o ideal de vida oriundo de uma longa tradição utópica, cristã em particular, como apontado por Durkheim em seus cursos sobre o socialismo, publicados por Mauss em 1928 (Durkheim, 2011). Poder-se-ia mesmo dizer, com ele, que há uma oposição total entre a utopia arcaísta do comunismo e o socialismo moderno, mesmo se admitirmos que ele tende a negligenciar, em sua definição de socialismo, a auto-organização de base, em prol de uma coordenação central da produção. O socialismo consistiu em um esforço para dar forma política e moral e coordenação econômica a uma sociedade que, justamente, não correspondia mais a um entrelaçamento hierarquizado de comunidades tradicionais. Não se deve, portanto, negligenciar o fato de que o socialismo ambicionava pensar um “fazer comum” de indivíduos desejosos de formar uma “associação” sobre uma base voluntária, em uma sociedade em transformação, que aparecia, cada vez mais, como o resultado de decisões e ações humanas. Se relermos os textos dos Saint-simonistas, que marcaram tão fortemente Proudhon e Marx, é notória sua profunda hostilidade a toda e qualquer ideia de comunidade de bens (*Exposition. Doctrine de Saint-Simon*, 1830). Neles, a dimensão da *atividade* se encontra no fundamento tanto do que une os produtores como do que permite uma distribuição justa da riqueza.

Proudhon é, certamente, o autor que melhor realça o caráter novo do socialismo, a partir de uma teoria da sociedade como *força coletiva*. É a Proudhon que devemos, após os Saint-simonistas, o mais vivo e mais constante ataque contra a utopia comunitária, considerada uma regressão em direção a uma idade anciã da humanidade. Desde seu *Premier mémoire sur la propriété*, de 1840, Proudhon torna o comunismo uma reação arcaísta ao triunfo insuportável da ordem proprietária. Longe de ultrapassá-la, a teoria política da comunidade nada faz além de cultivar uma impotente nostalgia por uma ordem anterior e superada da humanidade. Sob esse ângulo, Durkheim se limitará a prolongar esse diagnóstico em seus cursos de Bordeaux. Importa, de fato, compreender que esse socialismo induz a

uma ruptura, como demonstrou, por sua vez, Pierre Ansart, com a qual, no comunismo, “podiam sobreviver nas zonas rurais bens comunitários ou direitos coletivos capazes de fundar uma representação comunitária ou comunista da totalidade social” (Ansart, 1970).

Sua crítica da comunidade aborda sobretudo as restrições que ela impõe à personalidade individual:

(...) o teor irreparável de suas injustiças, a violência às quais submete simpatias e repugnâncias, o jugo de ferro que impõe à vontade, a tortura moral em que mantém a consciência, a atonia na qual mergulha a sociedade, e, para concluir, enfim, a uniformidade beata e estúpida pela qual acorrenta a personalidade livre, ativa, reflexiva, rebelde do homem, levantaram o bom senso geral e condenaram irremediavelmente a comunidade. (Proudhon, 1926, p. 325)

A comunidade primitiva equivale à sujeição do indivíduo a uma autoridade opressora e de servidão: “o homem [...], despojando seu eu, sua espontaneidade, seu gênio, suas afeições, deve se aniquilar diante da majestade e da inflexibilidade da comuna” (Proudhon, 1926, p. 326). Estranha frase quando se sabe quanto, mais tarde, Proudhon fará justamente da *comuna* a unidade de base natural de seu sistema federativo. Deve-se entender, aqui, que se trata de recusar a comunidade anciã, hierarquizada e “total”, assim como o Estado, que contém, para ele, todos os vícios da velha estrutura. É o que será condenado no “sistema do Luxemburgo”, por conta do batismo da comissão dirigida por Louis Blanc em 1848, ou seja, a ideia do Estado como controlador da produção. “O sistema comunista”, escreverá, “governamental, ditatorial, autoritário, doutrinário, parte do princípio de que o indivíduo é essencialmente subordinado à coletividade” (Proudhon, 1924, p. 113). Pouco importa, aqui, que ele não conceba a modernidade da forma estatal; a oposição conceitual entre duas formas de “comum” nos parece mais importante: de um lado, a forma comunitária

de servidão; de outro, a forma comunal como quadro e expressão da liberdade individual. É isto que Marx falha em ver em Proudhon, que, em sua perspectiva, resta um “pequeno burguês” buscando conciliar o inconciliável (Marx, 1968). Em realidade, Proudhon concebe melhor a via própria do socialismo, de uma nova ordem, que não reconduziria às velhas formas de dominação holística. É nisso que Proudhon aparece como um verdadeiro contemporâneo da descoberta sociológica, pois sua grande “invenção”, que é dupla, consiste na autonomia dos modos de coordenação social e na imanência de regras normativas, que regem a ordem social, em suma, a existência de uma “sociedade” como forma de organização fundada em uma autogênese das normas de seu próprio funcionamento. Esse “sistema de imanência” da “constituição social”, *de facto* anterior e *de jure* superior a toda constituição política, resulta espontaneamente de relações que se desenvolvem na sociedade. Daí a estratégia proudhoniana de agir sobre as próprias relações, de todas as formas possíveis, a fim de desenvolver e “equilibrar” as forças coletivas, fontes de bem-estar e de desabrochar. A solução proudhoniana consiste na “comutação” equilibrada contra a comunidade despótica; na justiça, na troca contra a igualdade obrigatória, imposta por um poder centralizado nivelador. Trata-se de uma nova lógica de “fazer junto”, com base em uma “mutualidade” como princípio que engloba (“a ideia”) e desemboca na “democracia industrial” como meio de se contrapor ao “feudalismo industrial” através da criação de “companhias operárias”, capazes de estabelecer, entre si, modos de troca equilibrados, e sobre um novo sistema político federalista, que traduzirá, no plano institucional, essa imanência da norma à vida social, única maneira de travar a expansão “metafísica” do Estado (Gardin, 2011).

Pode-se certamente dizer, com Marx, que o lado ultrapassado da imaginação proudhoniana se atém a um defeito gritante de sua sociologia da indústria. Ele descuida, e como, da relação capital-trabalho na nova organização produtiva, para se ater quase exclusivamente à esfera de circulação

que pretende regular por um novo direito, ancorado nas relações de troca. Como mostrou Pierre Ansart, essa mutualidade doutrinal provém em larga medida das práticas operárias da década de 1830, em particular a dos tecelões de seda⁴ de Lyon. É a necessidade de solidariedade entre operários, a luta de resistência contra a pressão da concorrência e a chantagem dos negociantes que os levam a querer criar laços de solidariedade para que não se dividissem diante do peso do “feudalismo industrial” e da arbitrariedade dos negociantes que, pelo monopólio do acesso ao mercado, impunham baixos preços aos produtores.

Uma sociedade de indivíduos em cooperação

Não se trata, portanto, de promover um “proudhonismo” como uma doutrina completa, ao mesmo tempo científica e política, como se fabricou, outrora, um “marxismo” ativo em todos os registros, simultaneamente. Convém retomar um movimento de reflexão que, embora essencialmente criativo, se apoia constantemente em uma profunda compreensão do “social” como dinamismo normativo oriundo da cooperação interindividual. É nesse ângulo que Proudhon nos ajuda a pensar, hoje, a emergência do comum como princípio político, em um contexto que, evidentemente, pouco tem a ver com o estado econômico de meados do século XIX. O que faz, a nosso ver, da atualidade a ultrapassagem da oposição entre individualidade e comunidade, e, no plano sociológico, da oposição entre individualismo e holismo.

Segundo Proudhon, a liberdade, nos Modernos, para retomar a fórmula dogmática de Constant, não deve ser entendida como recolhimento sobre a vida privada. Deve ser definida não como corte da vida social, mas como capacidade de desenvolver “iniciativas”, de maneira solo ou em grupo. A liberdade social se “compõe” sempre, o que significa que ela passa pela capacidade de se ligar a outros e agir com eles (Proudhon, 1929). Para

⁴ No original: *canuts*. [N.daT]

Proudhon, diferenciando-se de Marx, o capital não produz as bases da cooperação futura. A liberdade não vem da necessidade. A liberdade vem de si própria, ou seja, da capacidade de criar formas autônomas de produção e de troca (Ansart, 1987). Em outras palavras, e de maneira bastante anacrônica, podemos dizer que a alternativa à propriedade e à concorrência não é a comunidade, mas sim a cooperação. Esta última compõe, decerto, uma totalidade irreduzível a seus elementos, mas sem se cristalizar em transcendência exterior aos elementos compostos. O princípio da federação, que estruturará a vida social em seu conjunto, será similar: ele associará lares diferenciados, sem os embrulhar, nem os subordinar em uma hierarquia governamental (Ansart, 1970).

Não se pode deixar de sublinhar a atualidade dessas reflexões, em um momento em que se vê, simultaneamente, a acentuação da “crise do trabalho” no mundo capitalista e o desenvolvimento das práticas de produção e de existência, que se fundam na instituição política de cooperação. Põe-se em causa, novamente, o próprio elo entre o campo do trabalho produtivo e do espaço público, ou, em outras palavras, é o caráter político da crise do trabalho que, hoje, se manifesta: como admitir a crescente indignação do trabalhador precário, reduzido ao estado de objeto e de resíduo, em um espaço público que reconhece e defende, ainda, um direito à justiça para todos (Ferrerias, 2012)?

O princípio político do comum nos obriga a ir além do quadro associativo, do mutualismo e mesmo da cooperação. O socialismo do século XIX esteve marcado por uma ambiguidade formidável. Tratava-se de “derubar a República em seu ateliê”, de acordo com uma fórmula da década de 1830, ou bem de dissolver a República na sociedade industrial, segundo um esquema de raciocínio extremamente potente desde, ao menos, Saint-Simon? Os problemas, hoje, se colocam de maneira diferente. A produção social se torna objeto de uma dupla estruturação, segundo dois sistemas de dominação paralelos, ao mesmo tempo articulados e tensionados: o

empreendimento capitalista e o Estado, a produção do mercado para o lucro e o serviço público administrado burocraticamente. Um “terceiro setor” preencheu os interstícios entre os dois, não sem padecer do peso “estrutural” desses dois grandes sistemas de dominação. A questão consiste em saber se a cooperação social (o que Jaurès denominava a “grande ação coletiva”) encontrará sua forma política geral na democracia, e isso independente do setor de atividade. Reformulando a pergunta, será que o agir comum, como forma de autogoverno da atividade coletiva, conseguirá se impor no século XXI? Ninguém, é claro, o sabe. Mas o que se pode constatar, hoje, são, de início, as falhas dos dois grandes sistemas de dominação, o capitalista e o burocrático, como formas de organização das sociedades. O parlamentarismo típico das democracias ditas “representativas”, que unia dominação capitalista e dominação burocrática, se decompõe sintomaticamente nos países ditos desenvolvidos. Há, em seguida, e por consequência, o esboço, sob múltiplas formas, de uma nova síntese política entre três reivindicações: a de “democracia real”, a de igualdade no acesso aos recursos, a de proteção aos “bens comuns”. Nenhuma formação política “clássica” pode, hoje, expressá-las, canalizá-las ou sufocá-las. Em revanche, as práticas concretas se desenvolvem, auxiliadas pelas virtudes virais das “redes” e de novas formações políticas, ainda tateantes, e importunam o jogo político em alguns países. Não há, aqui, espaço para recapitulá-las em sua diversidade, como fizemos alhures (Dardot e Laval, 2014).

Conclusão

O que pode, então, a sociologia? Em que medida esclareceria ela os processos em andamento? Ela pode, primeiramente, permitir pensar o comum como a retomada, o alargamento e o aprofundamento dessa intuição inaugural da ciência social, segundo a qual os homens produzem a si próprios através de sua atividade e devem ter por objetivo a forma política adequada a essa antropogênese – ideia enraizada no projeto da democracia como

autonomia (Castoriadis, 1975) e colocada no centro da sociologia por seus fundadores (Touraine, 1973). Mas a tarefa da sociologia não consiste em enunciar uma “lei da história” qualquer, segundo a qual, cedo ou tarde, uma certa morfologia social ou um certo patamar tecnológico deveriam necessariamente encontrar sua expressão e sua forma política na democracia generalizada. A causalidade na ocorrência pode apenas ser a das chances subjetivas de “mudar o sistema”, ou para expressá-lo de maneira mais segura, de realizar uma revolução. O que deve, sem dúvida, orientar nossos interesses enquanto pesquisadores, hoje, na situação insuportável em que nos encontramos, é a observação e a análise de potenciais subversivos de práticas aparentemente menores, isoladas, contra a corrente, e que instituem comuns parciais e locais e os federam em redes cada vez mais vastas. É essa criatividade sócio-histórica, em um meio neoliberal hostil, que pode indicar se é permitido esperar mais uma bifurcação da trajetória da humanidade.

Referências

- ANSART, Pierre. *Naissance de l'anarchisme*: esquisse d'une explication sociologique du proudhonisme. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- ANSART, Pierre. Proudhon, des pouvoirs et des libertés. *Colloque tenu à Paris et Besançon les 22, 23 et 24 octobre 1987*. Paris: Société P.-J. Proudhon, 1989.
- BAUWENS, Michel. *Sauver le monde: vers une économie post-capitaliste avec le peer-to-peer*. Paris: Les liens qui libèrent, 2015.
- BOLLIER, David. *La renaissance des communs: pour une société de coopération et de partage*. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2013.
- BOYLE, James. The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain. *Law and Contemporary Problems*, n. 66, p. 33-74, 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- CHANIAL, Philippe. *La délicate essence du socialisme: l'association, l'individu & la République*. Bordeaux: Le Bord de L'eau, 2009.
- CORIAT, Benjamin (dir.). *Le retour des communs: la crise de l'idéologie propriétaire*. Paris: Les liens qui libèrent, 2015.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde*. Paris: La Découverte, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- DURKHEIM, Émile. *Le socialisme* (1830). Paris: PUF/Quadrige, 2011.
- FERRERAS, Isabelle. La société de services donne un sens politique au travail. In: SAINSAULIEU, Ivan; SURDEZ, Muriel (dir.). *Sens politiques du travail*. Paris: Armand Colin, 2012.
- GARDIN, Laurent. Mutuellisme. In: GAILLARD, Chantal; NAVET, Georges. (dir.). *Dictionnaire Proudhon*. Bruxelles: Aden Editions, 2011.
- HABERMANS, Jürgen. *Sur l'Europe*. Paris: Bayard, 2006.
- KLEIN, Naomi. Reclaiming the Commons. *New Left Review*, n. 9, maio-jun., 2001.
- MARX, Karl. *Misère de la philosophie*. Paris: NRF Gallimard, 1968.
- MAUSS, Marcel. *Écrits politiques: textes réunis et présentés par Marcel Fournier*. Paris: Fayard, 1997.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Nova York: Cambridge University Press, 1990.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la capacité politique des classes ouvrières* (1865). Paris: Éditions Marcel Rivière, 1924.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Premier mémoire sur la propriété* (1840). Paris: Éditions Marcel Rivière, 1926.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Confessions d'un révolutionnaire* (1850). Paris: Éditions Marcel Rivière, 1929.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la justice dans la révolution et dans l'Eglise* (1858). Paris: Fayard, 1990.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Communauté et société: catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

Autores e debatedores

Adalberto Cardoso

Doutor em Sociologia pela USP e professor e pesquisador do Iesp da Uerj. Suas pesquisas incluem temas da sociologia do trabalho (movimento sindical, mercado de trabalho, formação de classe, reestruturação produtiva, trajetórias ocupacionais), sociologia urbana (segregação espacial, violência, juventude e espaço urbano), desigualdades sociais e teoria social.

Adriana Vianna

Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutora em Antropologia Social pela UFRJ. Atualmente é Professora Associada do PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Desenvolve pesquisas nas áreas de antropologia do Estado, antropologia do Direito e das moralidades, família, gênero e geração.

Afrânio Garcia Jr.

Antropólogo, mestre de conferências da École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), pesquisador vinculado ao Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP) da Sorbonne e pesquisador associado do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. É doutor em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional da UFRJ, onde foi professor entre 1978 e 1998. Seus trabalhos focalizaram modos de dominação e famílias camponesas no nordeste brasileiro. Atualmente pesquisa mobilidade universitária e circulação internacional das ideias.

Aline Maia

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisa nos seguintes temas: movimentos sociais rurais, conflitos fundiários e socioambientais, relações entre Direito e movimentos sociais, educação do campo e políticas públicas para beneficiários da reforma agrária e da agricultura familiar.

Angela Alonso

Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da USP, presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pesquisadora do CNPq. É doutora em sociologia pela USP, com Pós-Doutorado na Yale University. Foi agraciada com os prêmios CNPq/Anpocs (2001), John S. Guggenheim Foundation Award (2009), Jabuti (2016) e da Academia Brasileira de Letras (2016). Suas pesquisas e publicações se concentram na investigação das relações entre cultura e ação política e dos movimentos políticos e intelectuais.

Angela de Castro Gomes

É mestra e doutora em Ciência Política pelo IUPERJ e pesquisadora 1A do CNPq. É professora titular de história da UFF. Foi professora e pesquisadora sênior do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-RJ. Nos últimos anos, vem desenvolvendo pesquisas em duas frentes principais: os estudos sobre a questão do trabalho e da história da legislação trabalhista no Brasil e os estudos no campo da historiografia e do pensamento social brasileiro.

Beatriz Heredia

Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional da UFRJ e pós-doutora pelo Centre de Sociologie Européenne (CSE/EHESS) de Paris. Foi professora do PPGSA/IFCS da UFRJ e também atuou em diversas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do exterior.

Desenvolveu extensa pesquisa nas áreas do campesinato, movimentos sociais, família, antropologia da política e meio ambiente. Foi vice-diretora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ, onde coordenou o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov). Faleceu em outubro de 2018.

Caio Galvão de França

Graduou-se em Engenharia Agrônoma pela USP, é mestre em Sociologia pela UFMG e especialista em Gestão Pública pelo Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Educacional. Teve atuação na formação e assessoria sindical e foi Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006-2011) e Chefe de Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento do Gabinete Pessoal da presidenta da República Dilma Rousseff. Atua nos temas de políticas públicas, trabalho, sindicalismo, movimentos sociais, integração regional, reforma agrária e desenvolvimento rural.

Christian Laval

Doutor em Sociologia e professor da Université Paris Ouest Nanterre La Défense, onde atua no Groupe d'Étude et d'Observation de la Démocratie (GEODE). Também é investigador e vice-presidente do Institut de Recherches de la Fédération Syndicale Unitaire. É membro da Sophiapol, do Question Marx Study Group e do Bentham Center e ex-membro do Conselho Científico da ATTAC. Seus trabalhos centram-se em três grandes temas: a história do utilitarismo, a história da sociologia clássica e a evolução dos sistemas de ensino.

Elina Pessanha

Professora titular da UFRJ, onde atuou na graduação em Ciências Sociais e na PPGSA. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal

Fluminense, tem mestrado PPGAS do Museu Nacional da UFRJ e doutorado em Ciências Humanas pela USP. Realizou pós-doutorado na Universidade de Londres e missões científicas nas Universidades de Lisboa, Manchester e Paris-Sorbonne. É co-editora da revista *Sociologia & Antropologia* e dirige o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, também na UFRJ. Tem experiência na área de estudos sobre trabalho, resistência operária, sindicalismo, modelos de relações de trabalho e, mais recentemente, direitos do trabalho, legislação trabalhista e Justiça do Trabalho.

Elizabeth Linhares

Doutora em Antropologia pela UFRJ, mestre em Antropologia da Arte pela UFRJ e graduada em Desenho Industrial pela PUC-Rio. Atuou no desenvolvimento de metodologias de capacitação e pesquisa participativa, na elaboração de projetos culturais de pesquisa, registro patrimonial e educação socioambiental, e na assistência técnica e social junto a agricultores familiares, especialmente beneficiários da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. Seus interesses de pesquisa são colonato, assentamento rural, espaço doméstico e infância rural, conflitos por terra e repressão no campo no Rio de Janeiro.

Francisco Menezes

Economista, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), foi pesquisador e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da Action Aid Brasil e participou do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional.

Giralda Seyferth

Graduou-se em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, cursou mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio

de Janeiro e doutorado em Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Suas principais linhas de pesquisa foram: colonização, campesinato, imigração, imigração alemã, nacionalismo e racismo. Foi professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional da UFRJ. Faleceu em abril de 2017.

John Comerford

Formado em agronomia na USP, mestre e doutor pelo PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Foi bolsista recém-doutor (Faperj) no Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professor do PPGAS do Museu Nacional da UFRJ e bolsista do CNPq. Realiza pesquisa nas áreas de campesinato, família e parentesco, moralidades, política, movimentos sociais, socialidades, performance e poética social.

José Ricardo Ramalho

É professor titular e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e do Departamento de Sociologia da UFRJ. Coordena o Núcleo de Estudos Desenvolvimento, Trabalho e Meio Ambiente do IFCS. Sua atuação acadêmica está voltada para as áreas da Sociologia do Trabalho e do Desenvolvimento.

José Sergio Leite Lopes

Antropólogo, professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ (1986) e coordena o Programa de Memória dos Movimentos Sociais da UFRJ e o Núcleo de Antropologia

do Trabalho, Estudos Biográficos e Trajetórias (NuAT). Tem experiência na área de antropologia urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia do trabalho e dos trabalhadores, meio ambiente e conflitos sociais, história social das ciências sociais relacionadas ao trabalho e antropologia do esporte.

Juliana Farias

Graduou-se em Ciências Sociais pela Uerj, é mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade (PPCIS/Uerj) e doutorado em Sociologia pelo PPGSA da UFRJ. Atualmente realiza pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu) da Unicamp, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Leonilde Medeiros

Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do CNPq e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj, tem pesquisado, sob uma perspectiva sociológica, temas como: movimentos sociais rurais, políticas fundiárias, assentamentos rurais, dimensões políticas do agronegócio, relações entre direito e conflitos sociais rurais; resistência e organização dos trabalhadores rurais durante o regime militar (1964-1985).

Maria Emília Pacheco

Antropóloga, mestre em Antropologia Social pela UFRJ, integrante da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

Marilda Aparecida de Menezes

Tem graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Fundação Santo André, Mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, PhD pela University of Manchester, Pós-Doutorado pela Yale University no Agrarian Studies Programme e Pós-Doutorado pela Unicamp no Departamento de Antropologia. Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande, Professora Visitante Nacional Senior (Capes/PVNS) da Universidade Federal do ABC e Pesquisadora do CNPq.

Marta Regina Cioccarì

Antropóloga e jornalista, é mestre em Antropologia Social pela UFRGS e doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Realizou estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e pós-doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Moacir Palmeira

Doutor em Sociologia pela Université René Descartes, Paris, e professor titular do PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Suas áreas de pesquisa são a antropologia do campesinato, os estudos rurais, a antropologia da política e dos movimentos sociais. Como pesquisador, desenvolveu estudos sobre as transformações contemporâneas da *plantation* açucareira no Nordeste brasileiro e sobre as mobilizações camponesas nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. É um dos coordenadores do projeto “Memória Camponesa”, voltado para o registro visual e sonoro de depoimentos de lideranças e militantes das lutas anteriores a 1964 e daquelas do período de resistência ao regime militar.

Rubén Vega García

Historiador, professor na Universidade de Oviedo, na Espanha, é especialista no movimento operário durante o franquismo e na transição e nos processos de desindustrialização nas Astúrias. É diretor do Archivo de Fuentes Orales para la Historia Social de Asturias (AFOHSA), que busca promover a compilação, conservação e difusão do patrimônio oral e imaterial ligado às memórias e experiências de homens e mulheres protagonistas de lutas sociais no passado recente.



Este livro foi impresso pela Gráfica ImprimeArt em janeiro de 2020.
Utilizou-se a tipografia Cormorant em sua composição, papel Offset 90g/m²
para o miolo e cartão supremo 250g/m² para a capa.